

**FACULDADES EST**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA**

**DANIÉLI BUSANELLO KROB**

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES E AÇÕES DE  
ENFRENTAMENTO DE IGREJAS: UM ESTUDO DE CASO**

São Leopoldo

2017



DANIÉLI BUSANELLO KROB

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES E AÇÕES DE ENFRENTAMENTO  
DE IGREJAS: UM ESTUDO DE CASO

Tese de Doutorado  
Para obtenção do grau de  
Doutora em Teologia  
Faculdades EST  
Programa de Pós-Graduação em Teologia  
Área de concentração: Teologia Prática

Orientadora: Dra. Gisela Isolde Waechter Streck

São Leopoldo

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

K93v Krob, Daniéli Busanello  
Violência doméstica contra mulheres e ações de  
enfrentamento de igrejas : um estudo de caso / Daniéli  
Busanello Krob ; orientadora Gisela Isolde Waechter  
Streck. – São Leopoldo : EST/PPG, 2017.  
175 p. : il. ; 31 cm

Tese (doutorado) – Faculdades EST. Programa de  
Pós-Graduação. Doutorado em Teologia. São Leopoldo,  
2017.

1. Violência contra as mulheres. 2. Obras da igreja  
junto às mulheres. 3. Violência familiar. 4. Teologia  
feminista. I. Streck, Gisela I. W. (Gisela Isolde Waechter).  
II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

DANIÉLI BUSANELLO KROB

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES E AÇÕES DE ENFRENTAMENTO  
DE IGREJAS: UM ESTUDO DE CASO

Tese de Doutorado  
Para obtenção do grau de  
Doutora em Teologia  
Faculdades EST  
Programa de Pós-Graduação em Teologia  
Área de concentração: Teologia Prática

Data da Defesa: 25 de janeiro de 2017.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gisela Isolde W. Streck – Faculdades EST

---

Prof. Dr. André Sidnei Musskopf – Faculdades EST

---

Prof. Dr. Nilton Eliseu Herbes – Faculdades EST

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lilian Conceição S. Pessoa de Lira – FUNDAJ/UFRPE

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosângela Angelin – URI

***Àquelas e àqueles que me estenderam à mão.***

**Amadurecência**

(O Teatro Mágico)

*Parto-me. Parto-me.*

*Parto-me. Parto-me.*

*A poesia prevalece!*

*A poesia prevalece!*

*O primeiro senso é a fuga.*

*Bom, na verdade é o medo,*

*Daí então, a fuga.*

*Evoca-se na sombra uma inquietude,*

*Uma alteridade disfarçada,*

*Inquilina de todos os nossos riscos,*

*A juventude plena e sem planos se esvai.*

*O parto ocorre.*

*Parto-me. Parto-me. Parto-me. Parto-me.*

*Aborto certas convicções.*

*Abordo demônios e manias.*

*Flagelo-me. Exponho cicatrizes.*

*E acordo os meus, com muito mais cuidado,*

*Muito mais atenção!*

*E a tensão que parecia nunca não passar,*

*O ser vil que passou para servir,*

*Pra discernir, harmonizar o tom.*

*Movimento. Som.*

*Toda terra que devo doar.*

*Todo voto que devo parir.*

*Não dever ao devir,*

*Nunca deixar de ouvir,*

*Com outros olhos!*

*Com outros olhos!*

*Com outros olhos!*

## RESUMO

A violência contra as mulheres está socialmente enraizada e banalizada em nossa cultura, muito ainda fruto do discurso religioso-patriarcal ao qual as mulheres foram subordinadas por séculos de história. Há ainda quem faça uso equivocado das Escrituras para justificar e legitimar opressões, injustiças e até mesmo violências cometidas contra as mulheres de todas as classes sociais, raças e etnias, gerações, e outras categorias. A violência doméstica contra as mulheres se torna um problema de saúde pública e também um desafio para as igrejas, pois ela também se faz presente no íntimo de suas famílias cristãs, contrariando ao chamado de Deus de justiça e amor para todas as pessoas. Diante disso, essa pesquisa buscou investigar, através do estudo de caso, quais as ações que a igreja toma pelo fim da violência doméstica contra as mulheres, através das percepções e ações localizadas das ministras e dos ministros nas paróquias e comunidades distribuídas nos trinta municípios que abrange a região do Sínodo Rio dos Sinos – IECLB. A entrevista com ministras e ministros se deu por questionário e por adesão voluntária. Os dados coletados nas entrevistas aparecem no texto dialogando com os conceitos apresentados na tríade violência contra as mulheres-feminismo-religião, bem como nas amarrações finais onde são apresentados alguns desafios em vistas de que a superação da violência contra as mulheres e a justiça de gênero se tornem um compromisso comum da comunidade cristã e que as lideranças religiosas possam, conscientemente, servir de exemplo desse compromisso. A violência contra as mulheres precisa de muito esforço e compromisso político e cristão para ser superada, pois o silêncio e a omissão ainda compactuam com sua manutenção. De outra maneira, a teologia feminista – e pessoas e instituições por ela transformadas –, traz um discurso acolhedor, inclusivo e libertador, onde mulheres podem se reconhecer como irmãs e encontrar espaços de cura e acolhida, trilhando o caminho para a justiça de gênero. Com o compromisso pela vida das mulheres, os documentos normativos e de estudos, o aconselhamento pastoral feminista, os grupos de mulheres e as histórias de vida podem ser fonte de justiça, empoderamento e superação da violência contra as mulheres, onde o silêncio e a omissão podem ser desvelados.

**Palavras-chave:** Violência contra as mulheres. Feminismo. Religião.

## ABSTRACT

Violence against women is socially rooted and trivialized in our culture, much of it still fruit of the patriarchal-religious discourse to which women have been subordinated for centuries of history. There are still those who misuse the Scriptures to justify and legitimate oppressions, injustices and even violence committed against women of all social classes, races and ethnicities, generations and other categories. Domestic violence against women becomes a public health problem and, also, a challenge to the churches since it is also present within their Christian families, going against God's calling for justice and love toward all people. Confronted with this, this research seeks to investigate, through case studies, which actions the church carries out to end domestic violence against women, through the perceptions and localized actions of the ministers in the parishes and congregations distributed throughout the thirty municipalities which make up the region of the Rio dos Sinos Synod – IECLB. The interview with ministers took place through a questionnaire and by voluntary adhesion. The data collected in the interviews appear in the text dialoguing with the concepts presented in the triad violence against women-feminism-religion, as well as in the final summing up where some challenges are presented aiming at transforming into a common commitment of the Christian communities gender justice and the overcoming of violence against women and propitiating that the religious leaders may, consciously, serve as an example of this commitment. Much effort and political and Christian commitment are needed to overcome violence against women, because the silence and omission still condone its maintenance. In a different way, feminist theology – and people and institutions that are transformed by it – bring a welcoming, inclusive and liberating discourse, where women can recognize themselves as sisters and find spaces of healing and welcome, walking the path to gender justice. With the commitment to the life of women, the normative and study documents, feminist pastoral counseling, women's groups and life stories can be a source of justice, empowerment and overcoming of violence against women where the silence and omission can be revealed.

**Keywords:** Violence against women. Feminism. Religion.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percepção da Violência Doméstica – Contexto local .....	18
Gráfico 2: Percepção – eficácia das Políticas Públicas .....	43
Gráfico 3: Comportamento do agressor .....	54
Gráfico 4: Vulnerabilidade em casos de Violência Doméstica .....	55
Gráfico 5: Percepção Justiça de Gênero .....	65
Gráfico 6: Procedimento em casos de violência .....	68
Gráfico 7: Casos de Violência Doméstica – paróquia/comunidade .....	76
Gráfico 8: Procura por auxílio/aconselhamento – frequência .....	85
Gráfico 9: Tema da violência doméstica nos grupos e espaços comunitários .....	88
Gráfico 10: Ministras e ministros que cursaram teologia feminista .....	91
Gráfico 11: Ministras e ministros que cursaram teologia feminista – faixa etária ....	92
Gráfico 12: Importância da teologia feminista na prática ministerial – Grupo que cursou o componente curricular .....	121
Gráfico 13: Contribuição da teologia feminista para a justiça de gênero .....	121
Gráfico 14: Contribuição da teologia feminista para justiça de gênero – Grupo que cursou o componente curricular .....	122
Gráfico 15: Procura por auxílio/aconselhamento – frequência – Grupo que cursou o componente curricular .....	125

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1 É TEMPO DE DESVELAR, ENUNCIAR, DENUNCIAR!</b>	
<b>A VIOLÊNCIA VELADA</b> .....	17
1.1 Violência contra as mulheres .....	20
1.2 Violência doméstica contra as mulheres .....	26
1.3 Lei Maria da Penha .....	36
<b>2 É TEMPO DE DESCOBERTAS!</b>	
<b>DO DETERMINISMO BIOLÓGICO À LIBERTAÇÃO</b> .....	45
2.1 Gênero como categoria de análise .....	46
2.2 O Feminismo convida mulheres e homens a caminhar lado a lado .....	58
<b>3 CONTINUA! É TEMPO DE CURAR, É TEMPO DE ESPERANÇA!</b>	
<b>TEOLOGIA QUE LIBERTA MULHERES E TAMBÉM HOMENS</b> .....	73
3.1 O discurso religioso que transpassa a violência contra as mulheres (a outra teologia) .....	75
3.2 Teologia Feminista: é tempo de curar as relações .....	90
<b>4 É TEMPO DE CAMINHAR LADO A LADO! É TEMPO DE JUSTIÇA!</b>	
<b>VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES: UM DESAFIO PARA AS IGREJAS</b> .....	105
4.1 Compromisso da IECLB pelo fim da violência contra as mulheres: é tempo de justiça .....	107
4.2 Aconselhamento pastoral feminista para superar violências e justiça de gênero: um desafio para as igrejas .....	117
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS – SÓ CONCLUO SE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES FOR SUPERADA E A JUSTIÇA DE GÊNERO FOR PLENA</b> .....	135
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	143
<b>ANEXO I – QUESTIONÁRIO</b> .....	165
<b>ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	171



## INTRODUÇÃO

Então sai, deixa correr  
Toda a água contida  
Então sai, deixa correr  
Toda mágoa velada é água parada  
E uma hora transborda<sup>1</sup>

A violência doméstica contra as meninas e mulheres pode acontecer em todas as classes sociais, grupos étnicos e raciais, orientações sexuais, religiões e faixas etárias. De acordo com dados divulgados pela ONG Action Aid, a violência doméstica é responsável pela morte de cinco mulheres a cada hora ao redor do mundo<sup>2</sup>. A previsão da Action Aid é que mais de quinhentas mil mulheres ainda serão assassinadas em decorrência da violência doméstica até o ano de 2030<sup>3</sup>. No Brasil, estima-se que a cada dois minutos cinco mulheres são espancadas, e os homens com quem essas mulheres têm ou tiveram alguma relação afetiva são os responsáveis por mais de 80% dos casos denunciados<sup>4</sup>.

Eu<sup>5</sup>, enquanto mulher com trinta e um anos vividos e rodeada por outras mulheres nos círculos familiares e sociais, inegavelmente estou 'atravessada' pelo tema da violência contra as mulheres. A escolha pelo tema de pesquisa para a realização da tese, recorrente desde a graduação em musicoterapia<sup>6</sup> e o mestrado em teologia<sup>7</sup>, passa pelo meu corpo e minha experiência de vida. Este foi um fator

<sup>1</sup> PITY. *Água contida*. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/pitty/agua-contida.html>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

<sup>2</sup> Vamos nomear corretamente: a violência doméstica é apenas o instrumento. O responsável pela morte e pelo ato da violência é o agressor. Parece óbvio essa explicação, mas como vivemos numa sociedade e cultura que tem por hábito culpar a vítima, é bom detalhar.

<sup>3</sup> EBC Agência Brasil. *Violência doméstica mata cinco mulheres por hora diariamente em todo o mundo*. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-03/violencia-domestica-mata-cinco-mulheres-por-hora-diariamente-em>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

<sup>4</sup> AGÊNCIA Patrícia Galvão. *Dossiê Violência contra as Mulheres*. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-domestica-e-familiar-contra-as-mulheres/#dadosnacionais>>. Acesso em: 06 nov. 2015.

<sup>5</sup> "Quem narra constrói um estilo e um estudo em torno da sua narrativa, analisando seus processos formativos." EGGERT, Edla. Observações sobre Pesquisa Autobiográfica e Concepções Feministas: Metodologias para refletir sobre a violência doméstica e a educação. In: MENEGHEL, Stela Nazareth (Org.). *Rotas Críticas: Mulheres enfrentando a violência*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007, p. 83.

<sup>6</sup> KROB, Daniéli Busanello. *'Comigo não, violão!': Musicoterapia com mulheres em situação de violência doméstica*. São Leopoldo, RS, 2010. 28 f. TCC (Graduação em Musicoterapia) - Escola Superior de Teologia, Instituto Superior de Música, São Leopoldo, 2010.

<sup>7</sup> KROB, Daniéli Busanello. *Desconstruindo Amélias: Musicoterapia com mulheres em situação de violência doméstica sob a ótica da teologia feminista*. São Leopoldo, RS, 2013. 131 p. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Teologia, Programa de Pós-graduação, São Leopoldo, 2013.

negligenciado (será mesmo?) nas minhas pesquisas anteriores, mas para a realização dessa pesquisa eu permiti que o meu Ser de afetividade<sup>8</sup> emergisse.

Quando menina, lembro-me de perceber e não entender as primeiras injustiças de gênero. ‘Você tem um monte de bonecas! Por que você não brinca com elas? Chama suas amiguinhas pra vir brincar com você. Deixa seu irmão jogar bola com os amigos dele, assim você vai acabar se machucando!’ ‘Desce da árvore, guria! Tá aparecendo as calcinhas!’ ‘Ai Dani! Mocinha bonita não fala assim!’ ‘Ah que lindo tá ficando esse bordado! Parabéns!’

Pode haver quem diga que há certo exagero em nomear de injustiça de gênero os exemplos acima, mas impedir a liberdade criativa e vontade do simples brincar de uma criança sob a influência dos estereótipos de gênero é injustiça. Desde muito cedo eu fui percebendo que as meninas **tinham** que brincar de trabalhar – cuidar de bebês, do lar e da própria beleza – e os meninos, por sua vez, **podiam** brincar de se divertir.

Muitos porquês foram jogados ao vento antes mesmo de ter duas casas decimais sobre o bolo de aniversário, mas as respostas eram o meu próprio eco ou, pra piorar, ‘porque é assim que as coisas são’; ‘porque você é menina’; ‘onde é que já se viu isso?!’ Assim iniciou a caminhada, por muitos anos com a sensação de estar sozinha e com questionamentos sem respostas. ‘Não fala isso porque a Dani chegou!’ ‘A Dani é muito radical!’ ‘Não dá mais para contar piada quando a Dani tá junto.’

Assim começaram as ininterruptas tentativas de silenciamento através das investidas de uma educação para meninas e moças. Na adolescência, a palavra devolvida para mim era ‘rebelia’. Então que fosse. Mistura explosiva era essa de adolescência, silenciamento e inconformidade (e viva à década de 2000...). Os dias e anos se passaram ordinariamente<sup>9</sup> sem grandes novidades...

---

<sup>8</sup> “O Ser de afetividade nos faz entrar no universo dos laços construídos, mantidos ou rompidos, em torno dos valores que nós interiorizamos não conscientemente, ou que escolhemos após uma reflexão. Ele pode tomar diversas formas: o ser dos envolvimento, o ser que deseja, o ser dos ideais, o ser dos compromissos, o ser dos sentimentos, o ser de vontade e de perseverança.” JOSSO, Marie-Christine. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. In: *Educação*. Porto Alegre, ano XXX, no. 3, p. 413-438, set./dez. 2007, p. 428.

<sup>9</sup> Ver epistemologia da vida ordinária em: GEBARA, Ivone. As epistemologias teológicas e suas consequências. In: NEUENFELDT, Elaine et al. II CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO, 2008, São Leopoldo, RS. *Epistemologia, violência e sexualidade: olhares*. II Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião. São Leopoldo: Sinodal, Faculdades EST, 2008, pp. 31-50.

Conhecer e me integrar ao Núcleo de Pesquisa de Gênero (NPG) da Faculdades EST no ano de 2009, na época sob a coordenação da Professora Márcia Paixão, foi um grande divisor de águas na minha vida como mulher e como pesquisadora. Foi a partir desse momento que eu descobri o feminismo como embasamento teórico e militância. Eu não estava sozinha contra o mundo. Descoberta importante. Ainda havia esperança.

E por falar em esperança, a boa nova das mulheres é tão surpreendente! No decorrer da caminhada proporcionada pela Faculdades EST fui encontrando mulheres (e alguns homens também) resistindo, desacomodando, suspeitando da teologia que nos exclui. Que teologia é essa que leva em conta as experiências cotidianas das mulheres, marcadas pelas relações desiguais de poder? Teologia feminista! Outra grande descoberta!

Em 2014 tive o privilégio de ser selecionada como assistente de pesquisa para o Programa de Gênero e Religião (PGR) da Faculdades EST, sob a coordenação do Professor André S. Musskopf e da Professora Marcia Blasi. Trabalhando no PGR, tive acesso a várias fontes de conhecimento de grande importância ao meu tema de pesquisa, tais como bibliográficos, experiências aprendidas etc., os quais certamente contribuíram na minha caminhada. Participei do processo de construção coletiva da Política de Justiça de Gênero da Faculdades EST, a qual, entre outras coisas, garante o direito de escrever este trabalho com linguagem inclusiva de gênero<sup>10</sup>.

O caminho de pesquisa que fui percorrendo foi formando uma tríade: violência contra as mulheres-religião-feminismo. Fui percebendo que muitas mulheres buscam compreender a relação da violência que sofrem através da religião. Elas querem entender a causa e o propósito de seu sofrimento. E, no entanto, muitas vezes o discurso religioso pode colaborar para manter a mulher que sofre violência em uma relação abusiva. Além disso, em muitos casos, as mulheres

---

<sup>10</sup> “A Faculdades EST assume a linguagem inclusiva de gênero como um princípio estratégico fundamental para a efetivação da justiça de gênero. O uso da linguagem inclusiva de gênero será adotado pela instituição tanto na linguagem falada quanto escrita, nos documentos institucionais, na produção acadêmica, nos eventos, nas celebrações e atividades diversas, usando-se as palavras que indicam o feminino e o masculino gramatical por extenso. Não será usado o termo ‘homem’ para referir-se ao conjunto de pessoas, composto de homens e mulheres.” FACULDADES EST. Política de Justiça de Gênero. In: *Coisas do Gênero: revista de estudos feministas em teologia e religião*. São Leopoldo: vol.1. no. 1. p. 114-124. jul./dez. 2015, p. 118.

que sofrem violência têm a ‘permissão’ dos agressores<sup>11</sup> para frequentar (apenas) a igreja, tornando-se esse o único espaço de auxílio e aconselhamento acessível a elas num primeiro momento<sup>12</sup>.

O problema é que nem todas as lideranças religiosas – essa era uma suspeita da pesquisa – estão preparadas, ou até mesmo dispostas, para lidar com casos de violência contra as mulheres. As pessoas que estão na posição de liderança religiosa estão inseridas na mesma cultura machista e patriarcal<sup>13</sup> que todas e todos nós. É possível que a teologia praticada por essas pessoas reflita um quadro de invisibilidade e silenciamento diante da violência contra as mulheres – outra suspeita da pesquisa.

Esta pesquisa configura-se em um Estudo de Caso. Segundo Robert K. Yin, o estudo de caso consiste em uma “[...] investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.”<sup>14</sup> Neste caso, o fenômeno é a violência doméstica contra as mulheres e o contexto são as ações e percepções que ministros e ministras que atuam em campo de atividade ministerial no Sínodo Rio dos Sinos (SRS)<sup>15</sup> têm em relação ao fenômeno.

---

<sup>11</sup> Sabe-se que as mulheres também podem ser agressoras em casos de violência doméstica. No entanto, devido ao seu baixo índice em relação aos homens agressores, será referido neste trabalho ao agressor no masculino. “[...] cerca de dois mil homens são presos anualmente por agredirem suas parceiras. Em meio ao comportamento violento masculino, 140 mulheres foram detidas nos últimos cinco anos [...] Os registros de prisões são referentes a dezembro de 2008 [...] e dezembro de 2012. As estatísticas são atualizadas todo semestre e as mais atuais foram disponibilizadas há um mês. Os dados não traçam o perfil das vítimas, o que impossibilita saber quantos são homens e quantos são mulheres entre os agredidos pelas 140 detidas.” ARANDA, Fernanda. *Lei Maria da Penha coloca 140 mulheres na cadeia: Dados da Justiça foram acumulados entre 2008 e 2012. Especialistas afirmam que na estatística estão agressoras de homens e de outras mulheres.* Disponível em: <<http://delas.ig.com.br/comportamento/2013-05-24/lei-maria-da-penha-coloca-140-mulheres-na-cadeia.html>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

<sup>12</sup> KROB, 2013, p. 76.

<sup>13</sup> “Patriarcado: Sistema de organização social que constrói relações institucionais e estruturais de dominação. Patriarcado, literalmente, concebe que o sistema social tem o pai (pater famílias) como centro de poder da família e da sociedade. Oportuniza, de modo geral, a estruturação e institucionalização das relações de dominação de homens sobre mulheres. Mulheres, crianças, e outros homens (hierarquicamente abaixo do pai) podem ser explorados e dominados pela figura masculina dominante. Cria, assim como o androcentrismo, uma série de relações dualistas e hierárquicas, que atribuem características e valorações positivas a aspectos da masculinidade estereotipada e negativas à feminilidade estereotipada.” FLD – Fundação Luterana de Diaconia. *Política de Justiça de Gênero*. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia, 2014, p. 29.

<sup>14</sup> YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução de Daniel Grassi. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005, p. 32.

<sup>15</sup> A escolha do Sínodo Rio dos Sinos para a realização da pesquisa se deu por proximidade geográfica com a Faculdade EST. A sua sede encontra-se na Rua Amadeo Rossi, 467, Morro do Espelho, em São Leopoldo/RS.

A pesquisa teve como objetivo principal investigar as percepções e ações de ministros e ministras no SRS para a construção de relações justas e não violentas entre homens e mulheres. Especificamente, buscou investigar com que frequência os ministros e as ministras do SRS tomam conhecimento dos casos de violência doméstica contra mulheres membros das suas paróquias/comunidades, bem como, quando os casos chegam ao seu conhecimento, que tipo de aconselhamentos e encaminhamentos dão à mulher agredida, ao agressor e às crianças e jovens envolvidas, quando é o caso.

Outro foco de interesse desta pesquisa foi investigar se o tema da violência doméstica contra as mulheres está sendo trabalhado nas paróquias/comunidades do SRS e, quando há debate e reflexão sobre o tema, se as ministras e os ministros percebem efeitos na comunidade/sociedade local e quais são esses efeitos. Por fim, a pesquisa buscou inventariar quantas ministras e ministros que atuam em campo de atividade ministerial no SRS estudaram o componente curricular de teologia feminista em sua formação acadêmica e qual é o seu uso e relevância no enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres.

O SRS integra à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB<sup>16</sup>, a qual se origina da Reforma do século XVI<sup>17</sup>, protagonizada por Martim Lutero<sup>18</sup>. Abrangendo a região da Grande Porto Alegre, o SRS contempla trinta municípios<sup>19</sup> nos quais se encontram atualmente trinta e nove paróquias e comunidades com função paroquial, alcançando cerca de 52.500 membros. O SRS, constituído assim desde 1998, origina-se de uma estrutura eclesiástica composta de quarenta e sete Distritos Eclesiásticos e subdividida em oito Regiões Eclesiásticas.

<sup>16</sup> Veja mais sobre a história da IECLB e do SRS em: WITT, Osmar Luiz. *Igreja na Migração e Colonização: a Pregação Itinerante no Sínodo Rio-Grandense*. Série Teses e Dissertações. Vol. 8. São Leopoldo: Sinodal; IEPG, 1996; SCHÜNEMANN, Rolf. *Do Gueto à Participação: O surgimento da consciência sócio-política na IECLB entre 1960 e 1975*. Série Teses e Dissertações. Vol. 2. São Leopoldo: Sinodal; IEPG, 1992; PRIEN, Hans-Jürgen. *Formação da Igreja Evangélica no Brasil: Das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. Tradução de Ilson Kayser. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2001; DREHER, Martin Norberto. *Igreja e Germanidade*. ed. rev.e amp. São Leopoldo: Sinodal, 2003.

<sup>17</sup> Veja mais sobre a Reforma em: WACHHOLZ, Wilhelm. *História e teologia da reforma: introdução*. São Leopoldo: Sinodal, 2010; DALFERTH, Heloisa Gralow. *Katharina von Bora: uma biografia*. São Leopoldo: Sinodal, 2000.

<sup>18</sup> Veja mais sobre Martim Lutero: DREHER, Martin N. *De Luder a Lutero: uma biografia*. São Leopoldo: Sinodal, 2014.

<sup>19</sup> Alvorada; Arroio dos Ratos; Barra do Ribeiro; Butiá; Cachoeirinha; Campo Bom; Canoas; Capão da Canoa; Esteio; General Câmara; Glorinha; Gravataí; Guaíba; Itati; Maquiné; Mariluz; Novo Hamburgo; Osório; Porto Alegre; Santo Antônio da Patrulha; Sapiranga; Sapucaia do Sul; Sertão Santana; São Jerônimo; São Leopoldo; Terra de Areia; Torres; Tramandaí; Três Pinheiros; Viamão.

Mais precisamente, é resultado da divisão da quarta Região Eclesiástica, de onde se originaram também outros dois Sínodos: Nordeste Gaúcho e Sul-Rio-Grandense. Essas mudanças foram aprovadas no Concílio Geral Extraordinário, realizado em Ivoti/RS, em 1997. Está atualmente na sua quarta gestão, tendo como Pastor Sinodal o P. Edson Edilio Streck e como Vice Pastor Sinodal o P. Carlos Eduardo Müller Bock, ambos eleitos na 9ª Assembleia, ocorrida no dia 21 de agosto de 2010, em Sapiranga/RS<sup>20</sup>.

Essa pesquisa contou com o apoio do Pastor Sinodal Edson Streck, o qual sempre se prontificou a auxiliar em seu desenvolvimento. Após a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdades EST, foram entrevistados e entrevistadas ministros e ministras do SRS que se voluntariaram a responder questionário (anexo I) durante a Conferência de Ministros e Ministras do referido Sínodo. A Conferência aconteceu no dia vinte e nove de março de 2016, na Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Canoas. Neste dia, o Pastor Sinodal Edson Streck convocou as ministras e os ministros presentes (quarenta e quatro)<sup>21</sup> a participarem da pesquisa respondendo os questionários. Ainda pela manhã, rerepresentei a proposta da pesquisa<sup>22</sup> e distribuí os questionários dentro de envelopes para preservar o sigilo das respostas, acompanhados pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo II), que as e os tornam cientes das condições de sua participação na pesquisa.

Ao final da Conferência, vinte e cinco pessoas devolveram os envelopes, sendo que dois estavam sem nenhum dado preenchido. As não adesões em participar da pesquisa e os questionários devolvidos em branco também são entendidos como dados de análise. A amostra dos dados será feita a partir do sexo (sete mulheres, quinze homens e uma pessoa que não informou este dado) e faixa etária do público pesquisado (vinte e nove a sessenta e cinco anos) e será costurada, ao longo do texto, em diálogo com resultado de pesquisa bibliográfica da tríade violência contra as mulheres-feminismo-religião.

---

<sup>20</sup> SÍNODO Rio dos Sinos. *Histórico*. Disponível em: <<http://sinodors.org.br/historia/>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

<sup>21</sup> O SRS conta no ano de 2016 com quarenta e cinco ministros e ministras que atuam em campo de atividade ministerial, sendo doze mulheres e trinta e três homens. Lista de contatos de Ministros e Ministras em Paróquias e Comunidades da Agenda 2016 do SRS – IECLB.

<sup>22</sup> Eu já havia apresentado o projeto de pesquisa às ministras e aos ministros na Conferência anterior, que aconteceu no dia 01 de setembro de 2015, na Comunidade Evangélica do Redentor – Sapiranga/RS.

No primeiro capítulo (é tempo de desvelar, enunciar, denunciar!) será abordado inicialmente o tema da violência contra as mulheres de uma forma mais ampla, apresentando conceitos, fatos históricos e dados estatísticos, dando sequência para a questão específica da violência doméstica contra as mulheres e a Lei Maria da Penha. No capítulo dois (é tempo de descobertas!) será apresentado o conceito de gênero como categoria de análise e também fatos históricos e as principais características do movimento feminista.

O terceiro capítulo (continua! É tempo de curar, é tempo de esperança!) inicia trazendo uma reflexão e revisão bibliográfica sobre a relação dos discursos religiosos com a manutenção e legitimação da violência sofrida pelas mulheres. Na sequência a teologia feminista é apresentada em contraponto aos discursos religiosos que oprimem as mulheres, suspeitando desse discurso através da hermenêutica bíblica feminista e servindo de instrumento de superação à violência.

Por fim, o capítulo quatro (é tempo de caminhar lado a lado! É tempo de justiça!) traz uma análise documental do compromisso da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) pelo fim da violência contra as mulheres e a sua afirmação pela busca da justiça de gênero<sup>23</sup>. Encerrando o capítulo e em vias de conclusão, é trazida a proposta de reflexão sobre os benefícios do aconselhamento pastoral feminista e do compromisso pela busca da justiça de gênero como meio de superação da violência doméstica contra as mulheres nas comunidades de fé da IECLB.

E não por acaso, a minha história de vida, que poderia ser de tantas outras, será também desvelada ao longo do texto conforme minha resiliência<sup>24</sup> permitir<sup>25</sup>. No entanto, as leitoras e os leitores podem optar por não ler a história sem prejuízo com

---

<sup>23</sup> “A justiça de gênero se expressa por meio da igualdade e de relações equilibradas de poder entre mulheres e homens e da eliminação dos sistemas institucionais, culturais e interpessoais de privilégio e opressão que sustentam a discriminação.” FLM – Federação Luterana Mundial. *Política de Justiça de Gênero*. Genebra: 2014, p. 7.

<sup>24</sup> “[...] o conceito de resiliência refere-se à capacidade do indivíduo de enfrentar as adversidades, manter uma habilidade adaptativa, ser transformado por elas, recuperar-se ou conseguir superá-las.” SORDI, Anne Orgler; MANFRO, Gisele Gus; HAUCK, Simone. O Conceito de Resiliência: Diferentes Olhares. In: *Revista Brasileira de Psicoterapia*. Vol. 13. No. 2. pp. 115-132, 2011, p. 117.

<sup>25</sup> “[...] esse trabalho de reflexão a partir da narrativa da formação de si (pensando, sensibilizando-se, imaginando, emocionando-se, apreciando, amando) permite estabelecer a medida das mudanças sociais e culturais nas vidas singulares e relacioná-las com a evolução dos contextos de vida profissional e social. As subjetividades expressadas são confrontadas à sua frequente inadequação a uma compreensão liberadora de criatividade em nossos contextos em mutação.” JOSSO, 2007, p. 414.

relação ao restante do texto. Faz-se presente como ‘a cereja do bolo’, relatando com um caso concreto aquilo que é conceituado no texto<sup>26</sup>.

O impulso e escrita da minha história de vida se deram porque, usando as palavras do teólogo André Musskopf “[...] é fruto de um processo de reflexão em torno de um ‘objeto de pesquisa’ que vai se revelando na medida em que os temas abordados vão se encadeando e compondo o seu *corpus* textual.”<sup>27</sup> Revisitar a própria história e desvelar a si mesma as violências sofridas ao longo da vida faz parte de um processo doloroso, mas necessário para quebrar o silêncio em torno da violência contra as mulheres. “Do público ao privado, a violência cumpre seu ciclo quando é capaz de silenciar (pelo medo ou naturalização) a voz dos dominados [...]”<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup> “Abordar o conhecimento de si mesmo pelo viés das transformações do ser – sujeito vivente e conhecente no tempo de uma vida, através das atividades, dos contextos de vida, dos encontros, acontecimentos de sua vida pessoal e social e das situações que ele considera formadoras e muitas vezes fundadoras, é conceber a construção da identidade, ponta do iceberg da existencialidade, como um conjunto complexo de componentes.” JOSSO, 2007, p. 420.

<sup>27</sup> MUSSKOPF, André S. *Via(da)gens teológicas*: itinerários para uma teologia queer no Brasil. São Leopoldo, 524 f. Tese (Doutorado) - Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2008, p. 11.

<sup>28</sup> BARBIANI, Rosângela; MENEGHEL, Stela N. Estratégias de Enfrentamento às Violências. In: MENEGHEL, Stela Nazareth (Org.). *Rotas Críticas*: Mulheres enfrentando a violência. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007, p. 110.

## 1 É TEMPO DE DESVELAR, ENUNCIAR, DENUNCIAR! A VIOLÊNCIA VELADA

A mãe da mãe de minha mãe, a velha avó Antônia, contava da presença, no meio das pedras brancas queimadas pelo sol, de um bicho muito perigoso [...] A sua mordida provocava a morte, a pior das mortes, que, como dizia a minha velha avó, não era a morte do corpo, mas a morte do sorriso dos olhos, a morte da alma. Quando a tarântula, assim se chamava este tipo de aranha, mordida uma pessoa, todos os tipos de ‘mortes da alma’ tomavam conta dela. A mordida da tarântula provocava fome, injustiça e falta de amor. O veneno da tarântula trazia egoísmo, exploração e violência. O corpo da pessoa envenenada ia como se apagando, entristecendo, e o sorriso desaparecia de seus olhos, a morte da alma, a pior de todas as mortes, como dizia minha velha avó Antônia. Por muito tempo, os pobres camponeses viveram submissos ao veneno da tarântula. Achavam que nada podiam fazer... Tinha até quem pensasse que morte, exploração, egoísmo, violência, fossem vontade de Deus!<sup>29</sup>

Violência velada é aquela que se faz presente e ao mesmo tempo não se nomeia e não se acusa. É tida como natural, normal, cotidiana e corriqueira. Fica no imaginário do ‘é assim que as coisas são’ e vai se estabelecendo, se enraizando. É silenciosa, pois aquilo que não causa estranheza e não se enuncia, também não é denunciado.

Um dos entrevistados [H, 51-65]<sup>30</sup>, respondeu de forma simples, mas sagaz sobre uma maneira de contribuir para o fim da violência contra as mulheres: “Estando atento à realidade [...]” Estar atento e atenta à realidade parece óbvio, mas se tratando de violência contra as mulheres, a realidade torna-se algo bastante peculiar:

[...] a contradição entre aquilo que é ensinado às mulheres e a dura realidade que elas enfrentam. Aprendem que devem temer a rua e que em casa encontram o seu refúgio seguro. A realidade mostra que elas devem ter muito medo de seus pais, de seus irmãos, dos homens conhecidos, principalmente dentro de casa.<sup>31</sup>

<sup>29</sup> SOAVE BUSCEMI, Maria. *A amante, a sábia, a guerreira, a feiticeira: uma poética ecofeminista do Novo Testamento*. São Leopoldo: CEBI, 2002, p. 87.

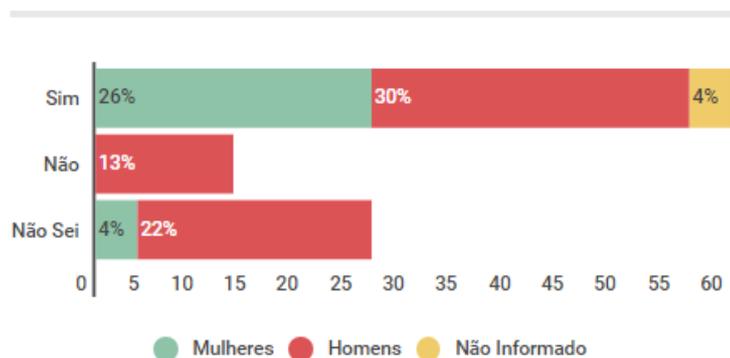
<sup>30</sup> As entrevistadas e os entrevistados seguirão com a identificação M = mulher e H = homem e a faixa etária dividida entre 29-35; 36-50; 51-65.

<sup>31</sup> STREY, Marlene Neves. Violência e Gênero: um casamento que tem tudo para dar certo. In: GROSSI, Patrícia Krieger (Org.). *Violências e Gênero: coisas que a gente não gostaria de saber*. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p. 67.

Em resposta à pergunta número três do questionário<sup>32</sup>, a qual buscava investigar a percepção do público pesquisado no contexto local de trabalho em relação à violência doméstica contra as mulheres, três homens com idades entre cinquenta e um e sessenta e cinco anos (13%) relataram não haver muitos casos nas cidades onde trabalham. Vale salientar que, de acordo com o IBGE, as cidades onde os três entrevistados acima apontaram trabalhar possuem uma estimativa no ano de 2016 de 1.481.019 habitantes, outra de 42.160 habitantes e a terceira de 249.113 habitantes. Fazendo a ligação entre o número de habitantes dos municípios e a realidade estatística da violência doméstica contra as mulheres<sup>33</sup>, é seguro afirmar que esses entrevistados não estão atentos para essa realidade social.

Em contrapartida, a maioria das pessoas entrevistadas (60%) respondeu, referente à questão acima, que acontecem muitos casos de violência doméstica contra as mulheres na cidade sede do seu local de trabalho. Seis pessoas não souberam responder (26%). Veja em mais detalhes no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Percepção da Violência Doméstica – Contexto local



O que esses dados apontam inicialmente é que muitas são as violências veladas que permeiam as relações humanas, mas uma em particular, “[...] a violência contra nós, mulheres, é um fato institucionalizado e legitimado dentro da sociedade patriarcal [...] é um fato antiquíssimo, e o crime encoberto mais praticado

<sup>32</sup> (QUESTÃO 3) ‘Na cidade onde sua paróquia/comunidade está localizada acontecem muitos casos de violência doméstica contra as mulheres?’

<sup>33</sup> “A cada 20 minutos uma mulher sofre algum tipo de agressão física com lesão corporal no Rio Grande do Sul [...] em 2014, o Observatório de Violência contra as Mulheres da Secretaria de Segurança Pública do Estado registrou 25.298 casos de mulheres que sofreram agressão com lesão corporal, em ocorrências relacionadas à Lei Maria da Penha [...] quase 70% dos feminicídios foram praticados por maridos, companheiros, namorados ou ex.” MINISTÉRIO Público – Estado do Rio Grande do Sul. *Relatório Lilás revela que ocorre uma lesão por violência doméstica a cada 20 minutos no RS*. Disponível em: <<http://www.mprs.mp.br/imprensa/noticias/id38548.html>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

do mundo.”<sup>34</sup> Muito já se tem refletido e debatido sobre este assunto, isso é fato. Mas há ainda uma espécie de deslegitimação ou diminuição do problema, muitas vezes caindo na simples armadilha do ‘não se mete a colher’, caracterizando assim a violência velada. “[...] é mais fácil aturar a tristeza generalizada [e maquiada] que romper com as correntes de preguiça e mal dizer [...]”<sup>35</sup> Veja bem, as correntes referidas não se aplicam às vítimas, mas sim à plateia apática e perfumada<sup>36</sup>.

As violências não ocorrem isoladamente, ou seja, a violência física e a violência sexual, por exemplo, geralmente são acompanhadas pela violência psicológica e violência moral e simbólica. Porém, quando se trata de violência contra as mulheres, a armadilha consiste, de acordo com a socióloga Heleieth Saffioti, em distinguir os limites entre essas violências e a “[...] obrigação de suportar o destino de gênero traçado para as mulheres: sujeição aos homens, sejam pais ou maridos.”<sup>37</sup> Sendo assim, esse limite seria diferente e subjetivo para cada mulher, de acordo com seu próprio contexto de vida. Porém, o simples fato de haver esse limite entre violência e sujeição aos homens/direitos dos homens sobre as mulheres, por si só é violência. “É óbvio que a sociedade considera normal e natural que homens maltratem suas mulheres, assim como que pais e mães maltratem seus filhos, ratificando, deste modo, a pedagogia da violência.”<sup>38</sup>

---\*---

“*No que depender de mim, você vai ser infeliz pelo resto da tua vida!*” Ele disse para mim, apontando seu dedo indicador na minha cara. Lembro muito bem da sensação do barro gelado embaixo dos meus pés, agora em contato com o cimento mais gelado ainda. O frio tomava conta do meu corpo inteiro (tô tremendo toda agora de novo, só de lembrar), aquela camisola fininha não dava conta de proteger

<sup>34</sup> MARTÍNEZ, Raquel Carmen Riquelme. *Violência Contra as Mulheres: Conversando a Gente se Entende*. Cartilhas Católicas Pelo Direito de Decidir. 3 ed. São Paulo: Publicações CDD, 2006, p. 5.

<sup>35</sup> O TEATRO Mágico. *Os Insetos Interiores*. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/o-teatro-magico/os-insetos-interiores.html>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

<sup>36</sup> “Trata-se de um argumento que torna visível e que precisa ficar em evidência: o privado tornar-se político [...] As violências no mundo privado são mantidas porque são estabelecidas nesse âmbito complexo, em que muitas coisas se entrecruzam e poucas são, de fato, desmembradas para análises mais cuidadosas.” EGGERT, Edla. A apatia de quem olha: a violência naturalizada. In: EGGERT, Edla (Org.). *(Re)leituras de Frida Kahlo: por uma ética estética da diversidade machucada*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008, p. 80-81.

<sup>37</sup> SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero patriarcado violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 79-80.

<sup>38</sup> SAFFIOTI, 2015, p. 79.

minha pele. “*Você não devia ter ido chamar seu avô! Por que você fez isso?*” Hoje, dezenove anos depois, tento me lembrar de forma linear como reagi, mas não consigo. Minha memória insiste em trazer apenas a minha imagem congelada em sua frente, olhando fixo em seus olhos (verdes, frios, calculistas, pai?), acuada na despensa de casa naquele agosto. Agora eu sei, esse foi o exato momento em que aprendi a ter essa postura reativa/agressiva diante da violência contra as mulheres (quem me conhece sabe do que tô falando). Foi a maneira que a Dani com doze anos encontrou de sobreviver e, de algum jeito, ficou marcado em mim assim.

---\*---

## 1.1 Violência contra as mulheres<sup>39</sup>

Em Viena, no ano de 1993, a Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos reconheceu formalmente que a violência contra as mulheres e meninas é uma forma de violação dos direitos humanos<sup>40</sup>. A própria compreensão de direitos humanos das mulheres é algo relativamente novo, visto que “já desde a Revolução Francesa os direitos humanos foram pensados no masculino: Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão.”<sup>41</sup>

A violência contra as mulheres e meninas pode lhes causar danos físicos, sexuais e emocionais, incluindo a morte. De uma maneira mais ampla, ela afeta negativamente a qualidade de vida das mulheres, limitando e impedindo-as de participar plenamente na sociedade. Além disso, as consequências não atingem apenas as mulheres vitimadas pela violência, mas também suas famílias, seu entorno comunitário e a sociedade em geral. “As consequências da violência contra

---

<sup>39</sup> O termo é utilizado no plural para contemplar as diversidades raciais e étnicas, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional existentes entre as mulheres.

<sup>40</sup> “[...] vitima milhões de mulheres em todo o mundo, constitui uma violação dos direitos humanos alçou este fenômeno a um novo patamar de legitimidade, convocando órgãos diversos do sistema da ONU, assim como governos nacionais, a tomarem uma posição sobre este problema. A partir desta Conferência, iniciativas regionais e nacionais foram tomadas no sentido de qualificar esta forma de violência e de puni-la.” PITANGUY, Jacqueline. *Violência contra a Mulher: consequências socioeconômicas*. In: *Cadernos Adenauer – Novas Perspectivas de Gênero no Século XXI*. ano XIV, vol. 3, pp. 115-124. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/11287-1442-5-30.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2016, p. 119.

<sup>41</sup> SAFFIOTI, 2015, p. 80. “Por haver escrito a versão feminina dos direitos humanos (Declaração Universal dos Direitos da Mulher e da Cidadã), Olympe de Gouges foi sentenciada à morte na guilhotina, em 1792.”

a mulher produzem desequilíbrios em todas as esferas da sociedade: econômica, emocional e familiar.”<sup>42</sup> Esse tipo de violência produz um grande impacto econômico<sup>43</sup>, visto o montante de gastos com saúde e despesas legais, além da perda de produtividade das mulheres vitimadas pela violência. Somados, estes gastos podem influenciar negativamente os orçamentos nacionais e até mesmo o desenvolvimento global<sup>44</sup>.

No entanto, a violência contra as mulheres é tratada, muitas vezes, de forma genérica e superficial pela sociedade em geral, como se fosse “[...] um fruto das desigualdades econômicas, algo que ocorre com as pessoas pobres, que moram longe e que vivem alcoolizadas e drogadas.”<sup>45</sup> Sabemos que esse pensamento não condiz com a realidade, pois a violência contra as mulheres não escolhe classe, credo, cor ou qualquer outra particularidade. Basta apenas ser mulher para estar em situação de risco a sofrer violência<sup>46</sup>. Ademais,

Imputar aos pobres uma cultura violenta significa pré-conceito e não conceito [...] é mais fácil entender relações incestuosas quando, às vezes, nem mesmo um cobertor separa os corpos do que nas residências em que cada um tem seu próprio dormitório. Esta questão da pobreza relacionada à violência não tem sido posta em termos adequados.<sup>47</sup>

Heleieth Saffioti aponta que a condição econômica pode ser relevante na produção da violência, mas não como dado cultural (cultura da violência). A autora indaga se as condições materiais (ou a falta/escassez de) podem ser desencadeadoras de situações de estresse e, por consequência, da violência. Mas ressalta que há certos tipos de violência que ocorrem apenas entre as pessoas ricas: “Haja vista o uso do patrimônio, que homens fazem para subjugar suas

<sup>42</sup> STREY, Marlene Neves. O Sofrimento Emocional de Mulheres em Busca de Ajuda. In: MENEGHEL, Stela Nazareth (Org.). *Rotas Críticas: Mulheres enfrentando a violência*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007, p. 103.

<sup>43</sup> “Em 1997 o BID estimou que os custos da violência contra a mulher na América Latina representavam 14,2% do PIB sendo que o Brasil perdia 10,5% de seu PIB.” PITANGUY, 2013, p. 122.

<sup>44</sup> ONU Mulheres – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. *Fim da violência contra as mulheres*. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/fim-da-violencia-contra-as-mulheres/>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

<sup>45</sup> TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. *O que é violência contra a mulher*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012, p. 9.

<sup>46</sup> Leia mais em: AGÊNCIA Patrícia Galvão. *10 informações que podem evitar equívocos frequentes*. Violência contra as mulheres. Dossiê. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-domestica-e-familiar-contra-as-mulheres/#10-informacoes-que-podem-evitar-equivocos-frequentes>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

<sup>47</sup> SAFFIOTI, 2015, p. 87-88.

mulheres. A ameaça permanente de empobrecimento induz muitas mulheres a suportar humilhações e outras formas de violência.”<sup>48</sup>

A violência contra as mulheres está vinculada às relações desiguais de poder que se estabelecem entre homens e mulheres. “As mulheres são socializadas para conviver com a impotência; os homens – sempre vinculados à força – são preparados para o exercício do poder.”<sup>49</sup> Essas relações cotidianas, carregadas de desigualdade e opressão, são violentas para as mulheres. Elas criam uma ideia de inferioridade das mulheres, ficando estas vulneráveis às diversas formas de violência.

A antropóloga Marcela Lagarde y de los Ríos fala na ideologia do amor como “[...] a ideologia do poder baseado na propriedade das pessoas [...]”<sup>50</sup>. Segundo a autora, a forma como o amor é ideologizado reforça a dependência feminina e conseqüentemente as relações desiguais de poder, pois das mulheres é esperada uma postura de servidão e entrega em seus relacionamentos amorosos:

Para a mulher amor é renúncia e entrega, tem o significado quase exclusivo de ser-de-outros; para o homem pelo contrário, é possessão e uso de outros (outras) [...] A vida da mulher está organizada em torno da vivência de uma sexualidade destinada *para*. Como cidadã ou como fiel, como filha ou como esposa, como mãe ou como prostituta, o poder atravessa o corpo da mulher. Na linguagem laica e estatal se controla sua fecundidade, sua fertilidade é um assunto de política demográfica, na linguagem doméstica do amor e do poder se faz referência à fidelidade, à castidade, à virgindade, ou a permanente disposição à maternidade ou ao prazer do *outro*.<sup>51</sup>

Acreditar que a justiça de gênero foi alcançada, como apontaram uma mulher e três homens na pergunta número um do questionário da pesquisa com ministros e ministras do SRS, significa acreditar que as relações de poder entre homens e mulheres estão equilibradas. Se fosse assim, a violência contra as mulheres teria sido superada. E essa contradição entre justiça de gênero e violência doméstica

<sup>48</sup> SAFFIOTI, 2015, p. 88.

<sup>49</sup> SAFFIOTI, 2015, p. 89.

<sup>50</sup> RÍOS, Marcela Lagarde y de los. *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. 5 ed. México: UNAM, 2011, p. 161. “[...] la ideología del poder basado en la propiedad privada de las personas [...]” (tradução própria)

<sup>51</sup> RÍOS, 2011, p. 161-162. “Para la mujer amor es renuncia y entrega, tiene el significado casi exclusivo de ser-de-otros; para el hombre por el contrario, es posesión y uso de otros (otras) [...] La vida de la mujer está organizada en torno a la vivencia de una sexualidad destinada *para*. Como ciudadana o como fiel, como hija o como esposa, como madre o como prostituta, el poder atraviesa el cuerpo de la mujer. En el lenguaje laico y estatal se controla su fecundidad, su fertilidad es un asunto de política demográfica, en el lenguaje doméstico del amor y del poder se hace referencia a la fidelidad, a la castidad, la virginidad, o a la permanente disposición a la maternidad o al placer del *outro*.” (tradução própria)

contra as mulheres aparece nas respostas de duas das quatro pessoas citadas. Um homem apontou ter conhecimento de um caso de violência doméstica em sua comunidade e uma mulher apontou ter conhecimento de dois a cinco casos. Surgem algumas hipóteses para isso, tais como ter se confundido ao assinalar a primeira alternativa ou uma confusão no conceito de justiça de gênero, não considerando a violência sofrida pelas mulheres como uma relação desigual de poder.

Prova de que a violência contra as mulheres é um tema espinhoso para a sociedade brasileira é a reação que grande parte da população demonstrou ao tema proposto pelo Ministério da Educação para a redação do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM – no ano de 2015: a persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira. As reações foram as mais diversas: desde comentários como tema irrelevante ou de pouca importância frente a tantos outros temas, como a crise econômica, até acusações de governo comunista por tratar do tema e pautar uma agenda feminista<sup>52</sup>. Houve também reações favoráveis<sup>53</sup> e até mesmo surpreendentes, como os mais de cinquenta relatos pessoais de mulheres sobre violência identificados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)<sup>54</sup>. Fato mesmo é que no dia 25 de outubro de 2015 mais de sete milhões de brasileiros e brasileiras, na sua maioria jovens, refletiram sobre a violência contra as mulheres.

De acordo com Heleieth Saffioti há diferenças entre violência de gênero, violência contra as mulheres, violência doméstica e violência intrafamiliar<sup>55</sup>. Violência de gênero refere-se ao maior guarda-chuva, onde se encontram abaixo as outras categorias. Está baseada em uma organização social que privilegia o masculino hegemônico. As relações de gênero (e de poder) também são construídas e

<sup>52</sup> Veja mais em: R7 Notícias. *Tema da redação do Enem surpreende candidatos e gera polêmica nas redes sociais*. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/educacao/tema-da-redacao-do-enem-surpreende-candidatos-e-gera-polemica-nas-redes-sociais-25102015>>. Acesso em: 15 jun. 2016.; UOL Educação. *Tema de redação do Enem 2015 gera polêmica nas redes sociais*. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/10/25/tema-de-redacao-do-enem-2015-causa-polemica-nas-redes-sociais.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

<sup>53</sup> G1 Educação. *Redação do Enem 2015 'plantou uma semente', diz Maria da Penha*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/enem/2015/noticia/2015/10/redacao-do-enem-2015-plantou-uma-semente-diz-maria-da-penha.html>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

<sup>54</sup> G1 Educação. *55 redações no Enem tiveram relatos pessoais de violência, afirma MEC*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/enem/2015/noticia/2016/01/55-redacoes-no-enem-tiveram-relatos-pessoais-de-violencia-afirma-mec.html>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

<sup>55</sup> SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. In: *Cadernos Pagu*. Vol. 16, pp.115-136, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2016, pp. 133-136; SAFFIOTI, 2015, pp. 73-100.

estabelecidas na dinâmica 'homem-homem' e 'mulher-mulher'. Sendo assim, uma relação violenta entre esses pares, pode configurar em violência de gênero. Por exemplo, dois homens que brigam por uma mulher ou duas mulheres que brigam por um homem. "Como se trata de relações regidas pela gramática sexual, podem ser compreendidas pela violência de gênero."<sup>56</sup>

Para a autora, a categoria violência contra as mulheres as inclui em todas as etapas da vida, desde bebês, meninas, adultas até idosas. E, conseqüentemente, exclui os homens em todas as suas etapas de vida. Em consonância com a antropóloga Marcela Lagarde y de los Ríos, é uma exclusividade do fato de ser mulher: "[...] a violência contra as mulheres ocorre sem que haja qualquer relação social anterior, salvo a pertença genérica."<sup>57</sup>

Quanto à violência intrafamiliar, ela pode acontecer dentro ou fora dos limites do domicílio e é entendida como "[...] a que envolve membros de uma mesma família extensa ou nuclear, levando-se em conta a consanguinidade e a afinidade."<sup>58</sup> A violência doméstica, por sua vez, sobrepondo a violência intrafamiliar, pode atingir também pessoas que vivam ou convivam no domicílio do agressor, mas que não sejam necessariamente pertencentes à família, como é o caso de empregadas domésticas, por exemplo.

Uma das particularidades da violência contra as mulheres é que, com grande frequência, seus agressores são seus companheiros íntimos ou ainda outros homens de seu convívio familiar ou profissional, enquanto que a violência sofrida pelos homens é de um modo geral exercida por outros homens desconhecidos<sup>59</sup>.

Conforme a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1993,

[...] a violência contra as mulheres é uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres, que conduziram à dominação e à discriminação contra as mulheres pelos homens e impedem o pleno avanço das mulheres [...]<sup>60</sup>

---

<sup>56</sup> SAFFIOTI, 2015, p. 75.

<sup>57</sup> RÍOS, 2011, pp, 258-259. "[...] la violencia a las mujeres ocurre sin que medie ninguna relación social previa, salvo la pertenencia genérica." (tradução própria)

<sup>58</sup> SAFFIOTI, 2015, p. 75.

<sup>59</sup> SCHAIBER, Lília Blima et al. *Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos*. Coleção Saúde e Cidadania. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 39.

<sup>60</sup> ONU-BR. *Declaration on the Elimination of Violence against Women*. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/095/05/PDF/N9409505.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 14 dez.

Na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (conhecida também por Convenção de Belém do Pará), adotada pela Organização dos Estados Americanos, OEA, em 1994, definiu-se que violência contra a mulher configura-se em “[...] qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.”<sup>61</sup> Toda mulher tem direito a uma vida sem violência, seja no ambiente público ou doméstico. Nesta Convenção também se definiu os Direitos Protegidos de toda mulher, conforme Capítulo II do Decreto de Lei nº 1.973:

Toda mulher tem direito ao reconhecimento, desfrute, exercício e proteção de todos os direitos humanos e liberdades consagradas em todos os instrumentos regionais e internacionais relativos aos direitos humanos. Estes direitos abrangem, entre outros: a) direitos a que se respeite sua vida; b) direitos a que se respeite sua integridade física, mental e moral; c) direitos à liberdade e a segurança pessoais; d) direito a não ser submetida à tortura; e) direito a que se respeite a dignidade inerente à sua pessoa e a que se proteja sua família; f) direito a igual proteção perante a lei e da lei; g) direito a recurso simples e rápido perante tribunal competente que a proteja contra atos que violem seus direitos; h) direito de livre associação; i) direito à liberdade de professar a própria religião e as próprias crenças, de acordo com a lei; e j) direito a ter igualdade de acesso às funções públicas de seu próprio país e a participar nos assuntos públicos, inclusive na tomada de decisões. Toda mulher poderá exercer livre e plenamente seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, e contará com total proteção desses direitos consagrados nos instrumentos regionais e internacionais sobre direitos humanos. [...] O direito de toda mulher a ser livre de violência abrange, entre outros: a) o direito da mulher a ser livre de todas as formas de discriminação; e b) o direito da mulher a ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamento e costumes sociais e culturais baseados em conceitos de inferioridade ou subordinação.<sup>62</sup>

No dia em que as meninas e mulheres tiverem esses direitos garantidos, muitas violências poderão ser evitadas. Ser educada livre de padrões estereotipados de subordinação já garantirá boa parte disso.

---

2016, p. 2. “[...] that violence against women is a manifestation of historically unequal power relations between men and women, which have led to domination over and discrimination against women by men and to the prevention of the full advancement of women [...]” (tradução própria)

<sup>61</sup> SENADO FEDERAL. Secretaria de Informação Legislativa. Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. *Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994*. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=122009>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

<sup>62</sup> SENADO FEDERAL, 1994.

---\*---

Vou contar como foi aquele dia: era agosto de 1997, eu acho. Sim, eu tinha doze anos, então era 1997. Lembro que era um sábado. Morávamos numa comunidade rural, que ficava há uns cinco quilômetros da zona urbana. Minha mãe havia falado que quando meu pai voltasse da cidade, no começo da tarde, ela contaria para ele da sua decisão de se separar. Meu avô e avó estariam com ela, assim como uma tia e um tio. Confesso que não me lembro muito dessa parte, apenas que era para eu ficar na casa do meu avô e avó esperando enquanto conversavam. Em algum momento, vi o carro dele saindo em alta velocidade em direção à cidade. É incrível como minha memória é cheia de buracos.

Daí já lembro que, de madrugada, eu dormia com minha mãe no quarto dela e meu irmão e a namorada em seu quarto. Foi quando fui acordada por meu pai, querendo me levar até meu quarto, pois dizia querer conversar com minha mãe. Eu tinha um ursinho de pelúcia branco deitado sobre uma almofada azul com luas e estrelas. Antes de meu pai me levar até o quarto, eu disse que queria buscar esse urso e que ele estaria no quarto do meu irmão, mas eu sabia que ele estava na sala. Creio que foi aí que minha mãe foi salva. Não sei como nem por que fiz isso, mas fui até o quarto do M., meu irmão, fingindo que procurava o urso (com meu pai na minha cola) e só saí de lá quando vi que a namorada dele havia acordado e nossos olhos se encontraram por alguns segundos. Disso eu lembro bem. Saí, fui até a sala, peguei o tal urso e fui levada pra minha cama. Meu quarto ficava em frente ao quarto da minha mãe e do meu pai. As duas portas foram fechadas e os gritos e estrondos começaram.

---\*---

## **1.2 Violência doméstica contra as mulheres**

A violência doméstica contra as mulheres está presente em todas as classes sociais, faixas etárias, raças e etnias, orientações sexuais, culturas, níveis educacionais e religiões. A ONG Centre On Housing Rights and Evictions (COHRE) divulgou em 2010 dados da pesquisa intitulada 'Um Lugar no Mundo: o direito à moradia adequada como um elemento essencial a uma vida livre de violência

doméstica', revelando que, no Brasil, estima-se que uma em cada quatro mulheres sofre e/ou já sofreu algum tipo de violência<sup>63</sup>. De acordo com dados divulgados pela Fundação Perseu Abramo em 2010, uma brasileira é agredida a cada vinte e quatro segundos, totalizando, aproximadamente, 1, 314 milhões de mulheres vitimadas pela violência por ano<sup>64</sup>.

Os dados apresentados pelo Mapa da Violência 2012 mostram que de 1980 a 2010, foram assassinadas no Brasil cerca de noventa e uma mil mulheres; duas em cada três pessoas atendidas no Sistema Único de Saúde (SUS) em razão da violência doméstica ou sexual são mulheres; seis em cada dez pessoas conhecem alguma mulher que foi vítima de violência doméstica; machismo (46%) e alcoolismo (31%) são apontados como principais fatores que contribuem para a violência de gênero; 94% das pessoas conhecem a Lei Maria da Penha, mas apenas 13% sabem seu conteúdo; 52% acham que juízes, juízas e policiais desqualificam o problema; o medo continua sendo a razão principal (68%) para evitar a denúncia dos agressores; em 66% dos casos, os responsáveis pelas agressões foram os maridos ou companheiros<sup>65</sup>.

O Observatório da Violência contra as Mulheres divulgou os dados da pesquisa 'Diagnóstico dos femicídios consumados no Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2013'<sup>66</sup> e verificou-se, quanto ao local dos crimes, que em 74,4% dos casos a mulher foi assassinada dentro de sua própria residência. A arma branca aparece em primeiro lugar (44,3%) como a mais utilizada pelos assassinos, ficando a arma de fogo como segundo meio utilizado (40,9%) no assassinato de mulheres. Quanto aos motivos envolvidos nos assassinatos, 54,5% ocorreram após a separação do casal, seguidos de discussões e brigas com 27,3% e traição e vingança ambos com 9,1% dos casos. Em relação à cor/etnia das vítimas, constatou-se que corresponde à proporção da população do Rio Grande do Sul:

<sup>63</sup> COHRE – Centre on Housing Rights and Evictions. *A Place in the World: The Right to Adequate Housing as an Essential Element of a Life Free from Domestic Violence*. Disponível em: <<http://www.cohre.org/news/documents/a-place-in-the-world-the-right-to-adequate-housing-as-an-essential-element-of-a-life->> Acesso em: 27 jun. 2015.

<sup>64</sup> PESQUISA Fundação Perseu Abramo. *Mulheres Brasileiras nos Espaços Público e Privado 2010*. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/pesquisas-de-opinioao-publica/pesquisas-realizadas/pesquisa-mulheres-brasileiras-nos-es>>. Acesso em: 17 out. 2015.

<sup>65</sup> WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2012*. Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil. CEBELA – Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos. Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2012. Disponível em: <<http://mapadaviolencia.org.br/>>. Acesso em: 7 out. 2015.

<sup>66</sup> RELATÓRIO Lilás. *Políticas Públicas de Gênero: avanços e desafios*. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Comissão de Cidadania e Direitos Humanos; Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher. Porto Alegre: Corago, 2015, p. 106-116.

segundo o censo 2010 do IBGE, 84% das mulheres são brancas e 15,7% são negras, sendo que das vítimas de feminicídio 83,7% foram mulheres brancas e 15,2% foram mulheres negras.

Em 2014 o IPEA realizou a pesquisa *Tolerância social à violência contra as mulheres*, a qual demonstrou que o pensamento machista e patriarcal ainda circunda a sociedade como um todo: mais de 40% das pessoas entrevistadas concordam que os homens devem ser a cabeça do lar; mais de 50% acredita que toda mulher sonha em se casar; 34,6% concordam com a afirmação 'tem mulher que é pra casar, tem mulher que é pra cama' e quase 60% afirmam que 'em briga de marido e mulher, não se mete a colher'<sup>67</sup>.

De acordo com dados do Mapa da Violência 2015, o Brasil ocupa o quinto lugar a nível mundial entre os países mais violentos para as mulheres. O documento aponta que treze mulheres são assassinadas por dia no Brasil<sup>68</sup>. O 9º anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apresenta dados alarmantes para as brasileiras: em 2014 ocorreram 47,6 mil queixas de violência sexual. Levando em consideração apenas os registros feitos (sem contar os inúmeros casos que permanecem velados), o resultado é de uma mulher estuprada a cada onze minutos no Brasil<sup>69</sup>.

Quanto à aplicação da Lei Maria da Penha, dados do Conselho Nacional de Justiça indicam que entre 2006 e 2011 foram distribuídos 685.905 procedimentos, 304.696 audiências foram realizadas, 26.416 prisões em flagrante e 4.146 prisões preventivas foram efetuadas<sup>70</sup>. Levando em consideração os dados destacados até aqui, fica evidente que a violência doméstica contra as mulheres não é algo que pode ser ignorado no Brasil.

---

<sup>67</sup> IPEA/SIPS. *Tolerância social à violência contra as mulheres*. Governo Federal, 2014. Disponível em: <[www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/04/IPEA\\_sips\\_violenciamulheres04042014.pdf](http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/04/IPEA_sips_violenciamulheres04042014.pdf)>. Acesso em: 11 abr. 2016.

<sup>68</sup> WASELFSZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015*. Homicídio de Mulheres no Brasil. Brasília: Flacso Brasil, 2015. Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2016.

<sup>69</sup> FÓRUM Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015*. Ano 9. São Paulo: 2015. Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario\\_2015.retificado\\_.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2015.retificado_.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 16.

<sup>70</sup> COMPROMISSO e Atitude. *Alguns números sobre a violência contra as mulheres no Brasil*. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/alguns-numeros-sobre-a-violencia-contra-as-mulheres-no-brasil/>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

---\*---

Em segundos estávamos os três – eu, meu irmão e a namorada dele – em frente à porta do quarto. M. dava socos e pontapés na porta, gritando e pedindo para abri-la. Minha cunhada me abraçava e tentava tapar meus olhos e ouvidos, me apertando contra seu peito. Do outro lado da porta só o silêncio, os gritos e estrondos já haviam cessado. A sorte, o destino, o vigor dos dezoito anos e serviço no quartel de M. ou sei lá o quê fizeram com que ele conseguisse arrebentar a porta. Lembro-me de vê-lo encarando nosso pai, com o punho cerrado. M. já está mais alto que ele, o fazendo recuar (covarde! Só há coragem pra bater na mulher a portas fechadas!). Então alguém me disse ‘vá lá chamar seu avô’ (quem foi que disse isso?). Eu só consigo sentir o barro gelado embaixo dos meus pés.

---\*---

Os dados estatísticos apresentados acima são estimativas, pois a violência doméstica, bem como o estupro, são crimes muitas vezes não notificados/denunciados, seja por medo, vergonha, culpa ou outros motivos relacionados:

Dados apontam que o medo e a vergonha, aliados à precariedade dos serviços de saúde, e das delegacias especializadas no atendimento à mulher em situação de violência impedem a denúncia, o encaminhamento da queixa, e o tratamento dos efeitos decorrentes da violência. Esses fatores dificultam o registro e o real dimensionamento da violência contra a mulher no país. Outro motivo para que a violência doméstica seja pouco denunciada é a manutenção do segredo familiar vinculado à honra ou à situação de provedor da família do agressor.<sup>71</sup>

Segundo Graciela Cornaglia, o fenômeno da violência doméstica contra as mulheres repete um padrão cíclico, denominado de ciclo da violência doméstica, o qual é composto por três fases: tensão, agressão e lua-de-mel<sup>72</sup>. Este ciclo pode se tornar vicioso, repetindo-se ao longo de meses ou anos, variando de acordo com as pessoas envolvidas<sup>73</sup>. “Raramente uma mulher consegue desvincular-se de um

<sup>71</sup> GROSSI, Patrícia Krieger; ALMEIDA, Sônia; TAVARES, Fabrício. Violência de Gênero: Em busca do fortalecimento de mulheres. In: MENEGHEL, Stela Nazareth (Org.). *Rotas Críticas: Mulheres enfrentando a violência*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007, pp. 72-73.

<sup>72</sup> CORNAGLIA, Graciela P. *Prevenção à Violência contra as Mulheres*. São Leopoldo: Contexto, 2010, p. 19.

<sup>73</sup> MARTÍNEZ, Raquel Carmen Riquelme. *Rompendo velhas mortalhas: a violência contra a mulher e sua relação com o Imaginário Androcêntrico de Deus na Igreja Metodista do Chile*. (Tese de

homem violento sem auxílio externo. Até que este ocorra, descreve uma trajetória oscilante, com movimentos de saída da relação e de retorno a ela. Este é chamado ciclo da violência [...]”<sup>74</sup> As três fases se caracterizam por:

**1) Fase da tensão:** Toda a tensão do casal vai aqui acumulando-se. A violência psicológica se faz presente com frequência nesta fase, através de xingamentos, ciúmes excessivos, crítica e humilhação constantes, gritos, ameaças de morte e de abandono, controle econômico etc. A autonomia da mulher passa a ser controlada pelo agressor. A fase da tensão pode durar de poucos dias a um período de anos. A mulher, nesta fase, demonstra medo e grande preocupação em relação ao seu companheiro. Para que as ameaças dele não se tornem reais, ela tenta controlar a situação ‘agradando-o’. Os conflitos do casal não são resolvidos adequadamente, produzindo assim um estado de tensão permanente, até desencadear na próxima fase<sup>75</sup>.

**2) Fase da agressão:** Nesta fase acontece a descarga descontrolada de toda a tensão acumulada anteriormente. Aqui são muito frequentes as violências física e psicológica, podendo também ser acompanhadas de violência sexual e patrimonial. É muito comum o companheiro agredir a mulher com socos, pontapés, empurrões, armas ou qualquer objeto que estiver ao seu alcance e, tudo isso, geralmente acompanhado de agressões verbais. Esta fase normalmente dura de duas a quarenta e oito horas. Aqui também é onde ocorrem os danos físicos mais severos à mulher, podendo chegar até mesmo ao óbito. Quando não for este o caso, a mulher agredida, geralmente, nega a seriedade da situação de agressão, com a finalidade de acalmar o parceiro agressor e findar o mais rapidamente possível esta segunda fase<sup>76</sup>.

**3) Fase da lua-de-mel:** Nesta fase, geralmente, ambos negam ou justificam a situação de violência. Aqui, o comportamento padrão do agressor é de mostrar-se arrependido, pedindo perdão e prometendo nunca mais voltar a cometer um ato violento, ou apenas fingir que não aconteceu nada, sem ao menos tocar no assunto, mas ficando mais carinhoso, trazendo presentes, fazendo promessas e agradados.

---

Doutorado.) São Bernardo do Campo: Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo – Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, 2004, p. 73.

<sup>74</sup> SAFFIOTI, 2015, p. 84.

<sup>75</sup> MARTÍNEZ, 2004, p. 74.

<sup>76</sup> MARTÍNEZ, 2004, p. 74-75.

Com isso, a mulher agredida pode vir a acreditar e confiar que aqueles atos de violência não voltarão a acontecer e, conseqüentemente, acabar perdendo seu companheiro. Ela recorda do tempo em que ele não era violento e ele também acredita que está mudado, pois 'a lição já foi dada' e ele crê que não terá mais motivos para bater nela. A duração da fase da lua-de-mel é curta, pois ao menor dos 'deslizes' da mulher, começa, gradativamente, a se instaurar a fase da tensão, voltando, assim, ao início do ciclo novamente<sup>77</sup>.

A cada repetição do ciclo da violência doméstica é muito comum que a agressão se torne cada vez mais intensa e o intervalo entre as fases menor. Este ciclo pode se repetir indefinidamente ou terminar em tragédia, como uma lesão grave ou até mesmo o assassinato da mulher agredida: "Enquanto não existir a intervenção eficiente de terceiros que, eventualmente, acompanhem o casal num processo terapêutico, quebrar o ciclo da violência será uma tarefa complexa."<sup>78</sup>

Um dos entrevistados [H, 51-65] apontou, ao responder sobre sua contribuição enquanto liderança comunitária e religiosa no enfrentamento à violência doméstica contra mulheres: "Acho que é muito importante conseguir encorajar as mulheres a se manifestarem falando e até denunciando as agressões sofridas." Esse é um passo crucial para romper com o ciclo da violência e desvelar sua insistência rotineira. Um movimento importante é o que ressaltou outra entrevistada [M, 51-65]: "[...] Ir ao encontro de mulheres que sofrem agressão [...]", pois como já é conhecido, o medo, a vergonha, a culpa e tantos outros fatores podem influenciar para que a mulher tente esconder a agressão sofrida ou sua gravidade.

O número de mulheres que conseguem sair de uma relação abusiva é bastante reduzido e, quando conseguem se libertar, geralmente levam algum tempo, que pode durar até mais de vinte anos, para se desvincilharem dos parceiros agressivos. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), apenas 10% das situações de violência sofridas por mulheres são denunciadas. Os motivos para tal são muitos, como por exemplo:

- Sentimento de negação ou culpa: a mulher agredida não acredita que seu parceiro possa agir de maneira violenta e acaba negando a violência sofrida para si mesma e para as outras pessoas, e também se culpando pelas atitudes dele.

---

<sup>77</sup> MARTÍNEZ, 2004, p. 75.

<sup>78</sup> MARTÍNEZ, 2004, p. 75.

- Risco de morte e perigo iminente: medo de que as ameaças de matá-la, matar os filhos e filhas, queimar e/ou destruir a casa e outros bens, tornem-se reais;
- Dependência econômica: o medo de passar grandes dificuldades, principalmente quando há crianças, contribui para a permanência de mulheres em relações abusivas;
- Existência de filhos e filhas pode fazer com que a mulher acredite que, independente da situação, o melhor é crescer na convivência do pai;
- Falta de autoconfiança, perda da autonomia e baixa autoestima devido às humilhações constantes provocadas pelo agressor;
- Isolamento social, por sentir que família, amigas e amigos, vizinhança, polícia e serviços sociais não acreditam nela e não a apoiam;
- Pressão da própria família, quando o agressor os convence de que está tudo bem e que se há algo errado a culpa é da mulher;
- Dificuldade em lidar com o processo jurídico: passar pelos caminhos dos trâmites legais pode ser outra experiência de violência e constrangimento para a mulher, pois nem todos os e as profissionais da área da saúde e da segurança pública possuem a formação adequada para atendê-la.
- Histórico familiar com casos de violência, a levando a acreditar que é natural este tipo de situação.
- Crenças religiosas e espera por intervenção divina: dependendo do contexto religioso em que a mulher está inserida, ela pode ser influenciada a crer que o matrimônio é sagrado e que nem a violência pode dissolvê-lo, podendo apenas Deus intervir em sua causa para que seu parceiro deixe de ser violento.
- Esperança de mudança: por amor, pois mesmo com as agressões, pode acreditar que o parceiro vai mudar;
- Papéis sociais construídos e atribuídos historicamente à mulher, ou seja, ela pode acreditar que é seu dever, acima de tudo, zelar pela família, pelo seu bem-estar e manutenção<sup>79</sup>.

---

<sup>79</sup> DEFENSORIA Pública do Estado de São Paulo. *Lei Maria da Penha: sua vida recomeça quando a violência termina – estímulo à aplicação da Lei nº 11.340/2006*. São Paulo: Coordenadoria de

Esses, entre muitos outros fatores, podem contribuir para manter a mulher que sofre violência dentro de uma relação afetiva abusiva<sup>80</sup>. Muitos são os casos em que, alimentadas por medo, culpa e vergonha, as mulheres permanecem nas relações abusivas certas de que podem ou devem ‘fazer alguma coisa para ajudar seu parceiro violento’. Mas a realidade mais uma vez fica oculta pelas armadilhas dos papéis de gênero: permanecer numa relação abusiva não beneficia nenhum dos lados, nem vítima, nem agressor.

Enquanto nós acreditarmos que temos o poder de conseguir de volta aquele homem com quem nos casamos, enquanto acreditarmos que a violência é causada por alguma coisa que nós podemos consertar, enquanto acreditarmos em qualquer coisa, menos na verdade, permaneceremos.<sup>81</sup>

No entanto, isso não quer dizer que as mulheres que sofrem violência sejam cúmplices disso. Para tanto, as relações de poder deveriam ser iguais entre homens e mulheres para que elas pudessem consentir com as agressões. Porém, “sendo detentoras de parcelas infinitamente menores de poder que os homens, as mulheres só podem ceder, não consentir.”<sup>82</sup>

Um fator que pesa muito no desencorajamento da denúncia da violência doméstica é a falta de preparo que boa parte de profissionais da área da saúde e até mesmo da segurança pública apresentam<sup>83</sup>. A falta de atendimento adequado,

---

Comunicação Social e Assessoria de Imprensa, 2011. Disponível em: <[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=8&ved=0CFgQFjAH&url=http%3A%2F%2Fwww.defensoria.sp.gov.br%2Frepositorio%2F0%2FCartilha%2520Lei%2520Maria%2520da%2520Penha.pdf&ei=DHyIUMi9H-PA0AGnuYHYCA&usg=AFQjCNEPhxgKa0rrEES87Lrs3vZpu4CbNw&sig2=diyKAf\\_yHPyhPuy-jVIO2w](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=8&ved=0CFgQFjAH&url=http%3A%2F%2Fwww.defensoria.sp.gov.br%2Frepositorio%2F0%2FCartilha%2520Lei%2520Maria%2520da%2520Penha.pdf&ei=DHyIUMi9H-PA0AGnuYHYCA&usg=AFQjCNEPhxgKa0rrEES87Lrs3vZpu4CbNw&sig2=diyKAf_yHPyhPuy-jVIO2w)>. Acesso em: 15 out. 2015, p. 7.

<sup>80</sup> PAZ, Nivia Ivette Núñez de la. *Da violência de gênero para relações humanizadas: guia regional*. São Leopoldo: CEBI, 2010, p. 18.

<sup>81</sup> BUTLER, s/d *apud* CARROL, Aileen Silva; ANDRADE, Sérgio. *Até Quando? O cuidado pastoral em contexto de violência contra a mulher praticada por parceiro íntimo*. Viçosa: Ultimato, 2010, p. 37.

<sup>82</sup> SAFFIOTI, 2015, p. 84.

<sup>83</sup> “Médicos da América Latina e Caribe admitem que identificam os maus-tratos e a violência que muitas mulheres sofrem na relação com os companheiros íntimos. Mesmo tendo consciência disso, não sabem como lidar com um assunto tão grave e que consideram fora de sua competência. Em consequência, terminam fingindo que não o vem.” STREY, 2007, p. 102. “Dados apontam que o medo e a vergonha, alienados à precariedade dos serviços de saúde, e das delegacias especializadas no atendimento à mulher em situação de violência impedem a denúncia, o encaminhamento da queixa, e o tratamento dos efeitos decorrentes da violência. Esses fatores dificultam o registro e o real dimensionamento da violência contra a mulher no país [...] salienta-se a precária capacitação dos (as) trabalhadores (as) de saúde para o atendimento adequado às mulheres em situação de violência. Além disso, esse tema não faz parte dos currículos da maioria dos cursos do campo da saúde.” GROSSI; ALMEIDA; TAVARES, 2007, p. 72-74.

geralmente por não reconhecer os sinais da violência doméstica, pode gerar mais dor e constrangimento, levando-as a desistir da denúncia.

As causas dessa não percepção dos casos de violência doméstica devem-se, provavelmente, a circunstâncias como: despreparo dos profissionais da saúde, desinteresse, falta de tempo para escutar a mulher durante os atendimentos, ater-se somente às lesões físicas, e à cultura patriarcal em que o pessoal é visto como assunto privado, ou seja, 'em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher'.<sup>84</sup>

O senso comum apresenta uma gama de teorias sobre as causas da violência apresentada pelo homem agressor, tais como culpar a mulher pelo ato violento, agressividade como natural do masculino, violência como ato isolado e descontrolado, violência como consequência de consumo de álcool ou drogas ou consequência do estresse etc. Fatores como o abuso de substâncias podem contribuir para a violência doméstica, no entanto, não podem ser apontados como causa. Quem causa a violência doméstica é o agressor que a pratica.

Analisando as respostas obtidas na questão número três, que buscava investigar a percepção do público pesquisado no contexto local de trabalho em relação à violência doméstica contra as mulheres, é válido observar, como já mencionado anteriormente, que três homens (13%) com faixa etária de cinquenta e um a sessenta e cinco anos relataram não haver nas cidades onde trabalham muitos casos de violência doméstica contra as mulheres. As pessoas que não souberam responder foram uma mulher e cinco homens (26%), contempladas em todas as faixas etárias.

É possível perceber uma parcela de 'padrão de desatenção masculina' no que se refere à violência contra as mulheres. E essa desatenção pode vir a fazer com que uma mulher membro de sua comunidade, vivendo em situação de violência doméstica, não se sinta encorajada a buscar ajuda.

A pergunta número seis<sup>85</sup> tinha por objetivo investigar se os ministros e as ministras tinham conhecimento de casos de violência doméstica contra as mulheres nas comunidades onde trabalham. A maioria das pessoas entrevistadas (38%) respondeu que não tem conhecimento de nenhum caso de violência doméstica. Esse grupo é composto por uma mulher e sete homens, além de uma pessoa que

---

<sup>84</sup> STREY, 2007, p. 102.

<sup>85</sup> (QUESTÃO 6) 'Você tem conhecimento de algum caso de violência doméstica contra a mulher entre membros de sua paróquia/comunidade?'

não informou esse dado, contemplando todas as faixas etárias pesquisadas. Esse é um dado que serve de alerta, pois “é provável que todo pastor ou pastora, pelo menos uma vez em sua carreira ministerial, seja procurado por um membro da igreja que está enfrenando problemas relacionados à violência promovida pelo parceiro íntimo.”<sup>86</sup>

Devemos nos perguntar se as famílias pertencentes a essas nove comunidades do SRS estão protegidas da realidade estatística da violência doméstica ou se as mulheres vítimas de violência não se sentem encorajadas e seguras para procurar auxílio.

Em contrapartida, 22% das pessoas entrevistadas tem conhecimento de um caso de violência doméstica, 35% sabem de dois a cinco casos e 4% tem conhecimento de seis a dez casos de violência doméstica.

Diferentemente de outros tipos de violência, a violência doméstica apresenta características específicas. Uma característica muito marcante e presente na violência doméstica é a sua rotina, tornando-se crônica. Em grande parte dos casos, as vítimas são agredidas sistematicamente, induzindo a ‘normalidade dos fatos’.

A fragilização e a vulnerabilização decorrentes das violências incluem efeitos permanentes na autoestima e autoimagem, deixando as mulheres com menos possibilidade de se proteger, menos seguras do seu valor, e mais propensas a aceitar a vitimização como sendo parte da condição da mulher [...] O impacto de tipos diferentes de abuso e de múltiplos eventos ao longo do tempo parece ser cumulativo [...] A experiência dos maus-tratos está associada a uma frequência mais elevada de problemas mentais, como depressão, fobia, tendência ao suicídio e consumo abusivo de álcool e drogas. Os sentimentos depressivos e de apatia gerados pela violência, dificultam a busca de resoluções para esse sofrimento.<sup>87</sup>

---\*---

Hoje vi uma postagem no Facebook que mexeu comigo: “Existe uma versão de você no futuro que está orgulhosa por você estar segurando essa barra sem desistir.”

---\*---

<sup>86</sup> CARROL; ANDRADE, 2010, p. 43.

<sup>86</sup> SAFFIOTI, 2015, p. 84.

<sup>87</sup> MENEGHEL, Stela N.; HENNINGTON Élida A. A Rota Crítica das Mulheres no Brasil – Aspectos preliminares do estudo em São Leopoldo. In: MENEGHEL, Stela Nazareth (Org.). *Rotas Críticas: Mulheres enfrentando a violência*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007, pp. 53-54.

### 1.3 Lei Maria da Penha

Na década de 1990, com o intuito de transformar a dura realidade da violência doméstica contra as mulheres, que sempre esteve presente na sociedade como um todo, alguns instrumentos internacionais foram criados, os quais foram ratificados pelo Estado Brasileiro: Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), Plano de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (conhecida como a Convenção de Belém do Pará), Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, além de outros instrumentos de Direitos Humanos<sup>88</sup>.

Concomitante a esse movimento, organizações de defesa dos direitos humanos levaram até a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) uma denúncia relativa à impunidade do crime de violência doméstica cometido contra a cidadã Maria da Penha Fernandes. Ela ficou paraplégica por consequência de duas tentativas de homicídio praticadas contra ela por seu marido, o qual estava impune e, na época, em vias de ser beneficiado com a prescrição do caso. O que aconteceu com Maria da Penha foi mais um dos casos cotidianos de violência doméstica contra as mulheres. Mas este caso, particularmente, teve e tem até hoje uma importância singular, pois reconhecendo a omissão do Estado Brasileiro, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA aceitou a denúncia e determinou, com urgência, o julgamento do agressor de Maria da Penha Fernandes e a elaboração de uma lei específica relativa à violência contra as mulheres no Brasil<sup>89</sup>.

Em 2002, as ONGs Feministas Advocacy, Agende, Themis, Cladem/Ipê, Cepia e Cfemea, reuniram-se para elaborar um anteprojeto de lei com a finalidade de combater a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Em 2004, o anteprojeto foi apresentado à Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, que instituiu Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar um Projeto de Lei sobre mecanismos de combate e prevenção à violência doméstica contra as mulheres. Após consultar representantes da sociedade civil,

---

<sup>88</sup> SECRETARIA de Políticas para as Mulheres. *Lei Maria da Penha: Breve histórico*. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/lei-maria-da-penha/breve-historico>>. Acesso em: 17 set. 2015.

<sup>89</sup> SECRETARIA, 2015.

operadoras e operadores do direito e servidoras e servidores da área da segurança pública e demais representantes de entidades envolvidas na temática, por meio de debates e seminários, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei sob o nº 4.559. Na Câmara dos Deputados o projeto original foi alterado por amplo debate, através de audiências públicas realizadas em todo o país, resultando na **Lei 11.340**, sancionada pelo então Presidente da República – Luiz Inácio Lula da Silva – e publicada em sete de agosto de 2006, conhecida como **Lei Maria da Penha**<sup>90</sup>.

A Lei Maria da Penha caracteriza a violência doméstica contra as mulheres como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.”<sup>91</sup> Pode ocorrer no âmbito da unidade doméstica (convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar), no âmbito da família (comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados) e em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a mulher agredida. De acordo com a Lei Maria da Penha, há cinco formas distintas de se praticar a violência doméstica contra as mulheres:

**Violência física:** A violência física é entendida por qualquer agressão com o objetivo de ferir o corpo, deixando ou não marcas visíveis. São comuns socos, queimaduras, empurrões, agressões com objetos, entre outros. Esta forma de violência não é necessariamente cometida pelo companheiro, pois também podem estar envolvidos parentes próximos ou até mesmo uma pessoa contratada para tal.

**Violência psicológica:** Este tipo de violência não deixa marcas visíveis, visto que a lesão aloja-se na estrutura emocional, invisível e impossível de ser detectada pelo exame de corpo de delito<sup>92</sup>. O agressor sente satisfação em ver a mulher agredida menosprezada, diminuída, se sentindo incompetente. São frequentes na violência psicológica as ameaças de cometer agressões físicas e até mesmo de matar a mulher e/ou seus filhos e filhas. Também é considerada violência

<sup>90</sup> SECRETARIA, 2015.

<sup>91</sup> BRASIL. *Lei Maria da Penha*. Lei no. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm)> Acesso em: 27 jun. 2015.

<sup>92</sup> Tipo de prova obrigatória aos crimes que deixam vestígios, pois seu laudo constitui prova da materialidade do delito. Sua falta pode acarretar nulidade. JUSBRASIL Tópicos. *Corpo de Delito*. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/291084/corpo-de-delito>> Acesso em: 19 mai. 2015.

psicológica a restrição da liberdade (cárcere privado). O agressor mantém a mulher encarcerada em sua própria casa, restringindo os contatos familiares e sociais.

**Violência sexual:** A violência sexual, além das marcas físicas, também deixa marcas invisíveis, tais como culpa, medo e vergonha. Ela é caracterizada por atos sexuais sem o consentimento da mulher, com ou sem violência física, tais como forçá-la a presenciar, manter ou participar de uma relação sexual não desejada. Induzir a comercializar e/ou utilizar sua sexualidade e anular o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos também são considerados atos de violência sexual. Geralmente, esta forma de violência está intimamente ligada às violências psicológica e física.

**Violência patrimonial:** Roubar, reter, destruir parcial ou totalmente objetos, documentos pessoais, instrumentos de trabalho, bens e/ou recursos econômicos são considerados atos de violência patrimonial.

**Violência moral:** É entendida como qualquer ato que configure calúnia, difamação ou injúria.

A Lei Maria da Penha conta com mecanismos novos e efetivos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil. Através destes mecanismos, é possível buscar também a promoção de mudanças significativas no que diz respeito à proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar e à punição dos seus respectivos agressores<sup>93</sup>. Suas principais características, além das já citadas acima, são:

- Estabelece que a violência contra as mulheres independe de orientação sexual;
- A pena de detenção poderá ser de três meses a três anos e, caso a violência seja cometida contra mulher com deficiência, esta será aumentada em 1/3;
- Em quarenta e oito horas a autoridade policial pode requerer à juíza ou juiz medidas protetivas de urgência, como suspensão do porte de armas do agressor, afastamento do agressor do lar e impedimento de ver os filhos e filhas pelo potencial de agressividade e risco;

---

<sup>93</sup> BLOGUEIRAS Feministas. *Seis anos de Lei Maria da Penha*. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2012/08/seis-anos-de-lei-maria-da-penha/>>. Acesso em: 17 out. 2015.

- Determina que a mulher somente possa renunciar à denúncia perante a juíza ou juiz;
- Ficam proibidos os pagamentos de multas e cestas básicas (penas pecuniárias);
- É proibida a entrega de intimação ou notificação pela mulher ao agressor. Este ato será realizado por funcionária ou funcionário público competente;
- A mulher será notificada dos atos processuais, principalmente quando do ingresso e saída da prisão do agressor;
- Altera o código do processo penal para possibilitar à juíza ou juiz a decretação da prisão preventiva quando houver risco à integridade física ou psicológica da mulher;
- Mantém o vínculo trabalhista da mulher por até seis meses, quando necessário o afastamento do local de trabalho;
- Altera a lei de execuções penais para permitir à juíza ou juiz que determine o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação<sup>94</sup>.

O Art. 35 da Lei Maria da Penha prevê a criação de núcleos diversificados e específicos de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica, seus filhos e filhas e também para os agressores<sup>95</sup>. Por serem específicos, funcionam em uma rede integrada de atendimento, pois um núcleo complementa o outro. As mulheres em situação de violência doméstica, seus filhos e filhas e os homens com comportamento agressivo podem dispor desta rede, que é composta por:

**Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM):** Estabelece políticas públicas para contribuir com a melhoria de vida das brasileiras e reafirma o compromisso do Governo Federal com as mulheres em enfrentar as desigualdades sociais, raciais e étnicas, sexuais e das mulheres com deficiência. Compete à SPM assessorar a Presidência da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres; elaborar e implementar campanhas nacionais educativas que contribuam na ação do Governo Federal e das demais esferas de governo; promover a igualdade de gênero; articular, promover e executar programas de

<sup>94</sup> PAZ, 2010, p. 28-29. CORNAGLIA, Graciela Patrícia; SANTOS, Karine dos. *Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Caderno 2. São Leopoldo: CEBI, 2010, p. 26-27.

<sup>95</sup> BRASIL, 2006.

cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres; promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento dos acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à igualdade entre mulheres e homens e de combate à discriminação, tendo como estrutura básica o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o Gabinete e três Subsecretarias.

**Casa Abrigo:** Local que oferece moradia protegida e atendimento integral às mulheres em situação de ameaça de morte iminente. Seu endereço é sigiloso e a permanência das usuárias é temporária, período no qual receberão condições necessárias para retomar suas vidas. O objetivo principal da Casa Abrigo é garantir a integridade física e psicológica de mulheres que sofrem ameaças de morte, assim como de seus filhos e filhas menores de idade.

**Centro de Referência da Mulher:** Espaço que oferece atendimento psicológico, social e jurídico, realizando o encaminhamento da mulher agredida aos órgãos competentes. Atende mulheres que sofrem todos os tipos de violência descritos na Lei Maria da Penha, acolhendo-as e apoiando-as, juntamente com seus e suas familiares.

**Centro de Referência da Assistência Social (CRAS):** É a porta de entrada para a rede de proteção social básica. Trabalha na perspectiva da prevenção e minimização e/ou superação das desigualdades sociais.

**Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS):** Disponibiliza serviços especializados e continuados a famílias e pessoas em situação de ameaça ou violação de direitos. Tem como objetivo principal o acesso da família a direitos socioassistenciais por meio da potencialização de recursos e capacidade de proteção.

**Conselhos dos Direitos da Mulher:** Tem como finalidade promover políticas que visem a eliminação da discriminação das mulheres assegurando-lhes condições de liberdade e igualdade de direitos, assim como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país. Presta assessoria ao Poder Executivo e fiscaliza e exige o cumprimento da legislação que assegura os direitos das mulheres. Subdivide-se em **Conselho Nacional dos Direitos da Mulher**

**(CNDM), Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM) e Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM).**

**Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM):** Investigam, apuram e tipificam os crimes de violência contra as mulheres. As DEAMs vinculam-se aos Sistemas de Segurança Públicos Estaduais e sua ação se dá em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça.

**Serviços de Saúde:** Oferecem serviços de atendimento a casos de violência sexual e estupro, realizando, também, a distribuição da contracepção de emergência (pílula do dia seguinte), que faz parte do protocolo de atenção, especificamente, em casos de estupro.

**Centros de Educação e Reabilitação do Agressor:** Espaços de acompanhamento, responsabilização e educação de homens que cometeram violência, encaminhados pelos Juizados Especiais de Violência Doméstica/Familiar contra a Mulher e demais juizados/varas.

**Organizações não Governamentais (ONGs):** Organizações da sociedade civil que, voltadas às questões de gênero, violência e outras relacionadas às mulheres, fazem parte desta rede de atendimento<sup>96</sup>.

O público pesquisado foi indagado a respeito de sua opinião sobre a eficácia de políticas públicas para as mulheres, campanhas de conscientização sobre seus direitos e outros trabalhos semelhantes. A maioria (74%) acredita que estes trabalhos sejam efetivos no enfrentamento à violência doméstica e na construção de relações justas entre homens e mulheres. Estar em consonância com as políticas públicas disponíveis e acessíveis para as mulheres e demais pessoas envolvidas em situações de violência doméstica é, sem dúvida, um passo dado à frente na caminhada pela justiça de gênero.

A importância de dialogar com estes espaços foi citada nos questionários como meio de contribuir ao enfrentamento à violência doméstica. As sete mulheres que participaram da pesquisa citaram a informação e os espaços públicos/legais/de denúncia como instrumentos de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres: “[...] lá procuramos em 1º lugar dar informações importantes quanto a leis e formas de se cuidar e proteger.” [M, 29-35] “[...] Estar atenta às campanhas

---

<sup>96</sup> PAZ, 2010, p. 32-35.

públicas, às conquistas e aos retrocessos ligados às mulheres [...]” [M, 36-50] “[...] indicar alguém de área jurídica da comunidade para ajudar essas mulheres agredidas nas questões legais.” [M, 51-65] “[...] Participar e motivar mulheres e também homens a participarem de políticas públicas para mulheres.” [M, 51-65] “[...] Firmando parceria organismos competentes em âmbito eclesiástico e secular [...]” [M, 36-50]

Mesmo as duas mulheres que disseram não acreditar na eficácia de políticas públicas e trabalhos relacionados aos direitos das mulheres citaram estes espaços: “[...] Na orientação para a justiça [...]” [M, 36-50] “[...] Estando eu própria esclarecida dos passos de denúncia/legais para indicar o movimento a ser feito pela mulher [...] instruindo as/os orientadoras/es dos trabalhos com as crianças para perceber os sinais da violência doméstica.” [M, 36-50]

Dos quinze homens que participaram da pesquisa, três citaram esses espaços: “[...] Participando de fóruns/encontros da sociedade civil sobre direitos das mulheres.” [H, 36-50] “Acho que é muito importante conseguir encorajar as mulheres a se manifestarem falando e até denunciando as agressões sofridas.” [H, 51-65] “Promovendo o diálogo entre as instituições/pessoas habilitadas para orientar a respeito do tema [...]” [H, 51-65]

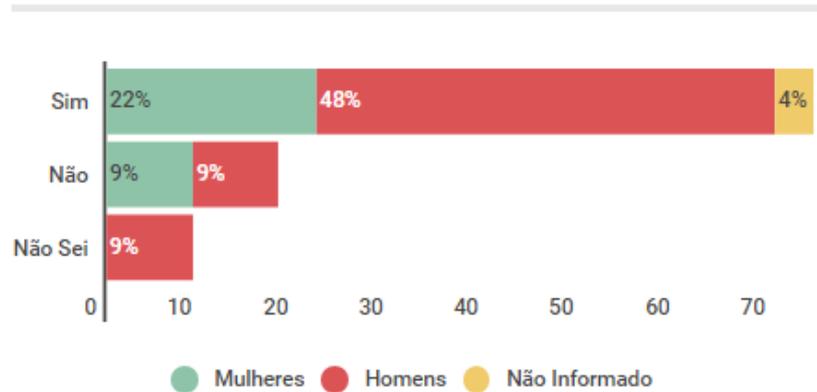
Dadas as proporções, é coerente observar que as mulheres, de um modo geral, buscam na lei e nas políticas públicas, aliadas para combater e prevenir a violência doméstica. No entanto, não são as mulheres que estão nesses espaços de poder. São, via de regra, os homens que decidem sobre leis e políticas que irão impactar diretamente nas vidas das mulheres. E os homens supostamente não veem estes espaços com a mesma importância.

Ainda completando os dados da pergunta número dois<sup>97</sup> do questionário, aqueles que responderam não saber se políticas públicas e trabalhos relacionados aos direitos das mulheres são eficazes no enfrentamento à violência doméstica foram majoritariamente homens (9%). Confira no gráfico a seguir o conjunto das respostas:

---

<sup>97</sup> (QUESTÃO 2) ‘Você acredita que políticas públicas para as mulheres, campanhas de conscientização sobre seus direitos e outros trabalhos semelhantes sejam efetivos no enfrentamento à violência doméstica e para a construção de relações justas e equitativas entre homens e mulheres?’

Gráfico 2: Percepção – eficácia das Políticas Públicas



Um grande avanço dado em relação ao enfrentamento à violência contra as mulheres foi o sancionamento em março de 2015, pela então Presidenta da República Dilma Rousseff, da Lei nº 13.104, também conhecida como Lei do Femicídio<sup>98</sup>: A Lei “[...] define o feminicídio como um homicídio qualificado e hediondo. Dessa forma, casos de violência doméstica e familiar ou discriminação contra a condição da mulher passam a ser vistos como qualificadores do crime.”<sup>99</sup> Por configurar crime hediondo, as penas podem variar de doze a trinta anos, havendo aumento de pena em 1/3 se o crime acontecer durante a gravidez ou até três meses após o parto. Outros fatores agravantes são se o crime for cometido contra mulher com deficiência, adolescente menor de catorze anos ou adulta acima de sessenta anos ou ainda se for presenciado por ascendente ou descendente da vítima<sup>100</sup>.

Apesar de muitos avanços já terem sido feitos no que tange às políticas públicas para as mulheres, ainda há um longo caminho a percorrer. A representatividade de mulheres nos espaços de poder e decisão ainda é muito pequena no Brasil, o que atrasa, dificulta ou impede a garantia de seus direitos. Segundo dados de 2014 apresentados por Patrícia Rangel,

<sup>98</sup> BRASIL. *Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015*. Brasília: Senado, 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm)>. Acesso em: 23 nov. 16.

<sup>99</sup> SOUZA, Babi. *Vamos juntas? – O guia da sororidade para todas*. Rio de Janeiro: Galera Records, 2016, p. 109.

<sup>100</sup> BRASIL, 2015. Veja também em: BLASI, Marcia (Coord.); BRUN, Marli; KROB, Daniéli Busanello. *Caderno Justiça de Gênero e Diaconia Transformadora: superando violências e preconceitos*. (Projeto Nossas Relações de Gênero: produção de material para justiça e equidade de gênero). Programa de Gênero e Religião; Fundação Luterana de Diaconia. Portão: Gráfica Schuch, 2016, p. 19-20.

O Brasil possui o menor índice de representação parlamentar feminina da América do Sul [...] Encontramo-nos atualmente em 126º de um ranking composto por 189 democracias do mundo todo [...] Ao longo das eleições na era democrática, as mulheres se tornaram maioria do eleitorado, mas permanecem minoria das candidaturas e dos/as representantes eleitos/as.<sup>101</sup>

Mas por que as mulheres, mesmo sendo maioria, estão numa posição de inferioridade social? Por que há tantos casos de violência contra as mulheres? Em que se baseia e justifica-se este padrão de comportamento em que as mulheres tornam-se submissas e passivas e os homens agressivos e dominadores? Essas questões serão tema do próximo capítulo.

[...] Olhos nos olhos, dançando ao ritmo dos tambores. Olhos nos olhos... E o veneno da tarântula saía dos corpos. Olhos nos olhos... E a morte da alma entristecida era ocupada alegremente pela ressurreição dos corpos amantes, amados e solidários. Hoje, o povo da minha terra [...] sabe que é possível vencer a tarântula da fome, da injustiça e do egoísmo. Nestas noites de lua cheia de verão, o povo da região se reúne nas praças. Lá na praça se encontram mulheres e homens, jovens, velhos e crianças [...] vão todos aqueles e aquelas que acreditam que o veneno da tarântula pode ser vencido. Nas noites de lua cheia de verão, quem quiser pode aprender a tocar tambor e dançar. Lá vai ter mulheres, crianças, homens e velhos, dispostos a ensinar.<sup>102</sup>

---

<sup>101</sup> RANGEL, Patrícia. Mulheres em espaços de poder e decisão: estratégias de ação afirmativa no Brasil. In: OROZCO, Yury Puello (Org.). *A Presença das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão*. Cadernos Católicas Pelo Direito de Decidir. São Paulo: Max Editora, 2014, p. 40.

<sup>102</sup> SOAVE BUSCEMI, 2008, p. 88.

## 2 É TEMPO DE DESCOBERTAS! DO DETERMINISMO BIOLÓGICO À LIBERTAÇÃO

A verdade te libertará. Mas primeiro ela vai te enfurecer.  
(Gloria Steinem)<sup>103</sup>

Poder questionar e pensar além do ‘é assim que as coisas são’ permite enxergar a imensa diversidade que é o ser humano e também acreditar que essa diversidade pode se estender de forma justa nas relações entre as pessoas. “A categoria de gênero, ao mesmo tempo em que prioriza o específico das situações concretas de cada pessoa, primando pela experiência das pessoas, o faz de maneira que todos os âmbitos relacionados a esta especificidade sejam incluídos.”<sup>104</sup>

Entretanto, para chegar a isso, é preciso antes percorrer um longo caminho de reflexão e desconstrução de padrões e estereótipos impostos cultural e socialmente às mulheres e homens, de acordo com marcadores de raça e etnia, classe social, entre outros marcadores socioculturais que atravessam suas vidas. A partir do momento em que gênero é entendido como uma categoria de análise e não como destino biológico, novos horizontes se expandem nas vidas e relações de todas as pessoas.

[...] não é o destino biológico que determina as identidades femininas e seu papel na sociedade, mas as relações humanas que envolvem poder. Tais relações influenciaram e, seguem determinando o papel das mulheres na sociedade, a partir de uma máxima eficaz: determinar o lugar dos corpos e das sexualidades das mulheres, como forma de controle.<sup>105</sup>

<sup>103</sup> “Gloria Steinem nasceu em 25 de março de 1934, em Toledo, Ohio. Ela se tornou escritora autônoma depois da faculdade e cresceu cada vez mais envolvida no movimento das mulheres e no feminismo. Ela ajudou a criar as revistas Nova York e Ms., ajudou a formar a Convenção Política Nacional de Mulheres, e é a autora de muitos livros e ensaios. Uma sobrevivente do Câncer de mama, Steinem comemorou seu 80º aniversário em 2014.” STEINEM, Gloria. *Biography*. Disponível em: <<http://www.biography.com/people/gloria-steinem-9493491>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

<sup>104</sup> LIMA, Marilúcia Fernandes. *Casa Suzana Wesley: uma abordagem histórica do Abrigo para Meninas – 1994 a 2003, a partir da categoria de gênero*. (Dissertação de Mestrado). São Leopoldo: Programa de Pós-Graduação da Faculdades EST, 2006, p. 23.

<sup>105</sup> ANGELIN, Rosângela. Direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres: avanços e desafios na construção da democracia. In: *Coisas do Gênero: revista de estudos feministas em teologia e religião*, São Leopoldo (RS), vol. 1, no. 2, p. 182-198, ago-dez 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/win/Downloads/2616-10138-1-PB.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2016, p. 187.

Quem detém o poder em relações assimétricas, via de regra, não tem grandes preocupações em gerar mudanças nesse quadro. Ou nem mesmo tem consciência da dimensão da dinâmica opressiva das relações. É aí que entra o feminismo e seu engajamento político de mudança social e cultural, denunciando, entre outras coisas, a violência velada e naturalizada que as mulheres sofrem por serem mulheres. “Os estudos de violência envolvendo as relações de gênero naturalmente precisaram desenvolver reflexões sobre homens e as estreitas relações entre as construções patriarcais de masculinidades subordinadoras das mulheres e violentas.”<sup>106</sup>

O feminismo também questiona e busca modificar as estruturas de poder e sua escancarada subordinação das mulheres: “As mulheres são ‘amputadas’, sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder.”<sup>107</sup> Sobretudo, o feminismo traz a boa nova da libertação das mulheres de toda e qualquer amarra: “[...] essa é uma das principais pautas do feminismo: fazer com que as mulheres entendam que não são obrigadas a passar por situações que as machucam (física ou psicologicamente), que são, sim, donas do próprio corpo [...]”<sup>108</sup>

---\*---

Se fosse um livro, talvez o nome do capítulo fosse ‘o domingo cinza’. Ela tinha todos os dedos dele marcados em seu pescoço e, pelo que me lembro, também não conseguia engolir ou falar muito bem. ‘Mas não vamos criar caso, já vai passar.’ ‘Tem que pensar no que os vizinhos vão dizer se te virem assim.’

---\*---

## 2.1 Gênero como categoria de análise<sup>109</sup>

Na década de 1950, o termo ‘gênero’ passou a ser utilizado no campo das ciências sociais e das pesquisas feministas, a partir do argumento de John Money

<sup>106</sup> LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. Masculinidades, Diferenças, Hegemonias. In: *Estudos Feministas*, 21(1): pp. 233-240, jan./abr. 2013. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, p. 235.

<sup>107</sup> SAFFIOTI, 2015. p. 37.

<sup>108</sup> SOUZA, 2016. p, 108.

<sup>109</sup> Joan Scott definiu gênero como uma categoria de análise a partir de duas premissas: “O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.” SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, vol. 15. no. 2, 1995, p. 13.

de que “[...] este termo deveria ser base para descrição do conjunto de comportamentos atribuídos aos homens e às mulheres.”<sup>110</sup> De acordo com Luciana Steffen, gênero foi conceituado como uma construção sociocultural das diferenças entre homens e mulheres, distinguindo-se das diferenças biológicas (sexo) em 1968, com a pesquisa de Robert Stoller<sup>111</sup>. Vale destacar que, antes disso, em 1949, com o livro ‘O Segundo Sexo’, a filósofa Simone de Beauvoir já apontava para o fato de que as desigualdades entre homens e mulheres eram fruto de construção social. “Simone de Beauvoir, no final da década de 1940 no seu livro ‘O Segundo Sexo’, denuncia as raízes culturais da desigualdade sexual.”<sup>112</sup>

Na década de 1970, feministas acadêmicas dos Estados Unidos e da Europa passaram também a trabalhar com este conceito, desconstruindo a ideia do determinismo biológico. Os papéis de gênero, considerados opressores para as mulheres, passaram a ser tema de estudo e reflexão, pois percebeu-se que são produtos da cultura, mas mascarados como determinismo biológico:

O termo gênero tem sido utilizado para distinguir as diferenças biológicas das diferenças criadas socialmente entre homens e mulheres, assim como para denunciar que [...] são construídas pelas culturas, o que gera papéis relacionados a cada sexo que funcionam como norma: os papéis normativos de gênero.<sup>113</sup>

Esta discussão levou cerca de dez anos para chegar ao Brasil, na década de 1980, e girou em torno da problemática da condição feminina<sup>114</sup>. Havia a ideia de que esta discussão tratava dos problemas das mulheres e que, sendo assim, deveria ser discutido exclusivamente por elas. Este pensamento provém das práticas de alguns grupos feministas da época, os quais acreditavam que este era um espaço onde os homens não tinham lugar, para não correrem o risco de serem silenciadas como em toda a história<sup>115</sup>.

---

<sup>110</sup> LIMA, 2006, p. 23.

<sup>111</sup> STEFFEN, Luciana. *Musicoterapia como práxis teológica: interseções entre gênero e deficiência no desenvolvimento da independência de crianças e adolescentes com deficiência em atendimento musicoterapêutico*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: Programa de Pós-Graduação da Faculdades EST, 2014, p. 16.

<sup>112</sup> ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jackeline. *O que é feminismo*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 50.

<sup>113</sup> STEFFEN, 2014, p. 16.

<sup>114</sup> MACÊDO, Goiacira Nascimento Segurado. *A construção da relação de gênero no discurso de homens e mulheres, dentro do contexto organizacional*. Dissertação de Mestrado. Goiás: Universidade Católica de Goiás, 2003, p. 32-33.

<sup>115</sup> GROSSI, Mirian. *Identidade de Gênero e Sexualidade*. Estudos de Gênero. Cadernos de Área, n. 9. Programa Interdisciplinar da Mulher – Estudos e Pesquisas. Goiânia: UCG, 2000, p. 29.

Apesar da discussão de gênero ter chegado ao Brasil apenas nos anos de 1980, já no final da década de 1960 apareceram os primeiros estudos brasileiros sobre a condição feminina, como exemplo: a tese de doutorado que Heleieth Saffioti defendia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), intitulada 'A mulher na sociedade de classes', a qual pensava e denunciava as opressões vividas pelas mulheres nas sociedades patriarcais. Nos últimos anos da década de 1980, as pesquisas sobre a condição das mulheres brasileiras começaram a aumentar:

Em muitas pós-graduações foram oferecidos cursos sobre a questão, que resultaram em um grande número de teses. No entanto, apesar do avanço em relação aos estudos sobre a condição feminina, nesse período, a referência permaneceu quase que unânime a uma unidade biológica das mulheres, ou seja, todas as mulheres, independente de sua condição social, se reconhecem pela morfologia do sexo feminino (vagina, útero, seios). O que os estudos de gênero problematizaram a partir daí foi justamente essa determinação biológica da condição feminina.<sup>116</sup>

Sendo assim, no Brasil a expressão 'estudos sobre a mulher' passou a ser substituída por 'estudos de gênero' no final da década de 1980.

Os estudos sobre a violência contra as mulheres no Brasil ganharam força e destaque a partir dos estudos de gênero, nos quais se reforçou a ideia de que a violência não está exclusivamente relacionada com as desigualdades de classe, mas que "[...] se expressa em relações que recortam o conjunto de todos os segmentos da sociedade [...]."<sup>117</sup>

Os estereótipos de gênero, atravessados por outros marcadores, são agentes causadores da violência entre homens e mulheres. E como uma bola de neve, são os mesmos estereótipos que contribuem para manter essa violência velada: "[...] modelos hegemônicos de gênero tanto podem se relacionar à produção de violências nas relações entre homens e mulheres, quanto podem contribuir para a invisibilidade da própria violência."<sup>118</sup>

Os estudos e reflexões acerca da violência contra as mulheres sob as lentes da categoria de gênero também caminharam ao lado dos estudos e reflexões sobre

---

<sup>116</sup> MACÊDO, 2003, p. 33.

<sup>117</sup> HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (Org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. ANPOCS/CAPES. São Paulo: Sumaré, 1999, p. 20.

<sup>118</sup> GOMES, Romeu. Modelos culturais de gênero e violência: uma discussão para o campo da saúde. In: MENEGHEL, Stela N. (Org.) *Rotas Críticas II: Ferramentas para trabalhar com a violência de gênero*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009, p. 172.

as relações raciais<sup>119</sup>. “Na ordem patriarcal de gênero, o branco encontra sua segunda vantagem. Caso seja rico, encontra sua terceira vantagem, o que mostra que o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual.”<sup>120</sup>

Na década de 1980, as pesquisas sobre violência contra as mulheres também giravam em torno da visibilização das denúncias a partir da “[...] identificação do perfil das queixas, das vítimas e dos agressores.”<sup>121</sup> A partir da década de 1990, com influência da inserção da reflexão de gênero como categoria de análise nos estudos feministas no Brasil, o foco das pesquisas sobre violência contra as mulheres passou a ser o debate sobre vitimização:

A maior parte dos trabalhos têm (sic) ainda por objeto as delegacias da mulher. Contudo, não se limitam a mapear denúncias e atores envolvidos em situação de violência. Verificando que as taxas de impunidade não chegam a ser alteradas e a criminalização não é necessariamente almejada pelas vítimas e pelos agentes do Estado, as pesquisas passam a analisar a dinâmica da queixa nos sistemas policial e judicial. O problema da vitimização ganha destaque devido à frequente retirada da queixa por parte da vítima e ao tipo de intervenção, não necessariamente criminal, que solicita aos agentes do Estado. Diante dessa realidade, o conceito de gênero, entendido como construção social do masculino e do feminino e como categoria de análise das relações entre homens e mulheres, passa a ser utilizado para se compreender as complexidades da queixa.<sup>122</sup>

A partir de então se adotou, de um modo geral, uma nova terminologia para referir-se ao fenômeno da violência contra as mulheres: violência de gênero<sup>123</sup>. “Os acontecimentos relacionados com as situações de violência contra as mulheres precisam ser analisados a partir do olhar de gênero e dos processos de socialização que o constituem.”<sup>124</sup> Outros enfoques começaram a ser dados nos estudos e pesquisas sobre violência de gênero, como por exemplo, “[...] o exercício da cidadania das mulheres e as possibilidades de acesso à Justiça.”<sup>125</sup>

<sup>119</sup> HEILBORN; SORJ, 1999, p. 20.

<sup>120</sup> SAFFIOTI, 2015, p. 33.

<sup>121</sup> SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. In: *Revista Estudos Interdisciplinares de América Latina y El Caribe*. Universidade de Tel Aviv, 2005, p. 2.

<sup>122</sup> SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 2-3.

<sup>123</sup> “As primeiras autoras brasileiras que utilizam esse termo são Heleieth Saffioti e Sueli Souza de Almeida, em livro publicado em 1995, intitulado *Violência de Gênero: Poder e Impotência*.” SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 11.

<sup>124</sup> SILVEIRA, Paloma Silva; MEDRADO, Benedito. Violência contras as mulheres: considerações sobre os estudos relacionados à temática. In: MENEGHEL, Stela N. (Org.). *Rotas Críticas II: Ferramentas para trabalhar com a violência de gênero*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009, p. 124.

<sup>125</sup> SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 3.

---\*---

Estávamos vivendo da produção do sítio e da bondade da família materna. Ele tirou de dentro de casa as poucas coisas que tínhamos de certo valor material: televisão, som, videocassete, etc. Só dava as caras para fazer ameaças. Meu irmão passava a maior parte do tempo no quartel, vindo pra casa nas folgas. Quando minha mãe conseguiu um emprego na loja de uma velha amiga, passamos a dormir na casa de uma tia, que ficava na zona urbana, mais ou menos próximo à minha escola. Assim, meu tio podia dar carona pra minha mãe até a parada de ônibus e eu podia ir e voltar sempre com a secretária da escola, que morava quase ao lado da minha tia. Isso porque já não era mais seguro andarmos sozinhas na rua, devido às ameaças dele. Um dia, não sei como, ele conseguiu me parar na frente da escola pra encher meus ouvidos de m\*\*\*a, não me lembro de quase nada, mas lembro de ter cinco guardiãs, mirradinhas, da quinta e sexta séries, mas firmes, ali, atrás de mim como que fazendo um escudo e mostrando 'ei, ela não tá sozinha, não!' Me mantive firme, mais uma vez naquela postura reativa/agressiva, até o sinal tocar (o sinal tocou mais cedo?).

---\*---

Joan Scott afirma que o conceito de gênero não se fecha apenas na questão dos papéis de gênero culturalmente aprendidos, mas que estes papéis estão permeados por relações de poder e ainda que as desigualdades produzidas por eles são mantenedoras das relações de poder dos homens sobre as mulheres<sup>126</sup>. Da mesma forma Goiacira Macêdo:

As relações de gênero acabam por produzir uma distribuição desigual de poder, autoridade e prestígio entre as pessoas, de acordo com o seu sexo. Isto confirma que as relações de gênero são relações de poder que se constroem constantemente ao longo da história e no dia-a-dia entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens.<sup>127</sup>

As relações entre mulheres e homens não são construídas e estudadas de forma isolada, mas sempre levando em conta de que são atravessadas por outros marcadores sociais: "O gênero interliga-se com outras dimensões recortadas por

---

<sup>126</sup> SCOTT, 1995, p. 3.

<sup>127</sup> MACÊDO, 2003, p. 20.

relações de poder, como classe social, orientação sexual, raça e geração.”<sup>128</sup> A assimetria nas relações de poder é o fio condutor entre essas categorias que se entrecruzam. Esse fio condutor é experimentado de acordo com especificidades de cada categoria que se interpõe ao sujeito:

A proposição da categoria analítica de gênero se apresenta como uma possibilidade teórica que enfrenta a pergunta pelas relações sociais de poder e, portanto, é capaz de articular não só a confluência das relações de sexo, mas também étnicas, de classe... que atravessam as diferentes parcelas da humanidade. O referencial teórico está demarcado pela ênfase no *poder* presente nas relações de gênero e nas demais relações sociais, entre as quais se nomeiam as étnicas e de classe.<sup>129</sup>

Essas relações de poder são regidas pelo patriarcado<sup>130</sup> que, nas palavras de Saffioti, é “[...] uma forma de expressão do poder político.”<sup>131</sup> Na década de 1960 o slogan ‘O pessoal é político’<sup>132</sup> ganhou força no movimento feminista, mostrando a importância de desvelar e refletir no espaço público o que até então estava apenas no âmbito privado/doméstico<sup>133</sup>.

Uma das afirmações mais impactantes dos movimentos feministas, que romperam com o silêncio das mulheres e desmantelou todo um aporte teórico, social e cientificista se concentrou em torno da afirmação de que o ‘pessoal é político’ [...] O novo olhar sobre a vida privada relacionada diretamente com a vida pública trazida pelos movimentos feministas ressignificou as formas de entender política e poder, questionando o exercício do poder político hegemônico e as bases em que ele se estrutura [...] A afirmação do privado como esfera intimamente ligada ao político retira a ‘mulher’ da condição de passividade, circunscrita ao lar e a domesticidade, a partir do momento que reivindica os espaços públicos

<sup>128</sup> DEBERT; GREGORI, 2008 *apud* SILVEIRA; MEDRADO, 2009, p. 122.

<sup>129</sup> SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. Gênero e religião – no espaço da produção do conhecimento. Corporeidade sob o prisma de gênero, da etnia e classe. In: MUSSKOPF, André S.; STRÖHER, Marga J. (Orgs.). *Corporeidade, etnia e masculinidade: reflexões do I Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião – 2004*. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, Sinodal, 2005, p. 57.

<sup>130</sup> “Em geral, pensa-se ter havido primazia masculina no passado remoto, o que significa, e isto é verbalizado oralmente e por escrito, que as desigualdades atuais entre homens e mulheres são resquícios de um *patriarcado* não mais existente ou em seus últimos estertores. De fato, como os demais fenômenos sociais, também o *patriarcado* está em permanente transformação. Se, na Roma antiga, o patriarca detinha poder de vida e morte sobre sua esposa e seus filhos, hoje tal poder não mais existe, no plano *de jure*. Entretanto, homens continuam matando suas parceiras, às vezes com requintes de crueldade [...] O julgamento destes criminosos sofre, é óbvio, a influência do sexismo reinante na sociedade, que determina o levantamento de falsas acusações [...] A vítima é transformada rapidamente em ré, procedimento este que consegue, muitas vezes, absolver o verdadeiro réu.” SAFFIOTI, 2015, p. 48.

<sup>131</sup> SAFFIOTI, 2015, p. 58.

<sup>132</sup> “Uma análise retrospectiva do uso da expressão permite constatar que ela foi adotada para enunciar que toda relação de poder, dominação e opressão é de fato política.” LAMOUREUX, Diane. Público/privado. Tradução de Naira Pinheiro. In: HIRATA, Helena et al (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009, p. 211.

<sup>133</sup> LAMOUREUX, 2009, p. 209.

como demarcações de alijamento feminino, rompendo com os discursos historicamente construídos, de que às mulheres apenas um domínio era ‘natural’, possível e permitido, a casa, a família e a maternidade.<sup>134</sup>

Os papéis (ou estereótipos) de gênero determinam como espaços e responsabilidades das mulheres tudo que for relacionado ao privado (doméstico): "Tudo o que se refere à vida do lar, à alimentação e o cuidado dos filhos e dos doentes, à produção da harmonia doméstica."<sup>135</sup> Sendo assim, define-se como ‘coisa de mulheres’, de um modo geral, lavar, passar, cozinhar, varrer, cuidar e educar filhos e filhas, entre tantos outros trabalhos domésticos diários. Muitos homens e mulheres nem sequer questionam essa ‘predestinação’ feminina, pois simplesmente as entendem como naturais e/ou de ordem divina.

Pode-se observar esse entendimento cultural de ‘coisa de meninos’ e ‘coisa de meninas’ em situações como um chá-de-fralda (ou chá-de-bebê), onde são convidadas apenas mulheres (pois se entende que maternidade é um ‘instinto’ feminino e que apenas as mulheres estão aptas e são as responsáveis pelo cuidado das crianças) e só haverá duas opções de cores na decoração e presentes: azul ou rosa. “É isso que o conceito de gênero aponta: certas atitudes não são naturais do ser humano, mas foram construídas no decorrer dos processos históricos, fortalecendo um jeito cultural de ser.”<sup>136</sup>

Outro exemplo são os brinquedos destinados a meninos e meninas – para elas: bonecas, cozinhas completas, utensílios domésticos, utensílios de beleza etc. (para aprenderem a ser boas mães e donas-de-casa, não se esquecendo de cumprir rigorosamente a ditadura da beleza). Para eles: bolas, carrinhos, espadas, super-heróis, jogos de ação e lógica etc (pois aos homens o espaço destinado é o público – rua, bares, estádios de futebol, política, carreira profissional – precisam aprender a usar a força, virilidade, raciocínio lógico, domínio sobre máquinas, natureza e mulheres). “Isso remete ao fato de homens e mulheres serem socializados a partir da produção/reprodução de modelos culturais de gênero excludentes.”<sup>137</sup>

<sup>134</sup> MESQUITA, Elaine Cristina; ARAS, Lina Maria Brandão de. *A desconstrução do público/privado e a construção do “pessoal é político” na teoria feminista*. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/view/60/203>>. Acesso em: 20 nov. 2016, p. 330-331.

<sup>135</sup> GEBARA, Ivone. *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 140.

<sup>136</sup> ULRICH, Claudete Beise. Relações de gênero. In: IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. *Estudos sobre gênero*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: IECLB, 2013, p. 10.

<sup>137</sup> GOMES, 2009, p. 178.

Os estereótipos de gênero afetam de maneira nociva também os meninos e homens à medida que lhes é cobrado sempre uma postura de prover as necessidades das mulheres (homem como provedor). “[...] este papel de provedor constitui o elemento de maior peso na definição da virilidade.”<sup>138</sup> Sendo assim, o desemprego, por exemplo, atrelado a esses estereótipos de gênero, pode gerar um sentimento de impotência e frustração nos homens por não estarem cumprindo com a ‘função de provedor’. Essa frustração pode gerar violência e o sentimento de impotência pode chegar a se tornar físico: “Há homens que verbalizam preferir morrer a ficar sexualmente impotentes.”<sup>139</sup>

Ademais, outro exemplo que pode ser dado é que um homem não pode recusar uma investida feminina sem que sua masculinidade<sup>140</sup> seja questionada. Também um desempenho sexual mediano ou insatisfatório não é permitido, mesmo que ele esteja “[...] estressado, excessivamente cansado, triste em virtude de um evento qualquer, não conseguir ter uma ereção duradoura, sente-se coberto de vergonha.”<sup>141</sup>

A máxima popular ‘menino/homem não chora’<sup>142</sup> é outro exemplo de como a construção social dos estereótipos de gênero também afeta nocivamente os homens<sup>143</sup>. Trata-se de outra armadilha do patriarcado na tentativa de desaproximar os meninos e homens de tudo que for relacionado aos sentimentos e vulnerabilidades porque são considerados da ‘essência’ do feminino.

[...] os homens também estão aprisionados, sem que se percebam como

<sup>138</sup> SAFFIOTI, 2015, p. 37-38.

<sup>139</sup> SAFFIOTI, 2015, p. 38.

<sup>140</sup> “Sempre existiram diferentes formas de identidade masculina. No entanto, todas elas eram, e muitas vezes ainda são, julgadas em relação ao modelo hegemônico. Diante de todas as desconstruções sofridas por este modelo, estas outras identidades emergem como formas autênticas de ser homem, não sendo mais possível falar em masculinidade como um modelo único. Por isso, procura-se falar em masculinidades (no plural), como referência às diferentes formas de construção identitária desenvolvidas por homens em situações e espaços diversos.” MUSSKOPF, André S. *Identidade masculina e corporeidade: uma abordagem queer*. In: MUSSKOPF, André S.; STRÖHER, Marga J. (Orgs.). *Corporeidade, etnia e masculinidade: reflexões do I Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião – 2004*. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, Sinodal, 2005, p. 98.

<sup>141</sup> SAFFIOTI, 2015, p. 38.

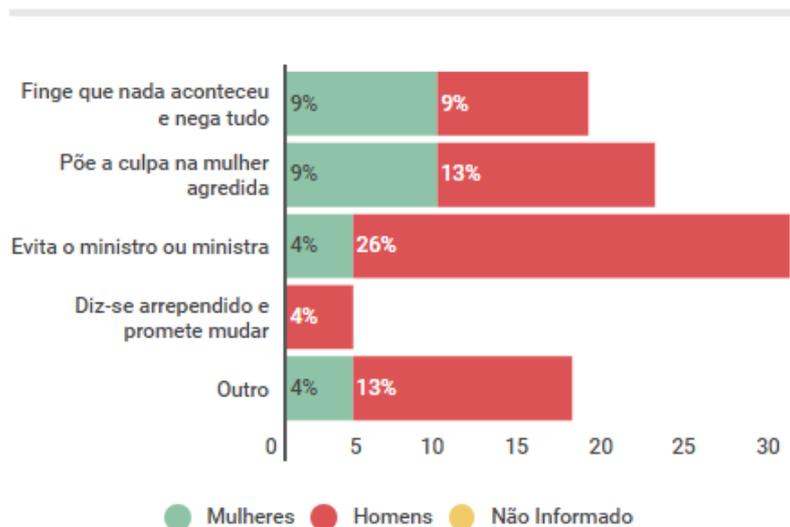
<sup>142</sup> Heleieth Saffioti menciona uma pesquisa de Chombart de Lauwe que já em 1964 descobriu que as “[...] glândulas lacrimais de homens sofrem o processo de atrofia, por desuso.” SAFFIOTI, 2015, p. 38.

<sup>143</sup> “Quando trabalhei como pastora [...] percebia, especialmente, nos momentos difíceis, que os homens seguravam suas emoções, dificilmente choravam, por exemplo, no sepultamento de um familiar ou de alguém muito próximo. Foi o que eles ouviram desde crianças e, desta forma, também não podiam demonstrar a dor e o sofrimento. Esse tipo de educação machista é fruto de uma construção social.” ULRICH, 2013, p. 10.

vítimas da representação dominante. Nesse sentido, ser homem é viver em tensão e contensão permanentes, sendo a todo momento testado em situações em que virilidade e violência se mesclam num espaço que está ‘fora de todas as ternuras e de todos os enternecimentos desvirilizantes do amor’<sup>144</sup>

As pessoas que participaram da pesquisa foram perguntadas a respeito do comportamento que o agressor geralmente apresenta diante do ministro ou ministra em caso de violência doméstica contra a mulher<sup>145</sup>. O maior grupo (30%) apontou que o agressor geralmente os e as evita. A atitude de pôr a culpa na mulher agredida foi assinalada por 22% dos entrevistados e entrevistadas e 18% apontaram que geralmente o agressor finge que nada aconteceu, negando tudo. Uma pessoa assinalou que a atitude do agressor é a de dizer-se arrependido e fazer promessas de mudança. Uma mulher e uma pessoa que não informou esse dado deixaram essa questão em branco. Veja no gráfico a seguir:

Gráfico 3: Comportamento do agressor



Quatro pessoas marcaram a alternativa ‘outro’, discorrendo a seguir: “Na verdade, há um mix dessas respostas apontadas acima.” [H, 51-65]; “Cada caso é um caso! Às vezes põe a culpa na mulher. Outras vezes evita o ministro enfim, das possibilidades acima poderia ser qualquer uma delas.” [H, 51-65]; “Não sei.” [H, 51-65]; “Continua agindo normalmente na Comunidade supondo, talvez, que ninguém saiba e tendo a certeza de que não será abordado/confrontado.” [M, 36-50]. Das

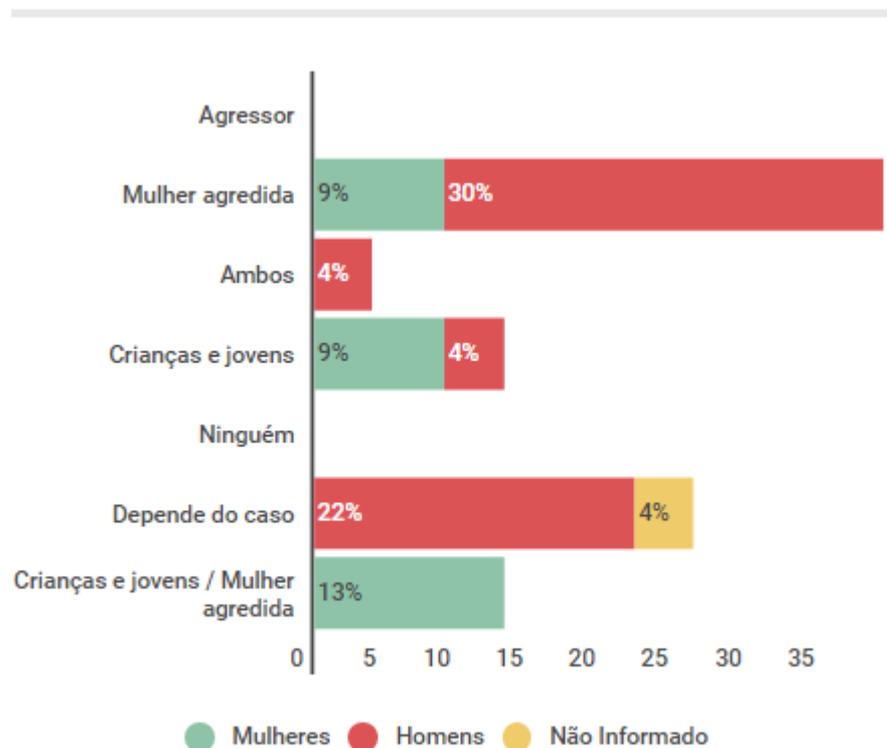
<sup>144</sup> BOURDIEU, 1999 *apud* GOMES, 2009, p. 178.

<sup>145</sup> (Questão 10) ‘Quando ocorre um caso de violência doméstica com mulheres membros da comunidade o agressor geralmente:’

quatro respostas descritas, a última delas chama a atenção pelo tom de desabafo, como se a pessoa estivesse se referindo à um caso em particular.

Outra pergunta do questionário<sup>146</sup> estava voltada para a percepção dos entrevistados e entrevistadas em relação à vulnerabilidade das pessoas envolvidas em casos de violência doméstica contra a mulher. A maioria das pessoas (39%) respondeu que é a mulher agredida quem fica mais exposta e vulnerável nesses casos. Três pessoas (13%) apontaram maior vulnerabilidade para crianças e jovens, sendo que outras três pessoas assinalaram ambas alternativas: crianças e jovens e mulher agredida. Seis pessoas (26%) responderam que depende do caso. Um entrevistado assinalou a alternativa ‘ambos’ e outro entrevistado deixou essa questão em branco. As alternativas ‘agressor’ e ‘ninguém’ não foram assinaladas. Veja com mais detalhes:

Gráfico 4: Vulnerabilidade em casos de Violência Doméstica



Observa-se que as respostas das mulheres se concentraram em ‘mulher agredida’ e ‘crianças e jovens’, criando inclusive outra categoria com ambas alternativas. Pois bem, as mulheres sabem, de forma consciente ou não, que o

<sup>146</sup> (Questão 11) ‘Na sua opinião, quando há um caso de violência doméstica contra mulheres membros da comunidade, quem fica mais exposto ou exposta e vulnerável?’

patriarcado ainda se faz presente e, sendo assim, também sabem que as pessoas mais vulneráveis nesse sistema são elas mesmas e crianças e jovens.

As relações de poder desiguais são prejudiciais para as mulheres. Num modelo de sociedade sexista<sup>147</sup>, as mulheres não têm autonomia e poder de decisão sobre seus próprios corpos e suas vidas. São os homens quem decidem por elas. E, tendo os homens o poder de decisão, eis a condição para a dominação das mulheres: “As mulheres, quando não têm o poder de tomar decisões, o que condiz com seu papel normativo de gênero, lhes resta a dominação. O poder, que implica tomada de decisões, não é relacionado às mulheres.”<sup>148</sup>

Ao pensarmos na ideia binária de prisão/liberdade, por exemplo, estamos tratando de relações de poder. Mas, diferente do que acontece no sistema penitenciário, onde estar preso ou presa é visto socialmente como algo ruim, prejudicial ao caráter, e estar em liberdade é tido como algo bom, pois quem está em liberdade (teoricamente) não é uma pessoa criminosa, com as relações de gênero é o oposto: a pessoa que está ‘presa’ dentro do padrão normativo de gênero é considerada ‘normal’ e correta, já aquela pessoa liberta destes padrões é considerada ‘anormal’ e até mesmo ‘errada’.

Não há poder sem a insubmissão da liberdade a resistir-lhe. Sem se antagonizar, posto que são constitutivos, poder e liberdade provocam-se mutuamente. É preciso que os indivíduos se acreditem livres, existindo, assim, também os presos, para que essa forma de existência livre se faça inteligível. É necessário que os sujeitos se pressionem livres para confrontar-se, para disputar, para resistir ao poder.<sup>149</sup>

Ivone Gebara afirma que a categoria de gênero evidencia “[...] todo um sistema de relações de poderes baseado no papel social, político e religioso de nossa realidade de seres sexuados.”<sup>150</sup> Joan Scott alerta para a influência de gênero no poder político e estrutural:

---

<sup>147</sup> “Sexismo é atitude de discriminação em relação às mulheres [...] Inscrita numa cultura falocrática, impregna o imaginário social e o prepara a um vasto conjunto de representações socialmente partilhadas, de opiniões e de tendência a práticas que desprezam, desqualificam, desautorizam e violentam as mulheres, tomadas como seres de menor prestígio social.” SMIGAY, Karin Ellen von. Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. In: *Psicologia em Revista*. vol. 8. no. 11. Belo Horizonte, 2002, p. 34.

<sup>148</sup> STEFFEN, 2014, p. 18.

<sup>149</sup> PINAFI, Tânia et al. Tecnologias de gênero e as lógicas de aprisionamento. In: *Revista Bagoas: Estudos Gays, Gêneros e Sexualidades*. vol. 5. no. 6. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2011, p. 275.

<sup>150</sup> GEBARA, 2001, p. 105.

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro.<sup>151</sup>

Os estereótipos de gênero determinam e delimitam a maneira de ser e de agir do sujeito. Esses padrões de comportamentos socialmente construídos do que é ser homem e do que é ser mulher são confortavelmente operacionais para a máquina do patriarcado. Mesmo sendo construídos sobre um falso determinismo biológico, são agentes de violências, muitas vezes veladas, outras tantas escancaradamente opressoras. Refletindo os dados da pesquisa percebe-se que, mesmo o agressor tendo cometido um ato criminoso, ele continua invisibilizado na trama da violência. Ele não é culpabilizado pelo crime que cometeu, mas pode ser tachado de machista ou covarde<sup>152</sup>. Mas, nem por isso, a sociedade deixa de aceitar e reproduzir estes comportamentos: “As diferenças de gênero, criadas culturalmente, são aceitas pela sociedade e praticadas naturalmente, mesmo sendo diferenças opressoras.”<sup>153</sup>

Entretanto, “uma mente agitada faz um travesseiro inquieto”, como disse a escritora Charlotte Brontë<sup>154</sup>. E a partir de mentes agitadas como a de Charlotte foi e é possível suspeitar e questionar as relações de poder desiguais entre homens e mulheres. A “[...] capacidade das mulheres de resistir aos padrões de dominação”<sup>155</sup>, é forte e persistente. Elas criam diariamente novas formas e caminhos na busca pela igualdade de direitos e deveres entre as pessoas. Uma vez conhecendo e/ou

<sup>151</sup> SCOTT, Joan. Experiência. In: *Falas de Gênero: Teorias, Análises e Leituras*. Santa Catarina: Mulheres, 1999, p. 92.

<sup>152</sup> Veja dados da questão 10, pp. 54-55.

<sup>153</sup> STEFFEN, 2014, p. 17.

<sup>154</sup> “Charlotte Brontë foi uma das grandes romancistas da Inglaterra do século 19, a mais velha das três irmãs Brontë, cujos romances são marcos na história da literatura mundial [...] A importância de Charlotte Brontë é significativa em um momento em que as relações sociais e econômicas da sociedade se transformavam: em uma época onde as mulheres eram consideradas apenas como um mero adorno social, Charlotte Brontë bravamente enfrentou os obstáculos da sociedade através de sua obra. Seus romances falam sobre a opressão da mulher, o que a caracterizam como uma das primeiras mulheres modernas [...] Charlotte vale-se exclusivamente de suas obras para imprimir uma nova visão do papel da mulher.” BRONTË, Charlotte. Biografia. Disponível em: <<http://www.editoralandmark.com.br/autor.asp?k=30>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

<sup>155</sup> MENEGHEL; IÑIGUEZ, 2007 *apud* MENEGHEL, Stela N. Contar histórias – um dispositivo para operar gênero e vulnerabilidades. In: MENEGHEL, Stela N. (Org.). *Rotas Críticas II: Ferramentas para trabalhar com a violência de gênero*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009, p. 233.

experimentando relações justas, voltar atrás é um passo impossível. É preciso se libertar, soltar as amarras, é preciso movimento.

## 2.2 O feminismo convida mulheres e homens a caminhar lado a lado

O feminismo é um movimento social<sup>156</sup> que tem como particularidade o elo entre militância e teoria. Sendo assim, é um movimento que produz sua própria reflexão crítica<sup>157</sup>. Isso se deve ao fato de quem impulsionou inicialmente o movimento feminista: mulheres militantes e, muitas, com formação acadêmica também. Mulheres que reconheceram que as relações opressoras entre homens e mulheres não eram de ordem natural. Elas perceberam o discurso antagônico entre direitos humanos universais e a realidade vivida pelas mulheres e afirmavam que as relações poderiam ser politicamente transformadas:

A reivindicação de direitos nasce do descompasso entre a afirmação dos princípios universais de igualdade e as realidades da divisão desigual dos poderes entre homens e mulheres. Nesse sentido, a reivindicação política do feminismo só pode emergir em relação a uma conceituação de direitos humanos universais [...]<sup>158</sup>

No entanto, definir o feminismo não é tarefa fácil, visto que está sempre em movimento e construção, além de não possuir uma única corrente. Destacam-se o feminismo radical, o feminismo socialista e o feminismo liberal<sup>159</sup>. Várias são as

<sup>156</sup> “O que permite principalmente caracterizar o movimento feminista como movimento social é a sua duração. Quaisquer que sejam as intermitências da mobilização, as mulheres não cessaram de lutar *coletivamente* desde a Revolução Francesa [...] As mulheres se mobilizaram ora em nome da igualdade, ora em nome de suas diferenças, sempre contra as injustiças de que eram vítimas, reclamando ao mesmo tempo o direito ao trabalho, à educação, ao voto e também à maternidade livre desde o começo do século XX. Elas sempre reivindicaram sua identidade como seres humanos e sua liberdade.” TRAT, Josette. Movimentos Sociais. Tradução de Francisco Ribeiro Silva Júnior. In: HIRATA, Helena et al (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009, p. 151-152.

<sup>157</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. In: *Rev. Sociol. Polít.* vol. 18. no. 36. Curitiba: 2010, p. 15.

<sup>158</sup> FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. Tradução de Vivian Aranha Saboia. In: HIRATA, Helena et al (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009, p. 144.

<sup>159</sup> “Três correntes no seio do movimento se opõem quanto à definição da opressão das mulheres e suas estratégias políticas: feminismo radical, socialista e liberal. Segundo abordagens mais detalhadas, ocorrem distinções entre feministas marxistas ou socialistas, libertárias, radicais, lésbicas, materialistas ou essencialistas. A oposição politicamente mais frontal recai sobre as feministas liberais, de um lado, e feministas radicais e socialistas, de outro. Por ‘corrente liberal’, devem-se entender os movimentos fundados na promoção dos valores individuais [...] e as feministas radicais, que sublinham que as lutas são conduzidas, antes de tudo, contra o sistema patriarcal e as formas diretas e indiretas do poder falocrático.” FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 147.

derivações deste movimento, mas todas têm algo em comum: a luta por vidas dignas para as mulheres.

[...] reconhecimento de uma raiz comum a todos os feminismos: a luta pela superação das desigualdades entre homens e mulheres e pela autonomia e emancipação das mulheres. Esta raiz pode ser identificada em grupos e contextos históricos os mais diversos. As diferenças ocorrem por conta da interpretação das desigualdades presentes na realidade de cada grupo e nas propostas e estratégias adotadas para superar essas desigualdades e conquistar a autonomia, a emancipação desejada.<sup>160</sup>

Ana Alice Alcântara Costa afirma que o movimento feminista é “[...] essencialmente moderno, surge no contexto das ideias iluministas e das ideias transformadoras da Revolução Francesa e da Americana e se espalha, num primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos.”<sup>161</sup> Trata-se de uma manifestação social importante que se destaca pelo seu caráter transformador:

O movimento feminista, ao longo dos últimos séculos da idade contemporânea, vem se configurando como uma das principais manifestações sociais de caráter transformador, lutando por maiores direitos para as mulheres que, desde os primórdios da História, estavam submetidas às vontades masculinas e inferiorizadas pelo que a sociedade entendia como a ‘fragilidade do sexo’. É com as principais revoluções liberais que se cria a consciência da mulher como um ser autônomo, capaz de tomar suas próprias decisões e de lutar por seus próprios desejos. Com o tempo, essas mulheres passam a se unir na defesa de um interesse em comum: o de garantir igualdade entre os gêneros. Hoje, o movimento feminista abrange uma série de grupos diversificados, com metodologias próprias, mas que compartilham de um mesmo princípio, o de obter maior espaço nas decisões políticas que gerem os países do globo.<sup>162</sup>

O movimento feminista pode ser dividido historicamente em três fases (ou três ondas), construídas conforme as necessidades políticas e o contexto social de cada época<sup>163</sup>. A primeira fase, a partir das últimas décadas do século XIX e início do século XX, representou o surgimento do movimento feminista, que nasceu como movimento liberal de luta das mulheres por direitos que eram reservados apenas

<sup>160</sup> ZIRBEL, Ilze. *Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: um debate*. (Dissertação de Mestrado). Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007, p. 17.

<sup>161</sup> COSTA, Ana Alice Alcântara. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. In: *Revista Gênero*. vol. 5. no. 2. Rio de Janeiro: Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, 2005, p. 10.

<sup>162</sup> COSTA, Stéphane Lorene Silva; TAPIOCA NETO, Renato Drummond. *A trajetória do movimento feminista*. Disponível em: <<http://rainhastragicas.com/2012/12/18/a-trajetoria-do-movimento-feminista/>>. Acesso em: 15 out. 2015.

<sup>163</sup> NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Silvia Helena. Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: Articulando Pesquisa, Clínica e Política. In: *Revista Psicologia em Estudo*. vol. 11. no. 3. Paraná: Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá, 2006, p. 649. Disponível em: <<http://www.dpi.uem.br/rpe/>>. Acesso em: 28 set. 2015.

aos homens, tais como direitos civis, políticos e educativos. Como a vida das mulheres “[...] estava restrita ao espaço doméstico, a ideia de direitos coletivos ainda não havia se desenvolvido.”<sup>164</sup> Alguns acontecimentos importantes que marcaram a primeira onda do movimento feminista a nível global foram:

- Publicação de ‘Uma reivindicação pelos Direitos da Mulher’, em 1792, por Mary Wollstonecraft;
- No Brasil, em 1827, foi criada a primeira legislação que contemplava a questão de educação de mulheres;
- ‘Sêneca Falls Rights Convention’, 1848: foi o primeiro congresso de mulheres a nível nacional nos EUA, aparecendo já a questão da diferença homem/mulher.
- Em 8 de março de 1857, em Nova Iorque, uma ação policial resultou na morte de cento e vinte e nove trabalhadoras de uma fábrica. Elas reivindicavam melhores condições de trabalho para as mulheres, como licença-maternidade e redução de catorze para dez horas diárias de trabalho. As trabalhadoras morreram queimadas no local. Em 1977 as Nações Unidas oficializaram o 8 de março como o Dia Internacional da Mulher;
- Em 1879 o governo brasileiro permite que mulheres ingressem no ensino superior;
- No final dos anos 1880 emerge na Europa e EUA o movimento sufragista, que “[...] mobilizou protestos reivindicando não apenas o voto, mas também contestando a posição de comando do homem perante a família, a Igreja e o Estado [...]”<sup>165</sup>
- Em 1893 a Nova Zelândia torna-se o primeiro país a conceder às mulheres o direito ao voto;
- Em 1900, as mulheres passam a poder disputar provas olímpicas;
- Em 1920 as norte-americanas conquistam o direito ao voto;
- Doze anos depois, em 1932, é a vez das brasileiras conquistarem esse direito;

---

<sup>164</sup> REYNALDO, Renata Guimarães. *O fenômeno global e o impacto dos movimentos feministas: as lutas das mulheres no mundo*. (Coleção Relações Internacionais e Globalização; 52). Ijuí: Ed. Unijuí, 2015, p. 130.

<sup>165</sup> REYNALDO, 2015, p. 130.

- Em 1951 a Organização Internacional do Trabalho aprova a igualdade de remuneração salarial entre homens e mulheres.<sup>166</sup>

Segundo Céli Regina Jardim Pinto, as primeiras mulheres a se organizarem para lutar por seus direitos foram as inglesas, sendo que a luta que mais se popularizou foi pelo direito ao voto:

As sufragetes, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo. O direito ao voto foi conquistado no Reino Unido em 1918.<sup>167</sup>

O movimento sufragista e a denúncia da opressão às mulheres imposta pelo sistema patriarcal tiveram fundamental importância nesta primeira fase. No contexto brasileiro, a primeira fase do movimento feminista também se caracterizou pela luta do direito feminino ao voto. Bertha Lutz, uma bióloga que estudou no exterior e que retornou ao Brasil na década de 1910 foi a líder das sufragistas brasileiras.

Bertha, juntamente com outras companheiras de luta, fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a qual foi responsável por levar ao Senado Brasileiro, em 1927, um abaixo-assinado que pedia a aprovação do Projeto de Lei do Senador Juvenal Larmartine, o qual conferia às mulheres o direito ao voto. No entanto, apenas em 1932, quando o Novo Código Eleitoral Brasileiro foi promulgado, é que as brasileiras tiveram este direito garantido<sup>168</sup>. Outro fato que se destaca nesta primeira fase do feminismo no Brasil é o movimento das operárias:

[...] movimento das operárias de ideologia anarquista, reunidas na 'União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas'. Em manifesto de 1917, proclamam: 'Se refletirdes um momento vereis quão dolorida é a situação da mulher nas fábricas, nas oficinas, constantemente, amesquinhas por seres repelentes'.<sup>169</sup>

A partir da década de 1930, esta primeira fase do movimento feminista começou a perder forças e só depois de 30 anos, já na década de 1960, é que começa a ter expressão novamente, já configurando o início da sua segunda fase. No entanto, neste intervalo de 30 anos, mais precisamente em 1949, Simone de

---

<sup>166</sup> SOUZA, 2016, p. 112-114.

<sup>167</sup> PINTO, 2010, p. 15.

<sup>168</sup> PINTO, 2010, p. 15-16.

<sup>169</sup> PINTO, 2010, p. 16.

Beauvoir<sup>170</sup> lançou o livro que se tornaria fundamental para a segunda fase do movimento feminista: *O Segundo Sexo*<sup>171</sup>. Neste livro, “Beauvoir estabelece uma das máximas do feminismo: ‘não se nasce mulher, se torna mulher’”<sup>172</sup>:

O *Segundo Sexo* foi o livro revelação para mulheres de diferentes gerações nos anos sessenta e setenta e, até hoje, mantém o seu sabor. Permitiu, antes de mais nada, que a questão da mulher emergisse com alguma legitimidade. Simone de Beauvoir ressaltava que o sexo feminino era pensado como ‘o outro’, sem identidade própria, pois as mulheres estavam presas à armadilha da domesticidade e da maternidade, apresentadas como ‘naturais’ quando na verdade eram imposições sociais. **Ninguém nasce mulher**, a famosa frase, queria sublinhar que ninguém nasce dona de casa ou mãe: a gente torna-se mulher.<sup>173</sup> (Grifos da autora)

Nas décadas de 1960 e 1970 deu-se a segunda fase do movimento feminista, primeiramente nos Estados Unidos e na França. Enquanto as norte-americanas focavam-se na denúncia da opressão masculina sobre as mulheres e na busca por igualdade, as francesas lutavam pela valorização das diferenças entre homens e mulheres, evidenciando as experiências femininas geralmente negligenciadas<sup>174</sup>.

Uma das reivindicações centrais da segunda fase do movimento feminista foi a luta pela libertação das mulheres. Com base nessa ideia, as feministas buscavam desconstruir valores opressores e construir novos valores libertadores, os quais pudessem promover a transformação das relações entre mulheres e homens e, conseqüentemente, da sociedade como um todo. Esta luta pela libertação das mulheres esteve e está baseada na denúncia da existência de uma opressão exercida pelos homens, com raízes profundas no sistema patriarcal, que atinge todas as mulheres pertencentes a diversas culturas, classes sociais, sistemas econômicos e políticos.

Sendo assim, a segunda fase do movimento feminista buscava uma perspectiva de superação das relações conflituosas entre mulheres e homens,

<sup>170</sup> “Nascida em Paris, em 1908, formou-se em filosofia em 1929 e foi professora até 1943, quando publicou seu primeiro romance, *A Convidada*. A partir de então dedicou-se exclusivamente a divulgar suas ideias políticas – fortemente influenciada pelo existencialismo – viajando por várias partes do mundo e escrevendo, entre outros, o romance *Todos os homens são mortais* e vários tomos de memórias (*Memórias de uma moça bem comportada; Na força da idade e Sob o signo da História*). Companheira e mulher do filósofo Jean Paul Sartre, estiveram juntos até que a morte os separasse [...]”. MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Vinte Anos de Feminismo*. Tese de livre-docência. Campinas: Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH da UNICAMP, 1996, p. 28.

<sup>171</sup> BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

<sup>172</sup> PINTO, 2010, p. 16.

<sup>173</sup> MORAES, 1996, p. 28-29.

<sup>174</sup> KROB, 2013, p. 20.

recusando avidamente, portanto, o estigma ou noção da inferioridade feminina. Ainda na ideia de libertação, emancipação e autonomia das mulheres, outros temas que tiveram muito destaque nesta segunda fase foram o divórcio, a pílula anticoncepcional e o aborto.

A Guerra do Vietnã, o movimento hippie, o Maio de 68 na França, a desilusão dos movimentos de esquerda, o surgimento da pílula anticoncepcional, todos esses foram eventos cujos efeitos podemos ver até hoje. Quanto ao feminismo, nessa mesma época, este aparece como movimento libertário que não somente busca um espaço para a mulher, mas também – e principalmente – tem como objetivo explicitar a relação de dominação de homens sobre mulheres e, assim, redefinir o modelo de relação de poder que existe entre os dois sexos, de maneira que as mulheres tenham liberdade e autonomia para decidir sobre suas próprias vidas.<sup>175</sup>

É nesta segunda fase que se inicia a discussão sobre o conceito de gênero. As reflexões giravam em torno da influência da cultura nas desigualdades<sup>176</sup>. Começava-se a questionar o reducionismo biológico, pois se percebeu que os padrões comportamentais de mulheres e homens são construções culturais que nada têm a ver com o biológico:

O ‘masculino’ e o ‘feminino’ são criações culturais e, como tal, são comportamentos apreendidos através do processo de socialização que condiciona diferentemente os sexos para cumprirem funções sociais específicas e diversas. Essa aprendizagem é um processo social. *Aprendemos* a ser homens e mulheres e a aceitar como ‘naturais’ as relações de poder entre os sexos.<sup>177</sup>

O slogan ‘O Pessoal é Político’, como visto anteriormente, foi muito importante para esta fase, pois aqui também teve início o debate que buscava trazer à esfera pública (relacionada com Estado, economia, política e ao masculino) o privado (doméstico, vida familiar, questões relacionadas ao pessoal e ao feminino). Questionava e nomeava o lado político da opressão das mulheres: “Ao utilizar esta bandeira de luta, o movimento feminista chama a atenção das mulheres sobre o caráter político de sua opressão, vivenciada de forma isolada e individualizada no mundo do privado, identificada como meramente pessoal.”<sup>178</sup>

<sup>175</sup> COSTA; TAPIOCA NETO, 2014.

<sup>176</sup> LEVATTI, Giovanna Eleutério. *Um breve olhar acerca do movimento feminista*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2011, p. 3.

<sup>177</sup> ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é Feminismo*. São Paulo: Abril cultural; Brasiliense, 1985, p. 55.

<sup>178</sup> COSTA, 2005, p. 11.

Dentro ainda da reflexão público/privado, apresenta-se a divisão sexual do trabalho, a qual desqualifica as mulheres e é pautada nos estereótipos de gênero atribuídos por falso determinismo biológico. A divisão sexual do trabalho se dá por trabalho reprodutivo e trabalho produtivo. O primeiro, destinado às mulheres e situado no privado/doméstico, é o trabalho necessário para garantir a roda-viva da vida e o bem-estar familiar. É ele quem possibilita que o trabalho produtivo (público), destinado aos homens, aconteça.

Ao longo da história, mesmo com todos os avanços alcançados, as mulheres ainda são forçadas a ocupar os espaços domésticos com maior responsabilidade e impedidas de utilizar seu tempo de forma livre [...] mesmo estando no mercado de trabalho, darão conta das roupas, da comida, da limpeza da casa, do cuidado com as crianças e com os idosos. A estes trabalhos se dá o nome de trabalho reprodutivo, ou seja, aquele que precisamos realizar para que a vida se reproduza, para que todos fiquem saudáveis e para que possam trabalhar fora do espaço doméstico, ou seja, no espaço público. O trabalho realizado fora do espaço doméstico é o conhecido como trabalho produtivo, pois elas produzem mercadorias, entre outras coisas. Esse é o espaço historicamente masculino e por isso mais valorizado.<sup>179</sup>

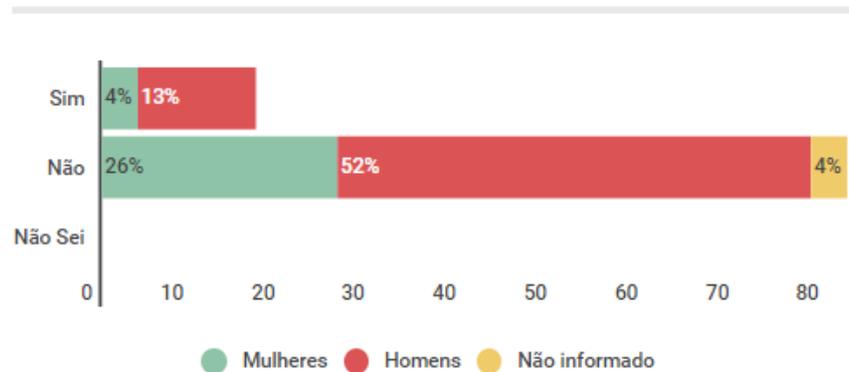
O questionário respondido pelas pessoas que participaram da pesquisa iniciava com uma questão<sup>180</sup> que tinha por objetivo avaliar a percepção de justiça de gênero que as e os participantes apresentavam de um modo geral da sociedade. Dezenove pessoas (82%) apontaram acreditar que as relações entre homens e mulheres não são equitativas, sendo os direitos, deveres, oportunidades e segurança desiguais para ambos. Entretanto, quatro pessoas (17%) apontaram que, pelo seu ponto de vista, as relações entre homens e mulheres já alcançaram um nível de igualdade<sup>181</sup>, conforme ilustra o gráfico a seguir:

<sup>179</sup> CARVALHO, Íris de; GIL, Vanessa. A violência contra a mulher não é o mundo que a gente quer – Marcha Mundial de Mulheres. In: RIO Grande do Sul. Assembleia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. *Relatório Lilás [2012-2013]*. Porto Alegre: CORAG, 2014, p. 152-153.

<sup>180</sup> (QUESTÃO 1) ‘Em sua opinião, de um ponto de vista geral da sociedade, homens e mulheres têm hoje em dia relações equitativas, com os mesmos direitos, deveres, oportunidades e segurança?’

<sup>181</sup> “Durante mais de 25 anos estudando teologia, minha resposta às pessoas que dizem não ver discriminação ou que não sofrem discriminação é relembra-las de seu privilégio: se não acontece com você, não quer dizer que não existe!” DEIFELT, Wanda. Teologia feminista: uma história construída em mutirão. In: MUSSKOPF, André S.; BLASI, Marcia (Orgs.). *História, Saúde e Direitos: sabores e saberes do IV Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião*. São Leopoldo: CEBI, 2016, p. 19.

Gráfico 5: Percepção Justiça de Gênero



Das quatro pessoas que assinalaram ‘sim’, é observa-se a comparação das respostas dadas também às duas questões dissertativas<sup>182</sup>: Uma pessoa deixou as duas questões em branco. Referente aos efeitos que as campanhas de enfrentamento à violência doméstica realizadas pela IECLB alcançam nas comunidades:

- Entrevistado 1 [H, 51-65]: “É importante para a conscientização da comunidade.”
- Entrevistado 2 [H, 51-65]: “Conscientização.”
- Entrevistado 3 [H, 29-35]: “Uma melhor conscientização sobre as consequências causadas a toda a sociedade, não somente a quem sofre a violência.”

Referente à sua contribuição, enquanto liderança comunitária e religiosa, pelo fim da violência doméstica contra as mulheres, as respostas foram:

- Entrevistado 1 [H, 51-65]: “Na medida do possível trato o tema em grupos OASE, Presbitério.”
- Entrevistado 2 [H, 51-65]: “Na conscientização da própria mulher.”
- Entrevistado 3 [H, 29-35]: “Falando sobre os ensinamentos que temos na Palavra de Deus, como regra de fé e da vida em geral.”

Percebe-se um discurso genérico em relação às mulheres e à violência sofrida por elas. Fala-se em conscientização, mas não se demonstra isso no

<sup>182</sup> (QUESTÃO 5) ‘A IECLB, assim como outras igrejas, já promoveu campanhas de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres. Na sua opinião, que efeitos essas campanhas podem alcançar nas comunidades? Explique.’ (QUESTÃO 16) ‘Na sua posição de liderança religiosa e comunitária, como você acha que pode contribuir no enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres membro de sua paróquia/comunidade e também da sociedade como um todo?’

discurso. Ao contrário, percebe-se uma generalização da categoria e um direcionamento do assunto/problema exclusivamente para as mulheres.

---\*---

O sinal tocou uns cinco minutos mais cedo. Foi a professora de ciências que apertou o botão antes (anos mais tarde percebi como ela era atenciosa comigo e com essas questões de violência). Fui direto para o banheiro e lá desabei com minhas amigas no colo dessa professora. Chorei até vomitar o que havia almoçado. Apesar de já ser calor de final de ano, sentia um frio que começava embaixo dos meus pés e se espalhava por todo o meu corpo, me fazendo tremer.

Em poucos dias veio a decisão e comunicado de minha mãe: ‘arrumem suas coisas, já consegui dispensa do quartel pro M. e estou resolvendo tua transferência escolar. Estamos nos mudando pra Guaíba, vamos morar por enquanto com tua madrinha e teu padrinho.’ Tivemos de fugir de Santa Maria para nossa segurança. Mas ele dizia que nos amava.

---\*---

No Brasil e em outros países latino-americanos, a segunda fase do movimento feminista esteve fortemente associada à resistência contra o autoritarismo e à repressão da ditadura militar. “Em grande parte, a força de repercussão do movimento feminista dependeu de sua participação na luta geral pela democracia<sup>183</sup>, contra a ditadura e contra as desigualdades sociais.”<sup>184</sup> Ditadura esta que via as manifestações feministas como “[...] perigosas e moralmente condenáveis.”<sup>185</sup>

Outras reivindicações desta segunda fase foram a luta contra a violência sexual a que as mulheres estavam/estão submetidas, à hegemonia masculina e também pelo direito das mulheres ao exercício do prazer<sup>186</sup>. As opressões e

<sup>183</sup> “Suspeito que esta palavra ‘democracia’ tenha se tornado uma palavra inadequada, um conceito gasto e impróprio para explicar o que vivemos e o que gostaríamos viver. Entretanto, continuamos falando de democracia [...]” GEBARA, Ivone. Vamos pensar de novo a DEMOCRACIA? (Para a ‘Agenda Latino-americana’ – março de 2006). In: *Vulnerabilidade, Justiça e Feminismos*. Antologia de textos. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2010, p. 125.

<sup>184</sup> MACHADO, Lia Zanotta. *Feminismo em movimento*. 2 ed. São Paulo: Francis, 2010, p. 137.

<sup>185</sup> COSTA; TAPIOCA NETO, 2014.

<sup>186</sup> MATOS, Marlise. Movimentos e Teoria Feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? In: *Revista Sociologia Política*. vol. 18. no. 36. Curitiba, 2010, p. 68.

desigualdades de gênero afloravam quando mulheres eram torturadas no regime da ditadura militar:

[...] as marcas de gênero na experiência da tortura, dada a forma específica de violência a que foram submetidas as mulheres militantes pela repressão, não apenas sexualmente, mas, sobretudo, pela utilização da relação mãe e filhos como vulnerabilidade feminina.<sup>187</sup>

Algumas das feministas brasileiras deste período foram exiladas, a maioria em Paris, o que propiciou um contato direto com o movimento feminista europeu. Com isso, estas feministas brasileiras não deixaram de lutar pela libertação e emancipação das mulheres, “[...] apesar da grande oposição dos homens exilados, seus companheiros na maioria, que viam o feminismo como um desvio na luta pelo fim da ditadura e pelo socialismo.”<sup>188</sup>

No contexto do feminismo brasileiro vale ressaltar a criação, em 1975<sup>189</sup>, do Movimento Feminino pela Anistia. No mesmo ano a ONU, com apoio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), realizou uma semana de debates sobre a condição das brasileiras<sup>190</sup>. Outra conquista muito importante das feministas brasileiras foi, ainda nos anos 70, a aprovação da lei do divórcio, a qual era uma antiga reivindicação do movimento<sup>191</sup>. Porém, uma conquista legal não quer dizer necessariamente mudança ou rápida mudança de comportamento social. A máxima ‘em briga de marido e mulher, não se mete a colher’ permanece forte no senso comum.

As pessoas que participaram da pesquisa foram perguntadas<sup>192</sup> a respeito do procedimento tomado ao saberem de um caso de violência doméstica contra uma mulher de sua comunidade. O que salta aos olhos aqui é a alternativa ‘procuro não

<sup>187</sup> SARTI, Sintia. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: *Anais do 21º Congresso Internacional da LASA*. Chicago, 1998, p. 2.

<sup>188</sup> PINTO, 2010, p. 17.

<sup>189</sup> “À medida que o movimento feminista internacional começou a ganhar força nos anos 70, a Assembleia Geral da ONU declarou o ano de 1975 como o Ano Internacional das Mulheres e organizou a primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres, na Cidade do México. No impulso da Conferência, os anos de 1976 a 1985 foram declarados a Década da Mulher.” ONU-BR. *A ONU e as mulheres*. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-mulheres/>>. Acesso em: 06 out. 2015.

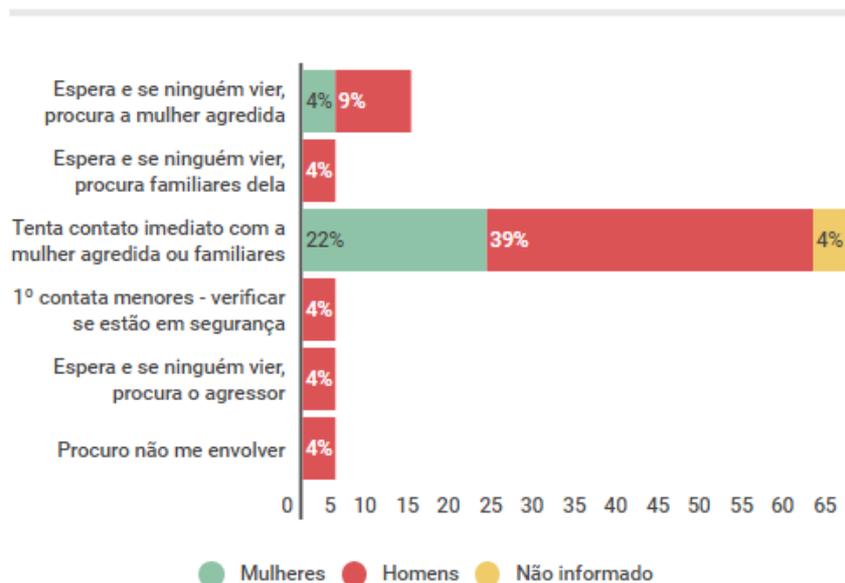
<sup>190</sup> “Em 1975, teve lugar o primeiro ato público, o ‘Seminário sobre o Papel e o Comportamento da Mulher na Sociedade Brasileira’, no Rio de Janeiro, em que as questões principais foram a condição da mulher brasileira, as questões relativas ao trabalho, à saúde física e mental, à discriminação racial e à homossexualidade feminina.” MACHADO, 2010, p. 137.

<sup>191</sup> PORTAL Brasil. *Brasileiras lutam pela igualdade de direitos*. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/brasileiras-lutam-pela-igualdade-de-direitos>>. Acesso em: 06 out. 2015.

<sup>192</sup> (QUESTÃO 9) ‘Quando você toma conhecimento da ocorrência de um caso de violência doméstica com mulheres membros da comunidade você geralmente:’

me envolver' ter sido assinalada por uma das pessoas entrevistadas. Todas as pessoas que participaram da pesquisa são ministros ou ministras atuantes em paróquias e comunidades da IECLB e, pela posição de liderança religiosa e comunitária que ocupam, deveriam acolher as vulnerabilidades da comunidade, e não fazer como os velhos ditados e jogá-las para 'debaixo do tapete'. Mais detalhes no gráfico a seguir:

Gráfico 6: Procedimento em casos de violência



A mulher agredida destacou-se como a primeira pessoa a ser contatada (78%), sendo que 65% das pessoas apontaram que este contato deve ser feito de forma imediata e 13% apontaram que, nessa situação, esperam alguns dias e se ninguém vier à sua procura, daí então procuram a mulher agredida. As alternativas restantes foram assinaladas cada uma por um participante. Uma entrevistada deixou essa questão em branco.

Entre o final da década de 1970 e início da de 1980, o movimento feminista entrou em declínio, em razão das profundas transformações (sociais, políticas e econômicas) que atingiram as sociedades. Crises econômicas, o surgimento do narcotráfico e do terrorismo, com sérias ameaças à sociedade como um todo, foram temas que passaram a ganhar maior atenção do público e da cena política<sup>193</sup>.

<sup>193</sup> CANCLAN, Renato. *Feminismo: Movimento surgiu na Revolução Francesa*. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/feminismo-movimento-surgiu-na-revolucao-francesa.htm>>. Acesso em: 08 out. 2015.

Por fim, a terceira fase surgiu na década de 1980 e se consolidou a partir da década de 1990. Esta fase teve grandes influências dos escritos de Michel Foucault e Jacques Derrida. As pesquisas voltaram-se para os estudos de gênero, mantendo-se sempre estreitos os laços entre teoria e política-militância feminista. Começaram a surgir nas universidades brasileiras centros de estudos de gênero e feminismo. O slogan ‘nosso corpo nos pertence’ ganhou espaço e força pelos direitos reprodutivos e direitos sexuais:

Foram feitas críticas às propostas de controle da natalidade e da esterilização das mulheres sem acesso às informações. Reivindicava-se o direito ao planejamento familiar e uma política de oferta de contraceptivos ao lado da oferta de informações, entendidas como direitos à autonomia e à decisão [...] Propuseram um Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), que previa um sistema de saúde público que previsse o atendimento integral à saúde das mulheres, contrapondo-se ao atendimento quase exclusivo da mulher como mães nos serviços materno-infantis. Incluía-se aí o direito à concepção e à contracepção.<sup>194</sup>

Já na década de 1990, o movimento feminista brasileiro concentrou suas ações em torno de ONGs, com projetos direcionados à elaboração e acompanhamento das políticas públicas. Neste período, redes de articulação de destaque foram formadas, como por exemplo, a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos, criada no ano de 1991. Nos anos seguintes também se formou a Articulação das Mulheres Brasileiras. Já nos anos 2000, a criação de outras redes de articulação continuou, como a Articulação de ONGs de Mulheres Negras, o Fórum Nacional de Mulheres Negras e a Liga Brasileira de Lésbicas. Foi também neste período que a Marcha Mundial de Mulheres ocupou seu espaço no Brasil<sup>195</sup>.

Aqui, através das teorias chamadas de pós-feministas, iniciaram-se reflexões críticas sobre as fases anteriores do movimento feminista. As principais críticas eram que “[...] os discursos anteriores do feminismo [...] estariam infectados pelo ponto de vista ocidental, branco e heterossexual.”<sup>196</sup> Sendo assim, esta nova proposta que a

<sup>194</sup> MACHADO, 2010, p. 139.

<sup>195</sup> MACHADO, 2010, p. 140.

<sup>196</sup> LUCENA, Mariana Barrêto Nóbrega. *Os debates do movimento feminista: do movimento sufragista ao feminismo multicultural*. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=8&ved=0CFkQFjAH&url=http%3A%2F%2Fwww.ufpb.br%2Fevento%2FIti%2Focs%2Findex.php%2F17redor%2F17redor%2Fpaper%2FviewFile%2F100%2F49&ei=SexdVPyVCsvbsATU7oKABA&usq=AFQjCNFanItkDb5VwSJ2r3Q6wvIK0lwWqw&sig2=bCFhalEixArroVnZ95l-mA&bvm=bv.79189006,d.cWc&cad=rja>>. Acesso em: 08 out. 2015, p. 7.

terceira fase do movimento feminista trouxe, integrava às discussões anteriores os marcadores de raça e etnia, sexualidade e classe. Foram as feministas lésbicas e negras que trouxeram este debate à tona, com a intenção de evidenciar que as mulheres são diferentes umas das outras e que universalizá-las se torna insuficiente, à medida que suas prioridades e necessidades de lutas não são as mesmas.

Esta fase trouxe também discussões a respeito dos direitos humanos, os quais começavam a predominar de maneira geral nos movimentos e políticas sociais. No entanto, o indivíduo era sempre tratado de forma genérica, sem levar em conta suas especificidades. Por isso, as discussões feministas sobre direitos humanos passaram a considerar raça e etnia, classe, religião e sexualidade para poder contemplar e personificar este 'humano'<sup>197</sup>.

Essa primeira noção de direitos humanos se mostrou insuficiente para a proteção de determinados grupos da sociedade global. Era preciso uma individualização do sujeito de direito, que deveria passar a ser visto em sua peculiaridade e particularidade. Para a verdadeira promoção de direitos, era preciso perceber a diferença e a vulnerabilidade de determinados grupos, para assim fornecer uma proteção especial e particularizada que permitisse o verdadeiro alcance de direitos. Sendo assim, passou a ser a concedida uma maior atenção às populações vulneráveis, como à afrodescendente, às crianças e às mulheres. Agora, ao lado do direito da igualdade também importa o respeito à diferença e à diversidade.<sup>198</sup>

No Brasil, esta fase se caracterizou por uma “[...] grande efervescência na luta pelos direitos das mulheres [...]”<sup>199</sup> Surgiram muitos grupos e coletivos em todo o país, os quais abordavam muitos temas que diziam respeito aos direitos humanos das mulheres, tais como violência doméstica e de gênero como um todo, sexualidade, direito ao trabalho e justiça salarial, igualdade nas relações afetivas, direito à terra, direito à saúde materno-infantil e luta contra o racismo.

Uma característica muito marcante destes grupos feministas é que se aproximaram bastante dos movimentos populares de mulheres de bairros menos favorecidos, unindo e direcionando forças para as lutas por educação, saneamento básico, habitação e saúde. É importante ressaltar que as Comunidades Eclesiais de Base também estavam envolvidas e engajadas nestes movimentos populares.

Este encontro foi muito importante para os dois lados: o movimento feminista brasileiro, apesar de ter origens na classe média intelectualizada, teve uma interface com as classes populares, o que provocou novas

---

<sup>197</sup> LUCENA, p. 8.

<sup>198</sup> LUCENA, p. 8.

<sup>199</sup> PINTO, 2010, p. 17.

percepções, discursos e ações em ambos os lados.<sup>200</sup>

O movimento feminista brasileiro obteve muitas vitórias ao longo destes anos. Uma delas, muito significativa, foi a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), em 1984. O CNDM, juntamente com organizações feministas, organizou e promoveu uma campanha de âmbito nacional para incluir na nova carta constitucional os direitos das mulheres<sup>201</sup>. Outra conquista foi, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a criação da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, com *status* de Ministério. Outra característica do movimento feminista no Brasil foi:

Ainda na última década do século XX, o movimento sofreu, seguindo uma tendência mais geral, um processo de profissionalização, por meio da criação de Organizações Não-Governamentais (ONGs), focadas, principalmente, na intervenção junto ao Estado, a fim de aprovar medidas protetoras para as mulheres e de buscar espaços para a sua maior participação política.<sup>202</sup>

A conquista mais expressiva do movimento feminista no Brasil, visto que uma das principais lutas sempre foi o combate à violência contra as mulheres, foi a criação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340), homologada no dia 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Também foram sendo criadas e espalhadas pelo país Delegacias Especiais da Mulher. Também destacam-se as duas Conferências Nacionais para a Política da Mulher, que aconteceram em 2005 e 2007 e reuniram mais de três mil mulheres, resultando em documentos de análise sobre a condição das brasileiras<sup>203</sup>.

O feminismo contemporâneo<sup>204</sup> é um reflexo das transformações pelas quais o movimento passou ao longo das últimas décadas. “Configura-se como um discurso múltiplo e de variadas tendências, embora com bases comuns [...] reconhece que

---

<sup>200</sup> PINTO, 2010, p. 17.

<sup>201</sup> “Do esforço resultou que a Constituição de 1988 é uma das que mais garante direitos para a mulher no mundo. O CNDM perdeu completamente a importância com os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. No primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva [...] foi recriado o Conselho, com características mais próximas do que ele havia sido originalmente.” PINTO, 2010, p. 17.

<sup>202</sup> PINTO, 2010, p. 17.

<sup>203</sup> PINTO, 2010, p. 17.

<sup>204</sup> “[...] tratando-se, portanto, do feminismo contemporâneo, que passou a representar não mais apenas a busca por uma igualdade da mulher com relação ao homem, mas o direito das mulheres à construção de si por meio da luta contra as formas de dominação masculina.” REYNALDO, 2015, p. 134.

homens e mulheres têm experiências diferentes e reivindica que pessoas diferentes sejam tratadas não como iguais, mas como equivalentes.”<sup>205</sup>

Um termo bastante difundido no feminismo nos últimos tempos é ‘sororidade’<sup>206</sup>. A palavra se origina de ‘sóror’, que significa ‘irmã’ em latim. Sororidade é a “[...] ideia de um grupo de irmãs, mulheres unidas.”<sup>207</sup> Seria a versão feminina de ‘fraternidade’ (frater – irmão).

Mas por que sororidade não é um termo conhecido ou uma prática fomentada entre as mulheres? Um dos motivos é a generalização causada pelo masculino hegemônico, que empurra as mulheres para uma falsa representação dentro do masculino<sup>208</sup>. Outro motivo é o fato de que as meninas e mulheres são ensinadas que não é possível se unirem: “Não sei se a ausência da sororidade gera rivalidade ou se acreditar que somos rivais é que gera a ausência da sororidade.”<sup>209</sup> É o senso comum de que só os homens são capazes disso<sup>210</sup>.

O feminismo conclama homens e mulheres a repensar as relações. O feminismo convida a olhar para a pessoa ao lado e tratá-la como igual, respeitando as diferenças. O feminismo convida homens e mulheres a caminhar lado a lado na busca por vidas dignas para todas as pessoas. “No feminismo mora, sim, o anseio de ver mais mulheres ocupando, ao lado dos homens, os planos econômico, social e cultural.”<sup>211</sup>

[...] A chance de fundir o que rachou / E difundir pras gerações / A demanda do mundo é amar! / Quem de pé ficará? / Se a luta acomodar / Diga quem nos dirá? / Quem viver, provará! / Nossa emancipação! Nossa emancipação! / Quando há ferrugem, no meu coração de lata / Quando há ferrugem, no meu coração de lata / É quando a fé ruge, e o meu coração dilata! / É quando a fé ruge, e o meu coração dilata!<sup>212</sup>

<sup>205</sup> NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 648.

<sup>206</sup> “O que eu chamava de ‘olhar carinhoso para a mulher ao lado’ já tinha nome, era revolucionário e se encaixava em todas as vivências cotidianas das mulheres [...]” SOUZA, 2016, p. 42.

<sup>207</sup> SOUZA, 2016, p. 43.

<sup>208</sup> “[...] achar que a palavra ‘fraternidade’ serve para os dois gêneros está no mesmo balaio que dizer ‘o homem’ referindo-se à humanidade [...]” SOUZA, 2016, p. 44.

<sup>209</sup> SOUZA, 2016, p. 45-46.

<sup>210</sup> “Raro é encontrar alguém que não reproduza o discurso de que irmandade mesmo existe apenas entre os homens, e que, nós, mulheres não temos essa capacidade.” SOUZA, 2016, p. 44.

<sup>211</sup> SOUZA, 2016, p. 105.

<sup>212</sup> O TEATRO Mágico. *Quando a fé ruge*. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/o-teatro-magico/quando-a-fe-ruge.html>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

### 3 CONTINUA! É TEMPO DE CURAR, É TEMPO DE ESPERANÇA! TEOLOGIA QUE LIBERTA MULHERES E TAMBÉM HOMENS

Se Deus é macho, então o macho é Deus. O patriarca divino castra as mulheres enquanto ele for autorizado a viver na imaginação humana.  
Mary Daly<sup>213</sup>

Deveria ser contraditório pensar a relação entre religião e violência contra as mulheres. A religião deveria propagar apenas amor, compaixão e esperança para todas as criaturas. No entanto, fundada e agarrada aos princípios patriarcais, o cristianismo tem séculos de história de violência explícita e implícita contra as mulheres<sup>214</sup>.

O controle dos corpos e da sexualidade da população em geral torna-se regulação moral na igreja patriarcal e, pela 'ordem natural' deste modelo social sexista, "o corpo da mulher sofre uma vigilância ainda maior, sempre tratado como propriedade de outro, seja do homem, da família, do Estado ou da Igreja."<sup>215</sup>

Como Odja Barros menciona, são muitos os olhos vigilantes e moralizantes sobre os corpos das mulheres. Corpos esses que se ousarem moverem-se com 'desobediência', podem (no sentido de que tem a aceitação social para isso) ser punidos com violência. No entanto, a sobrevivência faz emergir a criatividade e as mulheres são mestras em criar novas possibilidades de ver o mundo e as relações. Na mesma religião que as oprimem, elas podem recriar novos caminhos para a libertação das mulheres.

[...] a religião para as mulheres significa simultaneamente opressão e salvação. A igreja que oprime também é espaço de salvação, afinal elas não são apenas oprimidas, submissas, vítimas. A mobilidade delas, a

<sup>213</sup> Filósofa e teóloga norte-americana. Uma das pioneiras da teologia feminista e ecofeminista no mundo. Escreveu o famoso livro 'A Igreja e o Segundo Sexo', em 1968. SOAVE BUSCEMI, Maria. *A vida de Mary Daly*. Disponível em: <<http://www.cebi.org.br/noticias.php?secaold=9&noticiald=1290>>. Acesso em: 03 dez. 2016.

<sup>214</sup> "[...] em quase todas as culturas e em quase todos os tempos, a religião tem legitimado ideologicamente a subserviência das mulheres. E uma das formas mais eficazes e sutis é associando o feminino ao mal, ao desviante, à desordem. Isto significa que, culturalmente, as mulheres estão à mercê da punição naturalizada. A violência se instala na cultura pela associação mulher-mal, justificando assim a sua exclusão e desqualificação de espaços de poder e decisões da sociedade." JARSCHER, Haidi; NANJARÍ, Cecília Castillo. *Religião e violência simbólica contra as mulheres*. In: *Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, 2008. Disponível em: <[http://fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST62/Jarschel-Nanjari\\_62.pdf](http://fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST62/Jarschel-Nanjari_62.pdf)>. Acesso em: 29 nov. 2016, p. 2.

<sup>215</sup> BARROS, Odja. Uma canção de amor e de cura. In: MUSSKOPF, André S.; BLASI, Marcia (Orgs.). *História, Saúde e Direitos: sabores e saberes do IV Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião*. São Leopoldo: CEBI, 2016, p. 65.

autonomia delas está sempre em jogo e simula, subverte, cria novas formas de desobediência libertadora.<sup>216</sup>

A 'desobediência' de muitas mulheres transformou-se em questionamentos e, após, em convite a desconstruir a teologia e as relações que não incluem o respeito a toda a diversidade humana, para então construir juntas e juntos, a partir da igualdade de direitos, uma forma libertadora de viver e expressar a fé.

Entretanto, o que o clero não previa era que essa consciência fosse além, para o campo dos direitos das mulheres, numa área desconhecida por eles: o feminismo [...] Um novo discurso – de autonomia – irrompe, mostrando que um novo sujeito político entrou em cena para reivindicar seus direitos de cidadania.<sup>217</sup>

A teologia feminista surgiu como um grito de rebeldia dado por aquelas mulheres que não podiam mais aceitar as justificações infundadas do sistema religioso-patriarcal: “[...] se a religião atua como produtora de significados, ao menos ela já não possui o monopólio do sentido.”<sup>218</sup>

---\*---

A adaptação em Guaíba ia do céu ao inferno, depois ia até a esquina, voltava de novo... Adolescência. Acho que era mais ou menos por aí que as coisas iriam caminhar mesmo depois de vir embora de Santa Maria. Não que não tenham acontecido coisas importantes e interessantes comigo nesse período, porém não estão relacionadas com meu pai e a violência doméstica.

E a igreja até aqui? Nada. Silêncio. Omissão.

---\*---

<sup>216</sup> ROESE, Anete. De amor, estima e ideias feministas. In: CARDOSO, Nancy; CARVALHAES, Cláudio (Orgs.). *Querida Ivone: amorosas cartas de teologia & feminismo*. São Leopoldo: CEBI, 2014, p. 130.

<sup>217</sup> TOMITA, Luiza Etsuko. *Corpo e cotidiano: a experiência de mulheres de movimentos populares desafia a teologia feminista da libertação na América Latina*. São Bernardo do Campo: [s.n.], 2004, p. 73.

<sup>218</sup> SOUZA, Sandra Duarte de; LEMOS, Carolina Teles. *A Casa, as Mulheres e a Igreja: relação de gênero e religião no contexto familiar*. São Paulo: Fonte Editorial, 2009, p. 72.

### 3.1 O discurso religioso que transpassa a violência contra as mulheres (a outra teologia)

A religião se mostra através de uma roupagem de diálogos de paz, orientação para o bem comum da humanidade, propagação do amor e amparo, o que “dificulta a percepção do potencial de violência que subjaz em seu discurso e em sua prática, sobretudo em relação às mulheres.”<sup>219</sup> Outro ponto a ser observado é que certos dogmas religiosos podem contribuir para a manutenção de um relacionamento abusivo, visto que normalmente as mulheres devem se submeter ao discurso patriarcal. “Assim como acontece em todos os espaços sociais, as comunidades religiosas não estão isentas dessa realidade e, muitas vezes, colaboram para a perpetuação dessa violência com seus discursos e suas práticas.”<sup>220</sup>

Outro fator que pode instigar e alimentar os mitos religiosos que corroboram com a violência doméstica contra as mulheres é a falta de preparo teológico para lidar com estes casos<sup>221</sup>. “Historicamente, as religiões não têm protagonizado mudanças sociais no que se refere à superação da noção de subordinação feminina.”<sup>222</sup> Um dos maiores mitos da Igreja cristã é o lar como local seguro e sagrado, devendo ser mantido intocado acima de tudo. As famílias inseridas em comunidades de fé também podem ser afetadas pela violência doméstica:

[...] os aconselhadores pastorais precisam reconhecer a realidade de que a família é o grupo mais violento ao qual mulheres e crianças pertencem. Mesmo que haja um desejo de ver a família como um grupo que vive os valores cristãos, onde há conforto, amor e alegria, é necessário reconhecer que a família é um lugar onde não apenas a violência, mas também a tragédia pode ocorrer.<sup>223</sup>

<sup>219</sup> CITELI, Maria Teresa; ROSADO-NUNES, Maria José. *Violência simbólica: a outra face das religiões*. Cadernos Católicas Pelo Direito de Decidir. Vol./No. 14. São Paulo: Católicas Pelo Direito de Decidir, 2010, p. 5.

<sup>220</sup> LIRA, Lilian Conceição da Silva Pessoa de; ZWETSCH, Roberto E. Acolhimento às mulheres negras para a superação das cadeias religiosas: um desafio ao feminismo. In: MUSSKOPF, André S.; BLASI, Marcia (Orgs.). *Ainda feminismo e gênero: histórias, gênero e sexualidade, sexismo, violência e políticas públicas, religião e teologia*. São Leopoldo: CEBI, 2014, p. 168.

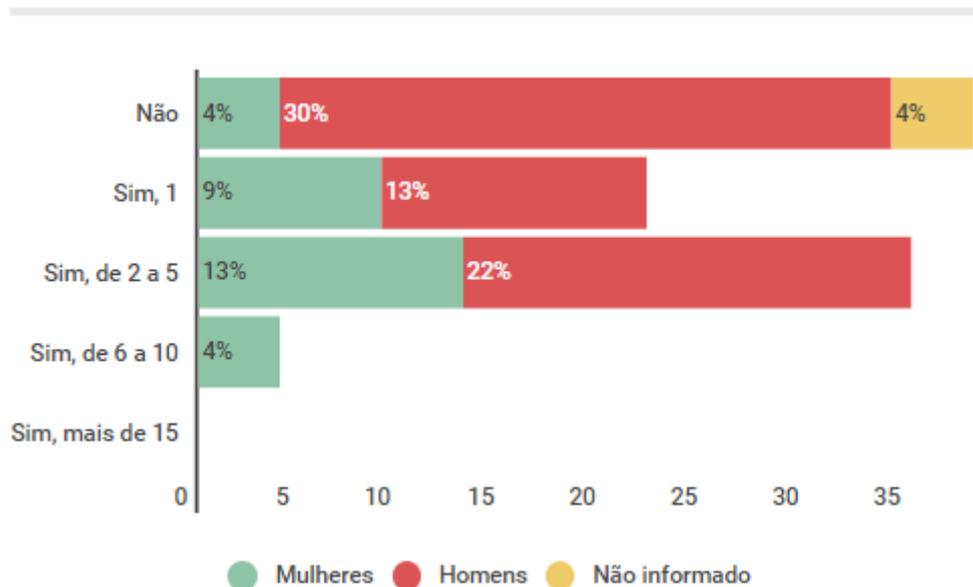
<sup>221</sup> “Nesse trágico contexto mundial e local, as autoridades políticas e religiosas ainda nos convidam à submissão a Deus, a fazer sua vontade, a obedecer-lhe como condição para chegarmos a uma vida feliz.” GEBARA, 2010, p. 54.

<sup>222</sup> SOUZA; LEMOS, 2009, p. 48.

<sup>223</sup> BERGESCH, Karen. Falas de violência e o imaginário religioso. In: NEUENFELDT, Elaine; BERGESCH, Karen; PARLOW, Mara. *Epistemologia, violência e sexualidade: Olhares do II Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2008, p. 125.

A pergunta número seis<sup>224</sup> do questionário apresentado aos e às participantes tinha por objetivo investigar se eles e elas tinham conhecimento de casos de violência doméstica contra as mulheres nas comunidades onde trabalham. **A maioria das pessoas entrevistadas (38%) respondeu que não tem conhecimento de nenhum caso de violência doméstica.** Cinco pessoas (22%) assinalaram ter conhecimento de um caso e oito pessoas (35%) responderam saber de dois a cinco casos de violência doméstica. Por fim, uma mulher apontou ter conhecimento de seis a dez casos de violência doméstica. Nenhuma pessoa assinalou a alternativa 'mais de quinze casos'. Veja mais detalhes no gráfico a seguir:

Gráfico 7: Casos de Violência Doméstica – paróquia/comunidade



É na religião que muitas mulheres procuram entender e justificar a violência existente e persistente em sua relação abusiva. Procuram identificar seus martírios pessoais com o sofrimento e a permanência da relação. E procuram motivos e respostas para a transformação daquele que jurou amá-la e respeitá-la, e que hoje a abusa e a nega<sup>225</sup>. Maria José Rosado-Nunes aponta que as mulheres são maioria nas igrejas e pergunta o que as igrejas estão fazendo das mulheres:

<sup>224</sup> (QUESTÃO 6) 'Você tem conhecimento de algum caso de violência doméstica contra a mulher entre membros de sua paróquia/comunidade?'

<sup>225</sup> SOUZA; LEMOS, 2009, p. 19.

Elas são maioria entre a população de fiéis; maioria no campo da prática religiosa, nos rituais, na transmissão religiosa, e maioria entre os guardiões da memória do grupo religioso [...] grande parte das mulheres fiéis trabalham para conectar outras mulheres à Igreja: o marido, as filhas e filhos, a família ou o círculo social e profissional onde atuam. No entanto, sua presença segue sendo silenciosa e suas razões seguem sem se expressar. Por que há tantas mulheres em busca de Deus? O que dão as religiões às mulheres e o que lhe dão elas às religiões?<sup>226</sup>

Como já referido no capítulo anterior, é preocupante o fato de que nove ministros e ministras relataram não ter conhecimento de nenhum caso de violência doméstica em suas paróquias/comunidades<sup>227</sup>. É possível levantar a hipótese de que o discurso religioso dessas pessoas não atinge essas mulheres de maneira a se sentirem acolhidas e seguras. Nessas nove comunidades, as mulheres em situação de violência doméstica possivelmente não se sentem amparadas na sua fé para superar a violência.

---\*---

Eu contei que ele ficou em posse de todos os nossos bens? Pois bem, quando íamos visitar nossa família em Santa Maria, tínhamos que visita-lo também (por que mesmo?), visto que ele ficou morando na nossa casa que era ao lado da casa do meu avô e avó. A situação era a seguinte: um mar de falsidade de todos os lados, alguns presentes que não serviam em nenhum sentido e um frio que subia pela sola dos meus pés... Mas a cena se passava como se fosse um pai amoroso com saudade de seu filho e sua filha.

<sup>226</sup> ROSADO-NUNES, María José. Nuevos Paradigmas en el Pensamiento Teológico Feminista – El anhelo por un mundo justo. In: PILAR AQUINO, María; ROSADO-NUNES, María José. *Teología feminista intercultural: Exploraciones latinas para un mundo justo*. México: Ediciones Dabar, 2008, p. 34-35. “Ellas son mayoría entre la población de los fieles; mayoría en el campo de la práctica religiosa, en los rituales, en la transmisión religiosa, y mayoría entre los guardianes de la memoria del grupo religioso [...] gran parte de las mujeres fieles trabajan para conectar a otras personas a la Iglesia: al marido, a las hijas e hijos, a la familia, o al círculo social y profesional donde actúan. Sin embargo, su presencia sigue siendo silenciosa y sus razones siguen sin expresarse. ¿Por qué hay tantas mujeres en la búsqueda de Dios? ¿Qué dan las religiones a las mujeres y qué le dan ellas a las religiones?” (tradução própria)

<sup>227</sup> “Um grupo de estudantes da Faculdade de Teologia [...] queriam pesquisar sobre violência doméstica, os pastores disseram que esse era um tema sem fundamento, pois não havia violência intrafamiliar em suas paróquias. **Em sua opinião, o tema não era relevante e a violência não existente.** Ao final do semestre [...] as estudantes apresentaram os resultados de sua pesquisa. Relataram experiências de sofrimento e resignação que muitas mulheres enfrentavam, casos concretos de violência e abuso. Muitos pastores escutaram com lágrimas o que estas mulheres haviam confidenciado às estudantes porque nunca tiveram coragem (ou receberam o incentivo) de buscar aconselhamento pastoral.” DEIFELT, 2016, p. 24-25. (grifos meus)

Tenho dó dos meus namorados e de alguns amigos e amigas que foram à Santa Maria comigo nesse período e viram o depois. Na frente do meu pai eu mantinha a pose (reativa/agressiva, alerta), mas quando eu voltava pra casa da minha avó, com a missão cumprida, pro abraço daquele ou daquela que me aconchegava, eu desabava. Obrigada por cada abraço que vocês me deram.

---\*---

Na investigação teológica pelas respostas de suas aflições, as mulheres procuram compreender sua situação abusiva. Seja em uma oração, ou em aconselhamento pastoral, é para a crucificação de Cristo, uma história emblemática de martírio por amor, que estas mulheres podem ser direcionadas na sua dor. Como resultado, gera-se um conformismo com o sofrimento, mostrado através do exemplo do próprio Jesus, que segundo a tradição Cristã, é o maior de todos os sofrimentos. Ao comparar o sofrimento humano ao divino, fica clara a intenção de inferiorizar qualquer sofrimento humano:

[...] no centro da tradição cristã, está o filho de Deus, sofrendo e morrendo na cruz [...] Quando esta interpretação teológica e pastoral do sofrimento é combinada com Gênesis 3.16, onde Deus aumenta extremamente a dor de Eva no parto, devido ao seu pecado cometido, uma mensagem dupla, duradoura e complicada é enviada para as mulheres. Primeiro, é bom e o desejo de Deus sofrer, e, segundo, o sofrimento é a consequência inevitável do pecado pessoal. As mulheres cristãs são chamadas a sofrer tanto quanto Jesus sofreu; como filhas de Eva, as mulheres são eternamente punidas com sofrimento.<sup>228</sup>

Uma pesquisa realizada ainda no ano de 2016 pela Universidade Presbiteriana Mackenzie apontou que 40% das mulheres em situação de violência doméstica são evangélicas<sup>229</sup>. O documento resultante dessa pesquisa destaca pontos preocupantes. Um deles é o entendimento e aconselhamento por parte das lideranças religiosas de que o poder da oração pode combater a violência, pois é o demônio quem age através do agressor. Posta essa ideia, torna-se muito difícil para

<sup>228</sup> TATMAN, Lucy *apud* BERGESCH, Karen. *A dinâmica do poder na relação de violência doméstica: desafios para o aconselhamento pastoral*. São Leopoldo: Sinodal, 2006, p. 220.

<sup>229</sup> GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. *40% das vítimas de violência contra a mulher são evangélicas*. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/40-das-vitimas-de-violencia-contra-mulher-sao-evangelicas/#gs.3CjsV30>>. Acesso em: 27 nov. 2016.; GOSPEL. *40% das mulheres que sofrem violência doméstica são evangélicas, diz pesquisa recente*. Disponível em: <<https://noticias.gospelmais.com.br/40-mulheres-sofrem-violencia-domestica-evangelicas-86697.html>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

a mulher agredida denunciar a violência, visto que a culpa por estar traindo o ministro ou ministra e o próprio Deus seria um fardo muito pesado.

Em entrevista no programa De Tudo Um Pouco, da Rede Super, o pastor Renato Vieira Matildes analisou os dados da referida pesquisa, refletindo que a omissão dos ministros e ministras é peça fundamental na manutenção da violência doméstica: “A gente percebe a omissão pela falta de orientação e pela omissão mesmo de não querer informar. Porque é mais fácil virar e dizer: ‘Olha, vá embora que nós vamos orar e Deus vai fazer a obra.’”<sup>230</sup>

Ao omitir e silenciar, ao se recusar em denunciar os atos de violência e seus agressores, as igrejas somam-se também a outras estruturas institucionais e sociais injustas que são coniventes com a violência contra as mulheres, auxiliando na manutenção desta realidade de violência cotidiana e velada<sup>231</sup>. “Ignorar as mulheres, não levá-las em conta, não referir-se a elas é uma forma de menosprezá-las e negar-lhes o lugar que lhes corresponde na sociedade e nas Igrejas.”<sup>232</sup> Agindo sem agir, apenas observando a distância, as igrejas acabam legitimando a violência contra as mulheres por tratá-la como algo comum e socialmente banal, contribuindo para a manutenção desta prática no íntimo familiar e realimentando o modelo de poder patriarcal, onde mulheres e crianças devem obediência aos homens mais velhos que, autorizados pela sociedade, exercem seu poder e sua vontade<sup>233</sup>.

De forma simbólica e subjetiva, os discursos religiosos e suas práticas atuam com grande força neste cenário de controle e submissão, de pai sobre a família, de marido sobre a esposa. “A inferiorização das mulheres veiculada por discursos religiosos é uma forma de violência simbólica, implementada através de representações sociais. A principal delas parece ser a culpabilização das mulheres pelo mal.”<sup>234</sup> A religião atua como um dos pilares de onde as representações sociais se sustentam e se desenvolvem. É importante perceber o impacto de seus ensinamentos, dos discursos religiosos e das interpretações aos textos sagrados,

<sup>230</sup> GOSPEL, 2016.

<sup>231</sup> GROSSMANN, Carla Andrea. *O aconselhamento pastoral a partir de uma ótica feminista*. (Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Teologia). São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 1995, p. 10.

<sup>232</sup> CALABRESE, Cora Ferro et al. *Mujer, Sexualidad y Religión: Hasta Cuándo..., Señor?* Equador: CLAI, 1998, p. 38.

<sup>233</sup> CAVALCANTE, Arthur; SOARES, Ilcéia A.; Violência de gênero contra mulheres e meninas: desafio e compromisso das igrejas. In: OROZCO, Yury Puello (Org.). *Religiões em Diálogo: Violência contra as Mulheres*. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2009, p. 54.

<sup>234</sup> TOMITA, 2004, p. 175.

que afirmam como as mulheres devem ser submissas, obedientes e passivas, e o quanto isto contribui com a manutenção do discurso patriarcal, deixando suas vidas acometidas pelas mais variadas formas de violência. A conduta sexista e suas práticas de exclusão colocam a igreja e seu discurso religioso como colaboradoras para a preservação destas violências<sup>235</sup>. “A religião patriarcal afirmou, de uma maneira geral, o feminino como dependente do masculino não só nos limites da história, mas nos limites da simbologia religiosa.”<sup>236</sup>

As mulheres estão submetidas a uma violência simbólica tão difusa na sociedade que, muitas vezes, nem percebem o que acontece e acabam ‘consentindo’ com as experiências violentas por não perceberem sua existência ou não acharem possível construir outras formas de relações. Essa violência é tão sutil que pode estar disfarçada com o nome de ‘liberdade feminina’, mas, na verdade, não passa de acúmulo de tarefas. Ou seja, quando as mulheres conquistam seu espaço no mercado de trabalho, ainda é comum que o serviço doméstico e o cuidado com as crianças, pessoas idosas e demais dependentes, não sejam compartilhados com os homens, o que faz, conseqüentemente, com que elas tenham jornadas duplas ou triplas de trabalho. Além disso, no Brasil, as mulheres com a mesma idade, experiência e nível de instrução que os homens, ainda ganham salários inferiores, aproximadamente 30% a menos que eles<sup>237</sup>.

E essa violência simbólica, em alguns casos, pode se transformar em violência doméstica. Quando as mulheres não conseguem cumprir com perfeição todas as suas ‘obrigações’ em função do trabalho fora do lar, são punidas com violência psicológica e física: “o fato de a mulher haver saído para o mundo público do trabalho é a cena do fruto proibido que ela come. Diariamente ela desobedece, e segue os conselhos da serpente. A sutileza do discurso dirá que ela não ficará sem o castigo.”<sup>238</sup>

---

<sup>235</sup> CITELI; NUNES, 2010, p. 6.

<sup>236</sup> GEBARA, 2010, p. 50.

<sup>237</sup> OBSERVATÓRIO Brasil da Igualdade de Gênero. *Homens recebem salários 30% maiores que as mulheres no Brasil*. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/homens-recebem-salarios-30-maiores-que-as-mulheres-no-brasil>> Acesso em: 21 set. 2015.

<sup>238</sup> ROESE, Anete. A subjetividade do discurso patriarcal sobre o lugar da mulher e da natureza: uma leitura ecofeminista. In: OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de; SOUZA, José Carlos Aguiar de. *Consciência Planetária e Religião: desafios para o século XXI*. Coleção Estudos da Religião. São Paulo: Edições Paulinas, 2009, p. 182.

Quando a religião ensina que as mulheres devem ser obedientes, passivas e submissas, acaba contribuindo com a produção e reprodução das diversas formas de violências que as acometem. Os discursos religiosos, os textos sagrados e suas interpretações, as práticas de exclusão e discriminação sexista da Igreja em relação às mulheres colaboram para a manutenção desta violência<sup>239</sup>. Para muitas pessoas, é através da religião que as representações sociais se estabelecem e se desenvolvem.

A história de violência contra as mulheres dentro da Igreja, como na caça às bruxas, nas discriminações biológicas, nas omissões em relações conjugais violentas, contribuiu para que sociedade e cultura discriminassem as mulheres, pois “a Igreja é um lugar de formação e influência sobre indivíduos que passam a agir socialmente.”<sup>240</sup>

A caça às bruxas foi uma das formas mais cruéis de violência contra as mulheres, e o que é mais agravante, foi perpetrada pela própria Igreja. “[...] os mistérios em que a bruxa intervém – nascimento e morte, medicina, os cuidados com os partos – tudo surge dos papéis femininos de mãe, cozinheira, farmacêutica, médica, que são os símbolos dos poderes da mãe e da terra.”<sup>241</sup> E esses poderes, ‘obscuros’ e desconhecidos aos homens, não podiam ser deixados sob o domínio das mulheres. Foi preciso demonizá-lo.

Segundo Karen Bergesch, durante a Inquisição, a tortura era considerada o meio mais eficaz para conseguir a confissão. Os torturadores procuravam por qualquer sinal de ‘anormalidade’, o que seria um sinal claro de pacto com o demônio. “A regulação dos corpos das mulheres foi uma importante pauta da Inquisição, tendo atuado, por meio da demonização e conseqüente repressão, no processo de construção de corpos dóceis.”<sup>242</sup> Com humilhação, as vítimas eram despidas e depiladas, e até mesmo a falta de uma confissão também poderia ser

---

<sup>239</sup> STRÖHER, Marga J. O que espero da religião? Palavras que me tragam para a vida! Mulheres tomam a palavra sobre religião e o discurso religioso na produção e na reprodução da violência sexista. In: OROZCO, Yury Puello (Org.). *Religiões em Diálogo: Violência contra as Mulheres*. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2009, p. 101.

<sup>240</sup> BERGESCH, 2006, p. 114.

<sup>241</sup> RUETHER, Rosemary Radford. *Mujer nueva, Tierra nueva: la liberación del hombre y la mujer en un mundo renovado*. Buenos Aires: Ediciones Megápolis, 1977, p. 106. “[...] los misterios en los que la bruja interviene - nacimiento y muerte, la medicina, la atención de los partos - todo surge de los roles femeninos de madre, cocinera, farmacéutica, doctora, que son los símbolos de los poderes de la madre y de la tierra.” (tradução própria)

<sup>242</sup> SOUZA; LEMOS, 2009, p. 56.

considerada prova importante de bruxaria, já que “sua suposta inferioridade biológica não permitiria resistência, a menos que recebesse auxílio do mal.”<sup>243</sup>

Com o objetivo de justificar as perseguições, agressões e execuções de mulheres, os religiosos responsáveis pela Inquisição elaboraram uma documentação em 1694 na qual, utilizando-se de manipulação dos textos bíblicos, basearam seus atos nas escrituras sagradas. Neste documento fica explícito o sexismo e a sentença deliberada pelo simples fato de ser mulher:

- Toda maldade é pouca se comparada com a da existente dentro da mulher;
- Para as mulheres, ou há o caminho da virtude ou do diabo, da santa, que bem usa suas qualidades, ou daquela que usa mal e é o próprio demônio;
- Como a natureza da mulher é perversa, para ela é simples desviar-se da fé, renunciando-a, o que é a raiz da bruxaria;
- Como foi feita a partir de uma costela dobrada, a do peito de Adão, diz-se que um defeito existe quando a primeira mulher foi feita, e por este erro em sua criação, ela é apenas um animal imperfeito<sup>244</sup>.

É antiga a afirmação de que são as mulheres naturalmente inferiores aos homens. Com influência da filosofia clássica, a argumentação de vários teólogos cristãos parte de bases teológicas de uma superioridade masculina determinista, e tornando mais uma vez legitimada a dominação que decai sobre as mulheres.

Para muitos Pais da Igreja, influenciados por uma filosofia platônica, a mulher representava a carnalidade e a sexualidade, um estado inferior e negativo. Somente abandonando a carnalidade e adentrando no âmbito espiritual (o mundo da ascese, da virgindade e da contenção sexual) é que seria possível desenvolver-se espiritualmente.<sup>245</sup>

Wanda Deifelt aponta que Agostinho, por exemplo, em “De Trinitate”, afirmou que a mulher estaria privada de ser a imagem de Deus simplesmente pelo fato de ser mulher. Tomás de Aquino, na “Summa Teologica”, defendeu que as mulheres possuem uma natureza inferior e que, por isso, devem sujeitar-se aos homens. Para Orígenes (séc. III), a mulher só poderia ser salva aprendendo e praticando as virtudes espirituais dos homens e livrando-se de todo o mal e tentação que ela

---

<sup>243</sup> BERGESCH, 2006, p. 112.

<sup>244</sup> CALABRESE, 1998, p. 51.

<sup>245</sup> DEIFELT, 2016, p. 20.

representava. Poderia tornar-se ‘homem honorário’ se fosse uma boa cristã. Tertuliano, por sua vez, afirmava a mulher como sendo “[...] a porta de entrada do diabo no mundo, aquela que tocou a árvore de Satanás e a primeira a violar a lei divina [...] Devido ao pecado da primeira mulher, todas as demais deveriam padecer.”<sup>246</sup>

Sandra Duarte de Souza e Caroline Teles Lemos afirmam que os Reformadores não seguiram caminhos distintos no que se refere às mulheres e “[...] continuaram identificando a mulher com o corpo e, junto com o seu repúdio ao corpo, repudiaram também a mulher.”<sup>247</sup> Dizia Lutero que, tal qual uma autoridade sagrada, assim era a autoridade representada no marido, e a submissão sem questionamento era o papel reservado para as mulheres. Ainda assim, Lutero, em 1524, “[...] como pastor da Igreja de Wittenberg, ouviu um caso envolvendo um agressor de esposa.”<sup>248</sup> Ele se posicionou a favor do divórcio no caso em questão e escreveu uma carta à corte oficial recomendando este encaminhamento: “Partindo do pressuposto que estas testemunhas estão em total acordo, nós deixamos clara a nossa opinião que ela deve ser separada dele, deixando para critério dos magistrados como querem puni-lo na corte secular.”<sup>249</sup> Até mesmo a violência física não poderia ser motivo para que a mulher abandonasse o casamento, pois para Calvino, a esposa deveria submeter-se ao marido por ele possuir autoridade sobre ela<sup>250</sup>.

Não se deve cair no risco de olhar apenas ao passado. Ainda hoje a argumentação utilizada pela Igreja Católica para não conceder o direito à ordenação para mulheres possui embasamento na suposição das mulheres serem naturalmente inferiores em relação aos homens, utilizando-se também da passagem bíblica de Efésios 5.23 – o homem é a cabeça da esposa/casa, assim como Cristo é a cabeça da Igreja<sup>251</sup>.

---

<sup>246</sup> DEIFELT, 2016, p. 20.

<sup>247</sup> SOUZA; LEMOS, 2009, p. 56.

<sup>248</sup> WENGERT, Timothy J. Martin Luther on Spousal Abuse. In: *Lutheran Quarterly*, Vol. XXI, pp. 337-340, 2007, p. 337. “[...] as pastor of the church in Wittenberg, heard a case involving a wife-beater.” (tradução própria)

<sup>249</sup> WENGERT, 2007, p. 338. “Given that these witnesses are in complete agreement, we made known our opinion that she should be separated from him, leaving to the discretion of the magistrates how they want to punish him in the secular courts.” (tradução própria)

<sup>250</sup> SOUZA; LEMOS, 2009, p. 53-57.

<sup>251</sup> BERGESCH, 2006, p. 116.

O conjunto das representações sociais que se constituíram no decorrer da história sobre a subordinação e a inferioridade das mulheres, marca a sua autopercepção e a percepção dos outros sobre elas. São essas representações sociais que trazem significados que têm provocado nas mulheres a permissão resignada da violência, e o discurso religioso tem participação no processo de produção e reprodução dessas representações.<sup>252</sup>

Como apontado por Mary Hunt, foi a Reverenda Dra. Marie Fortune Marshall, em 1977, nos Estados Unidos quem produziu a primeira investigação com seu trabalho de pesquisa na relação entre religião e violência contra as mulheres. Foi a Reverenda Marshall que criou o Centro para a Prevenção de Violência Sexual e Doméstica, com o objetivo de informar, revelar e fornecer materiais didáticos a respeito da violência doméstica. Hoje o centro é conhecido pelo nome de Faith Trust Institute<sup>253</sup>. Marie Marshall, acompanhada de outras estudantes feministas da religião, iniciaram um questionamento da origem teológica das violências sofridas pelas mulheres, abordando em suas pesquisas diversos temas, alguns como a linguagem e a figura do imaginário divino estritamente masculino e sua ligação com a violência, por exemplo. O que mais surpreendeu as pesquisadoras foi a descoberta de envolvimento de autoridades religiosas e sacerdotes em comportamentos violentos

Pastores, rabinos e padres envolvidos em atividade sexual com seus paroquianos, os imãs que aconselham mulheres a ter matrimônios abusivos [...] mostram que a violência não é simplesmente algo que as religiões condenam, mas algo em que seus próprios líderes estão envolvidos. Mais ainda, a violência cometida por líderes religiosos tem o elemento extra de violar não só as dimensões físicas e psicológicas, mas também a dimensão espiritual da pessoa.<sup>254</sup>

O Faith Trust Institute reelaborou, em 1983, seus programas de ação:

- Ética para os clérigos: formação e materiais educativos, com o fim de prevenir os casos de abuso sexual e instruir sobre os temas de limites;
- Segurança e Saúde na Congregação: apoiar clérigos e líderes laicos na criação e manutenção de congregações seguras e saudáveis, enfatizando a prevenção do abuso sexual juvenil;

<sup>252</sup> SOUZA; LEMOS, 2009, p. 59.

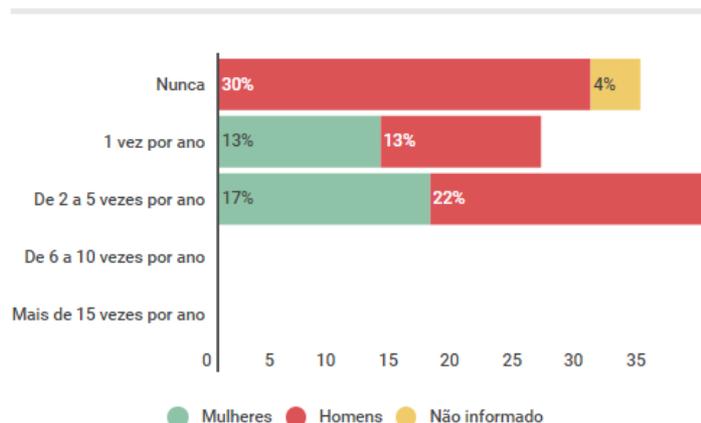
<sup>253</sup> HUNT, Mary E. Religião e Violência contra as Mulheres: Diferentes causas, Compromisso comum. In: OROZCO, Yury Puello (Org.). *Religiões em Diálogo: Violência contra as Mulheres*. São Paulo: Católicas Pelo Direito de Decidir, 2009, p. 8.

<sup>254</sup> HUNT, 2009, p. 9.

- Famílias Sãs: material didático impresso e audiovisual sobre abuso juvenil, violência doméstica e relações na adolescência, educando os e as líderes religiosas para envolver as comunidades como parte de uma ação comunitária global contra a violência doméstica;
- Tráfico de Seres Humanos e Exploração Sexual: materiais educativos para clérigos e líderes laicos<sup>255</sup>.

Uma das perguntas<sup>256</sup> feitas aos e às participantes da pesquisa visava investigar a frequência com que seus serviços eram procurados por mulheres em situação de violência doméstica em busca de algum auxílio ou aconselhamento. O primeiro dado que salta aos olhos é que sete homens, além de uma pessoa que não informou seu sexo (34%), apontaram que nunca foram procurados em busca de aconselhamento/auxílio por mulheres em situação de violência doméstica nas comunidades onde trabalham. Seis pessoas (26%) responderam que são procuradas uma vez por ano e outras nove pessoas (39%) apontaram que mulheres em situação de violência doméstica as procuram em suas comunidades em busca de aconselhamento/auxílio de duas a cinco vezes por ano. As alternativas ‘de seis a dez vezes por ano’ e ‘mais de quinze vezes por ano’ não foram assinaladas. Mais detalhes no gráfico a seguir:

Gráfico 8: Procura por auxílio/aconselhamento – frequência



Lilian Lira e Roberto Zwetsch citam dados de pesquisa de 2011, Novo Mapa das Religiões, que revelam que 93% das brasileiras e 85% dos brasileiros atribuem

<sup>255</sup> HUNT, 2009, p. 13.

<sup>256</sup> (QUESTÃO 7) ‘Com que frequência mulheres que sofreram violência doméstica já procuraram auxílio e/ou aconselhamento com você em sua paróquia/comunidade?’

importância ao fator religioso em suas vidas<sup>257</sup>. Sendo assim, é válido afirmar que a igreja pode vir a ser o refúgio, o local onde as mulheres que sofrem violência buscam auxílio e acolhida. Isso se deve, primeiramente, ao fato de que este é um espaço permitido socialmente a ela pelo homem que a agride. Outro fator relevante é que este espaço religioso e suas lideranças são considerados sagrados, livres de sentimentos profanos. No entanto, não se pode esquecer que as instituições religiosas e seus representantes estão inseridos e inseridas no sistema patriarcal, e suas políticas, ideologias e atitudes contribuem, na maioria das vezes, para a manutenção desta organização social.

A religião patriarcal introduziu normas de comportamento social a partir de uma concepção hierárquica do mundo e das classes sociais. A religião entrou na esfera do público e a ela submeteu o privado, como se este fosse algo menor e sem importância. A religião torna-se instituição social pública ao lado de outras instituições. Torna-se uma variante do mesmo poder patriarcal.<sup>258</sup>

Exemplificando o pressuposto: se por um lado os pecados dos homens podem ser diminuídos, justificados ou entendidos, de outro lado a causa destes pecados são as próprias mulheres. Como punição por sua culpa e responsabilidade pelos pecados no mundo, pelos pecados dos homens, é na submissão a eles que, segundo a lógica religiosa-patriarcal, a mulher encontra sua penitência:

Dentro da tradição eclesiástica, desde muito cedo se colocou a mulher como responsável pela entrada do pecado no mundo [...] O homem, não a mulher, é a criatura ideal. A mulher foi a segunda na ordem da criação, mas foi a primeira a pecar. Todas as mulheres, como descendentes de Eva, devem pagar por este pecado, mortificando-se.<sup>259</sup>

Em casos de estupro, não é estranho encontrar situações onde a culpa pelo ato é depositada nos ombros da vítima. A mulher é, muitas vezes, a responsável por ter permitido, insinuado, provocado ou até mesmo pedido para ser violentada. Para o senso comum, o estuprador não consegue segurar seus impulsos quando atizados pela mulher. Nas instituições religiosas a culpabilização da mulher também está presente:

Esta concepção religiosa justifica a desapropriação do corpo das mulheres e abre espaço para a violência contra elas quando querem exercer seus direitos de autonomia e liberdade [...] Existe uma visão tradicional que torna

---

<sup>257</sup> LIRA; ZWETSCH, 2014, p. 169-170.

<sup>258</sup> GEBARA, 2010, p. 48.

<sup>259</sup> DEIFELT, 2016, p. 20.

as mulheres e seus corpos culpados da violência que sofrem, embora, na verdade, a violência se encontre enraizada na sociedade, que se pauta por um sistema por si mesmo violento na medida em que a engendra, mas que atribui ao corpo da mulher a violência que ela própria, a sociedade, produz, e na qual aparecem, como importante componente, as instituições religiosas.<sup>260</sup>

Com este discurso religioso, as mulheres que buscam algum amparo acabam tendo seu sofrimento minimizado e naturalizado, fazendo-as acreditar que este sofrer é parte da própria natureza das mulheres: “as religiões patriarcais tendem a legitimar a subserviência das mulheres associando-as ao mal, ao desviante, à desordem e à fraqueza moral, deixando-as à mercê de punições apregoadas como *naturais*.”<sup>261</sup> As vítimas sentem-se culpadas e responsáveis pelo sofrimento e violência que vivem. Tentam retomar o passado em busca de momentos que podem apontar onde 'fizeram algo errado, pelo qual estão sendo castigadas agora'. “Na tradição cristã primitiva, desenvolveu-se uma atitude de imputação de culpa à mulher pela entrada do mal ou do pecado na história humana.”<sup>262</sup>

Existe uma marginalização das mulheres na teologia tradicional. Mesmo pretendendo acolher o ser humano como um todo, essa teologia é insuficiente em questões que afetam diretamente a vida das mulheres, como a violência doméstica e sexual, por exemplo.

A religiosidade que a mulher vivencia não é um âmbito separado de outras esferas da vida. Ao contrário, esta constituiu um eixo que dá sentido à sua existência [...] a experiência religiosa da mulher popular não pode desligar-se sem mais nem menos do conjunto de atividades que realiza na vida cotidiana, do seu modo próprio de inteligência da vida e da fé, como também não pode separar-se da sua situação histórica nem da sua identidade cultural [...].<sup>263</sup>

As mulheres em situação de violência, ao procurar apoio na religião e tendo a teologia tradicional como resposta, acabam sendo deslocadas de seu saber histórico – suas experiências do cotidiano – e são realocadas numa posição de causadoras da dor que estão vivendo: “Ao buscar apoio na religião, a mulher é desrespeitada, pois a teologia tradicional não considera o sofrimento feminino em sua reflexão. Pelo

<sup>260</sup> OROZCO, Yury Puello. Violência, religião e direitos humanos. In: OROZCO, Yury Puello (Org.). *Religiões em Diálogo: Violência contra as Mulheres*. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2009, p. 138.

<sup>261</sup> CITELI; NUNES, 2010, p. 6.

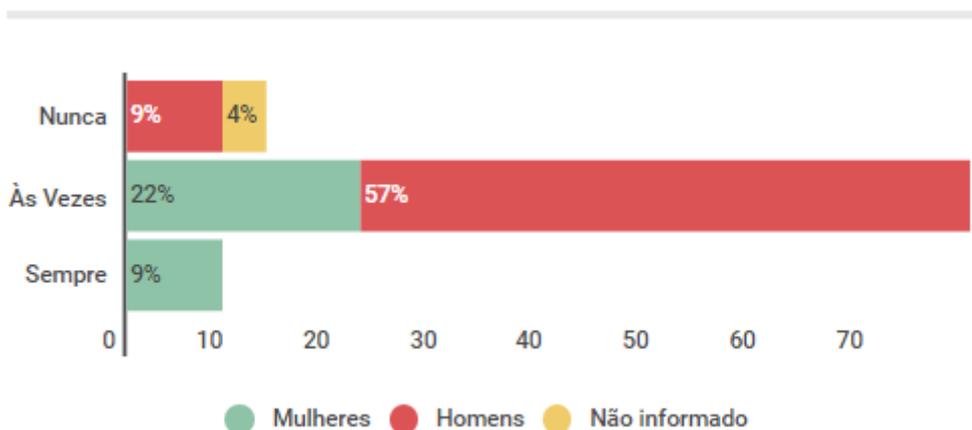
<sup>262</sup> GEBARA, Ivone. *Teologia em ritmo de mulher*. (Coleção Mulher: tema atual). São Paulo: Paulinas, 1994, p. 41.

<sup>263</sup> AQUINO, María Pilar. *Nosso clamor pela vida: teologia latino-americana a partir da perspectiva da mulher*. Tradução de Rodrigo Contrera. (Coleção Mulher Ontem e Hoje). São Paulo: Paulinas, 1996, p. 293-294.

contrário, a mulher recebe a culpa sobre si por ter introduzido o pecado no mundo.”<sup>264</sup>

As pessoas que participaram da pesquisa foram perguntadas<sup>265</sup> se trabalharam ou trabalharam com o tema da violência doméstica contra as mulheres em algum dos espaços comunitários. Como se pode observar no gráfico abaixo, as pessoas que responderam trabalhar sempre com este tema (9%) são todas mulheres. Antagonizando, responderam nunca trabalhar com este tema apenas homens, além de uma pessoa que não informou seu sexo (13%). A maioria das pessoas entrevistadas (79%) respondeu trabalhar somente às vezes com o tema da violência doméstica contra as mulheres nos diversos espaços comunitários.

Gráfico 9: Tema da violência doméstica nos grupos e espaços comunitários



Incluir sempre o tema da violência doméstica nos trabalhos comunitários é uma questão de posicionamento político. Não no sentido partidário, mas no sentido de sair de cima do muro e entender que essa é uma questão grave de saúde pública que afeta toda a sociedade<sup>266</sup>. É entender que as violências se dão por uma gama

<sup>264</sup> BERGESCH, 2006, p. 119.

<sup>265</sup> (QUESTÃO 4) 'O tema da violência doméstica contra as mulheres é/foi trabalhado em algum grupo ou espaço da sua paróquia/comunidade?'

<sup>266</sup> "Durante meus estudos na Faculdade de Teologia há 30 anos, fiz meu estágio prático na Prelazia de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso, em uma das comunidades de base na região Amazônica [...] Um dia, uma mulher de 32 anos de idade, Maria, foi trazida às pressas ao vilarejo. Ela estava grávida e prestes a dar à luz. Ela já tinha tido três abortos espontâneos e esta era sua oitava gravidez [...] a médica foi chamada e Maria acolhida por uma de nossas vizinhas. Escondida do marido, Maria havia tomado pílulas anticoncepcionais porque não queria engravidar. Mas porque sofria de subnutrição, o remédio não fez efeito. E porque ela estava tão fraca, além da médica acharem por bem também chamar alguém da equipe pastoral. Eu fui. Depois de horas ajudando Maria em seu trabalho de parto, ela deu à luz a uma menina, saudável e robusta. Mas Maria não estava se recuperando – ela estava sangrando muito [...] Quando a cor retornou ao

de fatores, entre eles os estereótipos de gênero e, a partir daí, trazer à mesa comunitária para debate e reflexão o amplo leque de possibilidades que a justiça de gênero pode alcançar. Nunca incluir o tema da violência doméstica nos trabalhos comunitários pode ser uma questão de descaso, falta de percepção da realidade ou até mesmo de misoginia<sup>267</sup>.

Os papéis sociais das mulheres estão em constante transformação e são hoje muito distintos de décadas ou séculos atrás. Contudo, o que deixou de acompanhar a mudança nos paradigmas femininos foi grande parte do discurso religioso: “Há uma mistificação religiosa e cultural da mulher, do feminino, um culto ao materno, ao feminino virginal, sagrado, divinizado.”<sup>268</sup> A defesa da família, feita pelo discurso religioso, defende sua natureza sagrada, inquestionável e, com sua estrutura e hierarquia intocáveis. Não é possível rever até mesmo relações violentas:

[...] a dominação do homem sobre a mulher tem um agravante: ela se apresenta como designação divina. O próprio ritual cristão do casamento explicita essa relação de dominação [...] os agentes do casamento são os homens, a noiva, considerada o centro da cerimônia, é apenas *conduzida, entregue*. Apesar da beleza estética da cerimônia, todo o simbolismo evocado é o da dominação que, com a benção de Deus, se pretende indissolúvel.<sup>269</sup>

Assim cria-se a cultura de ‘não meter a colher’. O que Deus uniu e abençoou não precisa sair das quatro paredes do lar e vir a público. As mulheres continuam sendo posse – do pai para o marido – e a violência vai tornando-se estrutural e institucionalizada, sendo sustentada por uma moral conservadora.<sup>270</sup>

---

rosto de Maria e ela estava mais recuperada, a médica disse à Maria que se ela ficasse grávida outra vez dificilmente teria a mesma sorte. Sugeriu que Maria fizesse uma laqueadura de trompas e que a clínica comunitária poderia ajuda-la. Maria escutou com atenção e então voltou seu rosto para a parede e disse: ‘Isto eu não posso decidir. Você tem que perguntar pro meu marido.’ [...] A resposta dele foi negativa. Ele não a deixaria fazer a laqueadura. O que os seus amigos diriam se ele não tivesse mais filhos? Diriam que ele não era mais homem. Se ela morresse, ele acharia outra, mais nova e mais bonita. Não sei o que aconteceu com Maria. Nunca mais ouvi falar dela. Mas neste dia eu me tornei feminista.” DEIFELT, 2016, p. 18-19.

<sup>267</sup> “De antemão afirmamos ser a misoginia um fato histórico que vem perpassando sociedades e culturas [...] A misoginia, ou seja, a aversão para com a mulher e a tudo que venha dela, como a visão da mulher portadora do mal, não surgiu com o cristianismo, mas foi incorporado no pensamento cristão.” VILHENA, Valéria Cristina. *Pela Voz das Mulheres: uma análise da violência doméstica entre mulheres evangélicas atendidas no Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher – Casa Sofia*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Metodista de São Paulo – Faculdade de Humanidades e Direito. São Bernardo do Campo, Pós-Graduação em Ciências da Religião, 2009, p. 77. “Hoje, por uma questão histórica, volto a salientar a misoginia explícita que continua permeando nossa cultura, sociedade e religião [...]” DEIFELT, 2016, p. 17.

<sup>268</sup> ROESE, 2009, p. 189.

<sup>269</sup> SOUZA, LEMOS, 2009, p. 66.

<sup>270</sup> ROESE, 2009, p. 190-191.

Com frequência, mulheres em situação de violência esperam e creem em Deus para ajudá-las a sair das humilhações constantes. “Se a religião foi e é capaz de contribuir para a promoção dessa cultura de violência, igualmente pode promover sua desconstrução, colaborando para a libertação e dignidade das mulheres.”<sup>271</sup> Elas vêm buscar na religião apoio não apenas para o casamento, mas para a separação também, quando tomam a decisão de romper com o ciclo da violência. Trata-se de “Uma legitimação religiosa para a não permanência em situações de violência.”<sup>272</sup>

As mulheres que passam por situações de violência doméstica geralmente têm a autoestima tão prejudicada que demoram a perceber sua própria força. Aos poucos, podem recuperar a dignidade humana que lhes foi roubada, descobrindo-se como mulheres criadas por Deus para a felicidade, a sororidade e a vida plena. “A mulher que se ama anda sempre com a cabeça erguida, o olhar seguro, e a cada dia cresce sua confiança em si mesma e em seu poder como filha de Deus.”<sup>273</sup>

### 3.2 Teologia feminista: é tempo de curar as relações

Com o objetivo de buscar a igualdade entre mulheres e homens, em meio ao contexto de uma sociedade e igreja patriarcais, nasceu a teologia feminista<sup>274</sup>. A teologia feminista oferece uma ampla característica interdisciplinar na abordagem aos direitos humanos das mulheres, uma vez que a promoção de uma humanidade plena para mulheres<sup>275</sup> é um dos princípios básicos desta teologia. Trata-se de uma reformulação contextualizada e transformadora do fazer teológico e não apenas de um complemento da teologia tradicional<sup>276</sup>.

A teologia feminista é uma teologia contextual. Parte do contexto de discriminação, subordinação e exclusão das mulheres de quase todos os tempos e lugares. Então, seguindo os cânones da teologia da libertação, julga essa realidade à luz da palavra de Deus para tomar decisões a

---

<sup>271</sup> LIRA; ZWETSCH, 2014, p. 168.

<sup>272</sup> SOUZA, LEMOS, 2009, p. 19.

<sup>273</sup> CALABRESE et al, 1998, p. 193.

<sup>274</sup> GROSSMANN, 1995, p. 8.

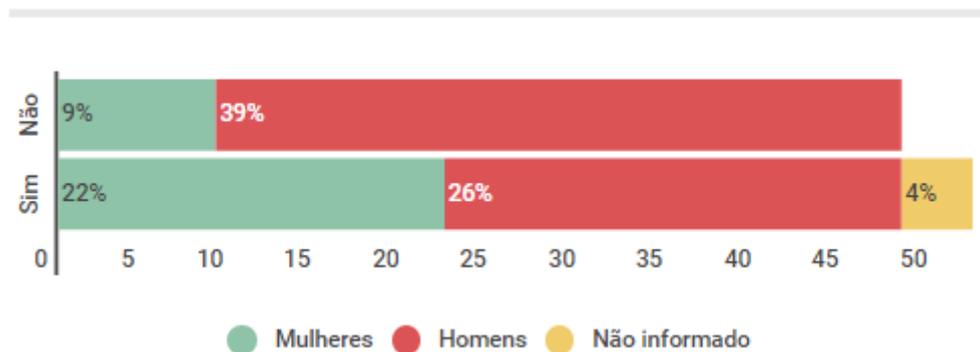
<sup>275</sup> RUETHER, Rosemary R. *Sexismo e Religião: Rumo a uma teologia feminista*. Tradução de Luís Marcos Sander; Walter Altmann. São Leopoldo: Sinodal, 1993, p. 23.

<sup>276</sup> HALKES, Catharina J. M.; MEYER-WILMES, Hedwig. Teologia feminista; feminismo; movimento feminista. In: GÖSSMANN, Elisabeth. (Org.). *Dicionário de teologia feminista*. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 502-506.

respeito das ações que devem ser realizadas com vistas para a transformação dessa realidade.<sup>277</sup>

Com o objetivo de quantificar os entrevistados e entrevistadas que cursaram em sua formação acadêmica o componente curricular de teologia feminista, essa questão<sup>278</sup> trouxe os seguintes resultados: dos ministros e das ministras do SRS que se voluntariaram a participar da pesquisa, 48% não chegaram a estudar teologia feminista em sua formação acadêmica, em contraponto com 52% que estudaram este componente curricular. Dos 52% que estudaram teologia feminista, dez pessoas informaram ter cursado o componente curricular na Faculdades EST, uma pessoa na Faculdade Luterana de Teologia (FLT) e outra apenas informou que fazia parte do currículo, mas sem dizer de qual instituição. É relevante observar que uma das pessoas que estudou na Faculdades EST também informou que participava do Grupo de Mulheres<sup>279</sup>.

Gráfico 10: Ministras e ministros que cursaram teologia feminista



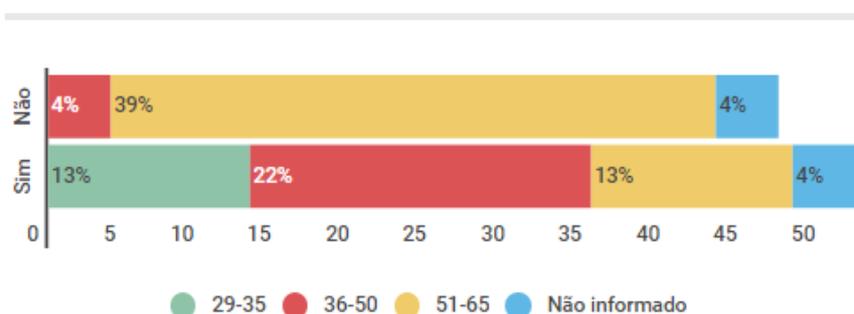
<sup>277</sup> VÉLEZ CARO, Olga Consuelo. Hacia una teología feminista intercultural. In: PILAR AQUINO, María; ROSADO-NUNES, María José. *Teología feminista intercultural: Exploraciones latinas para un mundo justo*. México: Ediciones Dabar, 2008, p. 346. “La teología feminista es una teología contextual. Parte del contexto de discriminación, subordinación y exclusión que las mujeres de casi todos los tiempos y lugares. Entonces, siguiendo los cánones de la teología de la liberación, juzga dicha realidad a la luz de la palabra de Dios para tomar decisiones con respecto a las acciones que deben realizarse con vistas a la transformación de esa realidad.” (tradução própria)

<sup>278</sup> (QUESTÃO 13) ‘Na sua formação acadêmica, você estudou teologia feminista?’

<sup>279</sup> “O aumento da presença de mulheres estudando teologia na Faculdades EST ao longo dos anos fomentou não apenas a discussão e o reconhecimento do ministério ordenado feminino, mas também a organização das próprias mulheres e a ampliação do debate acerca das questões feministas e de gênero. Um exemplo claro foi a formação do Grupo de Mulheres e da Comissão Pró-Teóloga que resultaram na criação da Cadeira de Teologia Feminista [...]” MUSSKOPF, André S. As múltiplas formas de (in)visibilidade: produção teológica feminista e de gênero nos trabalhos acadêmicos do curso de graduação em teologia da Faculdades EST. In: MUSSKOPF, André S.; BLASI, Marcia (Orgs.). *Ainda feminismo e gênero: histórias, gênero e sexualidade, sexismo, violência e políticas públicas, religião e teologia*. São Leopoldo: CEBl, 2014, p. 247.

Observam-se também as respostas dessa pergunta a partir da faixa etária. Dos dados informados, apenas uma pessoa abaixo dos cinquenta anos não estudou teologia feminista, concentrando-se esse grupo na faixa etária de cinquenta e um a sessenta e cinco anos. Acompanhe no gráfico:

Gráfico 11: Ministras e ministros que cursaram teologia feminista – faixa etária



A teologia feminista pode ser confundida e mal interpretada como 'teologia de mulheres' ou de 'temas femininos', deixando assim de ser observado seu caráter libertador, como uma teologia que se opõe às opressões existentes nas condutas sociais e institucionais que afetam mulheres e homens igualmente<sup>280</sup>. Ressalta-se que 'teologia da mulher' não é a mesma coisa que teologia feminista. A revista L'Agneau d'Or publicou, na década de 1950, um 'esboço de uma Teologia da Mulher', construída utilizando esquemas mentais oriundos da cultura dominante patriarcal – os teólogos e clérigos responsáveis pelo texto definiram esta teologia da mulher essencialmente unilateral e centrada em si<sup>281</sup>.

Sendo uma teologia de mulheres feita por mulheres, a teologia feminista, por sua vez, procura entender a realidade humana e cristã das mulheres. Associa a experiência da Bíblia e da tradição com as experiências reais e contemporâneas das mulheres<sup>282</sup>. Podem ser identificadas na teologia feminista diversas perspectivas e correntes, dentre as quais uma situa-se claramente dentro da tradição bíblico-cristã e de suas instituições, visando exercer uma função profética frente à sociedade e igreja:

<sup>280</sup> MENDES, Jones T. *Alguns traços acerca da Teologia Feminista*. 2008. Disponível em: <<http://www.fraternidadesul.org.br/artigo08005.html>> Acesso em: 12 jul. 2015.

<sup>281</sup> SOUZA FILHO, Augusto Bello. *A Teologia Feminista*. 2004. Disponível em: <<http://www.bibliapage.com/mulher1.html>> Acesso em: 12 jul. 2015.

<sup>282</sup> STEEGMANN, Laura. *Teologia Feminista*. 2011. Disponível em: <[http://www.4shared.com/document/EuUxN8zb/TEOLOGIA\\_FEMINISTA\\_-\\_LAURA\\_STE.html](http://www.4shared.com/document/EuUxN8zb/TEOLOGIA_FEMINISTA_-_LAURA_STE.html)> Acesso em: 12 jul. 2015.

[...] estamos diante da reflexão teológica de alguém que se atreve a pensar pessoalmente, a duvidar, a levantar suspeitas, a fazer perguntas [...] a tarefa mais difícil e para a qual faz falta maior criatividade e valentia: abrir caminhos, romper muros, convidar a sair ao campo aberto.<sup>283</sup>

O modelo social e eclesiástico patriarcal é colocado em discussão pela teologia feminista que luta pelos direitos civis e autonomia das mulheres. É a voz das mulheres cristãs e feministas que também dividem com outras e outros a luta pela sua libertação e emancipação. “A partir da sua fé, a mulher luta por uma nova ordem que convirja com os seus valores religiosos e culturais, isto é, esforça-se por fazer possível um novo tipo de relação social e eclesial em que possa realizar-se como sujeito de pleno direito nos âmbitos público e privado.”<sup>284</sup>

Busca dialogar com a sociedade como um todo: “[...] a luta por libertação pede a busca de um diálogo constante com a comunidade e a sociedade em geral. As mulheres não querem falar apenas de seus problemas, nem inverter as regras de dominação da sociedade [...]”<sup>285</sup>, mas sim superar as relações desequilibradas de poder. Sendo cristãs e teólogas, estão empenhadas com suas comunidades e com uma reflexão de fé:

A teologia feminista não pode retroceder ao resto da reflexão e da ciência na perspectiva feminista, tanto nos âmbitos tradicionais como alternativos. A reflexão feminista e a ciência feminista seguem sendo o contexto no qual tem lugar, incluindo quando os contatos entre o âmbito civil e teológico não são tão frequentes e naturais quanto desejamos.<sup>286</sup>

A teologia feminista leva em consideração o meio e as relações humanas que o permeiam. Sendo assim, sua reflexão teológica não se produz apenas de forma acadêmica, mas também na interação com compromisso político e militância. A sua atenção é especialmente voltada para as experiências sexistas vividas pelas mulheres na sociedade<sup>287</sup>. A teologia feminista tem sua prática e seus reflexos alcançando diversos contextos de debates e experiências, como comunidades religiosas, coletivos feministas, universidades, etc.<sup>288</sup>.

<sup>283</sup> ALEXANDRE, D. Apresentação do livro de GEBARA, Ivone. *Teología a ritmo de mujer*. Madrid: San Pablo, 1995, p. 5.

<sup>284</sup> AQUINO, 1996, p. 123.

<sup>285</sup> GROSSMANN, 1995, p. 15

<sup>286</sup> MIGUEL, V.; NAVARRO, M. *Diez palabras clave en teología feminista*. Navarra: Verbo Divino, 2004, p. 484.

<sup>287</sup> STEEGMANN, 2011.

<sup>288</sup> HALKES; MEYER-WILMES, 1996.

---\*---

Acredito que meu primeiro grito de libertação se deu no ano de 2009, já uma mulher adulta, casada, na formação acadêmica, quando finalmente perguntei pro meu pai: e se você tivesse conseguido matar a minha mãe naquela noite? O que você teria feito depois? O que você teria feito de nós?

---\*---

Com atenção às experiências reais do corpo, assim segue o direcionamento da teologia feminista – na contramão da tradição cristã que deprecia o corpo, especialmente os corpos das mulheres. Segundo a teóloga Ivone Gebara, “o corpo é a referência tanto para os que os desprezam quanto para os que o exaltam, tanto para os que o oprimem, quanto para os que o respeitam.”<sup>289</sup> É nos sentimentos reais, nas necessidades e desejos dos corpos das mulheres, na sensualidade e na sexualidade que a sua espiritualidade se fundamenta:

O corpo da mulher tem sido objeto de todos os tipos de leituras, usos e abusos. Ele tem sido usado, convertido em objeto de venda [...] Mas hoje, no caso do corpo da mulher, pela primeira vez na história, há a possibilidade de que a mulher interprete a si mesma como corpo-sujeito e não como corpo-objeto de outros.<sup>290</sup>

Os corpos e as sexualidades das mulheres foram reprimidos de diversas maneiras na tradição cristã trazendo, certamente, consequências nocivas: “O desconhecimento e a alienação do corpo criam nas mulheres uma imagem desvalorizada de si mesmas, um sentido de identidade fragmentada.”<sup>291</sup> Foi nos corpos das mulheres, no corpo de Eva, que a Igreja deu cara ao sexo e identificou a sexualidade<sup>292</sup>. E como consequência disso, “na rejeição da sexualidade, rejeita-se a mulher.”<sup>293</sup>

O movimento feminista foi determinante para a construção da teologia feminista que se conhece hoje. A segunda fase do movimento feminista constitui a

<sup>289</sup> GEBARA, Ivone. Corpo: novo ponto de partida da teologia. In: *Mulher, Tempo e Presença*. pp. 19-21. São Paulo: CEDI, 1989, p. 19.

<sup>290</sup> SANTISO, Porcile M. T. *Con ojos de mujer*. Uruguai: Doble Clic, 1997, p. 113.

<sup>291</sup> TOMITA, 2004, p. 63.

<sup>292</sup> TOMITA, 2004, p. 64.

<sup>293</sup> GEBARA, 1989, p. 19.

base de articulação da teologia feminista<sup>294</sup>. Foi sob a influência do feminismo que várias teólogas no mundo todo começaram a desvelar, desde o início da década de 1960, as relações entre a histórica e simbólica face masculina de Deus e seu papel na opressão das mulheres<sup>295</sup>.

Perceberam pouco a pouco que a justificação da dominação masculina sobre as mulheres era possível porque a cultura patriarcal tinha seu justificador absoluto [...] Esse ser poderoso e abstrato, adorado e glorificado como Senhor absoluto dos céus e da terra, justificava leis, comportamentos e costumes estabelecidos. Ele determinava, por intermédio de seus representantes e dos textos reconhecidos como 'revelados', os diferentes papéis sociais. Ordenava caminhos, julgava e até condenava os que pareciam se distanciar de uma ordem predeterminada por ele mesmo fixada.<sup>296</sup>

Delir Brunelli aponta que no contexto da América Latina a consciência de gênero se tornou presente na teologia na década de 1970, podendo ser dividida em três fases<sup>297</sup>. A primeira fase é a 'teologia e a questão da mulher'. A partir da segunda metade da década de 1970, começaram a surgir produções teológicas de mulheres latino-americanas. No entanto, as produções acadêmicas destas mulheres nem sempre traziam as questões de gênero. Todavia, grande parcela destas pesquisadoras – senão todas elas – tiveram de enfrentar dificuldades semelhantes, visto que passaram por situações desfavoráveis em seus cursos apenas por serem mulheres. Desde suas próprias comunidades eclesiais, quando procuravam compartilhar seus novos conhecimentos, elas sofriam preconceito e discriminação.

Mas ainda havia outro ponto em comum entre elas: eram mulheres, na maioria das vezes, comprometidas com as lutas sociais por libertação, o que, neste contexto, fez aflorar nas suas reflexões teológicas a 'questão da mulher'. O ponto de partida consistia em refletir bíblica e teologicamente a situação das mulheres oprimidas e discriminadas dentro das igrejas cristãs e também na sociedade como um todo. Já nesta primeira fase buscava-se uma nova hermenêutica, com o intuito de transformar a leitura da Bíblia libertadora para as mulheres. "E nas suas mãos, a Bíblia transforma-se em companheira – não em inimiga – na sua luta contra a

<sup>294</sup> HALKES; MEYER-WILMES, 1996.

<sup>295</sup> GEBARA, Ivone. *O que é Teologia Feminista*. (Coleção Primeiros Passos, 326). São Paulo: Brasiliense, 2007.

<sup>296</sup> GEBARA, 2007, p. 15.

<sup>297</sup> BRUNELLI, Delir. Teologia e gênero. In: SUSIN, Luiz Carlos (Org.). *Sarça Ardente: Teologia na América Latina: perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2000.

opressão e a condição subalterna que experimentam como mulheres.”<sup>298</sup> A aproximação com o feminismo era pouca – o próprio conceito era evitado pelas teólogas – e não havia a preocupação na inclusão das mulheres na linguagem.

A segunda fase é chamada de ‘a teologia na ótica da mulher’ e desenvolveu-se na década de 1980. Neste momento, as mulheres começavam a questionar o tratamento que a teologia da libertação designava aos pobres, que era genérico até então, e enfatizavam que o fazer teológico baseado nas experiências dos homens pobres era diferente do fazer teológico com base nas experiências das mulheres pobres. Percebia-se e denunciava-se o caráter racionalista, androcêntrico e patriarcal do modo de fazer teologia.

[...] a legitimação vinda de um Deus patriarcal nunca permitiu às Igrejas cristãs serem de fato fermento na massa. Se fossem de fato fermento, misturar-se-iam a toda a massa, tornar-se-iam pão, alimento que nutre. Se fossem de fato fermento, não poderiam ser distinguidas da massa. Se fossem fermento, não poderiam se apresentar apenas como líderes da massa, condutores de grupos, poderosos com os poderosos. Se fossem de fato fermento, não reproduziriam em seu seio as divisões de classe e de gênero que as sustentam desde séculos de História.<sup>299</sup>

Porém, a proposta metodológica da teologia da libertação não era abandonada: situava-se na mesma linha da luta dos pobres e era feita através da ótica da mulher, engrandecia as experiências vividas no cotidiano e trazia à tona reflexões e discussões comunitárias e ecumênicas. Entendia-se como necessária uma releitura – na ótica da mulher – de toda a Bíblia, pois se chegava à conclusão de que as interpretações eram mais patriarcais e androcêntricas do que os próprios textos.

Nesta segunda fase houve uma espécie de ‘feminização da Teologia’. Buscava-se um resgate e uma valorização do feminino e destacavam-se as imagens femininas de Deus. Dentro das lutas por libertação afirmava-se que tanto as mulheres quanto os homens deviam cultivar certas características tidas como femininas – sensibilidade, experiência, cotidiano, discurso teológico poético etc. No entanto, a necessidade de revisão e reconstrução da teologia tradicional ainda não estava clara. Foi nesta fase que as teólogas começaram a dialogar com o pensamento feminista da América Latina e do chamado Primeiro Mundo. O termo feminista recebeu um novo sentido e começou a ser utilizado com certa liberdade,

---

<sup>298</sup> AQUINO, 1996, p. 112.

<sup>299</sup> GEBARA, 2010, p. 51.

além de perceberem a necessidade de uma reeducação para o uso de linguagem inclusiva.

Na década de 1990, iniciou-se a terceira fase, chamada de 'teologia feminista – a mediação de gênero na teologia'. Foi neste momento que as relações entre militantes do movimento feminista e teólogas começaram a aprofundar seus diálogos, percebendo a necessidade de uma reconstrução da teologia como um todo, não bastando apenas fazer teologia sob 'a ótica das mulheres'. A categoria gênero passou a fazer parte das reflexões e debates. A análise de gênero veio para questionar a estrutura do pensamento teológico, que tem caráter androcêntrico e patriarcal. Critica-se o universalismo do discurso teológico, que torna o masculino como sinônimo de normativo. O patriarcado, presente nas relações – entre as pessoas, com a natureza, com Deus – também é criticado nesta fase:

A mediação de gênero faz perceber que a nossa Teologia é masculina não só porque sempre foi feita por homens, mas porque se desenvolveu numa cultura na qual o masculino era normativo, porque se serviu de um conhecimento filosófico produzido dessa forma. Por isso, o discurso teológico pretensamente 'universal' é androcêntrico.<sup>300</sup>

Segundo María Pilar Aquino<sup>301</sup>, a Comissão Latino-Americana de Mulheres da Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo (ASETT) contribuiu notavelmente para a crescente incorporação de mulheres ao fazer teológico. Em 1979, no México, aconteceu o primeiro encontro promovido pela ASETT, o 'Encontro Inicial', com o tema 'Mulher Latino-Americana, Igreja e Teologia'. Neste evento foi reconhecido que a visão das mulheres vinha sendo omitida pela teologia da libertação. Sua meta principal foi impulsionar e encorajar a incorporação de mulheres no campo teológico. O evento seguinte, o 'Encontro de Ampliação', ocorreu em Buenos Aires, em 1985, com o tema 'Encontro Latino-Americano de Teologia desde a Perspectiva da Mulher'. Teve um impacto decisivo no desenvolvimento da teologia feminista latino-americana, pois seu foco foi o 'discernimento das categorias intelectuais para articular e analisar o discurso teológico enraizado na experiência de fé das mulheres oprimidas'<sup>302</sup>.

---

<sup>300</sup> BRUNELLI, 2000, p. 216.

<sup>301</sup> AQUINO, María Pilar. Teologia feminista latinoamericana. In: *Cristianismo Y Sociedad*. vol./no. 135, 1998.

<sup>302</sup> AQUINO, 1998.

No ano seguinte (1986), novamente no México, ocorreu o 'Encontro de Enlace', que teve como tema principal 'Fazer Teologia desde a Perspectiva das Mulheres do Terceiro Mundo'. Este evento contou com a participação de teólogas da Ásia, África e América Latina. Seu ponto chave foi o reconhecimento de que era necessário romper com os sistemas patriarcais para se alcançar uma sociedade justa e igualitária. Por fim, no ano de 1993, no Rio de Janeiro, ocorreu o 'Encontro de Consolidação e Avanço', com o tema 'Espiritualidade pela Vida: Mulheres contra a Violência'. Seu ponto chave foi a constatação de que o discurso teológico deve contribuir na busca de alternativas para combater a violência contra as mulheres<sup>303</sup>.

A filósofa, teóloga e militante feminista Mary Daly, com sua publicação 'A Igreja e o Segundo Sexo' (The Church and the Second Sex), lançado em 1968, é uma fonte utilizada por diversas teólogas que atuam nas mais variadas disciplinas teológicas e eclesiais<sup>304</sup>. Outras mulheres também possuem se destacaram de forma inspiradora, como a luta de Juana Inês da Cruz, religiosa mexicana vítima da Inquisição no século XVIII. Juana não aceitava a justificativa da vontade de Deus para a prisão doméstica e o impedimento para alcançar conhecimento impostos às mulheres. Tornou-se poetisa, literata e astrônoma. A Inquisição queimou seus textos, julgados 'atrevidos'. Sua sentença foi ser forçada a assumir a culpa por se desviar dos caminhos que lhes eram indicados pela Igreja, na sua fidelidade ao seu ser feminino, forçada a prestar trabalhos domésticos no Convento de São Jerônimo. Juana morreu dois anos depois de sua sentença.

Há mais mulheres que ousaram desafiar. Elisabeth Candy Stanton, sufragista norte-americana do século XIX, é inspiração para muitas biblistas feministas. Ela escreveu a 'Bíblia das Mulheres' quando percebeu que os homens contrários ao direito de voto feminino apoiavam-se na bíblia<sup>305</sup> para fazer valer, em nome de Deus, as proibições de direitos das mulheres à cidadania. Entretanto foi só em 1988, um século após sua morte, que seu trabalho foi resgatado e que foi possível reconhecer

---

<sup>303</sup> AQUINO, 1998.

<sup>304</sup> MENDES, 2008.

<sup>305</sup> "A discussão feminista da normatividade e da autoridade bíblica aponta para os perigos e os limites da aceitação acrítica da autoridade bíblica. No processo de desmistificação da autoridade bíblica, damos-nos conta de que a Bíblia não é apenas redigida e compilada na perspectiva androcêntrica. Ela também é utilizada para justificar, legitimar e dar suporte aos interesses patriarcais e para justificar a postura exclusivista de uma leitura, pois ela contribui na produção de sistemas de referências e de sentidos e confere *status* sagrado a esses sistemas." STRÖHER, Marga Janete. *Caminhos de resistência nas fronteiras do poder normativo: um estudo das Cartas Pastorais na perspectiva feminista*. (Tese de Doutorado). São Leopoldo: Faculdades EST, 2002, p. 31.

seu pioneirismo na luta em favor das mulheres. Assim surgiu uma nova leitura e interpretação de textos bíblicos, que parte da perspectiva das mulheres – hermenêutica bíblica feminista. “A Bíblia [...] dentro de seu caráter revelativo e de sua historicidade, representa, simultaneamente, tanto um instrumento de opressão como fonte de libertação para as mulheres.”<sup>306</sup> O texto bíblico passou a ser a expressão de um modo de ser cultural, escrito, interpretado, situado e datado<sup>307</sup>.

Dentre os principais métodos da teologia feminista, destaca-se aqui a hermenêutica bíblica feminista, que serve de instrumento para a aproximação das mulheres às tradições bíblicas e eclesiais, que explicitamente desvalorizam todo o feminino<sup>308</sup>. Sendo assim, critica-se a tradição bíblica, descobrindo e rejeitando aqueles elementos que perpetuam, em nome de Deus, a subjugação das mulheres aos homens e descartam estas da consciência histórico-teológica. “Nela, as mulheres aparecem em relação a ou dependentes dos homens.”<sup>309</sup>

Esta hermenêutica busca resgatar os elementos que nos textos e tradições bíblicas refletem as experiências e visões libertadoras do povo de Deus, em especial das mulheres:

A história e a teologia da opressão das mulheres, perpetuada pelos textos bíblicos patriarcais e por um patriarcado clerical, não pode invalidar a história e a teologia da luta, da vida e da liderança de mulheres cristãs que falaram e agiram na força do Espírito.<sup>310</sup>

Segundo Ivone Gebara, a hermenêutica bíblica feminista é uma nova forma de compreender Deus. A teóloga apresenta “nove pontos ou nove passos para uma hermenêutica feminista”<sup>311</sup>:

**1) A hermenêutica como maneira de ser, de relacionar-se e de compreender:** a autora se refere a este primeiro ponto como “[...] todo ato de compreender e interpretar”<sup>312</sup>, indo além da hermenêutica feminista. Trata-se de ato primeiro, da essência do humano e do que nos diferencia das outras formas de vida. Ao interpretar um texto, imprime-se nele também a subjetividade e as relações com o meio. “[...] a interpretação é uma forma de revelação do ser humano para si

<sup>306</sup> STRÖHER, 2002, p. 19.

<sup>307</sup> GEBARA, 2007.

<sup>308</sup> STEEGMANN, 2011.

<sup>309</sup> STRÖHER, 2002, p. 16.

<sup>310</sup> FIORENZA, Elisabeth S. *En memoria de ella*. Bilbao: Desclée, 1989, p. 73.

<sup>311</sup> GEBARA, 1994, p. 29-39.

<sup>312</sup> GEBARA, 1994, p. 30.

mesmo, uma forma de mostrar a compreensão que ele tem de si, utilizando os textos como mediação.”<sup>313</sup>

**2) A hermenêutica feminista é um processo de descontextuação e recontextuação de textos:** O texto ganha autonomia e se afasta de seu contexto sociocultural para responder perguntas atuais. Gebara explica que mesmo aqueles textos que não são feministas, mas que apresentam alguma característica libertadora para as mulheres, se lidos a partir dos olhos do feminismo, tornam-se “[...] nosso cúmplice, quer dizer, uma ferramenta útil à nossa causa, porque o lemos a partir de nossos próprios interesses [...] abrindo um diálogo quase sem distância, no qual nossas perguntas poderiam ser por ele respondidas [...]”<sup>314</sup>

**3) A hermenêutica feminista é uma nova maneira de compreender ‘Deus’:** A imagem de Deus como pai é a que habita o senso comum cristão. Essa imagem não exalta apenas características positivas da paternidade, mas transfere para a divindade, dentro da lógica religiosa patriarcal, para o pai – homem<sup>315</sup>. Ivone ainda aponta que “Jesus aparece então como o filho, da mesma substância do Pai, continuando, pois, através da tradição, a reforçar as diferentes formas religiosas de patriarcalismo [...]”<sup>316</sup> Ela critica neste ponto o que define como ‘feminismo patriarcal’, que trata-se apenas de feminizar conceitos sem mexer nas estruturas fundamentais e intocáveis da tradição.

Isto significa que estamos abrindo espaço para que se fale das mulheres, para que se valorize sua presença na Bíblia e nas igrejas, mas não estamos propondo uma compreensão diferente, isto é, mais igualitária do elemento humano, nem uma compreensão diferente da transcendência, quer dizer, daquilo que poderíamos chamar de divino.<sup>317</sup>

Fazer uma hermenêutica feminista significa fazer novas perguntas sobre Deus a partir do cotidiano das mulheres e poder identificar a diversidade de imagens de Deus nos textos sagrados.

<sup>313</sup> GEBARA, 1994, p. 30.

<sup>314</sup> GEBARA, 1994, p. 32-33.

<sup>315</sup> “Uma imagem transcendente do Pai sem a correspondente imagem da Mãe, tal como há em nossa cultura, nos fecha o caminho para a imanência de Deus e tem levado o cristianismo e a todos nós ao engano sobre o centro da religião cristã que é a encarnação e a presença de Deus na criação. Portanto, devemos expandir nossas imagens de Deus cheias de vidas novas e antigas. Uma nova geração de pais pode nos ajudar a ver o Pai de um modo novo, olhando não para a transcendência, afastamento e onipotência, mas sim para a corporalidade, proximidade com a terra e ao trabalho de relação [...]” MOLTSMANN-WENDEL, Elisabeth. *Hablar de Dios como mujer y como hombre*. Madri: PPC, 1991, p. 20.

<sup>316</sup> GEBARA, 1994, p. 33-34.

<sup>317</sup> GEBARA, 1994, p. 34.

**4) A hermenêutica feminista pode compreender os símbolos cristãos a partir das interrogações de nosso tempo e da superação do patriarcalismo:** A sociedade experimenta, principalmente nos grandes centros urbanos, “[...] uma espécie de saturação da compreensão do universo simbólico cristão.”<sup>318</sup> Isso quer dizer que os símbolos religiosos não estão de fato acompanhando a evolução humana e seu modelo histórico-patriarcal não é mais suficiente para responder as questões da grande diversidade que é o ser humano. Gebara pergunta, por exemplo, o porquê de chamarmos Deus de ‘senhor’ e explica que isto está relacionado ao contexto histórico-patriarcal em que foi construído. Questionar os símbolos que não contemplam o ser humano na sua integralidade e buscar por concepções não patriarcais do cristianismo significa questionar o “[...] envelope teórico através do qual essa proposta continua a ser apresentada. Esse ‘mundo’ começa a sentir-se mal na cosmologia cristã tradicional, com sua visão limitada do ser humano [...]”<sup>319</sup>

**5) A hermenêutica feminista pode compreender os símbolos cristãos a partir da valorização do elemento humano, numa perspectiva histórica igualitária:** Nesse ponto Ivone relembra que as teólogas feministas fazem trabalho árduo em reinterpretar os símbolos cristãos de forma ética igualitária. Ela cita as teologias da criação, da encarnação e da paixão como mantenedora das relações desiguais:

[...] a teologia da criação, da encarnação e da paixão, como nos é apresentada e como condiciona nossas leituras bíblicas, tem de ser revista. Ela tem uma conotação sexual e, portanto, mantenedora de desigualdade, na medida em que centraliza na figura humano-divina do homem a primazia do ser humano.<sup>320</sup>

É preciso fazer novas releituras do Antigo e Novo Testamento a fim de buscar a integralidade do ser humano, despindo-os da inserção na cultura patriarcal.

**6) A hermenêutica feminista é uma hermenêutica política, que toca as bases de sustentação econômica, produtoras de injustiça, e as bases de sustentação antropológica, legitimadoras da injustiça:** a hermenêutica feminista parte de uma leitura contextual, militante e política, a fim de buscar alternativas para as experiências reais e concretas do ser humano. “[...] não é apenas um esforço

<sup>318</sup> GEBARA, 1994, p. 35.

<sup>319</sup> GEBARA, 1994, p. 35.

<sup>320</sup> GEBARA, 1994, p. 36.

isolado para ler-se a Bíblia de outro jeito, mas integra as forças políticas de nosso tempo, que buscam alternativas reais para a humanidade.”<sup>321</sup>

**7) A hermenêutica feminista revaloriza a realidade corpórea, a energia vital que nos constitui, desdobrando-se em formas múltiplas:** trata-se basicamente de buscar desconstruir o dualismo impregnado na tradição cristã, o qual é responsável pela culpa atribuída às mulheres. “Neste sentido, há uma busca de superação de todas as espécies de dualismo que marcaram a tradição cristã e culpavam, de forma particular, o corpo da mulher.”<sup>322</sup>

**8) A hermenêutica feminista é uma hermenêutica ética, que poderia caracterizar-se como de contracorrente em relação à ética patriarcal:** Propõe desconstruir normas do patriarcado e reconstruir novas alternativas éticas de integrar a humanidade, tais como: do masculino como norma para a igualdade; da exclusão ou hierarquização da diferença para a “[...] afirmação dessa diferença como fundamental a todos os processos vitais”<sup>323</sup>; dos esquemas morais de pureza e impureza para a diversidade da vida humana na mistura desses esquemas.

**9) A hermenêutica feminista pretende ir além da ética num sentido holístico, isto é, captando a relação e a interdependência de tudo com tudo:** Por fim, nesse ponto Gebara destaca a importância do diálogo inter-religioso e também intra-religioso, a fim de ser possível perceber a diversidade de experiências comuns, onde apenas são usadas outras palavras para explicá-las. A autora denomina esse processo como uma 'experiência comum do essencial'.

‘Deus é Pai’, é o que passa a imagem construída na tradição cristã. A figura masculina aparece como Ser Supremo. Isso pode trazer consequências nocivas para as mulheres, pois podem chegar à conclusão de que os homens são naturalmente e divinamente superiores a elas. Podem crer que devem ser obedientes e submissas, pois sendo Deus do sexo masculino, os homens recebem diretamente de Deus esta autoridade sobre elas:

Deus sempre nos foi apresentado como Pai, como amigo, como Senhor. Como se Deus fosse do sexo masculino. Estamos tão acostumadas a falar de Deus como um homem que quase chegamos a acreditar que Deus é verdadeiramente masculino. Essa é a imagem que nos tem sido passada

---

<sup>321</sup> GEBARA, 1994, p. 37.

<sup>322</sup> GEBARA, 1994, p. 37.

<sup>323</sup> GEBARA, 1994, p. 37.

Dele e ainda que nos ensinam que Deus não tem sexo, é espírito, sempre nos é representado como um homem.<sup>324</sup>

Não é só a releitura e reinterpretação de textos bíblicos que são utilizados na prática da hermenêutica bíblica feminista, mas também é através da reflexão e da criação de um reposicionamento das estruturas de sustentação política, econômica e antropológica, pois elas são as fontes que alimentam e contribuem para as injustiças. “Busca as formas nas quais Deus atua para incluir a todas as pessoas excluídas pela sociedade e religião, e as convida a reunir-se ao redor da mesa de hospitalidade de Deus.”<sup>325</sup>

Nas leituras bíblicas, a teologia feminista parte do princípio de que as interpretações dos textos sagrados são histórica e culturalmente condicionadas por uma sociedade patriarcal e sexista. “[...] nosso trabalho hermenêutico relaciona-se a textos escritos em diferentes épocas, produzidos em distintas culturas, das quais nos situamos há dois mil ou dois mil e quinhentos anos de distância. O texto não é, pois, nosso contemporâneo.”<sup>326</sup> Desta forma, a teologia feminista abre a discussão para um novo paradigma hermenêutico:

As mulheres aprenderam a ler e a interpretar a Bíblia com as lentes dos esquemas teológicos masculinos e a partir de determinados paradigmas hermenêuticos desenvolvidos historicamente. A hermenêutica bíblica feminista reconhece que a Bíblia exerceu e exerce influência tanto positiva quanto negativa na vida de muitas mulheres e homens e que essa influência não se dá somente através dos textos em si, mas também através da forma como esses textos são lidos e interpretados.<sup>327</sup>

Ressignificar-se, desconstruir-se, refletir os textos bíblicos trazendo-os para um contexto contemporâneo, desnudando-os de suas vestes patriarcais e sexistas aos quais foram construídas através de um ponto de vista androcêntrico e recondicionar séculos de tradição não é uma tarefa fácil. No entanto, é a estas tarefas que a hermenêutica bíblica feminista se propõe. “Em vez de apenas

<sup>324</sup> CALABRESE et al, 1998, p. 42.

<sup>325</sup> RUSSELL, Letty M. *La Iglesia como comunidad inclusiva: una interpretación feminista de la Iglesia*. Buenos Aires: VanOsdol, Judith, 2004, p. 36. “Busca las formas en las que Dios actúa para incluir a todas las personas excluídas por la sociedad y la religión, y las invita a reunirse alrededor da la mesa de hospitalidad de Dios.” (tradução própria)

<sup>326</sup> GEBARA, 1994, p. 28.

<sup>327</sup> SANTOS, Odja Barros. *Uma hermenêutica bíblica popular e feminista na perspectiva da mulher nordestina: um relato de experiência*. Dissertação de Mestrado em Teologia. São Leopoldo: Programa de Pós-Graduação da Faculdades EST, 2010, p. 33.

atualizar, a tarefa é recriar a Palavra de Deus de modo novo, para nossa realidade hoje.”<sup>328</sup>

É tempo de transformar corações, mentes, mãos, pés, estruturas, instituições, sociedades [...] Criar novas maneiras de nos relacionarmos como seres humanos, elaborar novos jeitos criativos e compartilhados de exercer poder e autoridade não são questões impossíveis. Deus nos dá pistas a seguir; Jesus nos ensinou possíveis caminhos e o Espírito Santo continua agindo entre nós, movendo-nos de um lado para outro, fazendo arder nosso coração; fazendo nossos sonhos de justiça, solidariedade e amor se tornarem realidade. Como igreja, muitos passos já foram dados, mas ainda há muito para ser construído em conjunto.<sup>329</sup>

---

<sup>328</sup> WEILER, Lúcia. Chaves hermenêuticas para uma releitura da Bíblia em perspectiva feminista e de gênero. In: SUSIN, Luiz Carlos (Org.). *Sarça Ardente: Teologia na América Latina: perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2000, p. 228.

<sup>329</sup> BLASI, Marcia. Gênero e poder. In: IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. *Estudos sobre gênero*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: IECLB, 2013, p. 22.

## 4 É TEMPO DE CAMINHAR LADO A LADO! É TEMPO DE JUSTIÇA! VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES: UM DESAFIO PARA AS IGREJAS

Eu quero ser tudo que sou capaz de me tornar.  
Katherine Mansfield<sup>330</sup>

A violência doméstica contra as mulheres também é assunto das comunidades de fé. Não há mais espaço – de um ponto de vista ético-cristão – para a neutralidade diante deste pecado. As igrejas são desafiadas a pensar novos discursos, novas linguagens e novas práticas para superar a violência doméstica contra as mulheres presente também nas famílias cristãs e, assim, avançar cada vez mais na busca pela justiça de gênero. Esse desafio é grande, visto que para tanto é necessário transformar as estruturas.

[...] está numa espécie de abertura às grandes questões do mundo, a um diálogo com a diferença e a diversidade, mas depois voltamos ‘todos e todas à casa do Pai!’ A casa do Pai guarda sua estrutura hierárquica e sua autoridade sobre os outros. Ninguém deve sair dela e nem modifica-la substancialmente. Ela é sempre a casa do Pai e há que obedecer ao Pai, para que a irmandade seja possível. Mas, qual é o Pai a quem obedecemos? A que modelo de mundo corresponde sua autoridade? A que modelo de relação entre mulheres e homens corresponde sua imagem histórica? [...] O Pai que preside o mundo é a expressão celeste de nossa autocompreensão como humanidade. Projetamos em Deus a ordem social hierárquica de uma sociedade de dominadores e dominados. Projetamos em Deus nossas hierarquias sociais, de classe, de gênero e de etnias.<sup>331</sup>

Compreender a face histórica e opressora da imagem de Deus é o primeiro passo para transforma-la em fonte libertadora de vida e de esperança para todas as pessoas. A IECLB, através de documentos e materiais de estudo, oferece subsídios

<sup>330</sup> “Nascida na Nova Zelândia, em 1888, a autora se mudou para a Inglaterra em 1902. A princípio, não foi atraída pela literatura, mas pela música: era violoncelista. Apenas em 1906, ao voltar para sua terra natal, é que começou a escrever contos e fazer amizades no meio literário. Costumava utilizar material autobiográfico de sua infância na Nova Zelândia – a depressão e a morte do irmão, soldado na Primeira Guerra Mundial, por exemplo –, além da experiência como estudante na Alemanha e na Inglaterra. Escreveu uma coletânea de histórias a partir de um fato de sua vida: quando jovem, foi mandada para a Alemanha para ter o bebê que concebeu com o músico Garnet Trowell – e lá, hospedou-se numa pensão. A criança nasceu morta, e ela escreveu os contos de *In a German Pension* (1911).” PEREIRA, Luma. *A sutileza dos contos de Katherine Mansfield perdura até hoje*. Disponível em: <<http://www.saraivaconteudo.com.br/Materias/Post/49487>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

<sup>331</sup> GEBARA, Ivone. A religião e a mulher: papel da religião em relação à mulher e da mulher em relação à religião. Em memória de Dorothee Sölle. (Para a revista Alternativa – Maio de 2003). In: *Vulnerabilidade, Justiça e Feminismos*. Antologia de textos. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2010, p. 52.

para essa compreensão e transformação. No entanto, essa é uma via de duas mãos, e o material escrito, para ser aproveitado, precisa ser lido e, de preferência, que o leitor ou leitora tenha interesse no aprendizado. Trilhar um caminho na busca da justiça de gênero e da superação da violência doméstica contra as mulheres é um comprometimento político e cotidiano, de palavras e de ações. “Simplesmente passar a enxergar o mundo pelo olhar crítico que identifica e problematiza qualquer tipo de desigualdade de gênero [...]”<sup>332</sup>

Posicionar-se publicamente pelo fim da violência doméstica contra as mulheres e a favor da justiça de gênero oferecem conforto e segurança para as mulheres que estão em situação de violência poderem ir à procura de auxílio: “[...] palavras ditas e ouvidas na hora certa também podem mudar rumos, transformar vidas, trazer esperança, desintegrar depressão.”<sup>333</sup> Da mesma forma, confronta os homens com esta realidade e os convida a ser agentes de transformação positiva da mesma em parceria com as mulheres.

A comunhão é conclamada a viver e trabalhar em Cristo para enfrentar injustiças e opressão e a criar realidades transformadas e comunidades do bem viver em que se estabeleçam relações justas entre mulheres e homens que promovam e conduzam ao crescimento de todos os seres humanos [...] Estar em Cristo implica que, embora nossas diferenças permaneçam, elas têm sentidos distintos: nossas diferenças são dádivas – uma não é melhor do que a outra. A diferença não leva à desigualdade.<sup>334</sup>

Neste capítulo serão apresentados documentos e materiais de estudo que servem de subsídios para os ministros e ministras da IECLB e que buscam trabalhar com a justiça de gênero e o direito à vida digna para as mulheres. Já em vias de conclusão, o aconselhamento pastoral feminista e a busca pela justiça de gênero serão apresentados como recursos na busca pela superação da violência doméstica contra as mulheres nas comunidades de fé.

---\*---

Esse processo de lembrar o passado machucado não é fácil. O que parecia esclarecido e resolvido de repente se mostra sombrio e sem explicação. O

<sup>332</sup> SOUZA, 2016, p. 110.

<sup>333</sup> SOUZA, Mauro B. de. Prédica e justiça de gênero: possibilidades. In: MUSSKOPF, André S.; BLASI, Marcia (Orgs.). *História, Saúde e Direitos: sabores e saberes do IV Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião*. São Leopoldo: CEBI, 2016, p. 147.

<sup>334</sup> FLM, 2014, p. 7-8.

que já se pensava digerido volta com uma acidez muito grande pela garganta e escorre pelos dedos. É impressionante como o corpo da gente conta histórias que a nossa mente fez questão de esquecer para que pudéssemos nos proteger e seguir em frente. Obra de Deus há quem diga.

---\*---

#### **4.1 Compromisso da IECLB pelo fim da violência contra as mulheres: é tempo de justiça**

A violência doméstica contra as mulheres e a justiça de gênero não são temas novos para a IECLB. Certamente há empenho de determinados setores da igreja em difundir cada vez mais a busca e a importância da justiça de gênero e da superação da violência doméstica contra as mulheres nas comunidades de fé e na sociedade como um todo.

No ano de 2005, a IECLB publicou o documento ‘As igrejas dizem NÃO à violência contra a Mulher’<sup>335</sup>, produzido pela Federação Luterana Mundial – FLM – no ano de 2002. A IECLB distribuiu amplamente esse documento em espaços de grupos comunitários para ser estudado e refletido. Entre muitas coisas, esse documento reafirma a que se chame o pecado pelo seu nome: violência.

O pecado é um estado de servidão que subjuga e distorce a vida humana. É um afastamento de Deus, que leva a ações pecaminosas de controle, abuso e violência contra outras pessoas [...] a igreja deve começar com a confissão que a violência contra a mulher não é um pecado ‘lá fora’ no mundo, mas que os próprios membros da igreja cometeram, por vezes, tais atos pecaminosos, e que pecamos tanto em nossas ações como em nossas omissões.<sup>336</sup>

Uma característica positiva da didática desse documento é que após apresentar os conceitos, apresenta uma lista com sugestões de ‘medidas positivas que podem ser tomadas’. Em relação a nomear o pecado por violência, destaca-se aqui:

<sup>335</sup> SINGH, Priscilla. *As igrejas dizem não à violência contra a mulher: plano de ação para as igrejas*. Tradução de Paul Tornquist e Brunilde Arend Tornquist. Genebra: Federação Luterana Mundial, 2002; Porto Alegre: Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, 2005. “O documento propõe maneiras como mulheres, homens e as comunidades de fé podem juntos superar o pecado da violência contra a mulher, violência esta que atinge indivíduos, comunidades e a própria imagem da igreja. Para curar precisamos primeiro nos curar.” p. 7.

<sup>336</sup> SINGH, 2005, p. 14.

- Manifestar em declarações públicas que todas as formas de violência são um pecado, pois desrespeitam a imagem de Deus, tanto no agressor como em sua vítima, e que isto nunca pode ser tolerado ou justificado.
- Informar as comunidades sobre a realidade das várias formas de violência contra as mulheres.
- Desenvolver práticas e políticas para responsabilizar os agressores perante a igreja e a sociedade.
- Incluir a questão da violência contra as mulheres em sermões, instrução catequética e currículos teológicos.
- Tornar as igrejas locais seguros onde as vítimas da violência podem encontrar refúgio, apoio e cura.
- Oferecer oportunidades de amparo para a vítima e para o autor da violência.
- Trabalhar em conjunto com instâncias governamentais locais<sup>337</sup>.

Veja a resposta de uma das entrevistadas em relação a sua responsabilidade como ministra para a superação da violência doméstica: “Em nossa Paróquia temos um Grupo de estudos ‘Grupo de Mulheres’, lá procuramos em 1º lugar dar informações importantes quanto a leis e formas de se cuidar e proteger.” [M, 29-35] Na resposta da ministra percebe-se que a questão das formas de violência e direitos das mulheres estão sendo refletidas nesta comunidade.

Porém, volta-se a mencionar aqui neste texto a resposta que outra entrevistada deu referente à postura do agressor: “Continua agindo normalmente na Comunidade supondo, talvez, que ninguém saiba e tendo a certeza de que não será abordado/confrontado.” [M, 36-50] Este ponto – desenvolver práticas e políticas para responsabilizar os agressores perante a igreja e a sociedade – é sempre mais difícil e delicado. Envolver as mulheres na reflexão sobre violência doméstica e a querer mudar a sua realidade é uma coisa. Desacomodar os homens de sua posição patriarcal é outra muito mais desafiadora.

Todavia, o documento ‘As igrejas dizem NÃO à violência contra a Mulher’ também traz subsídios para trilhar este caminho com os homens<sup>338</sup>, de forma a

---

<sup>337</sup> SINGH, 2005, p. 15.

<sup>338</sup> SINGH, 2005, p. 53-57.

envolver toda a comunidade de fé e sociedade na dimensão sobre o tema. O documento pode ajudar a aprofundar a reflexão em pontos como ‘identificação do agressor’ e ‘como os homens poderiam ajudar a erradicar a violência masculina contra as mulheres’. Destacam-se aqui alguns pontos:

- Ler, refletir e compreender o processo e o efeito das relações sociais na família, sociedade e igreja; sobre o conceito de poder e de relações de poder e sobre as raízes da violência.
- Analisar os próprios atos e atitudes que podem perpetuar o sexismo e a violência e esforçar-se para mudá-los.
- Organizar grupos de homens, ou unir-se a um deles, na igreja e na sociedade para trabalhar contra o sexismo e a violência. Apoiar movimentos de mulheres que trabalham para erradicar a violência contra a mulher. Elogiar os homens que estabelecem novos modelos de solidariedade e de ação afirmativa em relação às mulheres<sup>339</sup>.

O documento ainda aborda a temática da violência, tratando num caráter didático e informativo de seus tipos, ciclos e impactos. O tema da transformação da igreja e da sociedade é tratado a partir da violência estrutural, da violência cultural, dos efeitos da globalização econômica e da modernização e das premissas e práticas da igreja, passando por conceitos como androcentrismo, abuso ritual, sexualidade e casamento, características patriarcais da igreja, a linguagem utilizada para falar de Deus, liturgias, entre outros.

Com o documento ‘As igrejas dizem NÃO à violência contra a Mulher’ as igrejas-membro da FLM, incluindo a IECLB, foram encorajadas a “analisar, reconhecer e compreender as manifestações locais da violência”<sup>340</sup> e buscar refletir dentro de seus contextos locais como tornar-se espaços seguros e de cura para mulheres e demais pessoas envolvidas em situações de violência doméstica.

Em 2007 a IECLB publicou a ‘Cartilha de Estudos e Celebrações Encontros e Conversas – pela cultura da paz e superação da violência doméstica’<sup>341</sup>. A elaboração da Cartilha, compreendida como um fruto do documento anterior se deu através do Fórum de Reflexão da Mulher Luterana e do grupo assessor de Gênero

---

<sup>339</sup> SINGH, 2005, p. 54.

<sup>340</sup> SINGH, 2005, p. 9.

<sup>341</sup> IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. *Encontros e conversas – pela cultura da paz e superação da violência doméstica*. (Cartilha de Estudos e Celebrações). São Leopoldo: Contexto: 2007.

da IECLB e seu objetivo é “[...] alcançar um público ainda mais amplo da IECLB.”<sup>342</sup> A Cartilha reúne textos, celebrações e propostas de trabalho em grupo para abordagem e reflexão acerca da violência doméstica: “No decorrer da cartilha iremos encontrar celebrações que dizem NÃO a violência contra as mulheres, reflexões que dizem NÃO a violência contra as mulheres e que são ótimos subsídios para o estudo deste tema em grupos comunitários.”<sup>343</sup>

Fazendo uma pesquisa simples com a palavra-chave ‘violência doméstica’ no site Portal Luteranos aparecem, em ordem cronológica: um artigo, em dezembro de 2000, da Pa. Mara Parlow: ‘Roupa suja se lava em casa?’<sup>344</sup>. Depois do artigo de Mara, por catorze anos a palavra-chave trouxe apenas matérias relacionadas ao lançamento da Cartilha de Estudos e Celebrações Encontros e Conversas, em 2007, e a grande maioria relacionada ao Projeto Exposição Nem Tão Doce Lar<sup>345</sup> da Fundação Luterana de Diaconia, já mencionado neste trabalho. Talvez as respostas de algumas das pessoas entrevistadas quando perguntadas sobre sua percepção a respeito de campanhas de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres promovidas pela IECLB sejam reflexo disso:

- “Pouco. O principal é o de tornar o assunto/realidade da violência doméstica também um assunto da ‘fé cristã’ e oportunizar que haja espaço p/ abordagens + esclarecedoras, libertadoras.” [M, 36-50]
- “Acho que precisavam ser mais divulgadas e valorizadas. Nem todas as campanhas ‘servem’ para todas as realidades da IECLB.” [M, 36-50]

<sup>342</sup> IECLB, 2007, p. 6.

<sup>343</sup> LAHASS, Rebeca. *A justiça de gênero em publicações da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. (Trabalho de Pesquisa de Graduação – Bacharelado em Teologia). São Leopoldo: Faculdades EST, 2016, p. 22

<sup>344</sup> PARLOW, Mara. *Roupa suja se lava em casa?*. 2000. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/roupa-suja-se-lava-em-casa>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

<sup>345</sup> “A Nem Tão Doce Lar envolve uma metodologia de intervenção coletiva para a superação da violência familiar. Trata-se de uma mostra itinerante que possibilita a popularização da discussão e do enfrentamento da violência, ao levar para o espaço público uma típica casa familiar, com informações e imagens que denunciam a violência sofrida por mulheres, crianças e jovens [...] O nome Nem Tão Doce Lar faz alusão à citação Lar doce Lar, muito comum em casas brasileiras. Assim também nasceu a marca Nem Tão Doce Lar, criada a partir de um delicado bordado em ponto de cruz, emoldurado como um quadro. Esse quadro, representativo do que deveria ser o ambiente familiar, amoroso e cheio de cuidados, está quebrado, indicando um ambiente violento. Os grupos interessados em levar a mostra para suas cidades devem contatar diretamente a FLD, que orienta todo o processo, assessora a capacitação dos/as acolhedores/as e monitora o desenvolvimento e desdobramento das atividades.” FLD – Fundação Luterana de Diaconia. *Nem Tão Doce Lar*. Disponível em: <<http://www.fld.com.br/page/nem-tao-doce-lar/>>. Acesso em: 28 out. 2016.

- “Muito pouco.” [H, 51-65]
- “O projeto da FLD ‘Não tão doce o Lar’ foi abordado no Sínodo Rio dos Sinos e também apresentado nas Instituições da CEPA de XX<sup>346</sup>. Nas comunidades em si foram pouco divulgados em XX. Suspeito que falte trazer esse tema ou esse projeto ‘Não tão doce o lar’ para dentro das comunidades, porém nem sempre as diretorias estão dispostas (por homens) nestas campanhas.” [M, 51-65]

Em novembro de 2014 foi divulgado no site a ‘Liturgia para o Dia de Luta contra a Violência à Mulher’ (vinte e cinco de novembro), pelos dezesseis dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres, de autoria da Cat. Erli Mansk, Pa. Marcia Blasi e Pa. Rosangela Stange<sup>347</sup>. No mesmo dia também foi publicado um estudo para grupos: ‘Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher’<sup>348</sup>, escrito pela Pa. Elisabet Lieven. A próxima e última publicação de destaque é de setembro de 2016, referente ao Fundo para Trabalho com Vítimas de Violência Doméstica como motivação para oferta nacional de cinco de março de 2017<sup>349</sup>. Talvez as respostas de outras pessoas entrevistadas à mesma pergunta sejam reflexo disso:

- “Elas estimulam a percepção de sua dignidade e direitos nas mulheres e inibem atos violentos.” [H 36-50]
- “Creio que partindo da Igreja as pessoas darão o devido valor e terá um peso maior.” [H, 51-65]
- “Ajuda(ou) a trazer a reflexão p/ as oportunidades de reunião/comunhão das comunidades e ao mesmo tempo traz a reflexão p/ os contextos maiores da sociedade.” [H, 51-65]
- “Difícil avaliar. Pelo menos a igreja se coloca e se posiciona contra a violência doméstica.” [H, 51-65]
- “1. São esclarecedoras e estão em consonância às campanhas públicas; 2. Elas promovem uma REVISÃO da leitura bíblica, de

<sup>346</sup> Município ocultado para preservar a identidade da pessoa entrevistada.

<sup>347</sup> MANSKI, Erli; BLASI, Marcia; STANGE, Rosangela. *Liturgia para o Dia de Luta contra a Violência à Mulher*. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/liturgia-para-o-dia-de-luta-contra-a-violencia-a-mulher-2>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

<sup>348</sup> LIEVEN, Elisabet. *Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher – Estudo para grupos*. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/dia-internacional-da-nao-violencia-contra-a-mulher>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

<sup>349</sup> IECLB – Portal Luteranos. *Fundo para Trabalho com Vítimas de Violência Doméstica*. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/fundo-para-trabalho-com-vitimas-de-violencia-domestica>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

modo que a religião ã perpetue sendo instrumento de inferiorização e exclusão de espaços de poder das mulheres.” [M, 36-50]

Em todas as outras respostas para esta pergunta<sup>350</sup> destacou-se a palavra-chave ‘conscientização’:

- “Uma melhor **conscientização** sobre as consequências causadas a toda a sociedade, não somente a quem sofre a violência.” [H, 29-35]
- “**Conscientização.**” [H, 51-65]
- “É importante para a **conscientização** da comunidade.” [H, 51-65]
- “A **conscientização** muda as ações.” [H, 29-35]
- “Primeiramente, a **conscientização** de que é uma realidade que existe e que está camuflada pela vergonha e medo. Também o aspecto da profecia da denuncia desse aspecto nas nossas comunidades.” [H, 51-65]
- “Sim. De esclarecimento e **conscientização.**” [H, 51-65]
- “**Conscientização**, formação e superação da violência.” [H, 36-50]
- “Podem **conscientizar** e dar coragem p/ as mulheres procurarem ajuda. Tb. ajudam a comunidade a ser solidária com mulheres que sofrem violência.” [M, 51-65]
- “**Conscientização.** Envolvimento.” [H, 51-65]
- “**Conscientização.** Coragem para enfrentar a sociedade, família e procurar seus direitos legais.” [M, 29-35]
- “**Conscientização.** Encorajamento para dialogar em grupos. Encorajamento para denunciar.” [H, 36-50]
- “**Conscientizar** as mulheres dos seus direitos e os homens dos seus deveres.” [H, 51-65]

“Assim Deus criou os seres humanos... homem e mulher os criou.” (Gênesis 1.27) Essa frase stá na capa do caderno Estudos sobre Gênero, publicação da IECLB no ano de 2013<sup>351</sup>. Não é um material que aborda especificamente a violência doméstica, no entanto traz conteúdo importante na reflexão e desconstrução de comportamentos que contribuem para a violência. Traz textos

<sup>350</sup> (QUESTÃO 5) ‘A IECLB, assim como outras igrejas, já promoveu campanhas de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres. Na sua opinião, que efeitos essas campanhas podem alcançar nas comunidades? Explique:’

<sup>351</sup> IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. *Estudos sobre gênero*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: IECLB, 2013.

curtos e de linguagem acessível, com sugestões de propostas de estudo, dinâmicas etc., é uma cartilha pensada para pequenos encontros de grupos de estudos nas paróquias e comunidades. Nas palavras do Pastor Presidente Nestor Friedrich: “O conjunto de textos deste caderno não quer apresentar uma palavra final e conclusiva, mas oferecer subsídios para a reflexão continuada em relação ao tema.”<sup>352</sup>

Temas como relações de gênero, justiça de gênero, linguagem inclusiva, gênero e cotidiano comunitário na IECLB, equidade de gênero, gênero e poder e relações de gênero e leitura bíblica são trazidos e postos à leitura e reflexão. A Pa. Rosangela Stange aponta que o Caderno Estudos de Gênero “[...] é um subsídio para [...] promover a reflexão sobre as relações entre mulheres e homens para que as mesmas se tornem cada vez mais baseadas no respeito, na justiça e na valorização das diferenças.”<sup>353</sup>

Em 2104, a Federação Luterana Mundial (FLM) publicou a sua Política de Justiça de Gênero<sup>354</sup>, com o objetivo de “[...] oferecer políticas e ferramentas que contribuam para fomentar a justiça de gênero a fim de alcançar comunidades e igrejas inclusivas e sustentáveis.”<sup>355</sup> Trata-se de uma ferramenta para facilitar, instruir e priorizar a transversalidade da questão de gênero em todos os espaços de comunhão. A Política de Justiça de Gênero é um passo concreto na busca da justiça e da inclusividade, reafirmando, assim, o “[...] compromisso histórico da FLM de superar a violência contra as mulheres e sua reafirmação das mulheres em posições de liderança [...]”<sup>356</sup>

Em 2013, quando foi coletivamente desenvolvida a partir das realidades de igrejas-membro, a Política de Justiça de Gênero da FLM foi pensada como instrumento de renovação no processo que se seguia em preparação aos quinhentos anos da Reforma Luterana no ano de 2017<sup>357</sup>:

---

<sup>352</sup> IECLB, 2013, p. 5.

<sup>353</sup> IECLB, 2013, p. 7.

<sup>354</sup> FLM, 2014.

<sup>355</sup> FLM, 2014, p. 9.

<sup>356</sup> FLM, 2014, p. 1. “A FLM está comprometida a ser inclusiva e possibilitar a participação plena e equitativa de mulheres e homens na vida da igreja e na sociedade, bem como em seus processos de tomada de decisões, atividades e programas.”

<sup>357</sup> “A Constituição afirma claramente que a FLM é um instrumento de suas igrejas-membro autônomas e não tem qualquer autoridade hierárquica. Junto com a liberdade vem a responsabilidade. Por conseguinte, o artigo III da Constituição, ‘Natureza e Funções’, afirma que as igrejas-membro ‘concordam na proclamação da palavra de Deus e estão unidas em comunhão de púlpito e altar’ [...] Para a FLM, uma política séria, portanto, uma forma de expressar o

O itinerário desenvolvido nesse documento abre janelas de oportunidades para se engajar em movimentos de mudanças nas relações e estruturas. É um convite para que todo o mundo – particularmente líderes de igrejas, teólogos e teólogas, mulheres e homens em posições de liderança e de tomada de decisões, as gestoras e os gestores de programas e projetos – reafirme a justiça de gênero como uma questão de fé. Assim, a justiça de gênero aponta para dimensões fundamentais do ser da igreja e sua voz profética no espaço público.<sup>358</sup>

A Política de Justiça de Gênero da FLM oferece diretrizes para refletir sobre a justiça de gênero pedagogicamente a partir da metodologia ‘ver, julgar e agir’ adaptando-se aos contextos e idiomas das igrejas-membro.

“Ver significa observar e ler cada realidade e contexto.”<sup>359</sup> Trata-se de um ponto de partida, de uma análise de gênero de cada contexto e de qual situação se encontram em participação de mulheres em todos os espaços. São trazidos relatos de histórias da participação de mulheres na comunhão, bem como a importância da categoria de gênero como ferramenta teológica.

“Julgar/discernir significa usar conceitos bíblicos, teológicos e de direitos humanos universalmente acordados para discernir essa realidade e as principais questões que surgem a partir do contexto.”<sup>360</sup> Trata-se fundamentalmente de responder, através de fundamentos bíblicos e teológicos, porque é importante para a comunhão luterana buscar a justiça de gênero.

“Agir significa praticar. Depois de ler e discernir a realidade, acordam-se ações para esse contexto específico.”<sup>361</sup> Por fim, agir trata da implementação ou das orientações e princípios estratégicos para a implementação da Política de Justiça de Gênero.

Uma forma de aplicar a teoria é fazendo como respondeu uma das entrevistadas, por exemplo, quando indagada a respeito de sua contribuição enquanto liderança comunitária e religiosa no enfrentamento à violência doméstica contra mulheres membros de sua paróquia/comunidade: “Propor releituras de textos bíblicos, refletindo sobre a cultura/contexto de onde parte o texto e sobre a posição libertadora de Jesus frente às mulheres e outros públicos menosprezados na sua

---

testemunho unido das igrejas-membro, sua promoção dos direitos humanos e da justiça e o conhecimento que tem de si mesmas. É uma forma de expressar de modo mais detalhado o que significa estar em comunhão, em diferentes níveis ou áreas distintas de responsabilidades.” FLM, 2014, p. 10.

<sup>358</sup> FLM, 2014, p. 1.

<sup>359</sup> FLM, 2014, p. 14.

<sup>360</sup> FLM, 2014, p. 14.

<sup>361</sup> FLM, 2014, p. 14.

época; Fazer pontes entre a fé e a vida; Estar atenta às campanhas públicas, às conquistas e aos retrocessos ligados às mulheres; Celebrar liturgicamente as discussões a respeito da superação da violência doméstica; Fazer deste assunto um assunto de toda a comunidade, não somente das mulheres.” [M, 36-50]

Ainda na Política de Justiça de Gênero da FLM há um tópico a ser destacado, na página 33, ‘lugares seguros e comunidades curativas.’ Refere-se especificamente à violência de gênero e aponta estratégias para sua superação, tendo em vista o papel profético da igreja:

Cada ato de violência baseada em gênero causa dano à criação, à imagem de Deus e viola a comunidade de pessoas crentes que são chamadas a viver em relações justas. Por isso, o silêncio precisa ser quebrado. O papel profético da igreja é proporcionar processos de cura e lugares seguros para vítimas e sobreviventes em colaboração mútua com múltiplos parceiros em ministérios de cura [...] A opressão e a violência baseadas em gênero, independentemente de quão normativas, tradicionais ou amplamente aceitas sejam em vários contextos, são crimes e pecaminosas; a opressão e violência baseadas em gênero estão em contradição com o evangelho.<sup>362</sup>

Materiais publicados pela Fundação Luterana de Diaconia – FLD, também podem ser de grande apoio para trabalhar e refletir o tema da violência doméstica contra as mulheres nas comunidades de fé, como o Caderno *Nem Tão Doce Lar*<sup>363</sup>, por exemplo, projeto com divulgação de destaque em relação à violência doméstica no site Portal Luteranos. Publicado em 2012, o caderno apresenta textos que abordam o tema da violência doméstica através das experiências das mulheres, dos homens, das crianças e da juventude, das pessoas idosas, das pessoas com deficiência, entre outros.

Também há a Política de Justiça de Gênero da FLD<sup>364</sup> que, apesar de ser um documento normativo institucional, “[...] implementa a justiça de gênero como critério transversal para todas as dimensões de trabalho da FLD e para todos os projetos por ela fomentados ou executados diretamente.”<sup>365</sup> Pode-se citar também o ‘Caderno Justiça de Gênero e Diaconia Transformadora: superando violências e preconceitos’<sup>366</sup>, publicado em 2016 e produzido pelo Programa de Gênero e Religião da Faculdades EST em projeto para a FLD, o qual traz, numa linguagem

<sup>362</sup> FLM, 2014, p. 33.

<sup>363</sup> FLD – Fundação Luterana de Diaconia. *Nem Tão Doce Lar: uma vida sem violência – direito de mulheres e de homens*. São Leopoldo: Sinodal, 2012.

<sup>364</sup> FLD, 2014.

<sup>365</sup> FLD, 2014, p. 5

<sup>366</sup> BLASI (Coord.); BRUN; KROB, 2016.

acessível e com sugestões de trabalhos em grupos, temas sobre diaconia e sobre as diversas formas de violência.

Todos os documentos e materiais apresentados aqui são de livre acesso na internet. Além disso, nas suas recomendações de estudo e de aplicação e na sua distribuição, são encaminhados aos ministros e ministras e também a outras lideranças comunitárias. Não é uma via de mão-única. É feita a distribuição, mas também pode haver a procura por interesse por parte do ministro ou da ministra.

Os materiais dão suporte para quem está disposto ou disposta a desconstruir papéis sociais opressores e buscar a superação da violência doméstica contra as mulheres também no âmbito religioso. Apresentam conceitos, dados estatísticos e propostas de novos modelos inclusivos e justos de comunidade de fé.

Apesar da qualidade dos documentos e da ampla acessibilidade de todos eles, vale observar que não são muitos, dada a condição de problema de saúde pública como é considerada a violência doméstica contra as mulheres<sup>367</sup>. Nas palavras do Pastor Presidente Nestor Friedrich: “E nem podemos nos dar por satisfeitos com os avanços que aconteceram, ainda que isso seja motivo de celebração e de gratidão.”<sup>368</sup>

A IECLB afirma-se como igreja inclusiva. De fato, muitas ações e documentos demonstram essa busca pela inclusão e justiça de gênero. No entanto, devemos ficar atentos e atentas se esse entendimento está dentro das estruturas da IECLB ou se muda de acordo com quem está nas posições de poder. “O desafio consiste em nos perguntarmos, como pessoas luteranas: enquanto Igreja, de que maneira temos testemunhado a questão da igualdade de gênero? [...] temos sido exemplo de homens e mulheres que se respeitam e que respeitam as pessoas diferentes?”<sup>369</sup>

---\*---

Só depois de adulta e de dez anos de estudo e envolvimento com a temática da violência contra as mulheres é que me dei conta que também preciso olhar de

<sup>367</sup> TAVARES, Dinalva Menezes Castro. *Violência Doméstica: uma questão de saúde pública*. (Dissertação de Mestrado – Departamento de Prática de Saúde Pública). São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade São Paulo, 2000.

<sup>368</sup> IECLB, 2013, p. 5.

<sup>369</sup> PEDROTTI-MANSILLA, Débora Erileia. Gênero e cotidiano comunitário na IECLB: um desafio de todas as pessoas. In: IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. *Estudos sobre gênero*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: IECLB, 2013, p. 27-28.

volta para mim, para a minha história, para a minha vida. No entanto, olhar para a minha ‘criança interior’ e resgatar certas memórias exige entrega, perdão, resiliência, coragem. Este processo de expor as cicatrizes proporcionou experiências inesperadas e doloridas: (re)experimentar eu mesma a violência velada depois de tantos anos. Muito difícil. O peso da insegurança montada sobre os ombros faz os joelhos cambalearem e os pés gelarem constantemente.

---\*---

#### **4.2 Aconselhamento pastoral feminista para superar violências e justiça de gênero: um desafio para as igrejas**

O aconselhamento pastoral pode ser um instrumento de cura e superação da violência doméstica contra as mulheres<sup>370</sup>. Cura porque é através do aconselhamento que as mulheres em situação de violência, bem como as demais pessoas envolvidas, podem encontrar conforto, compreensão e compaixão. “O aconselhamento acontece onde um relacionamento que promove a cura se estabelece.”<sup>371</sup> Superação da violência porque o aconselhamento também pode – se feito de forma consciente – informar e trabalhar em conjunto com órgãos competentes da sociedade civil. “O aconselhamento pastoral, além de consolo para aqueles que sofrem, também pode ser uma rica fonte de informação, da qual a igreja, por meio de pessoas preparadas para essa função, pode fazer uso.”<sup>372</sup>

É importante informar, mas sem deixar de preservar o direito à autonomia de decisões da pessoa em aconselhamento, no caso em questão a mulher em situação de violência doméstica, pois é a vida dela e de seus ou suas familiares que poderá ser substancialmente afetada. “[...] preparar o indivíduo para que ele seja sujeito de sua vida. Ele ajuda as pessoas a lidar com seus momentos de crise, assumir

---

<sup>370</sup> “[...] o objetivo de qualquer prática de aconselhamento pastoral deve ser o de libertar e potencializar os seres humanos, a fim de que homens e mulheres possam resgatar sua humanidade plena. De acordo com este objetivo, é necessário que o aconselhamento pastoral reconheça a situação de opressão sofrida pelas mulheres em nossa sociedade.” GROSSMANN, 1995, p. 15.

<sup>371</sup> SCHRÖDER, Elisa Fenner. *Mulheres idosas e o HIV/AIDS: abordagens a partir do cuidado pastoral*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Teologia. São Leopoldo: Faculdades EST, 2012, p. 66.

<sup>372</sup> SCHRÖDER, Elisa Fenner. Mulheres, HIV / AIDS e aconselhamento pastoral. In: MUSSKOPF, André S.; BLASI, Marcia (Orgs.). *Ainda feminismo e gênero: histórias, gênero e sexualidade, sexismo, violência e políticas públicas, religião e teologia*. São Leopoldo: CEBl, 2014, p. 240.

responsabilidades e tomar decisões.”<sup>373</sup> O aconselhamento pastoral deve sempre servir de impulso e apoio para as mudanças poderem ocorrer de dentro para fora da pessoa aconselhada.

O aconselhamento pastoral tem como um dos objetivos utilizar esse momento de crise como uma forma de crescimento, em que a pessoa descubra que nela existem forças para superar as dificuldades da vida. A função que o aconselhamento pastoral tem nas comunidades não é de resolver os problemas de cada pessoa e dar respostas prontas, mas sim fazer com que a pessoa reflita sobre sua situação e busque alternativas para superá-la. O aconselhamento pastoral visa o crescimento de cada indivíduo. É nossa tarefa ajudar as pessoas a sair de seus momentos de crise.<sup>374</sup>

A teóloga Marcia Blasi aponta que, para poder ser feito aconselhamento pastoral numa perspectiva feminista, é necessário levar em conta cinco princípios<sup>375</sup>:

- **Percepção do patriarcado e da depressão:** antes de tudo, é necessário conhecer o contexto cultural – patriarcado – no qual as mulheres estão inseridas e levar em consideração os efeitos nocivos que esse contexto pode causar à sua saúde física e mental<sup>376</sup>. Ao olhar e aconselhar, livre dos estereótipos de gênero, é dada a possibilidade para a mulher em situação de violência de reconhecer sua realidade cultural e social de opressão. Reconhecendo isso, ela buscará uma mudança estrutural nas relações, e não apenas para uma situação específica. “A tarefa do aconselhamento pastoral feminista é, portanto, empoderar as mulheres a transformar o mundo patriarcal no qual vivem e não ajustar-se a uma situação particular.”<sup>377</sup>
- **O relacionamento entre pessoa aconselhadora e mulher aconselhada:** trata-se de um relacionamento de igualdade, porém não de reciprocidade. Por exemplo, quem está em situação de

<sup>373</sup> SCHRÖDER, 2012, p. 64.

<sup>374</sup> SCHRÖDER, 2014, p. 240.

<sup>375</sup> BLASI, Marcia. Aconselhamento pastoral em perspectiva feminista: princípios básicos. In: MUSSKOPF, André S.; BLASI, Marcia (Orgs.). *Ainda feminismo e gênero: histórias, gênero e sexualidade, sexismo, violência e políticas públicas, religião e teologia*. São Leopoldo: CEBI, 2014, p. 228-233.

<sup>376</sup> “O reconhecimento de que o patriarcalismo e a depressão são dinâmicas fundamentais nas aflições e no sofrimento de mulheres é o primeiro princípio do aconselhamento pastoral feminista. Baixa autoestima e depressão são consequências da maneira pela qual a sociedade desvaloriza mulheres, e não são uma doença da qual as mulheres precisam ser curadas, como a grande maioria das pessoas acredita. Tratar as ‘doenças’ sem apontar para suas causas pode levar a outros problemas.” BLASI, 2014, p. 228.

<sup>377</sup> BLASI, 2014, p. 230.

vulnerabilidade, no caso a mulher aconselhada, receberá cuidados e é natural que isso não seja recíproco. No contexto da violência doméstica contra as mulheres não é possível assumir uma postura de neutralidade sem afetar nocivamente as vítimas deste crime. “Acreditando na história da mulher e na interpretação da sua história, a aconselhadora auxilia a aconselhante a acreditar em si mesma. Neste contexto e perspectiva, a neutralidade não tem lugar.”<sup>378</sup>

- **A importância do grupo:** o grupo se mostra como uma necessidade dentro dos princípios do aconselhamento pastoral feminista. É através do grupo, ouvindo as experiências de outras mulheres, que cada uma vai percebendo que não está sozinha e que na verdade suas experiências podem ser até mesmo semelhantes. “[...] elas são empoderadas a acreditar na sua própria realidade. Para a maioria das mulheres é mais fácil reconhecer a injustiça contra outras pessoas do que contra elas mesmas.”<sup>379</sup>
- **Uma perspectiva centrada na mulher:** Marcia Blasi se refere a este ponto como um teste de realidade: “[...] é importante para evitar atitudes que podem ser perigosas para a vida da mulher, como, por exemplo, confrontar ou abandonar um marido abusivo sem ter um lugar seguro onde refugiar-se.”<sup>380</sup> Deve ser levado em conta todo o contexto e as categorias que o atravessam, como raça e etnia, classe, geração etc.
- **O contexto do patriarcado:** é preciso sempre levar em conta que tanto a psicologia quanto a teologia foram construídas sobre sólidas bases patriarcais e que, conseqüentemente, seus dogmas e conceitos contribuem para a opressão das mulheres. “Teorias e dogmas foram criados sem levar em conta a experiência das mulheres [...] também foram criados e utilizados para legitimar e justificar a subjugação das mulheres.”<sup>381</sup> Marcia ainda ressalta a importância de não pressionar com as novas construções teológicas

---

<sup>378</sup> BLASI, 2014, p. 230.

<sup>379</sup> BLASI, 2014, p. 230.

<sup>380</sup> BLASI, 2014, p. 231.

<sup>381</sup> BLASI, 2014, p. 232.

sobre a fé e a crença que a mulher possui na construção da sua identidade religiosa. Os novos entendimentos teológicos e libertadores devem ser construídos aos poucos, através do empoderamento e do cuidado.

Um dos papéis da pessoa que aconselha deve ser o de impulsionar a descoberta de novos horizontes de justiça e plenitude nas relações e também impulsionar o empoderamento naquelas pessoas que são oprimidas. “[...] podemos dizer que o aconselhamento auxilia no empoderamento das pessoas.”<sup>382</sup> Esse processo pode acontecer em vários espaços comunitários, ou individualmente numa situação específica, em grupos como os de mulheres ou outros, ou no púlpito, assumindo uma postura política e coletiva de denunciar e superar a opressão sofrida pelas mulheres:

Este processo de denúncia da opressão e de recuperação da humanidade plena de homens e mulheres não deveria, ao [sic] nosso ver, acontecer de forma individual, isolada. Pelo contrário, este processo deveria acontecer a nível coletivo, onde as pessoas pudessem conscientizar-se acerca de seus problemas e dificuldades, e onde buscassem, de forma conjunta, maneiras de superar as dificuldades.<sup>383</sup>

Como já visto neste texto, um novo caminho a ser trilhado na promoção da justiça de gênero pode ser através da teologia feminista. Ela traz subsídios para expandir os horizontes e para mudanças transformadoras de justiça e esperança nas relações entre homens e mulheres que podem ser refletidas nas prédicas, nas liturgias, nos aconselhamentos, em grupos de estudo e de oração ou qualquer outro espaço da comunidade de fé e da sociedade civil.

Também já apresentado anteriormente, das ministras e ministros entrevistados, doze responderam que cursaram o componente curricular de teologia feminista em sua formação acadêmica. Para essas doze pessoas foi perguntado<sup>384</sup> sobre a importância da teologia feminista em sua prática ministerial. Cinco delas apontaram que a teologia feminista se faz importante às vezes e sete referiram-se à teologia feminista como importante sempre em sua prática ministerial. Nenhuma pessoa que cursou o componente curricular apontou a teologia feminista como não sendo importante. Veja no gráfico a seguir:

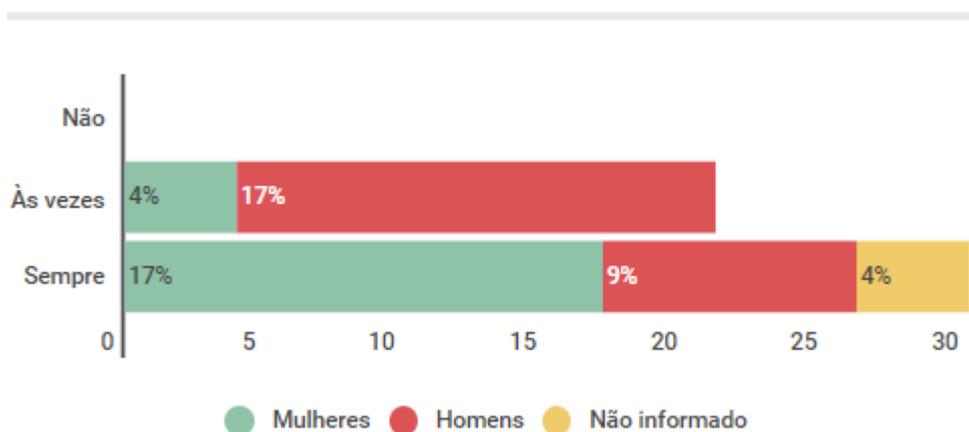
---

<sup>382</sup> SCHRÖDER, 2012, p. 64.

<sup>383</sup> GROSSMANN, 1995. p. 16.

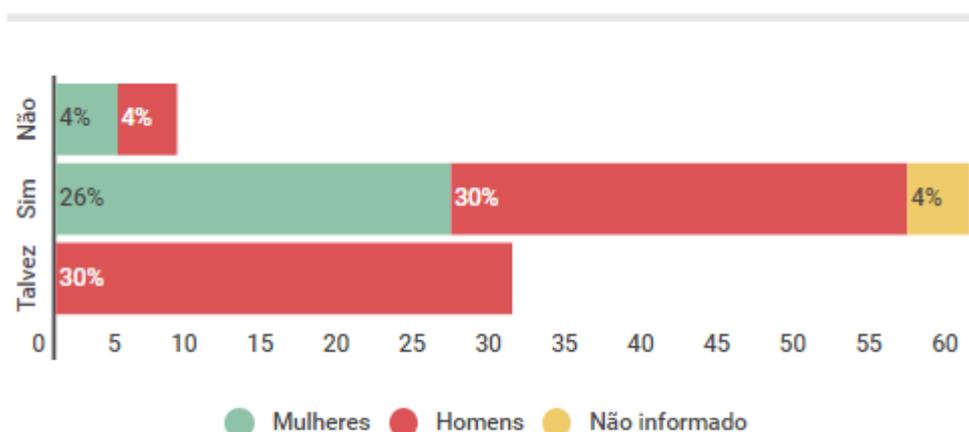
<sup>384</sup> (QUESTÃO 14) ‘Se sim, você a considera importante em sua prática ministerial?’

Gráfico 12: Importância da teologia feminista na prática ministerial  
Grupo que cursou o componente curricular



A questão seguinte<sup>385</sup>, já para todo o grupo de ministras e ministros que participou da pesquisa, tinha por objetivo investigar a sua percepção em relação à contribuição da teologia feminista na caminhada pela justiça de gênero. Duas pessoas (8%) responderam não acreditar na contribuição da teologia feminista. A maior parte do grupo (60%) apontou acreditar que a teologia feminista pode contribuir na construção da justiça de gênero. Sete pessoas (30%), como se pode observar no gráfico a seguir, marcaram a alternativa ‘talvez’.

Gráfico 13: Contribuição da teologia feminista para a justiça de gênero

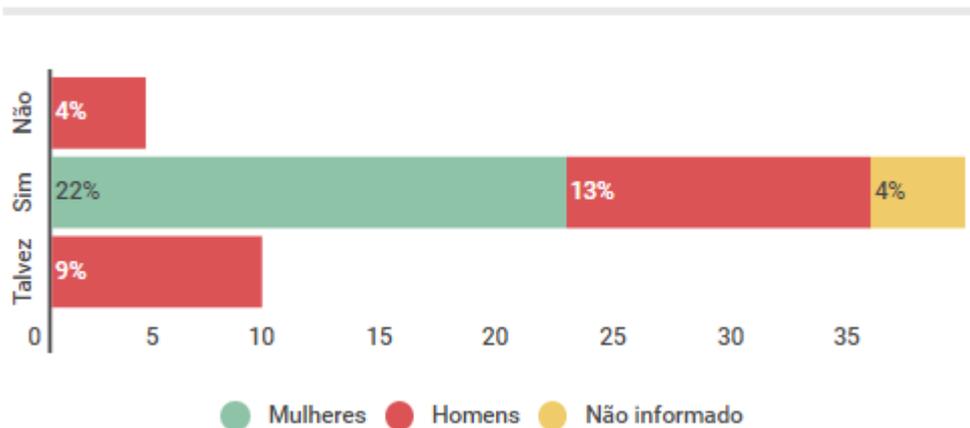


Ao olhar para esta questão a partir das respostas do grupo das pessoas que cursaram teologia feminista em sua formação acadêmica, apresentam-se os

<sup>385</sup> (QUESTÃO 15) ‘Você acredita que a teologia feminista pode contribuir na construção de uma cultura, sociedade e comunidade digna, justa e equitativa para mulheres e homens?’

seguintes dados: O maior grupo (39%) acredita que a teologia feminista pode contribuir na caminhada pela justiça de gênero. Duas pessoas acreditam que talvez possa contribuir e uma pessoa apontou que a teologia feminista não traz contribuição na caminhada pela justiça de gênero. Veja mais detalhes no gráfico a seguir:

Gráfico 14: Contribuição da teologia feminista para justiça de gênero – Grupo que cursou o componente curricular



Observa-se que do grupo que cursou o componente curricular, as ministras demonstraram ter o entendimento de que a teologia feminista pode contribuir na busca pela justiça de gênero e humanidade plena. Para os ministros, no entanto, demonstra-se uma divisão de três grupos:

- Daqueles ministros que afirmam a teologia feminista como importante sempre na sua prática ministerial e na busca pela justiça de gênero [36-65];
- Daqueles que acreditam que a teologia feminista às vezes ou que talvez possa contribuir [29-65];
- E um ministro que apontou que a teologia feminista não pode contribuir na busca pela justiça de gênero [29-35].

Pode-se pensar em algumas questões diante disso. A teóloga Shauna Hannan aponta que “[...] mulheres notam as histórias bíblicas que destacam mulheres mais frequentemente; em especial quando mulheres estão doentes, quando mulheres foram violadas e, o que é muito importante, quando as mulheres

estão ausentes [...]”<sup>386</sup> Sendo assim, é possível dizer que as mulheres se compreendam inclusas na linguagem, abordagem e prática da teologia feminista por levar em consideração e dar voz e lugar de direito às mulheres<sup>387</sup>, enquanto a teologia tradicional fala do ser humano de uma forma genérica. “As mulheres atuantes na atividade teológica propõem novos modelos na construção do conhecimento. Mudanças na linguagem e nas relações de gênero. O cotidiano se transforma em espaço de atuação e transformação das tradições.”<sup>388</sup>

Quanto aos homens, há aqueles que já conseguem enxergar através das lentes do patriarcado e estão dispostos a desacomodar saberes e poderes em busca da vida plena para todas as pessoas através da justiça de gênero<sup>389</sup>. Todavia, há aqueles que temem o desconhecido e talvez não vejam muito sentido em abrir mão do que já conhecem. “Quebrar paradigmas significa alterar rotinas, transformar papéis, subverter ordens dadas. Isso nunca é fácil.”<sup>390</sup> A teologia patriarcal justificada por séculos de tradição não os deixa numa posição de oprimidos, e é possível que por esse motivo a teologia feminista não tenha conseguido despertar a empatia necessária para com a subordinação das mulheres<sup>391</sup> nesses homens.

<sup>386</sup> Shauna também destaca que “[...] mulheres lendo as Escrituras não sugere automaticamente uma leitura feminista ou mesmo uma percepção de mulheres. Infelizmente, as mulheres também têm assimilado uma chamada ‘leitura normativa’, sendo convencidas de que uma outra leitura das Escrituras estaria errada.” HANNAN, Shauna K. Justiça de Gênero e a Pregação da Igreja. Tradução de Alex Blasi de Souza. In: MUSSKOPF, André S.; BLASI, Marcia (Orgs.). *História, Saúde e Direitos: sabores e saberes do IV Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião*. São Leopoldo: CEBI, 2016, p. 142.

<sup>387</sup> “É preciso lembrar também que, quando as mulheres encontram sua voz no discurso teológico, elas não trazem consigo somente suas experiências de maternidade e cuidado, mas também experiências de violência, luta, dor, injustiças; trazem suas perguntas e inquietações, bem como sua sabedoria, conhecimento, curiosidade, seu desejo por transformação.”. BLASI, 2014, p. 234.

<sup>388</sup> WEBBER, Elisa Fenner Schröder. *Contribuições de Metodologias de Leitura da Bíblia para o Cuidado Pastoral com Mulheres com HIV e AIDS*. (Tese de Doutorado). Faculdades EST. São Leopoldo: Programa de Pós-Graduação em Teologia, 2016, p. 145.

<sup>389</sup> “**Justiça de gênero**, em minha opinião, é um dos objetivos mais nobres a serem buscados pelo trabalho da Igreja e, portanto, pela sua pregação. Ela envolve: a) A afirmação de que justiça de gênero é boa e saudável para todas as pessoas. b) A afirmação de que injustiça de gênero é uma construção social e que, portanto, pode ser desconstruída. c) A autodeterminação das pessoas em afirmarem o seu próprio gênero. d) A equiparação de direitos entre homens, mulheres e demais gêneros. e) A extinção de privilégios, tratamentos diferenciados, sexismo e violências. f) A criação de novas linguagens, inclusivas, não pejorativas e respeitadas.” (grifos do autor) SOUZA, 2016, p. 146.

<sup>390</sup> SOUZA, 2016, p. 148.

<sup>391</sup> “Ao tomarmos ciência de tal situação, ficamos sensibilizados, mas não o suficiente para nos apercebermos que representamos o grupo dos não solidários. Falta-nos compromisso solidário para com a mulher vitimada pela violência doméstica.” VASCONCELOS, Denise Pinto. *A defesa da mulher vítima de violência doméstica: contribuições da ética cristã*. (Dissertação de Mestrado). Faculdades EST. São Leopoldo: Programa de Pós-Graduação em Teologia, 2010, p. 74.

Pessoas comprometidas com a justiça de gênero afirmam pública e cotidianamente esse compromisso em suas palavras e ações, não apenas em datas comemorativas como o Dia Internacional da Mulher ou Dia das Mães. Essas ministras e esses ministros acreditam que a teologia feminista pode contribuir para a justiça de gênero e por isso consideram que ela seja sempre importante em sua prática ministerial.

Evidencia-se a dimensão política da fé, buscando o direito, a justiça e a igualdade social destas mulheres. O aconselhamento pastoral mostra-se importante como uma forma de ensinar estas a enfrentar e saber lidar com momentos de crise, buscando alternativas para esse enfrentamento, aprendendo a lidar com as dificuldades, garantindo a integralidade e a busca pelo empoderamento [...]<sup>392</sup>

‘Talvez’ ou ‘às vezes’ não faz parte da opressão e da violência que as mulheres sofrem diariamente. Para as mulheres essa realidade é ‘sempre’<sup>393</sup>. Por isso a busca pela justiça de gênero é um posicionamento político. “A pessoa que prega precisa ser a primeira a acreditar naquilo que diz. Precisa ter convicção, precisa ter incorporado no seu ser aquilo que está dizendo [...] Sou o que prego e prego o que sou. Fora disso, há pouquíssimas chances de conexão.”<sup>394</sup>

Ao analisar a questão sete da entrevista, já apresentada no terceiro capítulo, a qual perguntava aos ministros e ministras com que frequência mulheres que sofreram violência doméstica já procuraram seu auxílio e/ou aconselhamento, através das respostas do grupo que cursou o componente curricular de teologia feminista e que a afirma como um instrumento na busca pela justiça de gênero e superação da violência doméstica contra as mulheres, é possível observar os seguintes dados: quatro pessoas são procuradas de duas a cinco vezes por ano, duas pessoas apontaram que são procuradas uma vez por ano e apenas uma pessoa respondeu que nunca foi procurada por uma mulher que sofreu violência doméstica. Veja mais detalhes no gráfico a seguir:

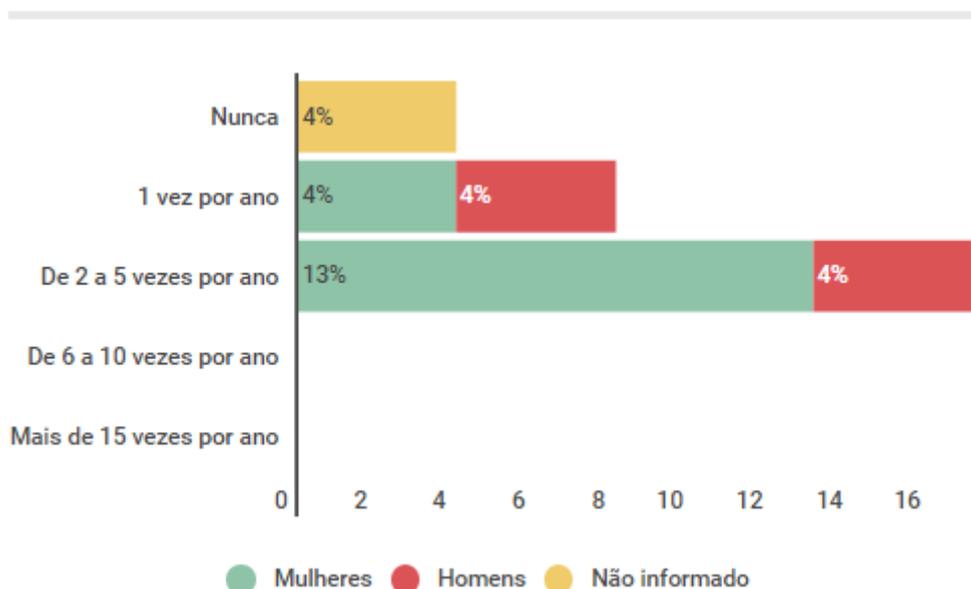
---

<sup>392</sup> BEZERRA, Jociléia da Silva; BARBOSA, Camila Rodrigues. Relações de gênero e a feminização do HIV/AIDS. In: Congresso Internacional da Faculdades EST, 2., 2014, São Leopoldo. (Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST). pp. 891-897. São Leopoldo: EST, vol. 2, 2014, p. 896.

<sup>393</sup> “Em relação à violência doméstica contra a mulher, por exemplo, as igrejas ou, melhor expandindo o termo, as comunidades de fé podem desempenhar um importante papel, se tiverem capacidade política de intervenção e, caso queiram ou compreendam a gravidade da situação em que tais mulheres se encontram.” VASCONCELOS, 2010, p. 83.

<sup>394</sup> SOUZA, 2016, p. 146-147. Ou também pelas palavras do poeta: “[...] acredito que errado é aquele que fala correto e não vive o que diz.” O TEATRO Mágico. *Zaluzejo*. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/o-teatro-magico/zaluzejo.html>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

Gráfico 15: Procura por auxílio/aconselhamento – frequência  
Grupo que cursou o componente curricular



Quando mulheres que estão em situação de violência doméstica encontram no ministro ou na ministra uma pessoa atenta a este tema através das prédicas, por exemplo, elas encontram também apoio. Este é um movimento necessário por parte dos ministros e ministras, pois nem sempre – e geralmente não – mulheres em situação de violência doméstica vão espontaneamente procurar por apoio sem saber o posicionamento da ministra e principalmente se for ministro. A violência doméstica vem acompanhada de culpa e vergonha para as mulheres, sentimentos que elas querem esconder da sociedade e da comunidade de fé.

Quando se fala em aconselhamento pastoral é preciso ter em mente que nem sempre as pessoas que estão passando por uma situação difícil procurarão ajuda. Pelo contrário, em determinadas situações elas preferem esconder a situação pela qual estão passando por motivos de vergonha ou por medo de sofrerem preconceito ou discriminação por parte da comunidade.<sup>395</sup>

Para tanto é preciso denunciar a injustiça de gênero, desvelar esse pecado publicamente: “[...] uma das questões importantes a serem levadas em consideração quando falamos em justiça de gênero e pregação é apontar para a situação de total desequilíbrio existente. É preciso mostrar o que não condiz com a justiça [...]”<sup>396</sup> Mas como apontar as injustiças de gênero? Para isso, é preciso que o ministro ou ministra também conheça ou esteja de olhos desvendados para as tramas do

<sup>395</sup> SCHRÖDER, 2012, p. 62.

<sup>396</sup> SOUZA, 2016, p. 147.

patriarcado que sempre imputou a culpa sobre as mulheres – e principalmente no que tange seus corpos e sexualidade<sup>397</sup>. Para anunciar e desvelar publicamente as injustiças de gênero é preciso antes saber nomeá-las. Esse seria um dos princípios do aconselhamento pastoral feminista (o contexto do patriarcado), já apresentado acima.

Diante disso, no intuito de perguntar às ministras e aos ministros a respeito de sua contribuição enquanto liderança comunitária e religiosa na superação da violência doméstica contra mulheres membros de suas paróquias/comunidades e da sociedade como um todo, o questionário encerrava com uma questão dissertativa<sup>398</sup>. Duas pessoas deixaram essa questão em branco. Em virtude de identificação das respostas no decorrer do texto, serão apresentadas a seguir de forma numerada:

1. “Falando sobre os ensinamentos que temos na Palavra de Deus, como regra de fé e da vida em geral.” [H, 29-35]
2. “Por meio da pregação, da conscientização em grupos, abrindo espaço para que as pessoas possam buscar o aconselhamento ou apoio pastoral.” [H, 29-35]
3. “Em nossa Paróquia temos um Grupo de estudos ‘Grupo de Mulheres’, lá procuramos em 1º lugar dar informações importantes quanto a leis e formas de se cuidar e proteger.” [M, 29-35]
4. “Tomando conhecimento dos casos. Tematizando a questão em palestras e estudos. Firmando parceria organismos competentes em âmbito eclesialístico e secular. Dando apoio concreto às vítimas e seus familiares.” [H, 36-50]
5. “Como formador de opinião conscientizando para equidade de gênero e direito das mulheres.” [H, 36-50]

---

<sup>397</sup> “Creio que as razões para essa atribuição de culpa ao corpo da mulher devem remontar ao patriarcalismo, numa espécie de temor às fontes vitais do ser humano. Este, homem ou mulher, mas sobretudo o homem, teme a morte e a vida, teme perder sua identidade, teme tudo o que o ameaça. E a mulher, através de seu corpo, é de certa forma o símbolo desses temores. O corpo feminino representa o enigma humano que atrai e apavora: dele sai sangue e a mulher não morre; dele sai leite, o alimento-condição para a continuidade da vida. A mulher tem o útero, um lugar obscuro que faz pensar em túmulo, mas que também traz a ideia de um local quente, gerador de vida. A Mulher liga-se, pois, à vida e à morte. E seu corpo lembra este fato, constantemente presente em nosso inconsciente. Por isso, ela passou a ser o símbolo ameaçador da autoridade dos homens, na medida em que eles começaram a invejar seu poder gerador, sua proximidade e semelhança com as forças energéticas da terra.” GEBARA, 1994, p. 54.

<sup>398</sup> (QUESTÃO 16) ‘Na sua posição de liderança religiosa e comunitária, como você acha que pode contribuir no enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres membro de sua paróquia/comunidade e também da sociedade como um todo?’

6. “Propor releituras de textos bíblicos, refletindo sobre a cultura/contexto de onde parte o texto e sobre a posição libertadora de Jesus frente às mulheres e outros públicos menosprezados na sua época; Fazer pontes entre a fé e a vida; Estar atenta às campanhas públicas, às conquistas e aos retrocessos ligados às mulheres; Celebrar liturgicamente as discussões a respeito da superação da violência doméstica; Fazer deste assunto um assunto de toda a comunidade, não somente das mulheres.” [M, 36-50]
7. “Na pregação do Evangelho Vivo e Amoroso. Na orientação para a justiça. Na orientação para o diálogo e acolhimento.” [M, 36-50]
8. “Pregações. Fortalecendo/encorajando vínculos entre mulheres. Participando de fóruns/encontros da sociedade civil sobre direitos das mulheres.” [H, 36-50]
9. “Expressando claramente estar à disposição e acessível para pessoas q/ enfrentem a realidade da violência doméstica. Estando eu própria esclarecida dos passos de denúncia/legais p/ indicar o movimento a ser feito pela mulher. Abordar como mulher com o Grupo de Mulheres e de Casais, especialmente, o tema e instruindo as/os orientadoras/es dos trabalhos com as crianças p/ perceber os sinais da violência doméstica.” [M, 36-50]
10. “Trabalhando a questão nos grupos pequenos. Creio que podemos e devemos abordar o assunto no púlpito, mas o olho no olho fará toda a diferença.” [H, 51-65]
11. “Tratando do assunto em debates, palestras e atendendo responsabilmente os casos.” [H, 51-65]
12. “Ajudando a apoiar a mulher agredida e os filhos para que sintam que nós ministros estamos à disposição não só espiritual, mas também material e especialmente com relação à segurança e dignidade. Além disso, indicar alguém de área jurídica da comunidade para ajudar essas mulheres agredidas nas questões legais.” [M, 51-65]
13. “1º) Acolhendo para uma parceria de diálogo e encaminhamentos necessários.” [H, 51-65]
14. “Abordando o assunto nas pregações, nos grupos, reuniões, encontros. Confrontando os homens com essa situação.” [H, 51-65]

15. “Estando atento à realidade. Colocando-se à disposição para ajudar.” [H, 51-65]
16. “Na medida do possível trato o tema em grupos OASE, Presbitério.” [H, 51-65]
17. “Na conscientização da própria mulher.” [H, 51-65]
18. “Trabalhando do tema de forma planejado e sistematicamente em diferentes espaços de reunião e comunhão da Comunidade.” [H, 51-65]
19. “Acho que é muito importante conseguir encorajar as mulheres a se manifestarem falando e até denunciando as agressões sofridas.” [H, 51-65]
20. “Promovendo o diálogo entre as instituições/pessoas habilitadas para orientar a respeito do tema e promovendo estudos e temas que fortaleçam as pessoas (homens e mulheres) a resistir a essa prática injusta. Também colocando-se como apoio às familiares envolvidas.” [H, 51-65]
21. “Formando grupos que refletem sobre esta questão. Ir ao encontro de mulheres que sofrem agressão. Participar e motivar mulheres e tb. homens a participarem de políticas públicas para mulheres.” [M, 51-65]

Os grupos ou espaços de estudos e reflexão tiveram destaque nas respostas das ministras e ministros (veja 2; 3; 4; 6; 9; 10; 11; 14; 16; 18; 20; 21). Segundo a teóloga Odja Barros, “[...] os grupos tornam-se utopicamente uma antecipação do que se pretende para toda a sociedade.”<sup>399</sup> E, sendo o grupo um espaço de reconhecimento, desabafo, esperança e sororidade<sup>400</sup>, também pode se tornar um espaço de articulação e organização para meios efetivos da superação das injustiças de gênero e das violências em suas vidas. Por isso o grupo de mulheres é considerado um princípio do aconselhamento pastoral feminista, como mencionado anteriormente.

Os grupos de apoio a mulheres também podem ajuda-las a reivindicar atitudes concretas que visam superar a situação de violência. A reivindicação para que estes temas sejam discutidos na sociedade, a luta

---

<sup>399</sup> BARROS, 2016, p. 66.

<sup>400</sup> Marcela Lagarde y de los Ríos se refere a sororidade como “[...] a amizade entre mulheres diferentes e iguais, cúmplices que se propõem a trabalhar, acreditar, convencer que se encontram e reconhecem no feminismo, para viver a vida com um sentido profundamente libertário. A sororidade é em essência transgressora: implica a amizade entre aquelas que têm sido criada pelo mundo patriarcal como inimigas.” RÍOS, Marcela Lagarde y de los. *Enemistad y sororidad: Hacia una nueva cultura feminista*. In: E-Mujeres.Net, 2016, p. 17-18. “[...] la amistad entre mujeres diferentes y pares, cómplices que se proponen trabajar, crear, convencer, que se encuentran y reconocen en el feminismo, para vivir la vida con un sentido profundamente libertario. La sororidad es en esencia trastrocadora: implica la amistad entre quienes han sido creadas por el mundo patriarcal como enemiga.” (tradução própria)

por mudanças na divisão social do trabalho, assim como a busca de uma educação dos/das filho/as compartilhada com o homem são algumas dessas atitudes concretas que as mulheres podem tomar para superar o contexto de dominação e violência em que elas vivem.<sup>401</sup>

Odja aponta para a importância de se equiparar os saberes acadêmicos e os saberes das experiências cotidianas das mulheres, para democratizar o poder e pôr fim à hierarquia de saberes<sup>402</sup>. O grupo de mulheres constitui-se como um local de troca de saberes cotidianos, das experiências que ‘fazem a vida acontecer’, mas que ficam atrás das cortinas da invisibilidade do privado. Nesses grupos e nas suas experiências de vida semelhantes, as mulheres constroem juntas a resistência e a esperança.

Assim como a vida, os textos bíblicos são também resultado de muitas histórias cotidianas marcadas por mecanismos de dominação e também por projetos e resistência, que podem ser objetos do sistema para sustentar e manter as estruturas de poder ou podem ser lugar de obstinada resistência e esperança.<sup>403</sup>

Mulheres que sofrem violência dentro de seus lares podem encontrar nos grupos de mulheres de suas comunidades de fé um espaço de partilha de suas angústias. “O cuidado às pessoas em situações de fragilidade é uma tarefa importante das comunidades cristãs e demais instituições religiosas.”<sup>404</sup> As mulheres que viveram experiências de violência doméstica necessitam de um aconselhamento pastoral que as ajudem e impulsionem a elaborar uma nova linguagem de Deus – e não aquela linguagem incutida à elas de auto sacrifício e perdão – elaborando assim, também uma nova imagem de Deus:

[...] a *aceitação de si mesmas como imagem de Deus*. A vivência da graça e redenção consistirá em desenvolver sua própria personalidade e jamais aceitar o papel que lhes atribui a sociedade: o sacrifício humano, a autonegação do ser.<sup>405</sup> (grifos da autora)

A justiça de gênero e a denúncia da violência doméstica contra as mulheres têm que se tornar assunto de toda a comunidade, e não apenas de grupos de

<sup>401</sup> GROSSMANN, 1995, p. 39.

<sup>402</sup> BARROS, 2016, p. 66.

<sup>403</sup> BARROS, 2016, p. 66.

<sup>404</sup> WEBBER, 2016, p. 175.

<sup>405</sup> QUEZADA BARRETO, Luzmila. Des-naturalizando la crueldad en los cuerpos: mi cuerpo, mi territorio. In: MUSSKOPF, André S.; BLASI, Marcia (Orgs.). *História, Saúde e Direitos: sabores e saberes do IV Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião*. São Leopoldo: CEBI, 2016, p. 31-32. “[...] la *aceptación de sí mismas como imagen de Dios*. La vivencia de la gracia y redención consistirá en desarrollar su propia personalidad y jamás aceptar el papel que les atribuye la sociedad: el sacrificio humano, la auto-negación del ser.” (tradução própria)

mulheres. Reveja as respostas das ministras e ministros que demonstraram apresentar essa preocupação: 2; 4; 5; 6; 8; 9; 10; 11; 14; 16; 18; 20; 21. Um número expressivo dentre as pessoas que participaram da pesquisa.

Homens e mulheres, jovens e idosos, precisam antes compreender a dinâmica opressiva e violenta das relações que estão baseadas no sistema patriarcal para então poder construir novos modelos de relações onde todas as pessoas gozam de vida plena. Os homens, muitas vezes, são convidados a caminhar junto, mas um convite precisa de adesão.

O destaque que fazemos, entretanto, é que homens, compreendidos na categoria de gênero masculino, também precisam participar de debates honestos sobre tais questões, para que haja uma tomada de consciência dos erros históricos, os quais podem ser revertidos, ainda mais se forem fundamentados no cuidado de Deus para com todos.<sup>406</sup>

Esse é um dos desafios que as igrejas têm pela frente quando se trata da superação da violência doméstica contra as mulheres e da busca pela justiça de gênero: cativar os homens a olhar para as mulheres ao seu lado como igual em todos os momentos da existência humana e não apenas nos que não lhes tiram da zona de conforto ou ainda estão no âmbito do politicamente correto. É necessário pensar em estratégias de sensibilização direcionadas aos homens – leigos e clérigos –, a partir também das especificidades do contexto das masculinidades, com o objetivo de reconhecer e transformar a condição de opressão e violência em que as mulheres vivem.

As Políticas de Justiça de Gênero – como alguns dos documentos normativos institucionais apresentados neste texto – têm como intenção alcançar e sensibilizar toda a comunidade de fé, incluindo as pessoas mais resistentes em aceitar que as mulheres também são imagem e semelhança de Deus<sup>407</sup>. Essa afirmação, na vida das mulheres, se dá de forma cotidiana, na afirmação pública e privada da dignidade das mulheres, na partilha do trabalho doméstico e do cuidado com dependentes, no empoderamento político, religioso, econômico e alimentar das

---

<sup>406</sup> VASCONCELOS, 2010, p. 86.

<sup>407</sup> “No âmbito da fé, o ser humano é moldado como imagem de Deus e foi criado para experimentar a comunhão inclusiva, a justiça e o amor entre si e com toda a criação. Portanto, não experimentar essa comunhão entre iguais e viver na desigualdade é não responder ao chamado ou mandato de ser imagem e semelhança de Deus. A hierarquização, o poder centralizado e androcêntrico, patriarcal, produtor de opressão e de desigualdades são a quebra da imagem e semelhança.” NEUENFELDT, Elaine. Justiça de gênero. In: IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. *Estudos sobre gênero*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: IECLB, 2013, p. 17.

mulheres, no fim da violência sexual e violência doméstica, no fim da desigualdade na diferença.

[...] é possível pensar políticas, pelo menos em parte, como ações reparativas ou afirmativas [...] Nesse sentido, 'políticas' representam 'estratégias' de enfrentamento dessas situações e pressupõem uma intencionalidade. Pensadas como ato performativo (de fala ou de prática), elas pressupõem o reconhecimento das desigualdades provocadas pelas vulnerabilidades decorrentes de relações desiguais de poder e afirmam uma intencionalidade na busca pela transformação das condições que as sustentam e promovem. Em certo sentido elas são provisórias e respondem a questões práticas e imediatas, mas não perdem de vista uma transformação das relações num sentido mais amplo e duradouro, contexto na qual se tornarão prescindíveis.<sup>408</sup>

Acredito que outro desafio para as igrejas seja o de equilibrar a balança da representatividade de gênero no seu quadro de ministros e ministras. “[...] tornar o ministério da pregação de uma congregação acessível, especialmente para mulheres, é uma questão de justiça para todas as pessoas; não uma questão de justiça apenas para mulheres, mas *para todas*.”<sup>409</sup> Entretanto, a questão não está apenas no equilíbrio da proporção numérica, mas também no compromisso com o fim de tratamentos desiguais – tanto por parte da membresia quanto por parte de colegas. Shauna Hannan aponta que “[...] o papel de uma pastora é considerado complementar, não normativo.”<sup>410</sup> Isso porque a ausência de mulheres no púlpito ainda não é vista com estranhamento.

Algumas das respostas coletadas nos questionários das ministras que participaram da pesquisa mostram que a sua posição de liderança comunitária e religiosa não as isentam de sua identidade de gênero e das opressões a que estão sujeitas por isso. Elas também estão inseridas na engrenagem patriarcal das relações desiguais de poder entre homens e mulheres. Acredito que esse seja um ponto em que deva ser dedicada bastante atenção e olhar cuidadoso. Destaco duas respostas coletadas: “[...] Suspeito que falte trazer esse tema ou esse projeto ‘Não

<sup>408</sup> MUSSKOPF, André S. Políticas de Justiça de Gênero. In: SOUZA, Sandra Duarte de; SANTOS, Naira Pinheiro dos (Orgs.). *Estudos Feministas e Religião: tendências e debates*. Vol. 2. (Coleção Ciências Sociais). Curitiba: Editora Prismas; São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2015, p. 141.

<sup>409</sup> HANNAN, 2016, p. 141-142.

<sup>410</sup> HANNAN, 2016, p. 142. Shauna explica que apesar de as mulheres já serem ordenadas desde o início da década de 1970 na Igreja Luterana dos Estados Unidos, ainda são chamadas de ‘pastora mulher’ por algumas pessoas. Shauna questiona o porquê da diferença de tratamento entre pastores e pastoras – “Por que não dizer apenas ‘pastora’, eu me pergunto, da mesma forma como homens pastores são tratados.” – E responde sua própria pergunta com a afirmação referenciada no texto acima.

tão doce o lar' para dentro das comunidades, porém nem sempre as diretorias estão dispostas (por homens) nestas campanhas." [M, 51-65]; "Continua agindo normalmente na Comunidade supondo, talvez, que ninguém saiba e tendo a certeza de que não será abordado/confrontado." [M, 36-50].

A teóloga Shauna Hannan faz perguntas que podem servir de parâmetro para as ações das igrejas: "Existe algo peculiar que as vozes das mulheres trazem ao púlpito? Há alguma coisa *necessária* que as vozes das mulheres trazem ao púlpito?"<sup>411</sup> Os dados da entrevista apontam fatores interessantes que também respondem afirmativamente às perguntas de Shauna, por exemplo:

- **Desatenção seletiva:** Retomando o gráfico 1<sup>412</sup>, percebe-se que entre as ministras entrevistadas, apenas uma assinalou a alternativa 'não sei', enquanto três ministros afirmaram que 'não' e outros cinco assinalaram 'não sei'. Isso demonstra uma desatenção seletiva por parte desse grupo. Um dos pontos importantes a ser levado em conta na superação da violência doméstica é a percepção da sua existência (!). Isso significa enxergá-la debaixo do próprio nariz, sem mascarar seus mecanismos e esquemas de funcionamento.
- **Compromisso político pelas mulheres:** Retomando o gráfico 9<sup>413</sup>, percebe-se o dado preocupante de que três pessoas – dois homens e uma pessoa que não informou esse dado – apontaram que o tema da violência doméstica contra as mulheres nunca é ou foi trabalhado na paróquia/comunidade onde atuam. Em contrapartida, duas ministras responderam que sempre trabalham com essa questão, inserindo o tema de uma abordagem ou outra nos diferentes grupos e espaços comunitários. Como já referido nesse trabalho, a busca pela justiça de gênero e pela superação da violência doméstica contra as mulheres trata de um compromisso político pelas vidas das mulheres.
- **Discurso religioso que transforma a igreja em espaço seguro e de cura ou em silenciamento da violência:** Retomando o gráfico

<sup>411</sup> HANNAN, 2016, p. 142.

<sup>412</sup> Gráfico 1: Percepção da Violência Doméstica – Contexto local, p. 18.

<sup>413</sup> Gráfico 9: Tema da violência doméstica nos grupos e espaços comunitários, p. 90.

7<sup>414</sup>, que trata de uma questão muito importante no papel das igrejas na superação da violência doméstica contra as mulheres – se os ministros e ministras tomam conhecimento desses casos de violência contra as mulheres membros de suas paróquias/comunidades – percebe-se preocupantemente que sete ministros, além de uma pessoa que não informou esse dado e uma ministra, apontam não ter conhecimento de nenhum caso de violência doméstica contra as mulheres membro de sua paróquia/comunidade. É necessário olhar com cuidado para esse ponto e buscar compreender porque há nove comunidades no SRS em que mulheres não se sentem seguras e acolhidas para denunciar as violências.

A afirmação cristã pela justiça de gênero e pela superação da violência doméstica contra as mulheres clama por um discurso religioso acolhedor, inclusivo, justo, de humanidade plena para mulheres e para homens. Sem a transformação do discurso religioso-patriarcal a transformação na vida das mulheres das comunidades de fé se torna difícil, até mesmo transgressora.

A boa nova do evangelho propagada pela Igreja de Jesus no mundo, implica transformação de uma realidade de domínio e opressão. Isso deixa claro que o Reino de Deus não pode ser apresentado mediante uma realidade de desigualdade, discriminação e exclusão. Caso contrário, não seria boa nova, e sim repetição do que já existe de fato.<sup>415</sup>

As mulheres – e também os homens já despertados para a condição das mulheres na sociedade patriarcal – buscam e precisam de um discurso religioso que reconheça e nomeie as injustiças e violências. “Para nós, mulheres – talvez mais do que para os homens –, o aprisionamento da experiência cristã, executado pela teologia patriarcal, está provocando contínuas crises de ‘falta de ar’ e, conseqüentemente, de desejo de liberdade.”<sup>416</sup>

<sup>414</sup> Gráfico 7: Casos de Violência Doméstica – paróquia/comunidade, p. 78.

<sup>415</sup> AGUIAR, Rogério Oliveira de. A diaconia cristã como contestação ao discurso sexista. In: MUSSKOPF, André S.; BLASI, Marcia (Orgs.). *Ainda feminismo e gênero: histórias, gênero e sexualidade, sexismo, violência e políticas públicas, religião e teologia*. São Leopoldo: CEBI, 2014, p. 158.

<sup>416</sup> GEBARA, 1994, p. 36.

---\*---

Mas as mulheres podem se reconhecer como irmãs. A sororidade me abraça e me acolhe, exorcizando meus medos e demônios, me estendendo à mão e erguendo do chão, lembrando-me que consigo endireitar a postura, olhar para frente e lidar com a insegurança nos ombros mais um pouco. Talvez até brincar de balanço com ela ali.

Num dia onde eu estava quase decidida a apagar os meus relatos, uma amiga muito querida que me acompanhou nesse processo deixou uma mensagem na minha caixa de e-mail: “[...] E fiquei pensando o que poderia ter desencadeado tanta apreensão em ti, sobre a forma e o conteúdo que tu te debruças. Mas eu encontrei uma resposta, e que faz tanto sentido pra mim, quanto pra ti: A estrutura social, acadêmica é outro pilar da sociedade patriarcal [...] estamos enfrentando os poderes estabelecidos tanto pelo conhecimento, como o das regras impostas por pertencermos a este espaço, que quebra a cada palavra e linha que avançamos, e quebramos as amarras que nos foram impostas [...] esta pesquisa é muito importante para a realidade social, e sua transformação. Por favor, siga sem dúvidas destes pontos, e também te permitas escrever [...] E foi com meu olhar de pesquisadora, e de doutoranda, para ser o mais fiel possível ao que precisas no momento, mas de amiga nesta caminhada porque é disso que se faz nossas vidas de enfrentamento, não se divide racional e emocional não, mas refletimos sobre, e aí damos o nó na academia.”<sup>417</sup>

Obrigada amiga, você me empoderou <3

---\*---

---

<sup>417</sup> NASCIMENTO, Thayane Cazallas do. *Comentário para Dani* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida em: 19 nov. 2016.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### SÓ CONCLUO SE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES FOR SUPERADA E A JUSTIÇA DE GÊNERO FOR PLENA

*Sawuwonani*  
*Eu te vejo!*<sup>418</sup>

A violência contra as mulheres, como exposto no primeiro capítulo deste texto, atinge proporções de problema de saúde pública e fere os direitos humanos das mulheres. É uma ameaça constante em suas vidas, em qualquer categoria de pertença. Há um fio condutor que rompe as barreiras de classe, raça e etnia, religiosidade, geração etc.: o senso comum de que os corpos, ações e ideias das mulheres são inferiores aos homens e, por isso, são passíveis de controle e abusos.

Entretanto, trata-se ainda de um assunto velado, que se tenta mascarar ou diminuir incutindo culpa ou descrença às vítimas, ora justificados por falsas dogmáticas, ora por determinismos biológicos refutados. O silêncio e a omissão são peças fundamentais na manutenção da violência contra as mulheres, principalmente no âmbito doméstico, pois eles fortalecem o poder dos agressores sobre as vítimas. Porém, o contrário também é possível, e enunciar e denunciar as violências dão voz e empoderam às mulheres.

Apesar de o público pesquisado representar um recorte pequeno da amplitude de ações e percepções que ministros e ministras da IECLB, bem como lideranças religiosas das igrejas cristãs como um todo, podem alcançar em se tratando da superação da violência doméstica contra as mulheres, os dados apresentados reafirmam a sua condição de violência velada. O primeiro indicativo disso foi o fato de que quarenta e quatro ministros e ministras foram convidados e convidadas pelo Pastor Sinodal a participar da pesquisa e dezenove 'preferiram não se envolver', mesmo tendo ele enfatizado a importância do tema para as

---

<sup>418</sup> “*Sawuwonani* (eu te vejo!) é um cumprimento diário zulu que reconhece não apenas a existência visível da pessoa saudada, mas também a interligação e a interdependência intrínsecas de toda a vida criada [...] Eu vejo você e sua dor é minha e seu bem-estar é meu também! Eu vejo você, então por favor, não esconda a sua experiência de mim, porque ela tem uma influência profunda na minha própria experiência.” MOYO, Fulata Lusungu. “Amplia o lugar da tua tenda, e estendam-se as cortinas das tuas habitações...” (Is 54:2): um relevante congresso sobre gênero e religião com uma perspectiva ecumênica, internacional e inter-religiosa. Tradução de Alex Blasi de Souza. In: MUSSKOPF, André S.; BLASI, Marcia (Orgs.). *História, Saúde e Direitos: sabores e saberes do IV Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião*. São Leopoldo: CEBI, 2016, p. 262.

comunidades e da participação de cada um e cada uma. Curiosa foi a postura de duas pessoas que pegaram os envelopes e depois os devolveram sem nenhum dado preenchido, apertando minha mão assim como fizeram as outras vinte e três pessoas que responderam os questionários. Talvez o ‘politicamente correto’ que motivou essas duas pessoas a pegarem os envelopes não tenha sido suficiente para motiva-las também a colaborar com a pesquisa.

O segundo ponto que chama a atenção para a violência velada é o fato de que a maioria das pessoas entrevistadas – na sua maioria ministros – aponta não ter conhecimento de nenhuma mulher em situação de violência doméstica entre os membros da comunidade onde atuam. Isso dá um total de nove comunidades no SRS em que as mulheres não se sentem encorajadas e seguras para procurar auxílio. Um dos desdobramentos dessa pesquisa poderia ser, por exemplo, analisar o discurso religioso nessas comunidades onde há a ‘ausência da violência’ ou a violência velada e guardada nas paredes do lar. O fato de três pessoas apontarem que nunca trabalham com o tema da violência doméstica contra as mulheres em suas comunidades e também de outro ministro ter apontado que procura não se envolver ao ficar sabendo de casos de violência doméstica contra as mulheres membros da comunidade instiga mais ainda a isso. Nas palavras do Pastor Presidente Nestor Friedrich, em vídeo que convidava para o lançamento da ‘Campanha em comunhão com as viDas das mulheres’<sup>419</sup>:

[...] É nosso papel enquanto Igreja dar o testemunho público de que essas situações contrariam a Boa Nova de Jesus Cristo e os direitos humanos fundamentais. Mas também é nossa tarefa olhar para nós mesmos, para nós mesmas e perceber de que forma nós, individualmente, em nossas comunidades ou como Igreja, contribuimos para que essas situações continuem assim.<sup>420</sup>

O silêncio ainda se faz presente e a denúncia profética da injustiça de gênero e do pecado da violência contra as mulheres ainda não foi feita em conjunto. Há passos significativos dados nessa direção, como os documentos que normatizam e/ou informam e ampliam a reflexão, ou como o comprometimento político pela vida

---

<sup>419</sup> IECLB – Portal Luteranos. *Campanha Em comunhão com as viDas das mulheres*. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/campanha-em-comunhao-com-as-vidas-das-mulheres-28700>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

<sup>420</sup> FRIEDRICH, Nestor. *Mensagem da Presidência para lançamento da ‘Campanha em comunhão com as viDas das mulheres’*. (P. Nestor Friedrich – Pastor Presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil). 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Fhzsy9WkGek>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

das mulheres, como demonstram alguns ministros e ministras. O fato de a IECLB declarar-se publicamente comprometida pelo fim da violência contra as mulheres e pela busca da justiça de gênero deve ser reconhecido.

No entanto, é preciso um olhar cuidadoso e delicado para dentro das próprias estruturas, como mencionou o Pastor Nestor. Perguntas que os dados das entrevistas levantaram – e que poderiam ser outro desdobramento da pesquisa – é por que a violência contra as mulheres causa estranhamento e/ou afastamento e/ou repulsa numa parcela do grupo pesquisado. Alguns relatos de ministras apresentados nesta pesquisa dão indícios de que a opressão e o patriarcado operam igualmente entre eles e elas. E, levantando a hipótese de que pode haver violência dentro dos lares de ministros e ministras, como mencionado no terceiro capítulo na pesquisa do Faith Trust Institute, torna-se ainda mais vulnerável a condição das mulheres que vivem em situação de violência doméstica naquela comunidade de fé, bem como mais delicada a situação e o trabalho para as igrejas.

Quanto à contribuição da teologia feminista para a superação da violência contra as mulheres percebe-se que ela é capaz de proporcionar um comprometimento político pela vida das mulheres e pelos direitos humanos, pois foi a maioria do grupo que cursou o componente curricular que se mostrou nessa direção. Neste grupo foi onde os dados apontaram para a maior procura por auxílio e aconselhamento por parte de mulheres em situação de violência doméstica e também para a preocupação com a maior inserção do tema em espaços diversos da comunidade.

O discurso religioso que transforma a igreja em espaço seguro e de cura é aquele que denuncia as injustiças contra todas as pessoas. Anuncia e denuncia as violências e injustiças, mas sem usar de termos genéricos. É preciso olhar para o específico que fica atrás do véu. Um discurso religioso transformador e libertador nomeia o pecado da injustiça de gênero e da violência contra as mulheres e convida todas as pessoas a caminhar lado a lado como iguais e transformar suas relações na beleza de suas diferenças como criaturas de Deus. “Em breve, acredito, poderemos, mulheres e homens, captar os sinais de uma nova aurora da humanidade. Muita gente lutou para que isso acontecesse.”<sup>421</sup>

---

<sup>421</sup> GEBARA, 2010, p. 61.

É aqui que alinhavo às reflexões finais a ‘Campanha em comunhão com as viDas das mulheres’, pois acredito que as histórias de vida das mulheres devem ser incentivadas e ouvidas com o devido reconhecimento, pois nelas estão – além de todo o saber científico que cada uma pode ter ou não ter – o conhecimento da experiência do cotidiano.

É também através dos relatos de suas histórias que as mulheres desvelam as violências. Algumas o fazem explicitamente, outras tantas o fazem nas entrelinhas do que é dito. Afirmando a importância de um olhar e escuta cuidadosa por parte dos ministros e ministras, principalmente para as denúncias das entrelinhas.

Histórias de vida são pedaços de ruínas biográficas, fragmentos de conhecimento de caráter contraditório, porém, reconstruídos no sentido da totalidade, onde nada é descartado, todos os elementos são aproveitados, mesmo os secretos, os sem sentido, os inferiores, os vergonhosos.<sup>422</sup>

A ‘Campanha em comunhão com as viDas das mulheres’ foi lançada no dia 08 de março de 2014 e é organizada pela Coordenação de Gênero, Gerações e Etnias da IECLB em parceria com o Programa de Gênero e Religião da Faculdade EST e com o apoio da Federação Luterana Mundial. O objetivo da Campanha é coletar e reunir histórias de vida de mulheres luteranas e de grupos de mulheres da IECLB “[...] para dar visibilidade a suas formas de viver e participar na Igreja e na Sociedade, no passado e na atualidade, valorizando o papel das mulheres nesses espaços.”<sup>423</sup> Em dezembro de 2016 o site Portal Luteranos contava com setenta e uma histórias de vidas<sup>424</sup> únicas de mulheres reunidas num bonito livro digital<sup>425</sup>.

Em mensagem em vídeo gravado pelo Pastor Presidente Nestor Friedrich para lançamento da Campanha, ele afirma que:

<sup>422</sup> MENEGHEL, 2009, p. 235.

<sup>423</sup> IECLB – Portal Luteranos. *Em comunhão com as viDas das mulheres*. Objetivo da Campanha. Disponível em: <[http://www.luteranos.com.br/conteudo\\_organizacao/campanha-em-comunhao-com-as-vidas-das-mulheres/em-comunhao-com-a-vida-das-mulheres](http://www.luteranos.com.br/conteudo_organizacao/campanha-em-comunhao-com-as-vidas-das-mulheres/em-comunhao-com-a-vida-das-mulheres)>. Acesso em: 13 dez. 2016.

<sup>424</sup> IECLB – Portal Luteranos. *Em comunhão com as viDas das mulheres*. Histórias de vida de mulheres das comunidades da IECLB. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/textos/em-comunhao-com-as-vidas-das-mulheres>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

<sup>425</sup> “Esse projeto visa resgatar as histórias de mulheres luteranas de diferentes gerações que atuam na Igreja e na sociedade nas mais diversas atividades: como lideranças, ministras, organizadoras, coordenadoras e participantes de grupos e atividades, diversas profissões e tipos de trabalho. Incentivamos todas as mulheres a participar e contar sua história para que seja possível ver a diversidade presente em nossa igreja. Todas são importantes!” IECLB – Portal Luteranos. *Em comunhão com as viDas das mulheres*. Quem pode participar. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/em-comunhao-com-a-vida-das-mulheres-2>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

Nós, enquanto Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, queremos motivar nossos membros e nossas comunidades a, em conjunto, aproveitar essa oportunidade para celebrar as diversas formas pelas quais as mulheres têm contribuído, ao longo da história, na construção da igreja e da sociedade. Refletir sobre todas as situações nas quais a dignidade das mulheres é violada e quais os desafios que isso nos coloca enquanto igreja. E orar para que Deus nos ajude a responder ao seu chamado de justiça e igualdade para todas as pessoas [...]<sup>426</sup>

O convite está feito para que a comunidade luterana olhe para dentro de si e assuma conjuntamente o compromisso político e profético pela superação da violência contra as mulheres e pela busca da justiça de gênero. Ouvir com atenção e respeito às vozes e as histórias das mulheres as empoderam enquanto imagem e semelhança de Deus e as tornam conscientes do direito de denunciar as injustiças e violências que atravessam seu cotidiano. Fulata Moyo afirma que:

Na Teologia Feminista e na Ética Feminista, contar história é uma importante metodologia de teologização. Essa prática não só torna visível a experiência da contadora da história, uma mulher, mas também cria espaço para que a narrativa compartilhada se torne parte da história afirmada, que, por sua vez, se torna parte e parcela da história da comunidade. Na verdade, essa possibilidade empodera aquela que conta a história e aquela de quem a história é. No nosso caso, algumas das histórias que contamos são nossas próprias, mas algumas têm sido sobre nossas irmãs e nossos irmãos cuja voz precisou da nossa voz para ser ouvida.<sup>427</sup>

Em 2017 a Igreja Luterana celebrará os 500 anos da Reforma. Para tanto, há algumas ações acontecendo em rememoração e celebração às histórias de mulheres que ficaram esquecidas, mas que tiveram contribuição na construção da identidade da história da Reforma Luterana. Uma delas é a Oficina Café com Catarina von Bora, realizada pelo Programa de Gênero e Religião da Faculdades EST, que tem como objetivo resgatar e transmitir de forma interativa histórias de mulheres que participaram do processo da Reforma<sup>428</sup>.

Também acontecerá em março de 2017 um evento importante para as mulheres luteranas: Encontro Nacional de Mulheres da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – Mulheres Luteranas Celebrando os 500 anos da Reforma. Organizado pela OASE nacional, com o apoio da Presidência da IECLB e parceria da Secretaria da Ação Comunitária/Coordenação de Gênero, Gerações e Etnias, de Ministras, do Fórum de Reflexão da Mulher Luterana e da Juventude

<sup>426</sup> FRIEDRICH, 2014.

<sup>427</sup> MOYO, 2016, p. 261.

<sup>428</sup> PGR – Programa de Gênero e Religião. *PGR realiza “Café com Catarina” com ministras do Sínodo Nordeste Gaúcho*. Disponível em: <<https://npgenero.wordpress.com/2016/05/20/pgr-realiza-cafe-com-catarina-com-ministras-do-sinodo-nordeste-gaucha/>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

Evangélica, tem como um dos temas centrais o empoderamento das mulheres para cargos de liderança, refletindo sobre as oportunidades e desafios que as mulheres vivenciam na igreja e sociedade<sup>429</sup>.

‘Agora são outros 500’ é o tema que marca o ano de 2017. Que sejam outros 500 também para as mulheres! Já em 2014 era esse o convite da IECLB: “[...] Entremos em comunhão com as vidas das mulheres, para que a justiça querida por Deus se faça cada vez mais presente e real entre nós”<sup>430</sup>. Que a superação da violência contra as mulheres e a justiça de gênero sejam um compromisso comum da comunidade cristã e que as lideranças religiosas possam, conscientemente, servir de exemplo desse compromisso. “Trata-se talvez de construir uma sociedade fundada na amizade, na interdependência, na reciprocidade, na descoberta dos valores do coração, dos valores capazes de manter nossa humanidade viva. Trata-se de chegar a acordos a partir de coisas simples da vida.”<sup>431</sup>

‘*Ni Una Menos*’ foi o que milhares de mulheres clamaram no dia dezanove de outubro de 2016 num protesto pacífico chamado ‘Miércoles Negro’ (Quarta-feira Negra)<sup>432</sup>. O manifesto aconteceu na Argentina, numa marcha do Congresso Nacional até o Obelisco, mas também tomou proporções mundiais, através de grupos e coletivos feministas nas redes sociais, onde pediam para que as mulheres parassem suas atividades por uma hora. Este é um manifesto público pelo fim dos feminicídios. Um manifesto que convida ao compromisso pela vida das mulheres.

Como observado nos princípios do aconselhamento pastoral feminista, a neutralidade é insuficiente na superação da violência contra as mulheres. O amor e a justiça de Deus chamam pelo compromisso e testemunho público. É tempo de desvelar o pecado da violência contra as mulheres e de viver a esperança e a cura. ‘Agora são outros 500’! E esses devem ser tempo de justiça para todas as pessoas.

---

<sup>429</sup> IECLB – Portal Luteranos. *Mulheres Luteranas Celebrando os 500 Anos da Reforma*. Disponível em: <<http://luteranos.com.br/eventos/500-anos/encontro-da-mulher-luterana-2>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

<sup>430</sup> FRIEDRICH, 2014.

<sup>431</sup> GEBARA, 2010, p. 53.

<sup>432</sup> “[...] foi realizado para que o governo tome providências sobre os crimes contra as mulheres e para conscientizar a população de que qualquer menina, garota, mulher pode vir a se tornar uma vítima de femicídio [...] A ideia do protesto não foi e nem é radicalizar nenhum discurso extremista, mas sim para que todos realmente tomem consciência de que as agressões sexuais, assédios e assassinatos de mulheres é algo sério e que os números não podem continuar crescendo.” OLIVEIRA, Ina de. *Argentina – 19/10/2016: A ‘Quarta-feira Negra’*. Disponível em: <<http://www.brasileiraspelomundo.com/argentina-19102016-a-quarta-feira-negra-321445018>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

---\*---

Eu experimentei a sororidade. O amor entre irmãs. Aquela coisa bonita e genuína entre as mulheres. E ela é transformadora. <3

“Não há como modificar o passado. Entretanto, há como preparar o presente em vista do futuro, apesar da dose incrível de imprevisíveis nos quais vivemos.”<sup>433</sup>

---\*---

---

<sup>433</sup> GEBARA, 2010, p. 50.



## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA Patrícia Galvão. *Dossiê Violência contra as Mulheres*. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-domestica-e-familiar-contra-as-mulheres/#dadosnacionais>>. Acesso em: 06 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. *10 informações que podem evitar equívocos frequentes*. Violência contra as mulheres. Dossiê. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-domestica-e-familiar-contra-as-mulheres/#10-informacoes-que-podem-evitar-equivocos-frequentes>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

AGUIAR, Rogério Oliveira de. A diaconia cristã como contestação ao discurso sexista. In: MUSSKOPF, André S.; BLASI, Marcia (Orgs.). *Ainda feminismo e gênero: histórias, gênero e sexualidade, sexismo, violência e políticas públicas, religião e teologia*. São Leopoldo: CEBI, 2014.

ALEXANDRE, D. Apresentação do livro de GEBARA, Ivone. *Teología a ritmo de mujer*. Madrid: San Pablo, 1995.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é Feminismo*. São Paulo: Abril cultural; Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. *O que é feminismo*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ANGELIN, Rosângela. Direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres: avanços e desafios na construção da democracia. In: *Coisas do Gênero: revista de estudos feministas em teologia e religião*, São Leopoldo (RS), vol. 1, no. 2, p. 182-198, ago-dez 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/win/Downloads/2616-10138-1-PB.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

AQUINO, María Pilar. *Nosso clamor pela vida: teologia latino-americana a partir da perspectiva da mulher*. Tradução de Rodrigo Contrera. (Coleção Mulher Ontem e Hoje). São Paulo: Paulinas, 1996.

\_\_\_\_\_. Teologia feminista latinoamericana. In: *Cristianismo Y Sociedad*. vol./no. 135, 1998.

ARANDA, Fernanda. *Lei Maria da Penha coloca 140 mulheres na cadeia: Dados da Justiça foram acumulados entre 2008 e 2012. Especialistas afirmam que na estatística estão agressoras de homens e de outras mulheres.* Disponível em: <<http://delas.ig.com.br/comportamento/2013-05-24/lei-maria-da-penha-coloca-140-mulheres-na-cadeia.html>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

BARBIANI, Rosângela; MENEGHEL, Stela N. Estratégias de Enfrentamento às Violências. In: MENEGHEL, Stela Nazareth (Org.). *Rotas Críticas: Mulheres enfrentando a violência.* São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007.

BARROS, Odja. Uma canção de amor e de cura. In: MUSSKOPF, André S.; BLASI, Marcia (Orgs.). *História, Saúde e Direitos: sabores e saberes do IV Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião.* São Leopoldo: CEBI, 2016.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BERGESCH, Karen. *A dinâmica do poder na relação de violência doméstica: desafios para o aconselhamento pastoral.* São Leopoldo: Sinodal, 2006.

\_\_\_\_\_. Falas de violência e o imaginário religioso. In: NEUENFELDT, Elaine; BERGESCH, Karen; PARLOW, Mara. *Epistemologia, violência e sexualidade: Olhares do II Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião.* São Leopoldo: Sinodal/EST, 2008.

BEZERRA, Jociléia da Silva; BARBOSA, Camila Rodrigues. Relações de gênero e a feminização do HIV/AIDS. In: *Congresso Internacional da Faculdades EST, 2., 2014,* São Leopoldo. (Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST). pp. 891-897. São Leopoldo: EST, vol. 2, 2014.

BLASI, Marcia. Gênero e poder. In: IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. *Estudos sobre gênero.* São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: IECLB, 2013.

\_\_\_\_\_. Aconselhamento pastoral em perspectiva feminista: princípios básicos. In: MUSSKOPF, André S.; BLASI, Marcia (Orgs.). *Ainda feminismo e gênero: histórias, gênero e sexualidade, sexismo, violência e políticas públicas, religião e teologia.* São Leopoldo: CEBI, 2014.

\_\_\_\_\_. (Coord.); BRUN, Marli; KROB, Daniéli Busanello. *Caderno Justiça de Gênero e Diaconia Transformadora: superando violências e preconceitos.* (Projeto Nossas Relações de Gênero: produção de material para justiça e equidade de

gênero). Programa de Gênero e Religião; Fundação Luterana de Diaconia. Portão: Gráfica Schuch, 2016.

BLOGUEIRAS Feministas. *Seis anos de Lei Maria da Penha*. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2012/08/seis-anos-de-lei-maria-da-penha/>>. Acesso em: 17 out. 2015.

BRASIL. *Lei Maria da Penha*. Lei no. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)> Acesso em: 27 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015*. Brasília: Senado, 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm)>. Acesso em: 23 nov. 16.

BRONTË, Charlotte. *Biografia*. Disponível em: <<http://www.editoralandmark.com.br/autor.asp?k=30>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

BRUNELLI, Delir. Teologia e gênero. In: SUSIN, Luiz Carlos (Org.). *Sarça Ardente: Teologia na América Latina: prospectivas*. São Paulo: Paulinas, 2000.

CALABRESE, Cora Ferro et al. *Mujer, Sexualidad y Religión: Hasta Cuándo..., Señor?* Equador: CLAI, 1998.

CANCLAN, Renato. *Feminismo: Movimento surgiu na Revolução Francesa*. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/feminismo-movimento-surgiu-na-revolucao-francesa.htm>>. Acesso em: 08 out. 2015.

CARROL, Aileen Silva; ANDRADE, Sérgio. *Até Quando? O cuidado pastoral em contexto de violência contra a mulher praticada por parceiro íntimo*. Viçosa: Ultimato, 2010.

CARVALHO, Íris de; GIL, Vanessa. A violência contra a mulher não é o mundo que a gente quer – Marcha Mundial de Mulheres. In: RIO Grande do Sul. Assembleia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. *Relatório Lilás [2012-2013]*. Porto Alegre: CORAG, 2014.

CAVALCANTE, Arthur; SOARES, Ilcéia A.; Violência de gênero contra mulheres e meninas: desafio e compromisso das igrejas. In: OROZCO, Yury Puello (Org.).

*Religiões em Diálogo: Violência contra as Mulheres.* São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2009.

CITELI, Maria Teresa; ROSADO-NUNES, Maria José. *Violência simbólica: a outra face das religiões.* Cadernos Católicas Pelo Direito de Decidir. Vol./No. 14. São Paulo: Católicas Pelo Direito de Decidir, 2010.

COHRE – Centre on Housing Rights and Evictions. *A Place in the World: The Right to Adequate Housing as an Essential Element of a Life Free from Domestic Violence.* Disponível em: <<http://www.cohre.org/news/documents/a-place-in-the-world-the-right-to-adequate-housing-as-an-essential-element-of-a-life->> Acesso em: 27 jun. 2015.

COMPROMISSO e Atitude. *Alguns números sobre a violência contra as mulheres no Brasil.* Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/alguns-numeros-sobre-a-violencia-contra-as-mulheres-no-brasil/>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

CORNAGLIA, Graciela P. *Prevenção à Violência contra as Mulheres.* Caderno 1. São Leopoldo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_; SANTOS, Karine dos. *Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.* Caderno 2. São Leopoldo: CEBI, 2010.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. In: *Revista Gênero.* vol. 5. no. 2. Rio de Janeiro: Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, 2005.

COSTA, Stéphane Lorene Silva; TAPIOCA NETO, Renato Drummond. *A trajetória do movimento feminista.* Disponível em: <<http://rainhastragicas.com/2012/12/18/a-trajetoria-do-movimento-feminista/>>. Acesso em: 15 out. 2015.

DALFERTH, Heloisa Gralow. *Katharina von Bora: uma biografia.* São Leopoldo: Sinodal, 2000.

DEFENSORIA Pública do Estado de São Paulo. *Lei Maria da Penha: sua vida recomeça quando a violência termina – estímulo à aplicação da Lei nº 11.340/2006.* São Paulo: Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa, 2011. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=8&ved=0CFgQFjAH&url=http%3A%2F%2Fwww.defensoria.sp.gov.br%2Frepositorio%2F0%2FC>>

artilha%2520Lei%2520Maria%2520da%2520Penha.pdf&ei=DHyIUMi9H-PA0AGnuYHYCA&usg=AFQjCNEPhxgKa0rrEES87Lrs3vZpu4CbNw&sig2=diyKAf\_yHPyhPuy-jVIO2w>. Acesso em: 15 out. 2015.

DEIFELT, Wanda. Teologia feminista: uma história construída em mutirão. In: MUSSKOPF, André S.; BLASI, Marcia (Orgs.). *História, Saúde e Direitos: sabores e saberes do IV Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião*. São Leopoldo: CEBI, 2016.

DREHER, Martin Norberto. *Igreja e Germanidade*. ed. rev.e amp. São Leopoldo: Sinodal, 2003.

\_\_\_\_\_. *De Luder a Lutero: uma biografia*. São Leopoldo: Sinodal, 2014.

EBC Agência Brasil. *Violência doméstica mata cinco mulheres por hora diariamente em todo o mundo*. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-03/violencia-domestica-mata-cinco-mulheres-por-hora-diariamente-em>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

EGGERT, Edla. Observações sobre Pesquisa Autobiográfica e Concepções Feministas: Metodologias para refletir sobre a violência doméstica e a educação. In: MENEGHEL, Stela Nazareth (Org.). *Rotas Críticas: Mulheres enfrentando a violência*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007.

\_\_\_\_\_. A apatia de quem olha: a violência naturalizada. In: EGGERT, Edla (Org.). *(Re)leituras de Frida Kahlo: por uma ética estética da diversidade machucada*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

FACULDADES EST. Política de Justiça de Gênero. In: *Coisas do Gênero: revista de estudos feministas em teologia e religião*. São Leopoldo: vol.1. no. 1. p. 114-124. jul./dez. 2015.

FIORENZA, Elisabeth S. *En memoria de ella*. Bilbao: Desclée, 1989.

FLD – Fundação Luterana de Diaconia. *Política de Justiça de Gênero*. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia, 2014.

\_\_\_\_\_. *Nem Tão Doce Lar*. Disponível em: <<http://www.fld.com.br/page/nem-tao-doce-lar/>>. Acesso em: 28 out. 2016.

\_\_\_\_\_. *Nem Tão Doce Lar: uma vida sem violência – direito de mulheres e de homens*. São Leopoldo: Sinodal, 2012.

FLM – Federação Luterana Mundial. *Política de Justiça de Gênero*. Genebra: 2014.

FÓRUM Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015*. Ano 9. São Paulo: 2015. Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario\\_2015.retificado\\_.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2015.retificado_.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 16.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. Tradução de Vivian Aranha Saboia. In: HIRATA, Helena et al (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

FRIEDRICH, Nestor. *Mensagem da Presidência para lançamento da 'Campanha em comunhão com as vidas das mulheres'*. (P. Nestor Friedrich – Pastor Presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil). 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Fhzy9WkGek>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

G1 Educação. *Redação do Enem 2015 'plantou uma semente', diz Maria da Penha*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/enem/2015/noticia/2015/10/redacao-do-enem-2015-plantou-uma-semente-diz-maria-da-penha.html>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. *55 redações no Enem tiveram relatos pessoais de violência, afirma MEC*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/enem/2015/noticia/2016/01/55-redacoes-no-enem-tiveram-relatos-pessoais-de-violencia-afirma-mec.html>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

GEBARA, Ivone. Corpo: novo ponto de partida da teologia. In: *Mulher, Tempo e Presença*. pp. 19-21. São Paulo: CEDI, 1989.

\_\_\_\_\_. *Teologia em ritmo de mulher*. (Coleção Mulher: tema atual). São Paulo: Paulinas, 1994.

\_\_\_\_\_. *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. *O que é Teologia Feminista*. (Coleção Primeiros Passos, 326). São Paulo: Brasiliense, 2007.

\_\_\_\_\_. As epistemologias teológicas e suas consequências. In: NEUENFELDT, Elaine et al. II CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO, 2008, São Leopoldo, RS. *Epistemologia, violência e sexualidade: olhares*. II Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião. São Leopoldo: Sinodal, Faculdades EST, 2008.

\_\_\_\_\_. Vamos pensar de novo a DEMOCRACIA? (Para a 'Agenda Latino-americana' – março de 2006). In: *Vulnerabilidade, Justiça e Feminismos*. Antologia de textos. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2010.

\_\_\_\_\_. A religião e a mulher: papel da religião em relação à mulher e da mulher em relação à religião. Em memória de Dorothee Sölle. (Para a revista Alternativa – Maio de 2003). In: *Vulnerabilidade, Justiça e Feminismos*. Antologia de textos. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2010.

GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. *40% das vítimas de violência contra a mulher são evangélicas*. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/40-das-vitimas-de-violencia-contramulher-sao-evangelicas/#gs.3CjsV30>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

GOMES, Romeu. Modelos culturais de gênero e violência: uma discussão para o campo da saúde. In: MENEGHEL, Stela N. (Org.). *Rotas Críticas II: Ferramentas para trabalhar com a violência de gênero*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

GOSPEL. *40% das mulheres que sofrem violência doméstica são evangélicas, diz pesquisa recente*. Disponível em: <<https://noticias.gospelmais.com.br/40-mulheres-sofrem-violencia-domestica-evangelicas-86697.html>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

GROSSI, Mirian. *Identidade de Gênero e Sexualidade*. Estudos de Gênero. Cadernos de Área, n. 9. Programa Interdisciplinar da Mulher – Estudos e Pesquisas. Goiânia: UCG, 2000.

GROSSI, Patrícia Krieger; ALMEIDA, Sônia; TAVARES, Fabrício. Violência de Gênero: Em busca do fortalecimento de mulheres. In: MENEGHEL, Stela Nazareth (Org.). *Rotas Críticas: Mulheres enfrentando a violência*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007.

GROSSMANN, Carla Andrea. *O aconselhamento pastoral a partir de uma ótica feminista*. (Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Teologia). São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 1995.

HALKES, Catharina J. M.; MEYER-WILMES, Hedwig. Teologia feminista; feminismo; movimento feminista. In: GÖSSMANN, Elisabeth. (Org.). *Dicionário de teologia feminista*. Petrópolis: Vozes, 1996.

HANNAN, Shauna K. Justiça de Gênero e a Pregação da Igreja. Tradução de Alex Blasi de Souza. In: MUSSKOPF, André S.; BLASI, Marcia (Orgs.). *História, Saúde e Direitos: sabores e saberes do IV Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião*. São Leopoldo: CEBI, 2016.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. *Estudos de gênero no Brasil*. In: MICELI, Sérgio (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). ANPOCS/CAPES. São Paulo: Sumaré, 1999.

HUNT, Mary E. Religião e Violência contra as Mulheres: Diferentes causas, Compromisso comum. In: OROZCO, Yury Puello (Org.). *Religiões em Diálogo: Violência contra as Mulheres*. São Paulo: Católicas Pelo Direito de Decidir, 2009.

IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. *Encontros e conversas – pela cultura da paz e superação da violência doméstica*. (Cartilha de Estudos e Celebrações). São Leopoldo: Contexto: 2007.

\_\_\_\_\_. *Estudos sobre gênero*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: IECLB, 2013.

IECLB – Portal Luteranos. *Fundo para Trabalho com Vítimas de Violência Doméstica*. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/fundo-para-trabalho-com-vitimas-de-violencia-domestica>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. *Campanha Em comunhão com as viDas das mulheres*. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/campanha-em-comunhao-com-as-vidas-das-mulheres-28700>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. *Em comunhão com as viDas das mulheres*. Objetivo da Campanha. Disponível em: <[http://www.luteranos.com.br/conteudo\\_organizacao/campanha-em-comunhao-com-as-vidas-das-mulheres/em-comunhao-com-a-vida-das-mulheres](http://www.luteranos.com.br/conteudo_organizacao/campanha-em-comunhao-com-as-vidas-das-mulheres/em-comunhao-com-a-vida-das-mulheres)>. Acesso em: 13 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. *Em comunhão com as viDas das mulheres*. Histórias de vida de mulheres das comunidades da IECLB. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/textos/em-comunhao-com-as-vidas-das-mulheres>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. *Em comunhão com as vidas das mulheres*. Quem pode participar. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/em-comunhao-com-a-vida-das-mulheres-2>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. *Mulheres Luteranas Celebrando os 500 Anos da Reforma*. Disponível em: <<http://luteranos.com.br/eventos/500-anos/encontro-da-mulher-luterana-2>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

IPEA/SIPS. *Tolerância social à violência contra as mulheres*. Governo Federal, 2014. Disponível em: <[www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/04/IPEA\\_sips\\_violenciamulheres04042014.pdf](http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/04/IPEA_sips_violenciamulheres04042014.pdf)>. Acesso em: 11 abr. 2016.

JARSCHEL, Haidi; NANJARÍ, Cecília Castillo. Religião e violência simbólica contra as mulheres. In: *Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, 2008. Disponível em: <[http://fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST62/Jarschel-Nanjari\\_62.pdf](http://fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST62/Jarschel-Nanjari_62.pdf)>. Acesso em: 29 nov. 2016.

JOSSO, Marie-Christine. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. In: *Educação*. Porto Alegre, ano XXX, no. 3, p. 413-438, set./dez. 2007.

JUSBRASIL Tópicos. *Corpo de Delito*. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/291084/corpo-de-delito>> Acesso em: 19 mai. 2015.

KROB, Daniéli Busanello. *'Comigo não, violão!'*: Musicoterapia com mulheres em situação de violência doméstica. São Leopoldo, RS, 2010. 28 f. TCC (Graduação em Musicoterapia) - Escola Superior de Teologia, Instituto Superior de Música, São Leopoldo, 2010.

\_\_\_\_\_. *Desconstruindo Amélias: Musicoterapia com mulheres em situação de violência doméstica sob a ótica da teologia feminista*. São Leopoldo, RS, 2013. 131 p. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Teologia, Programa de Pós-graduação, São Leopoldo, 2013.

LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. Masculinidades, Diferenças, Hegemonias. In: *Estudos Feministas*, 21(1): pp. 233-240, jan./abr. 2013. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina.

LAHASS, Rebeca. *A justiça de gênero em publicações da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. (Trabalho de Pesquisa de Graduação – Bacharelado em Teologia). São Leopoldo: Faculdades EST, 2016.

LAMOUREUX, Diane. Público/privado. Tradução de Naira Pinheiro. In: HIRATA, Helena et al (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

LEVATTI, Giovanna Eleutério. *Um breve olhar acerca do movimento feminista*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2011.

LIEVEN, Elisabet. *Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher – Estudo para grupos*. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/dia-internacional-da-nao-violencia-contra-a-mulher>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

LIMA, Marilúcia Fernandes. *Casa Suzana Wesley: uma abordagem histórica do Abrigo para Meninas – 1994 a 2003, a partir da categoria de gênero*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: Programa de Pós-Graduação da Faculdades EST, 2006.

LIRA, Lilian Conceição da Silva Pessoa de; ZWETSCH, Roberto E. Acolhimento às mulheres negras para a superação das cadeias religiosas: um desafio ao feminismo. In: MUSSKOPF, André S.; BLASI, Marcia (Orgs.). *Ainda feminismo e gênero: histórias, gênero e sexualidade, sexismo, violência e políticas públicas, religião e teologia*. São Leopoldo: CEBI, 2014.

LUCENA, Mariana Barrêto Nóbrega. *Os debates do movimento feminista: do movimento sufragista ao feminismo multicultural*. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=8&ved=0CFkQFjAH&url=http%3A%2F%2Fwww.ufpb.br%2Fevento%2FIti%2Focs%2Findex.php%2F17redor%2F17redor%2Fpaper%2FviewFile%2F100%2F49&ei=SexdVPyVCsvbsATU7oKABA&usg=AFQjCNFanltkDb5VwSJ2r3Q6wvIK0lwWqw&sig2=bCFhalElxArroVnZ95l-mA&bvm=bv.79189006,d.cWc&cad=rja>>. Acesso em: 08 out. 2015.

MACÊDO, Goiacira Nascimento Segurado. *A construção da relação de gênero no discurso de homens e mulheres, dentro do contexto organizacional*. Dissertação de Mestrado. Goiás: Universidade Católica de Goiás, 2003.

MACHADO, Lia Zanotta. *Feminismo em movimento*. 2 ed. São Paulo: Francis, 2010.

MANSKI, Erli; BLASI, Marcia; STANGE, Rosângela. *Liturgia para o Dia de Luta contra a Violência à Mulher*. Disponível em:

<<http://www.luteranos.com.br/conteudo/liturgia-para-o-dia-de-luta-contr-a-violencia-a-mulher-2>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

MARTÍNEZ, Raquel Carmen Riquelme. *Rompendo velhas mortalhas: a violência contra a mulher e sua relação com o Imaginário Androcêntrico de Deus na Igreja Metodista do Chile*. Tese de Doutorado. São Bernardo do Campo: Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo – Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, 2004.

\_\_\_\_\_. *Violência Contra as Mulheres: Conversando a Gente se Entende*. Cartilhas Católicas Pelo Direito de Decidir. 3 ed. São Paulo: Publicações CDD, 2006.

MATOS, Marlise. *Movimentos e Teoria Feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?* In: Revista Sociologia Política. vol. 18. no. 36. Curitiba, 2010.

MENDES, Jones T. *Alguns traços acerca da Teologia Feminista*. 2008. Disponível em: <<http://www.fraternidadesul.org.br/artigo08005.html>> Acesso em: 12 jul. 2015.

MENEGHEL, Stela N. Contar histórias – um dispositivo para operar gênero e vulnerabilidades. In: MENEGHEL, Stela N. (Org.). *Rotas Críticas II: Ferramentas para trabalhar com a violência de gênero*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

\_\_\_\_\_; HENNINGTON Élida A. A Rota Crítica das Mulheres no Brasil – Aspectos preliminares do estudo em São Leopoldo. In: MENEGHEL, Stela Nazareth (Org.). *Rotas Críticas: Mulheres enfrentando a violência*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007.

MESQUITA, Elaine Cristina; ARAS, Lina Maria Brandão de. *A desconstrução do público/privado e a construção do “pessoal é político” na teoria feminista*. Disponível em:

<<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/view/60/203>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

MIGUEL, V.; NAVARRO, M. *Diez palabras clave en teologia feminista*. Navarra: Verbo Divino, 2004.

MINISTÉRIO Público – Estado do Rio Grande do Sul. *Relatório Lilás revela que ocorre uma lesão por violência doméstica a cada 20 minutos no RS*. Disponível em: <<http://www.mprs.mp.br/imprensa/noticias/id38548.html>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

MOLTMANN-WENDEL, Elisabeth. *Hablar de Dios como mujer y como hombre*. Madri: PPC, 1991.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Vinte Anos de Feminismo*. Tese de livre-docência. Campinas: Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH da UNICAMP, 1996.

MOYO, Fulata Lusungu. “Amplia o lugar da tua tenda, e estendam-se as cortinas das tuas habitações...” (Is 54:2): um relevante congresso sobre gênero e religião com uma perspectiva ecumênica, internacional e inter-religiosa. Tradução de Alex Blasi de Souza. In: MUSSKOPF, André S.; BLASI, Marcia (Orgs.). *História, Saúde e Direitos: sabores e saberes do IV Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião*. São Leopoldo: CEBI, 2016.

MUSSKOPF, André S. Identidade masculina e corporeidade: uma abordagem queer. In: MUSSKOPF, André S.; STRÖHER, Marga J. (Orgs.). *Corporeidade, etnia e masculinidade: reflexões do I Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião – 2004*. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, Sinodal, 2005.

\_\_\_\_\_. *Via(da)gens teológicas: itinerários para uma teologia queer no Brasil*. São Leopoldo, 524 f. Tese (Doutorado) - Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2008.

\_\_\_\_\_. As múltiplas formas de (in)visibilidade: produção teológica feminista e de gênero nos trabalhos acadêmicos do curso de graduação em teologia da Faculdades EST. In: MUSSKOPF, André S.; BLASI, Marcia (Orgs.). *Ainda feminismo e gênero: histórias, gênero e sexualidade, sexismo, violência e políticas públicas, religião e teologia*. São Leopoldo: CEBI, 2014.

\_\_\_\_\_. Políticas de Justiça de Gênero. In: SOUZA, Sandra Duarte de; SANTOS, Naira Pinheiro dos (Orgs.). *Estudos Feministas e Religião: tendências e debates*. Vol. 2. (Coleção Ciências Sociais). Curitiba: Editora Prismas; São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2015.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Silvia Helena. Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: Articulando Pesquisa, Clínica e Política. In: *Revista Psicologia em Estudo*. vol. 11. no. 3. Paraná: Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá, 2006. p. 649. Disponível em: <<http://www.dpi.uem.br/rpe/>>. Acesso em: 28 set. 2015.

NASCIMENTO, Thayane Cazallas do. *Comentário para Dani* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida em: 19 nov. 2016.

NEUENFELDT, Elaine. Justiça de gênero. In: IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. *Estudos sobre gênero*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: IECLB, 2013.

OBSERVATÓRIO Brasil da Igualdade de Gênero. *Homens recebem salários 30% maiores que as mulheres no Brasil*. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/homens-recebem-salarios-30-maiores-que-as-mulheres-no-brasil>>. Acesso em: 21 set. 2015.

OLIVEIRA, Ina de. *Argentina – 19/10/2016: A ‘Quarta-feira Negra’*. Disponível em: <<http://www.brasileiraspelomundo.com/argentina-19102016-a-quarta-feira-negra-321445018>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

ONU-BR. *A ONU e as mulheres*. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-mulheres/>>. Acesso em: 06 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Declaration on the Elimination of Violence against Women. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/095/05/PDF/N9409505.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

ONU Mulheres – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. *Fim da violência contra as mulheres*. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/fim-da-violencia-contra-as-mulheres/>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

OROZCO, Yury Puello. Violência, religião e direitos humanos. In: OROZCO, Yury Puello (Org.). *Religiões em Diálogo: Violência contra as Mulheres*. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2009.

O TEATRO Mágico. *Os Insetos Interiores*. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/o-teatro-magico/os-insetos-interiores.html>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. *Quando a fé ruge*. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/o-teatro-magico/quando-a-fe-ruge.html>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. *Zaluzejo*. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/o-teatro-magico/zaluzejo.html>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

PARLOW, Mara. *Roupa suja se lava em casa?*. 2000. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/roupa-suja-se-lava-em-casa>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

PAZ, Nivia Ivette Núñez de la. *Da violência de gênero para relações humanizadas: guia regional*. São Leopoldo: CEBI, 2010.

PEDROTTI-MANSILLA, Débora Erileia. Gênero e cotidiano comunitário na IECLB: um desafio de todas as pessoas. In: IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. *Estudos sobre gênero*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: IECLB, 2013.

PEREIRA, Luma. *A sutileza dos contos de Katherine Mansfield perdura até hoje*. Disponível em: <<http://www.saraivaconteudo.com.br/Materias/Post/49487>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

PESQUISA Fundação Perseu Abramo. *Mulheres Brasileiras nos Espaços Público e Privado 2010*. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/pesquisas-de-opiniao-publica/pesquisas-realizadas/pesquisa-mulheres-brasileiras-nos-es>>. Acesso em: 17 out 2015.

PGR – Programa de Gênero e Religião. *PGR realiza “Café com Catarina” com ministras do Sínodo Nordeste Gaúcho*. Disponível em: <<https://npgenero.wordpress.com/2016/05/20/pgr-realiza-cafe-com-catarina-com-ministras-do-sinodo-nordeste-gaucha/>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

PINAFI, Tânia et al. Tecnologias de gênero e as lógicas de aprisionamento. In: *Revista Bagoas: Estudos Gays, Gêneros e Sexualidades*. vol. 5. no. 6. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2011.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. In: *Rev. Sociol. Polít.* vol. 18. no. 36. Curitiba: 2010.

PITANGUY, Jacqueline. Violência contra a Mulher: consequências socioeconômicas. In: *Cadernos Adenauer – Novas Perspectivas de Gênero no Século XXI*. ano XIV, vol. 3, pp. 115-124. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/11287-1442-5-30.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

PITTY. *Água contida*. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/pitty/agua-contida.html>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

PORTAL Brasil. *Brasileiras lutam pela igualdade de direitos*. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/brasileiras-lutam-pela-igualdade-de-direitos>>. Acesso em: 06 out. 2015.

PRIEN, Hans-Jürgen. *Formação da Igreja Evangélica no Brasil: Das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. Tradução de Ilson Kayser. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2001.

QUEZADA BARRETO, Luzmila. Des-naturalizando la crueldad en los cuerpos: mi cuerpo, mi territorio. In: MUSSKOPF, André S.; BLASI, Marcia (Orgs.). *História, Saúde e Direitos: sabores e saberes do IV Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião*. São Leopoldo: CEBI, 2016.

R7 Notícias. *Tema da redação do Enem surpreende candidatos e gera polêmica nas redes sociais*. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/educacao/tema-da-redacao-do-enem-surpreende-candidatos-e-gera-polemica-nas-redes-sociais-25102015>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

RANGEL, Patrícia. Mulheres em espaços de poder e decisão: estratégias de ação afirmativa no Brasil. In: OROZCO, Yury Puello (Org.). *A Presença das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão*. Cadernos Católicas Pelo Direito de Decidir. São Paulo: Max Editora, 2014.

RELATÓRIO Lilás. *Políticas Públicas de Gênero: avanços e desafios*. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Comissão de Cidadania e Direitos Humanos; Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher. Porto Alegre: Corago, 2015.

REYNALDO, Renata Guimarães. *O fenômeno global e o impacto dos movimentos feministas: as lutas das mulheres no mundo*. (Coleção Relações Internacionais e Globalização; 52). Ijuí: Ed. Unijuí, 2015.

RÍOS, Marcela Lagarde y de los. *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. 5 ed. México: UNAM, 2011.

\_\_\_\_\_. *Enemistad y sororidad: Hacia una nueva cultura feminista*. In: *E-Mujeres.Net*, 2016.

ROESE, Anete. A subjetividade do discurso patriarcal sobre o lugar da mulher e da natureza: uma leitura ecofeminista. In: OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de; SOUZA,

José Carlos Aguiar de. *Consciência Planetária e Religião: desafios para o século XXI*. 1 ed. Coleção Estudos da Religião. São Paulo: Edições Paulinas, 2009.

\_\_\_\_\_. De amor, estima e ideias feministas. In: CARDOSO, Nancy; CARVALHAES, Cláudio (Orgs.). *Querida Ivone: amorosas cartas de teologia & feminismo*. São Leopoldo: CEBI, 2014.

ROSADO-NUNES, María José. Nuevos Paradigmas en el Pensamiento Teológico Feminista – El anhelo por un mundo justo. In: PILAR AQUINO, María; ROSADO-NUNES, María José. *Teología feminista intercultural: Exploraciones latinas para un mundo justo*. México: Ediciones Dabar, 2008.

RUETHER, Rosemary Radford. *Mujer nueva, Tierra nueva: la liberación del hombre y la mujer en un mundo renovado*. Buenos Aires: Ediciones Megápolis, 1977.

\_\_\_\_\_. *Sexismo e Religião: Rumo a uma teologia feminista*. Tradução de Luís Marcos Sander; Walter Altmann. São Leopoldo: Sinodal, 1993.

RUSSELL, Letty M. *La Iglesia como comunidad inclusiva: una interpretación feminista de la Iglesia*. Buenos Aires: VanOsdol, Judith, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. In: *Cadernos Pagu*. Vol. 16. pp.115-136. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2016.

\_\_\_\_\_. *Gênero patriarcado violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2105.

SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. Gênero e religião – no espaço da produção do conhecimento. Corporeidade sob o prisma de gênero, da etnia e classe. In: MUSSKOPF, André S.; STRÖHER, Marga J. (Orgs.). *Corporeidade, etnia e masculinidade: reflexões do I Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião – 2004*. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, Sinodal, 2005.

SANTISO, Porcile M. T. *Con ojos de mujer*. Uruguai: Doble Clic, 1997.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. In: *Revista Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe*. Universidade de Tel Aviv, 2005.

SANTOS, Odja Barros. *Uma hermenêutica bíblica popular e feminista na perspectiva da mulher nordestina: um relato de experiência*. Dissertação de Mestrado em Teologia. São Leopoldo: Programa de Pós-Graduação da Faculdades EST, 2010.

SARTI, Sintia. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: *Anais do 21º Congresso Internacional da LASA*. Chicago, 1998.

SCHAIBER, Lilia Blima et al. *Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos*. Coleção Saúde e Cidadania. São Paulo: Editora UNESP, 2005,

SCHRÖDER, Elisa Fenner. *Mulheres idosas e o HIV/AIDS: abordagens a partir do cuidado pastoral*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Teologia. São Leopoldo: Faculdades EST, 2012.

\_\_\_\_\_. Mulheres, HIV / AIDS e aconselhamento pastoral. In: MUSSKOPF, André S.; BLASI, Marcia (Orgs.). *Ainda feminismo e gênero: histórias, gênero e sexualidade, sexismo, violência e políticas públicas, religião e teologia*. São Leopoldo: CEBI, 2014.

SCHÜNEMANN, Rolf. *Do Gueto à Participação: O surgimento da consciência sócio-política na IECLB entre 1960 e 1975*. Série Teses e Dissertações. Vol. 2. São Leopoldo: Sinodal; IEPG, 1992.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, vol. 15. no. 2, 1995.

\_\_\_\_\_. Experiência. In: *Falas de Gênero: Teorias, Análises e Leituras*. Santa Catarina: Mulheres, 1999.

SECRETARIA de Políticas para as Mulheres. *Lei Maria da Penha: Breve histórico*. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/lei-maria-da-penha/breve-historico>>. Acesso em: 17 set. 2015.

SENADO FEDERAL. Secretaria de Informação Legislativa. Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. *Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994*. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=122009>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

SILVEIRA, Paloma Silva; MEDRADO, Benedito. Violência contra as mulheres: considerações sobre os estudos relacionados à temática. In: MENEGHEL, Stela N. (Org.). *Rotas Críticas II: Ferramentas para trabalhar com a violência de gênero*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

SINGH, Priscilla. *As igrejas dizem não à violência contra a mulher: plano de ação para as igrejas*. Tradução de Paul Tornquist e Brunilde Arend Tornquist. Genebra: Federação Luterana Mundial, 2002; Porto Alegre: Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, 2005.

SÍNODO Rio dos Sinos. *Histórico*. Disponível em: <<http://sinodors.org.br/historia/>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

SMIGAY, Karin Ellen von. Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. In: *Psicologia em Revista*. vol. 8. no. 11. Belo Horizonte, 2002.

SOAVE BUSCEMI, Maria. *A amante, a sábia, a guerreira, a feiticeira: uma poética ecofeminista do Novo Testamento*. São Leopoldo: CEBI, 2002.

\_\_\_\_\_. *A vida de Mary Daly*. Disponível em: <<http://www.cebi.org.br/noticias.php?secaold=9&noticiald=1290>>. Acesso em: 03 dez. 2016.

SORDI, Anne Orgler; MANFRO, Gisele Gus; HAUCK, Simone. O Conceito de Resiliência: Diferentes Olhares. In: *Revista Brasileira de Psicoterapia*. Vol. 13. No. 2. pp. 115-132, 2011.

SOUZA, Sandra Duarte de; LEMOS, Carolina Teles. *A Casa, as Mulheres e a Igreja: relação de gênero e religião no contexto familiar*. São Paulo: Fonte Editorial, 2009.

SOUZA, Babi. *Vamos juntas? – O guia da sororidade para todas*. Rio de Janeiro: Galera Records, 2016.

SOUZA, Mauro B. de. Prédica e justiça de gênero: possibilidades. In: MUSSKOPF, André S.; BLASI, Marcia (Orgs.). *História, Saúde e Direitos: sabores e saberes do IV Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião*. São Leopoldo: CEBI, 2016.

SOUZA FILHO, Augusto Bello. *A Teologia Feminista*. 2004. Disponível em: <<http://www.bibliapage.com/mulher1.html>> Acesso em: 12 jul. 2015.

STEEGMANN, Laura. *Teologia Feminista*. 2011. Disponível em: <[http://www.4shared.com/document/EuUxN8zb/TEOLOGIA\\_FEMINISTA\\_-\\_LAURA\\_STE.html](http://www.4shared.com/document/EuUxN8zb/TEOLOGIA_FEMINISTA_-_LAURA_STE.html)> Acesso em: 12 jul. 2015.

STEFFEN, Luciana. *Musicoterapia como práxis teológica: interseções entre gênero e deficiência no desenvolvimento da independência de crianças e adolescentes com deficiência em atendimento musicoterapêutico*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: Programa de Pós-Graduação da Faculdades EST, 2014.

STEINEM, Gloria. *Biography*. Disponível em: <<http://www.biography.com/people/gloria-steinem-9493491>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

STREY, Marlene Neves. O Sofrimento Emocional de Mulheres em Busca de Ajuda. In: MENEGHEL, Stela Nazareth (Org.). *Rotas Críticas: Mulheres enfrentando a violência*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007.

\_\_\_\_\_. Violência e Gênero: um casamento que tem tudo para dar certo. In: GROSSI, Patrícia Krieger (Org.). *Violências e Gênero: coisas que a gente não gostaria de saber*. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

STRÖHER, Marga Janete. *Caminhos de resistência nas fronteiras do poder normativo: um estudo das Cartas Pastorais na perspectiva feminista*. (Tese de Doutorado). São Leopoldo: Faculdades EST, 2002.

\_\_\_\_\_. O que espero da religião? Palavras que me tragam para a vida! Mulheres tomam a palavra sobre religião e o discurso religioso na produção e na reprodução da violência sexista. In: OROZCO, Yury Puello (Org.). *Religiões em Diálogo: Violência contra as Mulheres*. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2009.

TAVARES, Dinalva Menezes Castro. *Violência Doméstica: uma questão de saúde pública*. (Dissertação de Mestrado – Departamento de Prática de Saúde Pública). São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade São Paulo, 2000.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. *O que é violência contra a mulher*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

TOMITA, Luiza Etsuko. *Corpo e cotidiano: a experiência de mulheres de movimentos populares desafia a teologia feminista da libertação na América Latina*. São Bernardo do Campo: [s.n.], 2004.

TRAT, Josette. Movimentos Sociais. Tradução de Francisco Ribeiro Silva Júnior. In: HIRATA, Helena et al (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

ULRICH, Claudete Beise. Relações de gênero. In: IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. *Estudos sobre gênero*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: IECLB, 2013.

UOL Educação. *Tema de redação do Enem 2015 gera polêmica nas redes sociais*. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/10/25/tema-de-redacao-do-enem-2015-causa-polemica-nas-redes-sociais.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

VASCONCELOS, Denise Pinto. *A defesa da mulher vítima de violência doméstica: contribuições da ética cristã*. (Dissertação de Mestrado). Faculdades EST. São Leopoldo: Programa de Pós-Graduação em Teologia, 2010.

VÉLEZ CARO, Olga Consuelo. Hacia una teología feminista intercultural. In: PILAR AQUINO, María; ROSADO-NUNES, María José. *Teología feminista intercultural: Exploraciones latinas para un mundo justo*. México: Ediciones Dabar, 2008.

VILHENA, Valéria Cristina. *Pela Voz das Mulheres: uma análise da violência doméstica entre mulheres evangélicas atendidas no Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher – Casa Sofia*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Metodista de São Paulo – Faculdade de Humanidades e Direito. São Bernardo do Campo, Pós-Graduação em Ciências da Religião, 2009.

WACHHOLZ, Wilhelm. *História e teologia da reforma: introdução*. São Leopoldo: Sinodal, 2010.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2012*. Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil. CEBELA – Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos. Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2012. Disponível em: <<http://mapadaviolencia.org.br/>>. Acesso em: 7 out. 2015.

\_\_\_\_\_. *Mapa da Violência 2015*. Homicídio de Mulheres no Brasil. Brasília: Flacso Brasil, 2015. Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2016.

WEBBER, Elisa Fenner Schröder. *Contribuições de Metodologias de Leitura da Bíblia para o Cuidado Pastoral com Mulheres com HIV e AIDS*. (Tese de Doutorado). Faculdades EST. São Leopoldo: Programa de Pós-Graduação em Teologia, 2016.

WEILER, Lúcia. Chaves hermenêuticas para uma releitura da Bíblia em perspectiva feminista e de gênero. In: SUSIN, Luiz Carlos (Org.). *Sarça Ardente: Teologia na América Latina: prospectivas*. São Paulo: Paulinas, 2000.

WENGERT, Timothy J. Martin Luther on Spousal Abuse. In: *Lutheran Quarterly*, Vol. XXI, pp. 337-340, 2007.

WITT, Osmar Luiz. *Igreja na Migração e Colonização: a Pregação Itinerante no Sínodo Rio-Grandense*. Série Teses e Dissertações. Vol. 8. São Leopoldo: Sinodal; IEPG, 1996.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução de Daniel Grassi. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZIRBEL, Ilze. *Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: um debate*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.



## ANEXO I

### Questionário:

- 1) Em sua opinião, de um ponto de vista geral da sociedade, homens e mulheres têm hoje em dia relações equitativas, com os mesmos direitos, deveres, oportunidades e segurança?
  - ( ) Sim
  - ( ) Não
  - ( ) Não sei
  
- 2) Você acredita que políticas públicas para as mulheres, campanhas de conscientização sobre seus direitos e outros trabalhos semelhantes sejam efetivos no enfrentamento à violência doméstica e para a construção de relações justas e equitativas entre homens e mulheres?
  - ( ) Sim
  - ( ) Não
  - ( ) Não sei
  
- 3) Na cidade onde sua paróquia/comunidade está localizada acontecem muitos casos de violência doméstica contra as mulheres?
  - ( ) Sim
  - ( ) Não
  - ( ) Não sei responder
  
- 4) O tema da violência doméstica contra as mulheres é/foi trabalhado em algum grupo ou espaço da sua paróquia/comunidade?
  - ( ) Nunca
  - ( ) Às vezes
  - ( ) Sempre

5) A IECLB, assim como outras igrejas, já promoveu campanhas de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres. Na sua opinião, que efeitos essas campanhas podem alcançar nas comunidades? Explique:

---

---

---

---

---

---

6) Você tem conhecimento de algum caso de violência doméstica contra a mulher entre membros de sua paróquia/comunidade?

- ( ) Não
- ( ) Sim, 1
- ( ) Sim, de 2 a 5
- ( ) Sim, de 6 a 10
- ( ) Sim, mais de 15

7) Com que frequência mulheres que sofreram violência doméstica já procuraram auxílio e/ou aconselhamento com você em sua paróquia/comunidade?

- ( ) Nunca
- ( ) 1 vez por ano
- ( ) de 2 a 5 vezes por ano
- ( ) de 6 a 10 vezes por ano
- ( ) mais de 15 vezes por ano

8) Quando mulheres que sofreram violência doméstica pedem seu auxílio profissional, que tipos de aconselhamentos/encaminhamentos você dá?

- ( ) Nenhum
- ( ) Apenas Pastoral
- ( ) Apenas Legal
- ( ) Pastoral e Legal
- ( ) Procuro não me envolver

9) Quando você toma conhecimento da ocorrência de um caso de violência doméstica com mulheres membros da comunidade você geralmente:

- ( ) Espera alguns dias, se ninguém vier, você procura a mulher agredida
- ( ) Espera alguns dias, se ninguém vier, você procura familiares da mulher agredida
- ( ) Tenta contato imediato com a mulher agredida ou familiares
- ( ) Se houver menores na família, faz o primeiro contato com eles ou elas para verificar se estão em segurança
- ( ) Espera alguns dias, se ninguém vier, você procura o agressor
- ( ) Procuro não me envolver

10) Quando ocorre um caso de violência doméstica com mulheres membros da comunidade o agressor geralmente:

- ( ) Finge que nada aconteceu e nega tudo
- ( ) Põe a culpa na mulher agredida
- ( ) Evita o ministro ou ministra
- ( ) Diz-se arrependido e promete mudar
- ( ) Outro. Explique:

---

---

---

---

---

11) Na sua opinião, quando há um caso de violência doméstica com mulheres membros da comunidade, quem fica mais exposto ou exposta e vulnerável?

- ( ) O agressor
- ( ) A mulher que sofreu violência
- ( ) Ambos
- ( ) Crianças e jovens
- ( ) Ninguém
- ( ) Depende do caso

12) Você contempla as questões da violência doméstica contra as mulheres nas suas pregações?

- ( ) Não
- ( ) De um modo geral sim
- ( ) Especificamente, só às vezes
- ( ) Quase sempre
- ( ) Sempre

13) Na sua formação acadêmica, você estudou teologia feminista?

- ( ) Não
- ( ) Sim

Onde?

---

---

---

14) Se sim, você a considera importante em sua prática ministerial?

- ( ) Não
- ( ) Às vezes
- ( ) Sempre

15) Você acredita que a teologia feminista pode contribuir na construção de uma cultura, sociedade e comunidade digna, justa e equitativa para mulheres e homens?

- ( ) Não
- ( ) Sim
- ( ) Talvez

16) Na sua posição de liderança religiosa e comunitária, como você acha que pode contribuir no enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres membro de sua Paróquia/Comunidade e também da sociedade como um todo?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**Dados de identificação:**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Sexo: ( ) F ( ) M ( ) Outro

Paróquia/Comunidade: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_



## ANEXO II

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Título da Pesquisa:** Violência doméstica contra Mulheres e Ações de Enfrentamento de Igrejas: um Estudo de Caso.

**Nome da Pesquisadora:** Daniéli Busanello Krob

**Nome da Orientadora:** Dra. Gisela I. W. Streck

**Natureza da pesquisa:** Você está sendo convidado ou convidada a participar desta pesquisa que tem como finalidade investigar as percepções e ações de ministros e ministras no Sínodo Rio dos Sinos para a construção de relações justas e não violentas entre homens e mulheres.

**Participantes da pesquisa:** Serão entrevistados os ministros e ministras atuantes no Sínodo Rio dos Sinos que aceitarem voluntariamente a participar da pesquisa.

**Envolvimento na pesquisa:** Ao participar deste estudo você permitirá que a pesquisadora Daniéli Busanello Krob realize pesquisa através de questionário e que, se houverem entrevistas, com seu prévio consentimento, faça registro de áudio assim como faça uso destas informações e das respostas obtidas como recurso de análise para esta pesquisa. Você tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo pessoal. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone da pesquisadora e, se necessário, através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdades EST.

**Sobre as entrevistas:** As entrevistas que se fizerem necessárias serão única e exclusivamente para promover recursos para a coleta de dados necessária para a realização da pesquisa.

**Riscos e desconforto:** A participação nesta pesquisa não traz complicações legais, mas ao dela participar você concorda que o material e informações obtidas possam ser utilizados como estudo, análise, apresentação e divulgação dos resultados obtidos na Tese de Doutorado da pesquisadora e em eventos científicos, congressos, simpósios, palestras ou periódicos científicos que possam corroborar com o desenvolvimento da teologia e dos estudos sobre violência doméstica contra

as mulheres. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

**Confidencialidade:** Todas as informações coletadas nesta pesquisa servirão de base para estudo para investigar o fenômeno da violência doméstica contra as mulheres, bem como as ações de enfrentamento deste fenômeno por parte das Igrejas. **A identificação das pessoas envolvidas será preservada no anonimato.** Somente a pesquisadora e a orientadora terão conhecimento dos dados completos.

**Benefícios:** Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo apresente informações importantes sobre a prevenção e aconselhamento de famílias em situação de violência doméstica pertencentes a comunidades de fé bem como para a sociedade como um todo, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa auxiliar para o desenvolvimento deste trabalho, onde a pesquisadora se compromete a divulgar os resultados obtidos.

**Pagamento:** Você não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre e esclarecida para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem:

### **Consentimento Livre e Esclarecido**

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa:

---

Nome da ou do Participante da Pesquisa

---

Assinatura da ou do Participante da Pesquisa

---

Assinatura da Pesquisadora

---

Local e data

TELEFONES

Pesquisadora: (xx) xxxx-xxxx

Orientadora: (xx) xxxx-xxxx

Nome e telefone de um membro da Coordenação do Comitê de Ética em Pesquisa:

Walmor Ari Kanitz – (xx) xxxx-xxxx



*Voa Fênix,  
Reluzindo como o próprio sol, livre ao céu.  
Assim ela voava, inocente, mas sábia.  
Com o vento alisando suas penas flamejadas  
O tempo não lhe atingia, ela 'passeava' sobre ele.*

*Conheceu o mundo, conheceu o céu e a terra.*

*Então veio a dor, e o tempo parou.  
Conheceu desprazeres, foi ferida em combate.  
Não percebeu o que lhe acontecia, mas sentiu tudo.  
Agora o tempo lhe passeou.  
O dia, a semana, o ano, tudo ao contrário!*

*Ela experimentou a mudança em seu corpo.  
Sentiu-se definhar, murchar, perder as forças,  
Recolheu-se a seu ninho, e chorou suas mágoas.*

*Seu corpo definhava, o pensamento em suas dores,  
Seus machucados. Por que aconteceram?*

*Com a revelação, a luz.  
Com a luz, o fogo.  
Do fogo, Fênix.  
Voa Fênix.*

*Caco.*